

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS – CFCH  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA – PPGeo  
DOUTORADO EM GEOGRAFIA

ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO

**RIO JAGUARIBE, DAS ENTRADAS AOS AÇUDES:  
A GUERRA COMO FUNDAMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ.**

Recife  
2023

ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO

**RIO JAGUARIBE, DAS ENTRADAS AOS AÇUDES:  
A GUERRA COMO FUNDAMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ.**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para a obtenção do título de Doutor em Geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Orientador: Prof. Dr. Claudio Ubiratan Gonçalves

Coorientador: Prof. Dr. André Monteiro Costa

Recife  
2023

Catálogo na Fonte  
Bibliotecário: Rodrigo Leopoldino Cavalcanti I, CRB4-1855

B862r Brito, Anderson Camargo Rodrigues.  
Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes : a guerra como fundamento da formação territorial do Ceará / Anderson Camargo Rodrigues Brito. – 2023.  
337 f. : il. ; 30 cm.

Orientador : Claudio Ubiratan Gonçalves.  
Coorientador : André Monteiro Costa.  
Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Recife, 2023.

Inclui referências e anexos.

1. Geografia. 2. Jaguaribe, Rio (CE). 3. Ceará. 4. Formação territorial. 5. Guerras dos Bárbaros. 6. Guerras coloniais. 7. Sertão. I. Gonçalves, Claudio Ubiratan (Orientador). II. Costa, André Monteiro (Coorientador). III. Título.

910 CDD (22.ed.) UFPE (BCFCH2023-091)

ANDERSON CAMARGO RODRIGUES BRITO

**RIO JAGUARIBE, DAS ENTRADAS AOS AÇUDES: A GUERRA COMO  
FUNDAMENTO DA FORMAÇÃO TERRITORIAL DO CEARÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para a obtenção do título de doutor em geografia. Área de concentração: regionalização e análise regional.

Aprovada em: 02/03/2023.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Cláudio Ubiratan Gonçalves (Orientador – Examinador Interno)  
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Manoel Fernandes de Sousa Neto (Examinador Externo)  
Universidade de São Paulo

Prof. Dr. Valter do Carmo Cruz (Examinador Externo)  
Universidade Federal Fluminense

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (Examinador Externo)  
Universidade Federal de Goiás

Profa. Dra. Raquel Maria Rigotto (Examinadora Externa)  
Universidade Federal do Ceará

À Dona Neuza Brito

À Manoel Rodrigues Neto (Pelé)

À Socorro Brito

## AGRADECIMENTOS

Os estudos de Geografia significaram para mim sempre uma experiência de deslocamento. Foi sempre necessário partir de um lugar, de uma forma de entendimento ou de um ponto de vista familiar para vivenciar a produção de novas relações, olhares, caminhos. Nesse movimento eu sempre contei com a ajuda de muitos seres que produziram comigo as bases concretas e simbólicas das minhas saudades; o medo, o desejo e a paixão pelo trânsito; o ânimo estranho e criativo das chegadas e a coragem de encarar os retornos como caminhos de ida. Foram tantos abraços, olhares, estímulos, palavras, silêncios que eu não conseguiria expressar com palavras escritas o quanto esses gestos de carinho e solidariedade me constituem. As contribuições que chegaram até a mim de maneira silenciosa sem anunciar a origem vieram em boa hora e trouxeram de longe ou de perto a capacidade de eu continuar caminhando, muita gratidão a toda forma de solidariedade periférica e trabalhadora que fez chegar até mim um punhado de ânimo, um bocado de vontade, condições e capacidade que me mobilizaram ao longo da caminhada. Muitas dessas inspirações que vieram das origens, dos antepassados desconhecidos me foram oferecidos pelos mais velhos, por minha avó, Dona Neuza, a quem sou muito grato por me inspirar muito com sua força, leveza e coragem; meu pai Manoel, que por todo tempo que esteve conosco, e até depois de partir, tem nos ofertado muitas dádivas, inspiração ao trânsito, ao deslocamento, força e muita coragem; Socorro, minha mãe, que me ofereceu desde muito cedo o letramento, o gosto pela leitura, a curiosidade afetuosa disposta nas palavras e a vontade de viver essa vida pelo caminho da docência, do diálogo, da escuta, da escrita. Produzir saberes acadêmicos no limite de viver do trabalho no Brasil é um malabarismo de facas e lidar com sinceridade e carinho diante da dureza de uma vida em retirada é uma arte que os laços familiares me inspiram bastante. As relações mais próximas de mim sempre criaram uma sensação de proteção, acolhimento e partilha, meus irmãos vivenciaram comigo as mais decisivas e delicadas transformações, me oferecendo afeto e companheirismo. Sou muito grato a Andrêzza que me anima, me inspira e me orgulha com suas conquistas, tendo sempre um mimo que alegra os encontros; a Kelven, muito sensível e forte me oferecendo a alegria de viver com ele sua altivez; Carol por me inspirar com sua capacidade de renovação e ofertar beleza e novidade. Aos que também de perto acompanham, ajudam, animam e torcem pela minha caminhada, Edinaldo, que chega com boa e tranquila palavra; Julia, tão jovem e inspiradora na forma como traduz seus sentimentos em arte; Luiz por tantos sorrisos e por sua presença

eletrizante; Dani por ser companhia e carinho, a Maitê e todos que estão por vir e nos ofertar capacidade de continuar caminhando. Meu companheiro, João Ricardo com quem traduzo a ideia que temos de família, onde estão imiscuídos o amor, a ajuda mútua e o carinho de viver juntos, muito obrigado meu amor por contribuir tanto com tudo. Cícera Brito, minha tia que abriu os caminhos e nos incentivou ao ingresso na universidade, muito obrigado pela inspiração e carinho. As amizades são relações de potência que vão nos fortalecendo na caminhada, indo junto até dada altura e permanecendo conectados de muitas maneiras aos nossos ciclos, vêm aos montes circundam nosso cotidiano e vão por caminhos errantes torcendo para o mais breve e alegre encontro. Muita gratidão às amizades, essa coleção de afetos, entregas e ensinamentos que anima os dias e oferece abrigo nos momentos difíceis. Muito obrigado a Roberta Piancó, muito mais que amiga, minha professora, mestra, me inspira muito sua dedicação amorosa pela docência em Geografia, a solidariedade construída em sua caminhada faz com seus ensinamentos façam parte das Histórias de muitas pessoas; muito obrigado a Hilda, Sibeles e Miguel: faz tanto tempo que compartilhamos forças e fragilidades e sinto que há tanto ainda para sentir. Muito obrigado a Anamaria Medeiros e Ana Claudia Aguiar que nos fizeram ver que era possível atravessar o mau tempo; a Anahi que, em meio a tanta adversidade, ofereceu tanto alento e nos ajudou imensamente; a Carol pela delícia das conversas longas, calmas, animadoras e intensas; suas escutas, leituras e olhares, são um acalanto; Giba por ter se mantido atento e ser força quando eu mais necessitei; a Suana por tão saborosos encontros, é uma delícia poder estar conectado com uma pessoa tão iluminada; Nacho pelos inquietos olhares e ponderações; Rosana, amiga querida, com quem tenho a felicidade de compartilhar alegres momentos que animaram muito na construção da tese; Isabella Nascimento, pelo reconhecimento mútuo e pela firmeza dos seus sentimentos; Fabiana, sua força vibrou de longe e de perto nessa caminhada. Muito obrigado a Geislan G. de Lima pela ajuda com a linguagem cartográfica e por todas as conversas e leituras muito valiosas. Muito obrigado ao companheiro de muitas caminhadas Liro Nobre, contar com sua contribuição em diálogos, leituras e atividades de campo foi fundamental para construção desta pesquisa. Aos amigos Vitor e Raíra agradeço aos bons encontros e animadoras conversas, sempre inspiradores momentos; à Anderson Souza, historiador amigo que muito me animou nos estudos e na vivência da cidade do Recife. Agradeço a Patrícia Orlandi e a Leidiane Figueiredo pela ajuda fundamental no processo de qualificação, amigas fortes e sensíveis. Agradeço ao Laboratório de Estudos e Pesquisas em Geografia Agrária da Universidade Regional do Cariri, o LABGEA, nesses anos de formação em Geografia tem sido uma satisfação construir esse espaço, muito obrigado a Judson J. da Silva, querido amigo que tem contribuído de muitas maneiras tanto na realização

desse estudo como na minha caminhada de modo geral. Agradeço muito a todas as gerações que formam o Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato da Universidade Federal de Pernambuco, o LEPEC. Ingressei nesse centro de pesquisa em 2014 e sinto que todas as minhas produções acadêmicas estão fortemente implicadas pela agenda de estudos e atuação dessa instituição. Muito obrigado a Claudio Ubiratan, por orientar a pesquisa, ser uma importante escuta na caminhada e por indicar caminhos, percursos metodológicos e leituras que foram decisivos na realização do estudo; muito obrigado a Mercedes S. Peres, conviver com você na construção da pesquisa foi algo muito relevante. Agradeço a todas as pessoas de todas as gerações do LEPEC, as relações de afeto e reconhecimento tecidas para construção de um laboratório de pesquisas que repercutisse nossas andanças e desejos de mudança foi algo que acrescentou bastante à pesquisa, muito obrigado a Francisca Vasconcelos, minha amiga Chica, por compartilhar comigo as alegrias e melindres do doutorado; muito obrigados aos/às queridos/as amigos/as Thiago, pessoas de pensamentos e olhares muito inspiradores, Alexandre Bezerra, que soma muito na caminhada, Antonielle suas reflexões ajudaram muito na construção do estudo, Izabela Gomes, Luana Elis, Diego, Renata, Vitor Matias, todos os projetos, campos e estudos do LEPEC foram muito relevantes para minha formação. Obrigado a todos os envolvidos na construção do IX Simpósio Internacional de Geografia Agrária, vivenciamos momentos significativos de aprendizados. Muito obrigado a André Monteiro por compartilhar muito conhecimento nessa caminhada do doutorado como coorientador da pesquisa e antes disso como professor e amigo, um profissional muito atento me sugeriu leituras e olhares que somaram muito na pesquisa e também me estimulou a participar de atividades políticas e eventos acadêmicos muito relevantes para o estudo. Estendo meus agradecimentos ao Laboratório Saúde, Ambiente e Trabalho, o LASAT, da FIOCRUZ Recife, uma instituição que promove formação e pesquisas muito relevantes, ter tido contato com essa rede de pesquisadores/as foi muito relevante para construção da pesquisa. Muito obrigado a Aline Gurgel pelos diálogos e projetos compartilhados. Ao querido amigo João do Vale, muita gratidão por todas as estradas que pegamos e todo o aprendizado, aos amigos Daniel, Gabi e Gerardo por compartilhar moradia. Agradeço muito aos movimentos sociais, comunidades camponesas e tradicionais onde fiz atividades de campo com intenção de vivenciar o Rio Jaguaribe, sentir e pensar suas formas de usos e as dimensões territoriais no cotidiano, contei com a generosidade de frequentar espaços íntimos de lutas e de produção, agradeço a generosidade das portas abertas e das inspiradoras conversas, muito obrigado à Caritas Diocesana do Ceará, Comissão Pastoral da Terra do Ceará e Pernambuco e a muitas Associações de Trabalhadoras/es Rurais que me receberam e ao Movimento dos Atingidos por

Barragens. Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE, PPGeo, aos professores, aos colegas de turma e aos funcionários. Mutio gratidão aos colegas de profissão da educação básica da Escola Juvêncio Barreto, em Crato, sobretudo Rejane Soter pela compreensão e estímulo. Foram muito valiosas as contribuições dos membros da minha banca de qualificação, Manoel Fernandes S. Neto e Valter do C. Cruz, parceiros com os quais me sinto em diálogo por contar com seus importantes estudos no processo de pesquisa. Tantas pessoas que me receberam em casa tanto na mobilização de mudança de lugar como nas viagens para eventos, para atividades de campo; agradeço a todos os gestos de solidariedade, a todas as vibrações positivas, as bênçãos e as boas intenções.

O presente trabalho contou com o financiamento da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior (CAPES).

“Cada dia que passa, cada negação de justiça, cada blitz policial, cada manifestação operária afogada em sangue, cada expedição punitiva, cada viatura, cada policial e cada milícia nos fazem sentir o preço de nossas antigas sociedades”. (CESAIRE, Aimé 2020 p. 26).

“A guerra civil está sempre à espreita”. (ALLIEZ E. e LAZZARATO M., 2020 p. 226).

“Sertão sempre. Sertão é isso: o senhor empurra pra trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. Sertão é quando menos se espera”. (ROSA, Guimarães, 2015 p. 238).

## RESUMO

O Rio Jaguaribe está localizado no Estado do Ceará e perfaz uma bacia hidrográfica que abrange mais da metade do território do referido Estado. O local de seu nascedouro ocorre nas fontes do Rio Carrapateira no limite do município de Mombaça/CE, seu alto curso termina no local de encontro com os aportes hídricos recebidos pela sub-bacia do Rio Salgado advindos da Chapada do Araripe. Seu médio curso culmina na formação de grandes reservatórios que acumulam águas advindas de outra sub-bacia, Banabuiú, e do Salgado. Seu baixo curso segue a depressão sertaneja tendo foz no Atlântico entre os municípios de Fortim e Aracati. O Jaguaribe possui hoje um percurso controlado por 80 reservatório de água e três transposições de bacias hidrográficas, grandes projetos que culminam os cem anos de obras de enfrentamentos às secas que consolidaram a Solução Hidráulica e a Vocação Agrícola como duas ideologias espaciais definidoras da atuação do Estado. Esse estudo analisa a formação territorial do Ceará a partir dos processos de controle territorial do Rio Jaguaribe, manuseia conceitos como Bacia Hidrográfica e Ciclo Hidrológico a partir de um viés territorial buscando entender a territorialização do capitalismo e a formação do Estado territorial. A pesquisa parte do pressuposto que é possível entender a dinâmica de produção da sociedade capitalista a partir das águas e objetiva mais especificamente analisar a dinâmica de realização dos rios na constituição das Geografias originárias nos sertões e a guerra como imperativo espacial da Geografia colonial; investigar os sentidos territoriais da colonialidade do poder e o lugar dos rios nos sertões como caminhos de entrada e instrumentos de reprodução da Geografia colonial; analisar as estratégias de gestão territorial do Jaguaribe como fundamento da formação do Estado territorial. O estudo conclui que os rios, no processo de expansão territorial da colonização, não foram mobilizados apenas como caminhos de entradas, a imposição de uma cognição da dinâmica desses pela Coroa foi fundamental para produzir uma sociedade colonial nos sertões. Para ocupar, sinalizar e ordenar o território, fundar na sequência vilas de índios, as primeiras vilas coloniais e consolidar extrações econômicas utilizando a força dos rios dominados, foi necessário instituir um novo regime de origem e criação desses rios fazendo com que suas águas movessem a expansão de uma outra razão de entendimento da natureza. O estudo analisa as guerras coloniais em suas dimensões produtivas e financeiras; consolidando-se como um instrumento de produção de riqueza no Novo Mundo, a conversão dos rios em mecânica de entradas só foi possível com a imposição de uma guerra contínua que fez dos

aldeamentos e das primeiras vilas instrumentos territoriais de reelaboração do extermínio, confinamento e redução como instrumentos de territorialização do Estado e de formação da sociedade senhorial. Das entradas até a construção dos primeiros grandes açudes, o autor analisa como o controle e comportamento do Rio Jaguaribe se constituiu como um instrumento fundamental de gestão da força de trabalho e formação da ordem social latifundiária.

**Palavras-chaves:** Rio Jaguaribe; Ceará; formação territorial; Guerras dos Bárbaros; guerras coloniais; Sertão.

## **ABSTRACT**

The Jaguaribe River is located in the State of Ceará and forms a hydrographic basin that covers more than half of the territory of that state. Its source is located in the sources of the Carrapateira River on the boundary of the municipality of Mombaça/CE, its upper course ends at the meeting place with the water inputs received by the Salgado River sub-basin from Chapada do Araripe. Its mid-course culminates in the formation of large reservoirs that accumulate water from another sub-basin, Banabuiú, and from Salgado. Its lower course follows the sertaneja depression having its mouth in the Atlantic between the municipalities of Fortim and Aracati. Today, the Jaguaribe has a route controlled by 80 water reservoirs and three transpositions of hydrographic basins, major projects that culminate the hundred years of work to combat droughts that consolidated the Hydraulic Solution and the Agricultural Vocation as two spatial ideologies that define State action. This study analyzes the territorial formation of Ceará from the territorial control processes of the Jaguaribe River, handles concepts such as Hydrographic Basin and Hydrological Cycle from a territorial bias seeking to understand the territorialization of capitalism and the formation of the territorial State. The research assumes that it is possible to understand the dynamics of production of capitalist society from the waters and more specifically aims to analyze the dynamics of realization of rivers in the constitution of original geographies in the backlands and war as a spatial imperative of colonial geography; to investigate the territorial meanings of the coloniality of power and the place of rivers in the hinterlands as entry ways and instruments for the reproduction of colonial Geography; to analyze Jaguaribe's territorial management strategies as the basis for the formation of the territorial State. The study concludes that the rivers, in the process of territorial expansion of colonization, were not mobilized only as entry ways, the imposition of a cognition of their dynamics by the Crown was fundamental to produce a colonial society in the sertões. In order to occupy, signalize and organize the territory, to found indian villages, the first colonial villages and to consolidate economic extractions using the power of the dominated rivers, it was necessary to institute a new regime of origin and creation of these rivers, making their waters move the expansion of another reason for understanding nature. The study analyzes colonial wars in their productive and financial dimensions; consolidating itself as an instrument of wealth production in the New World, the conversion of rivers into input mechanics was only possible with the imposition of a continuous war that made the villages and the first villages

territorial instruments for the re-elaboration of the extermination, confinement and reduction as instruments for the territorialization of the State and the formation of a manorial society. From the entrances to the construction of the first large dams, the author analyzes how the control and behavior of the Jaguaribe River was constituted as a fundamental instrument for the management of the labor force and the formation of the latifundium social order.

**Keywords:** Jaguaribe River; Ceará; Territorial Formation; Barbarian Water; colonial wars; Backlands.

## RESUMEN

El Río Jaguaribe está ubicado en el Estado de Ceará y conforma una cuenca hidrográfica que cubre más de la mitad del territorio de ese Estado. Su nacimiento está ubicado en las fuentes del río Carrapateira en el límite del municipio de Mombaça/CE, su curso superior termina en el lugar de encuentro con las entradas de agua recibidas por la subcuenca del río Salgado de Chapada do Araripe. Su curso medio culmina con la formación de grandes embalses que acumulan agua de otra subcuenca, Banabuiú, y de Salgado. Su curso bajo sigue la depresión sertaneja que tiene desembocadura en el Atlántico entre los municipios de Fortim y Aracati. El Jaguaribe cuenta ahora con una ruta controlada por 80 reservorios de agua y tres transmisiones de cuencas, grandes proyectos que culminan los cien años de obras para hacer frente a las sequías que consolidaron la solución Hidráulica y la vocación agrícola como dos ideologías espaciales que definen la acción del estado. Este estudio analiza la formación territorial de Ceará a partir de los procesos de control territorial del río Jaguaribe, maneja conceptos como cuenca hidrográfica y ciclo hidrológico desde un sesgo territorial buscando comprender la territorialización del capitalismo y la formación del estado territorial. La investigación asume que es posible comprender la dinámica de producción de la sociedad capitalista a partir de las aguas y apunta más específicamente a analizar la dinámica de realización de los ríos en la constitución de las geografías originales en los sertones y la guerra como un imperativo espacial de la geografía colonial; investigar los significados territoriales de la colonialidad del poder y el lugar de los ríos en los sertones como caminos de entrada e instrumentos de reproducción de la geografía colonial; Analizar las estrategias de gestión territorial del Jaguaribe como base para la formación del Estado territorial. El estudio concluye que los ríos, en el proceso de expansión territorial de la colonización, no se movilizaron solo como caminos de entrada, la imposición de una cognición de la dinámica de estos por parte de la Corona fue fundamental para producir una sociedad colonial en los sertones. Para ocupar, señalar y ordenar el territorio, luego fundar aldeas indígenas, las primeras aldeas coloniales y consolidar extracciones económicas utilizando la fuerza de los ríos dominados, fue necesario instituir un nuevo régimen de origen y creación de estos ríos haciendo que sus aguas muevan la expansión de otra razón para entender la naturaleza. El estudio analiza las guerras coloniales en sus dimensiones productivas y financieras; consolidándose como instrumento de producción de riqueza en el Nuevo Mundo, la conversión de ríos en mecánica de entradas sólo fue posible con la imposición de una guerra continua que convirtió a los asentamientos indígenas y a los primeros pueblos en instrumentos

territoriales de reelaboración del exterminio, confinamiento y reducción como instrumentos de territorialización del Estado y formación de la sociedad señorial. Desde las entradas hasta la construcción de los primeros grandes embalses, el autor analiza cómo el control y comportamiento del río Jaguaribe constituyó como un instrumento fundamental para la gestión de la fuerza de trabajo y la formación del orden social de los terratenientes.

**Palabras llave:** Río Jaguaribe; Ceará; formación territorial; Guerras de los Bárbaros; guerras coloniales; Sertones.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### FIGURAS

Figura 1: Telhas D'água - Crato .....	169
Figura 2: Ruínas do antigo Engenho de cana-de-açúcar. ....	171
Figura 3: Ruínas da construção de uma barragem no Rio Batateiras .....	172
Figura 4: Gráfico das precipitações em Fortaleza: 1849 a 1890 .....	262
Figura 5: Açude Castanhão.....	322
Figura 6: Vista lateral do curso original do Rio Jaguaribe .....	323
Figura 7: Açude Castanhão.....	323
Figura 8: Açude Castanhão.....	324

### MAPAS

Mapa 1: Rede Hidrográfica. ....	51
Mapa 2: Caminhos das entradas. ....	104
Mapa 3: Dinâmica territorial da Guerra dos Bárbaros no Jaguaribe. ....	121
Mapa 4: Sesmarias no Jaguaribe (1682 – 1752) .....	154
Mapa 5: Estradas e Vilas no Ceará Colonial. ....	158
Mapa 6: Primeiras vilas fundadas no Ceará .....	161
Mapa 7: Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará. 1817 .....	176
Mapa 8: Divisão político-administrativa. Comarcas em 1823. ....	195
Mapa 9: Micro-Bacia do Rio Salgado. ....	222
Mapa 10: Expansão territorial da colonização. ....	235
Mapa 11: Bacia do Rio Jaguaribe.....	320
Mapa 12: Bacias e sub-bacias hidrográficas do Ceará. ....	321

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Sesmarias concedidas no Ceará entre 1714 e 1752..	151
Tabela 2: Dados de produção econômica (1854).	204
Tabela 3: Dados populacionais (1860)	206
Tabela 4: Dados políticos e fiscais das comarcas da bacia do Jaguaribe (1854)	213
Tabela 5: Exportação de Algodão no Porto de Fortaleza, 1845 a 1856	243
Tabela 6: Exportações de algodão no Porto de Fortaleza (1875 – 1886)	263

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>20</b>
<b>1.1</b>	<b>Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes. Apresentação da tese</b> .....	<b>36</b>
<b>2</b>	<b>OS SENTIDOS DA COLONIALIDADE NOS CURSOS DOS RIOS</b> .....	<b>49</b>
<b>2.1</b>	<b>Sistema territorial originário entre rios</b> .....	<b>60</b>
<b>2.2</b>	<b>A montagem de uma guerra contínua como sentido territorial da expansão da economia-mundo pelos sertões</b> .....	<b>77</b>
<b>2.3</b>	<b>A guerra como produtora primaz de riqueza no novo mundo</b> .....	<b>98</b>
<b>3</b>	<b>A GUERRA COMO CONDIÇÃO ESPACIAL E O CONTROLE DO RIO JAGUARIBE</b> .....	<b>111</b>
<b>3.1</b>	<b>Guerra subjetiva: os aldeamentos e a redefinição da dinâmica territorial</b> .....	<b>133</b>
<b>3.2</b>	<b>As sesmarias e a conversão dos rios em dispositivos de governo dos territórios</b> ..	<b>147</b>
<b>4</b>	<b>O RIO JAGUARIBE E OS FUNDAMENTOS DO ESTADO TERRITORIAL</b> ..	<b>180</b>
<b>4.1</b>	<b>Dinâmica territorial do poder colonial</b> .....	<b>183</b>
<b>4.2</b>	<b>Transformações territoriais no Jaguaribe: a sociedade senhorial e a diversificação produtiva</b> .....	<b>194</b>
<b>4.2.1</b>	<b>O baixo curso do Jaguaribe: o rio das grandes secas e enchentes e os projetos de controle territorial das águas</b> .....	<b>197</b>
<b>4.2.2</b>	<b>O médio curso do Jaguaribe: “tudo era movido pela água que vinha do açude”</b> .....	<b>203</b>
<b>4.2.3</b>	<b>À montante do Rio Jaguaribe: a conversão da chapara das “horrorosas travessias” em nova fronteira colonial</b> .....	<b>215</b>
<b>5</b>	<b>O AÇUDE COMO FORMA-POLÍTICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO COLONIAL</b> .....	<b>234</b>

<b>5.1</b>	<b>Dinâmica territorial de instituição da propriedade privada da terra.....</b>	<b>236</b>
<b>5.2</b>	<b>O açude como instrumento territorial de uma guerra de classes .....</b>	<b>245</b>
<b>5.3</b>	<b>A Ciência como produto e produtora do sertão como um problema nacional ....</b>	<b>276</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES .....</b>	<b>287</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>302</b>
	<b>ANEXO A – MAPAS E FOTOGRAFIAS DA BACIA DO RIO JAGUARIBE ...</b>	<b>320</b>
	<b>ANEXO B – SESMARIAS DOADAS ENTRE 1703-1710 .....</b>	<b>325</b>
	<b>ANEXO C – SESMARIAS DOADAS ENTRE 1717-1752 .....</b>	<b>329</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A tese que ora apresentamos analisa a formação territorial do Ceará a partir dos processos de controle de acesso, confinamento e comportamento do Rio Jaguaribe. Esse rio faz parte de uma bacia hidrográfica que perfaz mais da metade do território do referido Estado, seu curso principal tem uma extensão de 633 km apresentando foz no Oceano Atlântico, na divisa entre os municípios de Aracati e Fortim. Muito recentemente uma pesquisa científica redefiniu o lugar de nascimento do Jaguaribe. Historicamente o local de início do rio era tomado como o encontro entre os rios Trici e Carrapateiras, sediado em Tauá a 5 km da sede do município, onde há um marco turístico indicando sua origem. Desse modo, a Serra da Joantina, no referido município era, até o ano de 2020, considerado o lugar de nascimento do maior rio do Ceará, por ser até então considerado local de nascimento do rio Carrapateiras.

Pesquisas realizadas por Costa et. al. (2020) identificaram a nascente do Rio Carrapateiras, local de nascimento do Jaguaribe, na Serra da Lagoa Seca no limite do município de Mombaça, concluindo que a extensão desse rio formador é de 106 km, quase 30 km a mais do que o marco anteriormente conferido.

A bacia do Jaguaribe está também formada por duas sub-bacias: as do Rio Salgado e Banabuiú. O seu alto curso encerra quando ocorre seu encontro com o Rio Salgado, o médio curso culmina, atualmente, na formação de um grande reservatório de água, com capacidade de armazenamento de mais de 7 bilhões de metros cúbicos, o Castanhão (Açude Padre Cícero) e seu baixo curso segue ao encontro do mar desembocando no município de Fortim.

As águas do Rio Salgado carregam um importante aporte hídrico que constitui o Jaguaribe, advindo da Chapada do Araripe, um platô localizado na tríplice fronteira do Ceará, Pernambuco e Piauí. Essa forma de relevo exerce uma centralidade no interior do nordeste setentrional por gerar fontes e escoamento superficial formadores de três rios que têm significados geográficos e históricos muito importantes no processo de formação territorial e na dinâmica de produção de uma rede urbana colonial, o Jaguaribe, como vimos, o Parnaíba, em seu sentido Oeste e o São Francisco, em seu sentido Sul.

O Jaguaribe é, originariamente, um rio intermitente, apresentando uma dinâmica fluvial caracterizada por canais não tão profundos e um espraiamento alagadiço de suas margens de maneira muito ampla em períodos chuvosos. A vegetação de caatinga que o circunda não impede a entrada de areia em seu leito fazendo com que seu transcurso siga uma sinuosidade que apresenta cheias amplas nas planícies e depressões que rapidamente evaporam com as primeiras semanas de estiagem. O caminho do rio, ou seja, as planícies aluviais e os canais rochosos nas encostas, além de serem o caminho das águas e sedimentos, são caminhos abertos, ou estradas, em períodos de seca.

O rio é chamado de Jaguaribe desde consumado o processo de entrada e instituição dos instrumentos de colonização. Uma palavra de origem tupi, *Jaguar-y-pe* que, como nos alude Paula (2011), significa rio dos jaguares ou rio das onças. Relatos realizados já no século XIX, como os de Koster (1972) e Alemão (2006) versam sobre a presença de onças nas dominâncias desses rios. A ocorrência desse animal, que originariamente tinha o rio como seu habitat, hoje se restringe às regiões subúmidas (regionalmente chamadas de “Brejos de Altitude”), como a Chapada do Araripe, ou áreas de preservação.

Nas nossas pesquisas encontramos rios nominados pelos povos identificados, muito genericamente, como tupis por um nome e por outra designação pelos, assim chamados, tapuias, uma designação generalista que identifica indígenas que viviam na abrangência que veio a ser produzida como sertões. Os nomes originários que sobreviveram ao longo processo de colonialidade chegaram até os dias de hoje como palavras esvaziadas de seus significados originários. Para continuarem existindo cumpriram uma função de idioma de mediação, comunicando por palavras que soassem de algum modo familiar, matrizes motivacionais e visões de mundo eurocêntricas.

Não encontramos em nossas pesquisas qual palavra ou quais palavras povos como Kariris, Tarairius, Jucás, Exu, Umari, Quixelô, Ariu nominavam esse conjunto de rios ou se utilizavam da palavra de origem tupi, Jaguaribe. Esse quiasma linguístico nos coloca diante de uma das questões principais abordadas na tese, a centralidade dos conflitos como uma dimensão formadora da reprodução do capitalismo nas dominâncias do Jaguaribe.

Desse modo, alguns conceitos da Geografia que são corriqueiramente tomados como concernentes aos estudos da dinâmica de realização da natureza, como bacia hidrográfica e ciclo hidrológico, são tratados na tese a partir de um viés territorial, considerando a dinâmica avassaladora de desenvolvimento do capitalismo e reprodução da natureza como instrumento de exploração do trabalho e produtora de mercadoria.

Por distintos caminhos chegamos ao estudo do Rio Jaguaribe. Analisamos, por ocasião dos estudos da construção da dissertação de mestrado, um conjunto de transformações territoriais ensejadas com o processo de controle territorial dos rios e as repercussões que provocaram na redefinição produtiva e especulativa, tomando como ponto de partida a investigação sobre como os rios se tornaram locais de reprodução e valorização do capital.

Na ocasião precedente, averiguamos a construção do Cinturão das Águas do Ceará (CAC), um projeto de integração de Bacias que prevê a ampliação do raio de abrangência da Transposição do Rio São Francisco. Oportunamente, em 2016, estávamos buscando entender o processo de complementaridade entre os grandes projetos que integraram a cartilha da Iniciativa de Integração da América do Sul (IIRSA) com as grandes obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), o programa de governo das gestões petistas. Identificamos que essa obra faz parte de uma intensão de integração infra estrutural e intermodal de ampliar a integração bioceânica tornando mais viáveis a expansão de projetos de exploração no contexto agro-minero-energético exportador.

O CAC é um projeto que segue sua construção ainda do trecho 01 entre os municípios de Jati e Nova Olinda, no sul do Estado do Ceará. Prevê a integração de todas as bacias hidrográficas do Estado a partir de canais, túneis e trechos de rios perenizados nas próximas quatro décadas oferecendo capacidade de expansão de empreendimentos de agricultura irrigada e mineração. A insolação em amplo período do ano, que fora mobilizada historicamente como um problema ou empecilho ao desenvolvimento, passou a compor a agenda de desenvolvimento para as próximas décadas como um ativo de valorização para consolidação da agricultura como uma vocação natural, dada potência de reprodução oferecido pela convergência da ampla insolação com as águas entregues em canais com percurso controlado e vigiado.

Para a construção da referida pesquisa realizamos estudos sobre a centralidade das obras hídricas na dinâmica política do Ceará ao longo do século XX e pensamos como a consolidação da geração política dos, assim chamados, coronéis mobilizou o aparato do desenvolvimentismo autoritário para montar um projeto de redefinição do curso e da vazão do Rio Jaguaribe com vistas a promover a expansão de perímetros irrigados. Esse projeto de expansão da agricultura comercial pelos sertões do Ceará fora aprofundado pelos governos das mudanças que, a partir de investimentos internacionais, promoveram transformações não somente na intensidade de investimentos, mas na produção de um sistema de gestão das águas, arranjado em bacias hidrográficas. Distribuídas em funções burocráticas os projetos de investimento extrativos passaram a ser apresentados e legitimados por esses espaços institucionais com um ar participativo e democrático.

As comunidades tradicionais e camponesas que estão no caminho dessas grandes obras que reorganizam os rios conduzindo água de maneira vigiada e controlada para um destino certo, se tornam alvo de intensos assédios, suas dinâmicas locais eivadas de conflitos que caracterizam a questão agrária são tomadas por vazios para expansão da produção e especulação financeira. A legalidade propalada no âmbito da apresentação dessas grandes obras se esvai na produção de um regime de ilegalidade conduzido pelo capital financeiro que mobiliza uma grande quantidade de força de trabalho impondo vorazes transformações territoriais em um estado de exceção.

Estudamos, por conseguinte, o processo de formação das comunidades camponesas e tradicionais que se reproduzem nas proximidades da Chapada do Araripe. Assim como verificamos que a dinâmica de realização dos rios exerce centralidade na conformação dos projetos extrativos que demandam redefinições e comportamentos de seus cursos, percebemos que a formação das comunidades tradicionais e camponesas coadunam distintos processos como movimentos religiosos, formação da propriedade privada da terra e coronelismo, estando também estão fortemente ligadas aos rios, baixios e nascentes, reproduzindo convivências, apropriações e usos a partir de outras formas de organização e propriedade. Buscando entender os cursos vertebrados dos rios controlados, conduzidos por concreto armado, fomos chegando cada vez mais aos cursos dos rios e percebendo que as relações estabelecidas nesses exercem centralidade no processo de formação territorial do capitalismo, do Estado territorial e que tinham muito a nos dizer.

Saímos desse processo de pesquisa do mestrado com algumas conclusões e muitas dúvidas. Percebemos que as quatro décadas (1980 – 2020) de intensa construção de grandes obras hídricas, se utilizaram de todo arcabouço de um século de políticas de enfrentamentos às secas e conformaram um completo projeto de controle territorial do Rio Jaguaribe. Composto por mais de 80 açudes, duas transposições hídricas e cinco perímetros irrigados, esse sistema lacustre artificial conformou uma dinâmica territorial de apropriação da natureza e extração que impunha como centralidade a expansão da agricultura irrigada para exportação e desenhou para as próximas décadas uma expansão da economia minero-exportadora para o litoral Oeste.

O centro desse sistema lacustre artificial é o médio curso do rio, seu lugar de acúmulo de água em grandes reservatórios. O alto curso realiza os maiores aportes, águas conduzidas de pequenos a médios reservatórios, até atingir os grande barramentos do rio conformando um controle territorial na sua dinâmica de realização. Seu curso e vazão vigiados por sensoriamento remoto, sua gestão capilarizada por instituições regidas tendo Fortaleza como centralidade. As variações de chuvas, vazão e escoamento são tratados recorrentemente nos jornais da capital

indicando a capacidade que o sistema lacustre oferece como ativo para abastecimento da fruticultura irrigada, do uso metropolitano de água, do turismo extrativo e da expansão minero-exportadora que passou a operar uma siderurgia e uma termelétrica.

Percebemos que um dos aspectos fundamentais da montagem de um Governo do Estado foi a produção de um Governo do Rio Jaguaribe e ficamos entusiasmados em entender a montagem desse projeto monumental de controle territorial da força de trabalho e da natureza pensando seus fundamentos. Partimos para a empreitada de pensar a centralidade do Rio nos processos de produção da colonialidade. Chegamos ao entendimento que o Rio Jaguaribe pode ser tomado metodologicamente como um Rio Síntese do processo contemporâneo de desenvolvimento do capitalismo no Ceará e passamos ao intento de confrontar essa ideia com a formação territorial do Estado e do capitalismo no âmbito da acumulação primitiva para verificar se encontraríamos nesse contexto esse monumento de comportamento do rio em estágio de ensaio, ideação e elaboração.

Fomos movidos por perguntas como: que papel teve o Rio Jaguaribe no processo de colonização, nas entradas e nas guerras coloniais? O que significa dizer que o Rio Jaguaribe é um caminho de entrada? O Rio foi mobilizado no processo inicial das guerras como um instrumento de dominação como hoje é na exploração capitalista? Que lugar tinha o rio nas dinâmicas territoriais dos povos originários?

Dois acontecimentos nos colocaram diante da ideia de pensar a dinâmica da acumulação primitiva no âmbito das ações de controle territorial e comportamento do Rio Jaguaribe, a seca do século que aconteceu entre 2011 e 2017 e a Pandemia do Covid 19 que começou em 2020. Se observarmos esses densos acontecimento em um período décadas podemos perceber que eles não somente se sucedem, mas se sobrepõem. São dois produtos sociais do desenvolvimento do capitalismo em nível frenético de devastação da natureza e produção de mercadorias.

Se observarmos as imagens de tragédias que compõem o acervo colonial podemos perceber que são dois acontecimentos com algum precedente na formação territorial do Ceará. Claro que a radicalidade do que vivemos agora tem muita relação com o estágio de esgotamento ou ponto de não retorno da devastação como modo de valorização. Para perceber essa sobreposição de epidemias e secas basta ler as memórias, romances ou estudos de Rodolfo Teófilo (1863-1932) e ver como as epidemias e as secas se imbricaram na formação da cidade de Fortaleza e na produção de uma tecnologia de confinamento que reelaborava as guerras coloniais e entregava para o capitalismo um dispositivo de governo e extermínio muito utilizado nas guerras totais do século XX, os campos de concentração.

Com os longos seis anos de estiagem que acometeram as dominâncias do Jaguaribe, no período anteriormente referido, todo esse sistema lacustre artificial de controle de circulação e acesso ao Rio foi testado. O Estado havia tomado a decisão de agudizar o modelo de desenvolvimento extrativo com a expansão do capital minero-exportador para o litoral oeste do Estado. O Rio Jaguaribe teve o curso alterado e expandido novamente atingindo as instalações do Complexo Industrial e Portuário do Pecém com o Canal da Integração, em São Gonçalo do Amarante, litoral Oeste. Não como um exercício de exegese e pesquisa científica essa expansão do rio foi conferida, mas a partir de projetos de engenharia os marcos originários da Bacia Hidrográfica foram novamente ampliados, passando essa a ser cada vez mais utilizada como um instrumento de gestão e reprodução do capital e controle do trabalho.

Em atividade de campo pelo Rio Jaguaribe a seca nos ofereceu um importante achado dessa investigação e um achado desse tempo, as imagens de seu corpo originário. O canal do rio enterrado embaixo de sete bilhões de metros cúbicos de água veio a público, e sua ossada ficou à vista diante do açude seco. Uma imagem que funciona como um paradigma que demonstrou por um lado a força monumental de transformação do capitalismo e seu caráter fugaz. Dissolvida pela atmosfera seca, a água escasseou, algumas empresas de fruticultura irrigada foram movidas de fronteira em busca de água subterrânea e os conflitos por água se intensificaram. As águas do lagamar do Cauípe, em Caucaia, um local usado por povos originários ainda hoje para realizar seus rituais, tornaram-se alvo da sede insaciável da extração capitalista para alimentar o sistema lacustre artificial prejudicado pela falta de água.

A questão da extração de água percebida por uma dimensão do conflito colocou-me diante do entendimento que o controle do rio estava também ligado ao conflito em sua dimensão originária. Os povos originários que vivem hoje no litoral oeste foram expulsos de áreas de abrangência de rios que formam o Jaguaribe nos conflitos coloniais e quando esse rio foi levado até os lugares onde esses povos se encontram hoje, sobreveio nova ameaça de expulsão. Esse reencontro com o rio soou, para a construção da pesquisa, como uma imagem composta por várias camadas de tempo e nos veio a ideia que, originariamente, o rio tem sido reproduzido como um instrumento de gestão, controle territorial do trabalho e extermínio.

Fizemos essa tese caminhando pelo Ceará, visitando locais que vivenciam intensos conflitos territoriais, como o Cumbe, nas proximidades com a desembocadura do rio. Local amplamente danificado pela redução do curso d'água, que ocasionou o adentramento do mar ao continente para carregar o fio que resta do rio que à montante fora confinado em barramentos deixando seguir pouca água para as áreas costeiras. O mar carrega consigo o mangue que sente falta da água mobilizada como instrumento de expansão da fronteira capitalista para o oeste em

um curso vertebrado. Em todas as dominâncias da bacia o que se vê são imagens de enorme devastação. Muita resistência, contestação, existência de outras agriculturas, mas a monotonia do monocultivo faz do baixo curso do Jaguaribe um dos lugares onde a experiência de extração capitalista resultou em transformações radicais, explorações e controle territorial da natureza como resultado de quatro décadas de neoliberalismo.

Essa tese também foi pensada, escrita e vivida, consideravelmente em regime de confinamento. Na pandemia tive que encontrar o rio nas leituras teóricas, em cartas cartográficas, mapas, imagens, documentos e fotografias, bem como na imaginação, alimentada sempre pela literatura, notadamente em produções ficcionais; experimentando algo que o rio vivencia bastante: o confinamento. A pesquisa geográfica, como uma forma de atuação, participação e interpretação do mundo foi intensamente modificada pelos efeitos da pandemia. Repentinamente, vimo-nos diante da imperiosa necessidade de nos mantermos confinados, vigiando os gestos de convívio social para nos manter vivos; momento no qual o cronograma inicialmente planejado da pesquisa previa e agendava incursões, atividades de campo nos três cursos do rio, nas sub-bacias formadoras, de modo a propiciar a investigação a partir do contato e da convivência sobre a dinâmica do rio.

Foi nesse contexto marcado por essa experiência de solidão metodológica e imunológica que nos vimos motivados a observar os fundamentos da montagem desse sistema lacustre artificial de controle do rio. Verificamos na pesquisa bibliográfica que os estudos que analisam a, assim chamada, solução hidráulica concentram seus esforços analíticos no contexto de formação das grandes obras de combate às secas a partir da Proclamação da República. Tais estudos observam a importância de obras hídricas que se iniciaram no século XIX, como a construção do açude Cedro, a auto propalada iniciativa do Império de enfrentar às secas com todas as joias da Coroa.

Muitas pesquisas tomam como marco o governo de Epitácio Pessoa (QUEIROZ, 2020; CHACON, 2005; BURSZTYN 2008), na medida em que essa gestão passou a realizar ações mais específicas de barramento de rios, promovendo a entrada de capital estadunidense para a construção de grandes açudes. Toda a tecnologia de gestão dos corpos hídricos impetrada a partir do Governo Vargas é vastamente analisada por estudiosos que buscam entender como a formação do coronelismo promoveu, a um só tempo, a territorialização do Estado e o controle territorial da força de trabalho. É emblemático nesse momento a criação do Código das Águas que regula as formas de usos e valorização dos rios em contextos agrários e urbanos.

Em dinâmicas de urbanização também temos importantes estudos que analisam o momento de intensas transformações territoriais nas várzeas das grandes cidades, como as

políticas higienistas que converteram os rios em potentes espaços de valorização e especulação. De maneira definitiva e muito ampla os rios estavam sendo incorporados em seus aspectos viários, imobiliários, agrícolas e urbanísticos como uma dinâmica apropriada como instrumento de valorização, estimulando a expansão do comércio de terras, a redefinição das formas de exercício do poder, a intensificação da produção e circulação da mercadoria, do dinheiro e o controle territorial do trabalho.

No âmbito dos estudos sobre os sertões, as políticas territoriais hídricas são tomadas como tendo sua origem no contexto da institucionalização das obras contra às secas. O conjunto de políticas de imobilização de valor em terras privadas para produção de reservatórios que, em contextos de quadras chuvosas regulares, conseguiram alimentar com vigor fluxos de circulação fiscal conferindo uma dinâmica regional de comportamento e controle do trabalho, foi lido como solução hidráulica. Esse conjunto de estratégias é entendido como uma resposta mais sistematizada do Estado aos desastres que ocorreram com a seca de 1919, sendo a criação do Instituto de Obras Contra às Secas (IOSC) entendida como um marco do período em questão. Esse conjunto de transformações respondia a atuação de expoentes setores políticos enriquecidos com a diversificação produtiva e pela expansão do algodão atingiram situação de destaque e influência na República em formação. Figuras como Epitácio Pessoa, Padre Cícero, José Américo de Almeida, lograram atingir cargos eletivos no executivo e legislativo a partir das formas autoritárias de poder exercidas em outros lugares do Nordeste que não o litoral açucareiro.

A dinâmica de compulsória exploração do trabalho e imposição de regimes de uso, comportamento e extração das pessoas e dos rios logrou nesse momento consolidar uma elite política regional que redefinia as formas de atuação do Estado nos sertões reproduzindo a concentração de poder em um regime autoritário que, a seu modo, reproduzia a República da violência e da propriedade privada da terra.

Esse estudo que ora apresentamos se concentra em entender a dinâmica de formação territorial imediatamente anterior a esse conjunto de transformações que é lida como o momento da criação da solução hidráulica, como uma forma de execução e produção política do Estado territorial no âmbito do Jaguaribe. Percebemos que, de distintas maneiras, a partir desse conjunto de institucionalização das políticas do Estado, no âmbito do Jaguaribe, o controle dos rios exercem uma centralidade na produção capitalista, na expansão do capital industrial mediante o crédito, que redefine o sertão em sua dimensão produtiva. Constatamos com a pesquisa que a bacia hidrográfica foi um instrumento primaz de territorialização da colonialidade no âmbito dos sertões.

A presente pesquisa analisa os processos de controle de acesso e comportamento do Rio Jaguaribe como uma centralidade do processo de formação territorial da sociedade capitalista e da territorialização do Estado. Percebemos em nossas análises que essas ações territoriais ganham um impulso e uma ordem de acontecimentos muito mais veloz no século XX, mas os fundamentos econômicos e políticos e a elaboração intelectual da formação territorial desse engenho de confinamento do Rio Jaguaribe estão dados no processo de colonização, formação da propriedade privada da terra, da elite senhorial e dos grandes conflitos e constrangimentos ensejados nessas dinâmicas.

Fomos percebendo em nossos estudos como se imbricam as formas espaciais de controle e confinamento da dinâmica de reprodução e circulação da força de trabalho com as estruturas de controle e comportamento dos rios. Dimensão perceptível não somente na paisagem percebida a partir das observações às grandes estruturas erguidas nos sertões que reproduzem a torre de observação central para conferir uma visão total e reprimir usos e reproduções das águas tomadas como indevidas. Tampouco, não somente nas grandes paredes e comportas que liberam o rio à medida que há necessidade e que os fluxos das águas estão devidamente comportados e calmos, a circulação das águas confinadas, conferindo, a um só tempo um curso contínuo e calmo ao rio e a capacidade de extração de suas águas de maneira mais eficiente à jusante.

Nós buscamos entender as formas como se imbricam as legislações de controle da vadiagem com as políticas de alistamento militar para a produção de açudes e barragens, produzindo a um só tempo uma estrutura social que enriquece de legitimidade a propriedade latifundiária da terra, conferindo capacidade de exploração das famílias que se reproduzem em um sistema de moradia de condição. Nesse movimento analítico fomos entendendo que essa forma de organização territorial da produção reelabora instrumentos das guerras coloniais que estavam baseados na produção de ações políticas de extermínio, confinamento e redução, a partir das entradas.

Analizamos na tese como a consolidação da sociedade senhorial no século XIX produziu uma dinâmica territorial e política que reelabora e sintetiza os fundamentos de extermínio, controle e redução manipulados pelas entradas coloniais nas estruturas de governo da força de trabalho e do rio no processo de mudança de regime de exploração compulsória do trabalho e da formação da propriedade privada da terra. A formação dessas elites regionais reelaboram o confinamento como forma-política de controle territorial e reprodução de renda concentrada manejando elementos do positivismo, conferindo um brio de modernidade e cientificidade às políticas racializadas de fortalecimento do poder de classe.

O elo entre esses tempos que promove a reelaboração das ações das entradas coloniais como instrumentos de controle territorial do trabalho e do rio é a guerra contínua. Essa tese analisa a formação territorial do capitalismo e do Estado nas dominâncias do Jaguaribe entendendo que o que fundamenta essa dinâmica territorial é a guerra. As ações bélicas são tomadas na análise como reprodutoras das elites econômicas e criadoras de um contínuo territorial colonial e como o *modus operandi* da acumulação primitiva.

Analizamos, por conseguinte, a formação territorial como produtora de uma dimensão negativa intrínseca, na medida em que se reproduz como uma máquina de guerra, uma vez que o trabalho muitas vezes fora mobilizado como forma de extermínio. E esse princípio formador negativo sobrevive às revoluções do pensamento e desemboca na elaboração dos campos de concentração como um legado da acumulação primitiva, produzindo-os antecipadamente como uma forma de gestão de multidões através do extermínio amplamente utilizada nas guerras totais no século XX.

A tese tem como objetivo geral realizar uma análise da formação territorial do Ceará a partir dos processos de comportamento do Rio Jaguaribe, buscando entender como as relações de poder estruturam formas de usos do rio que explicam a Geografia do capitalismo. Mais especificamente objetivamos com o estudo:

- Analisar a dinâmica de realização dos rios na constituição das Geografias originárias nos sertões e a guerra como imperativo espacial da Geografia colonial;
- Investigar os sentidos territoriais da colonialidade do poder e o lugar dos rios nos sertões como caminhos de entrada e instrumentos de reprodução da Geografia colonial;
- Analisar as estratégias de gestão territorial do Jaguaribe como fundamento da formação do Estado territorial;
- Investigar a função social dos açudes no processo de formação da propriedade privada da terra e da constituição da moradia de condição como produtora da sociedade senhorial.

Partimos do pressuposto que é possível entender a dinâmica de produção da sociedade capitalista a partir das águas. Se pensarmos a fluidez desse bem que percorre todas as relações sociais como espaço geográfico e território, poderemos analisar a Geografia do presente a partir dos vestígios deixados pelas distintas relações de usos, concepções e apropriações das águas.

Essa tese parte do Materialismo Histórico e Dialético como método de investigação. A dimensão territorial do controle do trabalho e a produção espacial ensejadas no contexto das formas desiguais de apropriação do Rio Jaguaribe exercem uma centralidade na análise e são tomadas como constitutivas do movimento mundializado de expansão avassaladora do capitalismo.

O estudo da produção e circulação da renda capitalizada produzida no contexto da sociedade colonial é tomado como um produto social da economia escravagista, da produção açucareira, mediados pela montagem de uma cultura política permanente da guerra. Estudamos, dessa maneira, as entradas em suas dimensões econômicas e produtivas, como agregadoras de crédito e investimentos futuros. Desse modo, entendemos que a máxima que analisa a estruturação da pecuária como o fundamento da formação territorial nos sertões do Jaguaribe, soa-nos como um entendimento conciliatório que reproduz a visão do pioneiro.

A centralidade dos conflitos em nossa análise nos fez perceber a guerra como uma produtora de fronteiras e a instituição dos sertões no âmbito da colonização como o lugar do sacrifício, extermínio, confinamento e redução da condição de ser que produziu e utilizou a pecuária como um subsídio financeiro, territorial e alimentício. A guerra é tomada no estudo como a produtora originária de riqueza nos sertões, como formadora de elites e como fundamento da distribuição de sesmarias.

No nosso estudo o caminho de produção e circulação originária da renda capitalista é colocada em diálogo metodológico com elementos dos estudos da colonialidade. Utilizamos elementos conceituais dos estudos decoloniais para analisar esse processo de montagem de uma guerra generalizada e contínua de expansão da colonização para os sertões como a produção de um regime de reclassificação identitária e cosmológica da natureza. O ensejo da produção de uma territorialização da colonização nos sertões identificou esse lugar como uma reprodução dos atributos conferidos a seus povos, arredios, brutos e de língua travada. A modificação originária da paisagem e a montagem de uma estrutura de poder envolvia a produção de outro regime de representação e reprodução da natureza.

Esse conjunto de diálogos na pesquisa nos fez pensar a dinâmica de realização da colonialidade não somente em sua direção da jusante à montante, enxergando a centralidade dos bandeirantes, arqueiros aliados, padres e vaqueiros como sujeitos sínteses e produtores da territorialização, mas também da montante à jusante, pensando as ações originárias como produtoras da dinâmica territorial da colonialidade. Nesse sentido, em diálogo com estudos de historiografia e etnografia indígenas, fomos entendendo as formas de usos, confederações e resistências dos povos originários como produtores de uma irregularidade da movimentação

das entradas. As guerras ensejadas nesse contexto marcam a produção de fronteiras importantes e as ações originárias são lidas como produtoras dessas dinâmicas.

A tese foi realizada a partir de um diálogo com estudos dos fundamentos teóricos e epistêmicos da Geografia, mas também em diálogo com outras ciências, principalmente com estudos que analisam essas realidades a partir da História e da Antropologia. Alguns conceitos são utilizados de maneira mais enfática no estudo, como o de território. O movimento da guerra como formadora em seus aspectos econômicas e políticas é analisado a partir da dimensão territorial. Tanto enfatizando as dimensões territoriais das geografias originárias, das formas como foi possível diante da ontológica produção do esquecimento colonial, nos dispomos a pensar essa realidade como produtora de um sistema territorial originário. Como na dimensão da territorialização da sociedade colonial a partir da instituição de aldeamentos e sesmarias.

Outro conceito utilizado, também no âmbito da dinâmica territorial, foi o ciclo hidrossocial, desenvolvido por Swyngedouw, Kaika, e Castro (2016). À despeito desse conceito ser amplamente utilizado no contexto de estudos urbanos, onde a convergência da atividade especulativa com as obras hídricas de saneamento conduzidas por uma lógica de apropriação do capitalismo financeiro conformam uma completa privatização das águas em todos os âmbitos das sua circulação, fazendo com que a realização dos mananciais se reproduzam como valor, tomamos como um conceito interessante para analisar o contexto estudado na tese.

Um argumento que nos mobiliza nesse intento é a vontade de pensar o ciclo hidrológico incluindo nessa formulação tomada, corriqueiramente, como uma realização natural, os elementos da produção, circulação e acúmulo de valor. Quando, analisando um diário de viagem do naturalista Freire Alemão, que esteve em uma propriedade no termo de Lavras em 1859, percebemos a utilização de uma expressão que, no nosso entendimento, sintetiza a mobilização desse conceito na tese e em certo sentido funciona como uma definição do próprio conceito, disse o autor, “tudo era movido pela água que vinha do açude”. O “tudo” que abre a oração, nos soa como uma premência por totalidade, uma expressão que tem a força de nos indicar que as formas de controle territorial dos rios estavam se realizando como formas de controle territorial da força de trabalho, nesse caso, reelaborando elementos do confinamento produzido pelas guerras coloniais.

Para a construção da tese consultamos alguns documentos históricos que foram muito significativos para a análise. O primeiro que destacamos é o referido anteriormente: um diário de viagem escrito pelo naturalista Freire Alemão que percorreu o Jaguaribe desde Aracati até o Crato em 1859. Esse cientista fazia parte da Comissão Científica do Império, instituída por Dom Pedro II e adentrava o Ceará em busca de recursos minerais, com a intenção de criar, a

partir dos estudos de etnografia e botânica, um perfil científico nacional. Consultamos também as informações de sesmarias concedidas pela colônia entre os anos de 1702 e 1752, sistematizadas pela Expressão Gráfica (2006) que trazem informações sobre o ano, o favorecido, sua procedência e a localização da terra que foi concedida a posse. Encontramos esse documento nos anexos da tese de doutorado de Oliveira (2017) e colocamos em nossos anexos para apreciação da cara leitora e do caro leitor.

Outro documento histórico que analisamos foi o Ensaio Estatístico do Ceará construído por Thomaz Pompeu de Souza Brasil em 1864. Lendo esse estudo a contrapelo, consideramos informações inventariadas sobre todas as comarcas que constituíam a Província do Ceará. Detemo-nos na análise de dados sobre a área de abrangência do Jaguaribe que nos trouxe elementos significativos para pensar a dinâmica territorial de uso, controle e apropriação do Jaguaribe no processo de consolidação da sociedade senhorial.

Utilizamos um grupo de romances e um recorte da produção poética sobre o Ceará e o Rio Jaguaribe como fonte de estudo na construção da tese. A impossibilidade de realização de campo, dados os efeitos mais rígidos da pandemia, e a capacidade de criação de imagens e reprodução de contextos sociais, características intrínsecas à literatura, nos fez considerar produções dessa natureza no processo de construção do estudo. Outro aspecto importante sobre o uso de romances foi pensar o contexto em que foram escritos e como a sociedade senhorial representava a si, em um exercício narcísico de produtora heroica de uma salvação para os problemas da seca a partir das grandes obras de engenharia.

Analisamos de forma mais detida os romances *Luzia Homem*, de Domingos Olímpio, *João Miguel*, de Rachel de Queiroz e *Fome*, de Rodolfo Teófilo, como estruturas narrativas que produziram potentes imagens e contextos sobre a região estudada. Ademais outras produções contribuíram significativamente nesse intento de analisar esse processo de formação territorial nas dominâncias do Jaguaribe, tais como: *Iracema*, de José de Alencar, *O quinze*, de Rachel de Queiroz; *Verdes Léguas*, de Francisco Carvalho, *Rainha do Ignoto*, de Emília Freitas, *Poço de Paus* e *Mundo Perdido*, de Fran Martins, *A normalista*, de Adolfo Caminha e *A palavra que resta*, de Stênio Gardel.

A pesquisa bibliográfica para a construção da tese envolveu visitas à bibliotecas universitárias, museus históricos, centros culturais, sebos e livrarias em cidades como Fortaleza, Crato, Crateús, Barbalha, Recife, Juazeiro do Norte, Nova Olinda, Aracati e Limoeiro do Norte. Realizamos pesquisas em portais virtuais e fomos construindo uma seleção de estudos científicos, memorialistas e literários que foram lidos, sistematizados, analisados em seus

contextos e confrontados. Teses, livros acadêmicos e artigos científicos cumprem centralidade na pesquisa bibliográfica realizada para construção da tese.

Realizamos atividades de campo para a construção da pesquisa. Estivemos atentos às agendas dos movimentos sociais e das instituições acadêmicas nos últimos anos no Ceará. Participamos de três edições da Semana Zé Maria do Tomé que acontece em Limoeiro do Norte, um dos lugares de expoente utilização das águas do Rio Jaguaribe na produção da agricultura de exploração e que possui uma dinâmica territorial de intensos conflitos por água. O Fórum Alternativo Mundial das Águas e o Encontro Nacional do Movimento dos Atingidos por Barragens, encontros que aconteceram em Brasília em 2018 e no Rio de Janeiro em 2019, respectivamente, foram momentos importantes para entender a centralidade dos rios nos processos de resistência no Brasil e em vários países periféricos.

Entrevistas foram muito importantes nesse contexto de elaboração da tese, estudo do tema e de escrita. Entrevistamos membros de movimentos sociais em atividades como a Marcha Popular das Águas no Ceará em 2017, na Imersão do Clima, promovida pelo Fórum Ceará no Clima em Aquiraz/CE em 2019 e no Seminário dos povos e comunidades camponesas e tradicionais, realizado em Aracati também em 2019. Também nessas ocasiões e em eventos acadêmicos entrevistamos professores/as e pesquisadores/as que realizaram pesquisas sobre o Ceará ou sobre conflitos territoriais envolvendo água; momentos em que tivemos conversas informais ou mediadas por um roteiro previamente construído e conseguimos indicações de referências bibliográficas e indicações gerais muito valiosas para a pesquisa. Algumas das entrevistas foram realizadas na modalidade virtual.

Outro aspecto metodológico muito relevante que destacamos na construção da tese foram os trabalhos em grupo realizados no âmbito de construção do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato – LEPEC. Ingressamos no referido centro de pesquisas em 2014 por ocasião do curso de mestrado e desde então a agenda do laboratório tem contribuído de maneira muito significativa para os estudos. Destacamos duas atividades que integram o calendário do LEPEC que contribuíram sobremaneira para construção da tese: o grupo de estudos e o campo metodológico.

No grupo de estudos nos reunimos semanalmente para discutir textos com temáticas e abordagens comuns para os membros. De distintas maneiras os temas de pesquisas e as dimensões metodológicas dos membros do laboratório vão surgindo na conversa e o grupo vai conseguindo fazer da pesquisa um movimento que incorpora ações coletivas e colaborativas. O campo metodológico é planejado em diálogo com movimentos sociais. Se constituíram enquanto momentos em que fomos ao encontro de contextos de conflitos territoriais

desenvolver atividades colaborativas de pesquisas a partir da cartografia social ou de outras metodologias participativas. O campo metodológico do São Francisco, no qual visitamos as comunidades indígenas Pankararu, Pankararu-Opará, Xocó e Kariri-Xocó, nas fronteiras entre os Estados do Pernambuco, Bahia, Alagoas e Sergipe em 2018, contribuiu grandemente para pensarmos a tese como um estudo que considerasse as relações entre conflitos territoriais pelos usos dos rios como elemento formador das ações originárias de produção da colonialidade.

A tese que tens em mãos, cara leitora/caro leitor está dividida em seis capítulos. O primeiro é a introdução que ora estás a ler. No segundo, intitulado *Os sentidos territoriais da colonialidade nos cursos dos rios*, debatemos três dimensões territoriais que constituem de maneira muito significativa a análise realizada na tese. A primeira é um estudo sobre o sistema territorial originário entre os rios; nesse momento nos utilizamos de estudos de cunho historiográfico e antropológico sobre os conflitos envolvendo a Guerra dos Bárbaros, procuramos enfatizar nesse tópico a movimentação dos povos originários no contexto de realização da guerra como uma tentativa de entender suas formas de usos e apropriações dos rios na abrangência do que veio a ser produzido como sertões.

A segunda dimensão confronta a formulação teórica dos sentidos da colonização, desenvolvida por Prado Jr. (2010), com muitos estudos que reforçaram essa tese e algumas análises contemporâneas que analisam os limites do exclusivo comercial, na medida em que circuitos econômicos curtos e a guerra eram mobilizados como ações econômicas primárias de valorização. Essa análise teórica dos sentidos da colonização chega à conclusão que a guerra é originariamente mobilizada como uma forma de produção de riqueza na colônia. De posse desse entendimento sobre as guerras coloniais, o terceiro aspecto do capítulo analisa a movimentação da guerra para o interior e os contextos iniciais de montagem da Guerra dos Bárbaros.

O terceiro capítulo analisa a Guerra dos Bárbaros como dinâmica produtora de um processo de controle territorial do rio Jaguaribe. Para tanto, toma a instalação dos aldeamentos como estratégia de extermínio, confinamento e redução da condição de ser originária e as sesmarias como estratégias de conversão do rio em um instrumento de controle territorial da força de trabalho e produção e circulação de riqueza. O elo entre essas duas funções sociais da acumulação primitiva é a produção de uma guerra subjetiva que conforma uma geografia do trabalho, a partir dos confinamentos, em um contexto de intensos conflitos, que oferece as bases para a formação da moradia de condição como uma forma de controle territorial do trabalho.

O quarto capítulo, *O rio Jaguaribe e os fundamentos do Estado Territorial*, analisa a constituição de uma dinâmica do poder colonial que conforma as Comarcas como uma estratégia de gestão dos rios em seus aspectos produtivos e militares. Na análise percebemos

que os elementos das guerras coloniais são reelaborados e a violência institucionalizada forja a elite escravocrata e latifundiária como integrante da Guarda Nacional. As legislações de controle da vadiagem e do alistamento militar para construção de açudes são analisadas nesse capítulo como um aprimoramento das técnicas de governo dos aldeamentos.

Ainda no capítulo 04, nos dedicamos ao entendimento das intensas transformações ensejadas com o processo de diversificação produtiva analisando relatos de viagem sobre a organização produtiva do trabalho da moradia de condição no âmbito de um circuito comercial entre os rios que foram conquistados por meio da guerra. Realizamos ainda uma análise das formas distintas de usos, comportamentos e apropriações do Rio Jaguaribe em seu alto, médio e baixo cursos. O estudo sugere que a conformação do médio curso do rio como um local de elaboração da propriedade privada da terra tendo como centralidade a produção de reservatórios de comportamento da dinâmica de circulação das águas é uma produção desse momento de formação da sociedade senhorial

O quinto capítulo faz uma interpretação do profundo desgaste desse sistema de gestão montado do rio no contexto da diversificação produtiva com a seca que aconteceu entre os anos de 1877 e 1879, fazendo com que as grandes transformações ensejadas com a mudança dos regimes de circulação das águas cobrasse um lugar de destaque do Ceará na primeira grande crise climática mundial do Capitalismo. Essa análise é feita observando a formação da propriedade privada da terra e o crescimento da produção de algodão, que fazem com que o Ceará, em um movimento de permanente crise, passe a incorporar a circulação do capital industrial em seus circuitos produtivos.

A generalizada produção de açudes como estratégia de confinamento do trabalho em tempos de fome e epidemia, que culminam na produção dos campos de concentração como produto social que reelaboram as estratégias de extermínio, confinamento e redução das guerras coloniais, são lidas em confronto com o papel da ciência na produção de um regime de legitimação epistêmica para a tragédia humanitária armada no contexto da acumulação primitiva. Os fundamentos de duas ideologias espaciais são elaboradas em estágios de ensaios em um momento em que a circulação se torna um imperativo errante nas dominâncias do Jaguaribe, a Solução Hidráulica e a Vocação Agrícola.

Os tópicos que seguem apresentam para o/a leitor/a as referências bibliográficas mobilizadas para a construção da tese e, na sequência, os anexos. Nessa última seção da tese oferecemos para apreciação fotografias tomadas nas atividades de campo, mapas que podem ser consultados em todo o processo de leitura, bem como os documentos que registram a distribuição de sesmarias nas dominâncias do Rio Jaguaribe no século XVII.

### **1.1 Rio Jaguaribe, das entradas aos açudes. Apresentação da tese<sup>1</sup>.**

Boa tarde a todos, todas e todes. Sou Anderson Camargo, professor de Geografia e estou hoje aqui para defender uma tese. Quero agradecer a presença de todas as pessoas nessa seção de avaliação, principalmente dos membros da banca avaliadora. Agradeço a disponibilidade de cada uma/um em participar da atividade, ler o texto, trazer críticas e contribuições para esse momento de culminância. Entendo esse instante como uma importante oportunidade de diálogo que tem muito significados para mim. Um deles é um diálogo entre gerações, é uma satisfação poder contar com a leitura e avaliação de pessoas que admiro e que têm uma vasta contribuição com seus estudos e atuações políticas sobre o tema. São intelectuais com os quais me sinto em diálogo e me inspiraram nas reflexões e escritas.

Quero iniciar a minha fala me reportando a uma citação de Guimaraes Rosa que foi escolhida como uma das epígrafes da tese na qual o autor de Grande Sertão: Veredas nos diz, “Sertão sempre, sertão é isso. O senhor empurra pra trás, mas de repente ele volta a rodear o senhor dos lados. O sertão é quando menos se espera”. Essa tese estuda um Rio e como o controle territorial ao acesso e os comportamentos do mesmo explicam o processo de formação territorial do Ceará. O livro de Guimarães que nos referimos anuncia a todo tempo o sertão como o lugar de realização de uma grande e interminável guerra volante, uma guerra de formação e uma formação como destruição. À despeito de essa frase ser recorrentemente utilizada em menções saudosistas ou até bairrista, o estudo sobre como os sertões foram formados e como o desenvolvimento do capitalismo reelaborou essas ideias e práticas nos faz considerar que sertão é sinônimo de guerra.

Para a construção desse estudo parti de algumas perguntas e constatações realizadas em outras pesquisas e ao longo da minha formação, atuação profissional e política. Um conjunto de teses, dissertações e relatórios de entidades sociais nos evidenciam que o baixo curso do Rio Jaguaribe é um dos locais de mais intensas e radicais transformações promovidas por essas quatro décadas de neoliberalismo na América Latina. Todo o arcabouço do liberalismo autoritário, que mobilizou instrumentos de guerra para combater às secas foi adensados com os fundamentos da gestão corporativa dos autointitulados Governos das Mudanças. O resultado foi um conjunto de transformações territoriais que tornaram essa região um alvo por excelência

---

<sup>1</sup> Texto elaborado para a defesa da tese de doutorado, sessão pública de avaliação realizada na modalidade virtual, coordenada pelo Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE no dia 02 de março de 2023.

do capital financeiro assentado em estruturas do Estado que promovem uma integração produtiva químico-dependente e destrutiva.

Os índices de produtividade e empregabilidade são, recorrentemente, utilizados para enaltecer o sucesso de um sistema lacustre artificial integrado por canais vigiados que controlam a circulação do rio e mascaram a elevada intoxicação das pessoas, das águas e do solo. Duas ideologias espaciais são recorrentemente lançadas mão como legitimadoras dessas radicais transformações territoriais, a **vocação agrícola** e a **solução hidráulica**. Em nome dessas verdades elaboradas em instâncias científicas que reproduzem os desígnios do uso corporativo do trabalho, da natureza a partir de critérios sociais orientados por uma sociedade capitalista, racista e patriarcal, a produção do valor acontece com o exercício permanente de distintas e sobrepostas formas de violência.

Defendo a ideia que o controle territorial de circulação do Rio Jaguaribe é o principal feito da formação territorial do capitalismo no Ceará e todo o contexto de formação do Estado Territorial nesse âmbito repercutiu fortemente em processos de reelaboração do curso do Rio. Durante todo o ano o aporte de água e as chuvas ao longo de seu leito estampam as capas dos jornais que circulam no Estado, os blogs de notícias, as associações patronais. O Rio, seu corpo controlado, é um objeto de interesse de classe e é utilizado como um instrumento de gestão de pessoas e controle territorial do trabalho.

De posse dessas constatações fui à campo investigar a montagem desse amplo sistema territorial de controle do Rio e indagar o que pode ser dito a partir desse lugar sobre a Geografia Histórica do Capitalismo. No decorrer dessa caminhada encontrei muitas imagens de destruição, distintas formas de exploração do trabalho e da natureza, variadas formas de resistências e encontrei também uma pandemia. O confinamento como forma de proteção epidemiológica se tornou um elemento epistemológico que me fez experimentar o rio a partir das narrações literárias, de arquivos oficiais e pesquisas científicas, lendo à contrapelo os documentos de barbárie, que são os marcos da formação territorial da nacionalidade e confrontando com uma vasta bibliografia que estuda o Jaguaribe.

Passamos a indagar as origens sociais e as formas de usos dessas ideologias espaciais que são apresentadas como elementos inquestionáveis pelo Estado, a solução hidráulica e a vocação agrícola. Cheguei a algumas conclusões e que quero compartilhar com vocês hoje.

Farei isso em etapas, caros e caras avaliadores/as e ouvintes. E vou começar discutindo o objetivo da pesquisa, para que possamos dialogar sobre dimensões teóricas e metodológicas da tese. A investigação teve o objetivo de realizar uma análise da formação territorial do Ceará a partir dos processos de comportamento do Rio Jaguaribe, como já adiantamos, buscando

entender como as relações de poder que estruturam formas de usos do rio explicam a Geografia Histórica do Capitalismo.

Cabe, de antemão, falar um pouco do Rio Jaguaribe, seus cursos e abrangências. Uma pesquisa recente realizada por geógrafos identificou a nascente do rio como sendo a Serra da Lagoa Seca, onde nasce o Rio Carrapateiras, no limite do Município de Mombaça. Até pouco tempo a Serra da Joanhina, no município de Tauá era tida como local de nascimento do Carrapateiras que, ao encontrar o Rio Trici formam o Jaguaribe. Como veremos ao longo da apresentação outras intervenções humanas, que não investigação científica, provocaram alterações do curso originário do rio, não em seu nascimento, mas no seu desaguadouro.

O Baixo curso do Rio recebe importantes aportes hídricos advindos da Chapada do Araripe, carreados pelo Rio Salgado, culmina hoje na formação do Açude de Orós. O médio curso agrega as águas advindas de outras sub-bacias e reúne os aportes no Açude Castanhão. Daí o Rio segue partido em três: um canal leva água para a expansão do capital para o Litoral Oeste do Estado, alimentando também o sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF). Segue em um veio d'água seu curso original que é interrompido pelo bombeamento que eleva essa água ao topo da Chapada do Apodi para irrigar circuitos produtivos da fruticultura. Antes de seu desaguadouro o Jaguaribe é novamente cortado pelo Canal do Trabalhador, que também leva água para a RMF. O Rio chega ao mar para o seu despejo final faltando água para irrigar as áreas de mangue, dano ambiental que redefine radicalmente a dinâmica territorial das comunidades pesqueiras e tradicionais que vivem entre Aracati e Fortim.

O rio, redefinido e adaptado à dinâmica territorial de desenvolvimento do capitalismo, controlado por estruturas de concreto que elaboram um comportamento de seu curso, é manejado como instância da produção capitalista do espaço, um instrumento de controle do trabalho, um forma de exercício de violência. O Rio artificial que chega ao Litoral Oeste e assegura a capacidade produtiva de um Complexo Industrial Portuário formado por uma siderurgia e uma termelétrica é hoje um dos principais focos de conflitos, promovendo expulsões de camponeses, povos indígenas e tradicionais. Muitas dessas comunidades foram deslocadas nos séculos anteriores no contexto da formação do latifúndio que significou um processo de controle do acesso ao Rio, tornado seu leito produtivo. Hoje o Rio foi levado ao encontro do local de fuga dessas comunidades e, novamente, está sendo manejado como um instrumento de exercício de violência e expulsão.

Essa imagem do Rio sendo manipulado como um instrumento de classe, quando sua realização controlada e artificial elabora uma dinâmica territorial de exceção como regra, me

soou como uma imagem com muitos significados e me vi impelido a investigar as origens sociais dessas formas de exercício do poder. Se hoje açudes, transposições hídricas e grandes obras de engenharia são lançadas mão para manipular o Rio como um instrumento de controle territorial do trabalho, que outros objetos de poder foram elaborados para reproduzir o rio como um instrumento de colonização, tendo em vista que a produção desse lugar como sertões se deu a partir das Guerras Coloniais, sobretudo a guerra dos Bárbaros? O Rio tem lugar nessa grande e permanente guerra?

De posse dessa questão, caros e caras colegas, fui indagar a vasta bibliografia que existe sobre o Jaguaribe e encontrei muitas referências que estudam o controle territorial dos rios a partir de duas chaves de leituras muito recorrentes. A primeira nos instrui que a solução hidráulica tem suas origens na formação territorial do Estado autoritário no Brasil, de caráter patrimonial e militar, as intervenções que repercutiam em obras hídricas possibilitavam a drenagem de recursos financeiros para o fortalecimento institucional e militar do Estado territorial. A figura do coronel, articulada em uma rede de poder oligárquica erigia como a personificação local desse conjunto de transformações territoriais no Jaguaribe que a um só tempo assegurou a integração produtiva com o capital industrial, a transição do regime de exploração do trabalho e a formação da propriedade privada da terra. A bibliografia sobre o tema apresenta, recorrentemente, o conjunto de conflitos entre a Independência, a dissolução da Monarquia, o golpe de Estado que deu origem a República e o conjunto de conflitos de caráter religiosos que adensam esse momento, como o contexto formador dessa dinâmica política e territorial ajuntada na expressão solução hidráulica.

Um outro conjunto de interpretações, caros e caras, analisando a formação territorial da empresa colonial nos sertões identifica os rios como caminhos de entrada, indicadores dos locais de nascedouros dos córregos, os platôs úmidos, vales propícios para o desenvolvimento da agricultura comercial e da sociedade senhorial escravocrata e latifundiária. Dada a dinâmica territorial produtiva intensa, conflituosa e pouco monetizada no litoral e uma geografia caracterizada por rios pouco navegáveis, a abrangência territorial entre os sertões do São Francisco, Jaguaribe, Parnaíba, Piranhas-Açu e Apodi são lidos como fundos territoriais, locais de reserva para a expansão da Coroa.

Diante desses dois fundamentos que se constituem como ideias-forças no pensamento social brasileiro, quero com essa tese oferecer uma proposta de interpretação da formação territorial do Ceará a partir dos processos de controle do Rio Jaguaribe que identifica os instrumentos de gestão do rio como produtos das Guerras dos Bárbaros e a formação dos sertões do Jaguaribe como produto de uma Guerra Contínua, não de uma decisão sobre quando investir

em uma reserva de valor. Uma análise que não conseguirei apresentar a totalidade dos seus elementos, mas vou apresentar a seguir seus principais resultados e discussões em quatro momentos.

Um primeiro conjunto de elementos da tese está arranjasdas no segundo capítulo, cujo título é *Os sentidos da colonialidade nos cursos dos Rios*. Nesse momento faço um diálogo entre autores e autoras da Geografia, História e Antropologia pensando duas questões fundamentais, quais sejam: a existência de um sistema territorial originário entre os rio do que passou a ser construído como os sertões e as razões e contextos políticos que motivaram as entradas. Existem duas conclusões que são fundamentais nesse capítulo e que irão acompanhar todos os resultados da tese. Uma delas é que a Bacia Hidrográfica, ou a razão hipsométrica que mobiliza a circulação das águas superficiais, se converteu em uma instância de redução e extermínio dos povos originários, na medida em que os rios cumpriam centralidade nos processos de interiorização da empresa colonial ou, no que se convencionou chamar, da tropicalização da economia política ibérica. Uma segunda constatação é que os rios não foram somente caminhos abertos de entrada; eles precisavam imprimir em seus reflexos os sinais da criação; foram e são objetos de disputas materiais e simbólicos; foi preciso, pois, suplantar a forma de vivenciar e (re)produzir a dinâmica dos rios das sociedades ameríndias.

Analisando etnografias e estudos historiográficos passamos a compreender que os rios não seriam tão centrais nas disputas coloniais e nos processos decisórios de instituição de aldeamentos, vilas e sesmarias, se não cumprissem centralidade na organização territorial dos povos originários que viviam entre esses rios. Verificamos que a dinâmica de circulação dos Tarairiús e de fixidez dos Pankararus, estava diretamente relacionada às formas de usos dos rios produzindo significados distintos dos impostos pela colonização. Desse modo, as entradas impunham também uma reclassificação geopolítica da natureza, produzindo uma lógica de uso extrativo. Entre esses rios, convertidos em mecânica das entradas, existiu um sistema territorial pluriétnico e plurilinguístico que envolvia existências pactuadas e conflitivas de distintas etnias; uma geopolítica originária de cognição da natureza, construção e utilização de caminhos, éticas, artes da guerra, uma economia desenhada em intercâmbios, em suma, uma produção espacial geográfica. Não teria tardado a conquista dos sertões se não existissem sistemas de comunicação, gestão pactuada, comércio; efetivos diálogos e acordos dessas etnias que viviam entre esses rios.

A análise das razões das entradas foi feita considerando essa como parte constitutiva fundamental dos processos de acumulação primitiva, entendendo essa, como nos alude Marx, como a prévia acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto

de partida. Esse conjunto de transformações reflete, para o referido autor, o movimento de fortalecimento do capital comercial, repercutindo os primeiros avanços da expansão marítima, e da renda acumulada e circulada em empréstimos, processos que provocam um conjunto de oportunidades para a expansão integrada do capital produtivo.

O incipiente protagonismo do capital produtivo, na transição do século XV para o XVI provocou uma fusão entre as formas de realização do Estado e do capital produtivo, gerando ciclos fortes de concentração e centralização. A expansão de uma nova forma de produção será conduzida, segundo Marx, por processos generalizados que institucionalizam a violência como uma ação formal e legítima do Estado moderno.

Muito embora vivenciando contextos políticos e sociais muito distintos a mundialização da sociedade mercantil fez com que ações de violência, controle do trabalho e expropriação da natureza passassem a ser reproduzidas como situações de complementaridade. As técnicas de guerras manipuladas com os cercamentos na Europa foram vastamente utilizadas e redefinidas nos enfrentamentos aos povos originários, bem como as políticas de violência, gestão de multidões e o implemento da produção mecânica, vastamente utilizada nas Américas, foram redefinidas e incorporadas no processo de industrialização e urbanização na Europa.

Ainda no âmbito do referido capítulo, em diálogo com importantes estudos que analisam a dinâmica territorial e econômica da colonização que revisam as bases dos Sentidos da Colonização, do Exclusivo Colonial e do Antigo Sistema Colonial, enquanto conceitos e teses muito relevantes para entender a colonização, a tese que ora apresentamos discute a guerra como produtora primaz de riqueza no novo mundo. À despeito de importantes interpretações teóricas considerarem a dinâmica territorial dos sertões como locais de reserva e o expansionismo sertanista como produto da crise da economia do açúcar, essa tese está posicionada em outro campo de interpretação do contexto de expansão da colonização.

De maneira resumida podemos apresentar essa interpretação em dois argumentos centrais. Primeiro que a dinâmica territorial dos povos originários nos sertões foi produtora da territorialização da colonização e precisa ser considerada na análise, na medida em que promoveu um retardo de quase dois séculos, impondo uma condição de incerteza à expansão colonial. Enxergar a Guerra dos Bárbaros como produtora de fronteira, assumindo o entendimento do sertão como o lugar do sacrifício, uma situação de fim de era, foi possível a partir da análise da arte da guerra indígena e da redefinição das formas de enfrentamentos trazidas com os portugueses. De modo geral podemos considerar que a incorporação de indígenas nas batalhas e os processos etnográficos e de tradução como elementos constitutivos

da guerra foram centrais na reprodução dos rios como motores materiais e simbólicos da colonização.

O segundo aspecto é que a expansão da colonização para os sertões é lida nessa tese não como resultado de uma crise do sistema produtivo do açúcar, mas um reflexo do sucesso desse. Considerando que a escravidão teve um papel central na constituição da riqueza nos séculos iniciais da colonização e que sistemas produtivos suplementares logravam algum êxito na produção de renda, só foi possível ampliar a posse de terras agricultáveis na colônia e estabelecer novos circuitos comerciais se utilizando da tática primaz e permanente de produzir riqueza na colônia, fazendo guerras.

É nesse sentido que uma das conclusões principais da tese é que considerar a expansão da pecuária como a base fundante de uma rede urbana colonial nas dominâncias do Jaguaribe é uma interpretação um tanto conciliatória, na medida em que a guerra funcionou como um aglutinador de investimentos e que o patrimônio das primeiras famílias donatárias que conseguiram terra nas dominâncias do Jaguaribe era constituída fortemente pela posse de pessoas escravizadas. A guerra como agente econômico e a escravidão como instrumento de acúmulo de renda capitalizada constituem as bases do processo de interiorização da colonização nas dominâncias do Jaguaribe. A produção de riqueza subsequente responde as formas de envolvimento nas batalhas. A pecuária é uma alternativa econômica imediata de exploração da propriedade, uma opção transitória que foi devastada pelas secas ainda no século XVIII e um subsídio imediato e volante que alimentou as guerras.

Já no contexto do terceiro capítulo da tese, *A guerra como condição espacial e o controle do Rio Jaguaribe*, ao analisar o processo de territorialização das entradas em vilas e aldeamentos pudemos discutir argumentos que fortalecem o entendimento da Guerra dos Bárbaros como o elemento primaz, econômico e político da formação territorial nas dominâncias do Jaguaribe. Foi fundamental, nesse sentido, considerar a guerra em seus aspectos produtivos, na medida em que essa promoveu novas funções para a renda acumulada no litoral, passando a ser investida em formas de aplicações visando terras produtivas como recompensas. As entradas estruturadas em guerrilhas passavam a mobilizar de maneira frenética o crédito primário baseado na contribuição coercitiva, assegurando a montagem de uma logística robusta de mantimentos e força de trabalho.

Desse modo, a Guerra dos Bárbaros é analisada na tese como produtora de riqueza e de uma organização social que respeitou as formas de envolvimento nos confrontos. Verificamos que a distribuição de sesmarias foi regulamentada pelos níveis de envolvimento nas batalhas, em seus aspectos militares e financeiros. A guerra é entendida como o processo central de

reprodução da valorização, produtora de fronteira e de um significado racial fundamental. Foi necessário para tanto considerar o conflito como referência científica, rompendo com a noção do pioneiro e incorporando o outro lado como referência na análise, levando em consideração que a fronteira é um elemento definidor do desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, caros e caras ouvintes, a pecuária não pode ser considerada a produtora originária dos caminhos nos sertões, esses caminhos já existiam seguindo ou não os cursos dos rios foram reestruturados pelas guerras. Isso fica evidente quando constatamos que, a despeito das condições de produção e circulação serem melhores no litoral e na Chapada do Araripe, até meados do século XVIII as principais determinações políticas e econômicas advinham do médio curso do Rio, de Icó, local que aglutinou os maiores conflitos e, conseqüentemente, o maior fluxo de investimentos, crédito e circulação de rentabilidade envolvendo os investimentos advindos do litoral, bem como a concentração de pessoas escravizadas, denotando concentração de riqueza.

A constituição de vilas de índios, nas formas de aldeamentos, e a concessão de sesmarias, realizadas concomitante à movimentação da guerra, se constituem como a territorialização das entradas e a produção espacial da colonização em outros níveis de articulação política e econômica. Identificamos a formação de uma rede triangular de relações econômicas e religiosas entre os Rios Jaguaribe, São Francisco e Piancó-Piranhas-Açu, possibilitada pelo fato de as ações bélicas terem um conteúdo religioso e os aldeamentos cristãos serem constituídos fundamentalmente de uma função militar.

A territorialização de aldeamentos e sesmarias colocou em outro patamar as formas de uso, exploração e controle territorial dos rios. Às margens dos cursos maiores desses os aldeamentos estavam constituídos os locais de redução para onde eram levados em descimentos os indígenas capturados. Nesse momento se imbricam de maneira mais evidente as formas de controle territorial das pessoas e dos corpos hídricos, à medida que se intensificam as técnicas de redução da condição do ser originário, são também traçados planos econômicos e territoriais para usos e explorações dos seus leitos que envolvem a imobilização de capital fixo se utilizando do trabalho dos indígenas vilados.

Analisamos na tese os aldeamentos indígenas como um espaço de confinamento para a reprodução social de uma geografia do trabalho apta a promover uma integração produtiva do vale do Jaguaribe com o capital industrial e uma transição do regime de exploração do trabalho, dada decadência do mercado escravagista.

Digo reprodução social da força de trabalho, caros e caras, porque o âmbito de imposição de um modo de exploração do trabalho a partir do controle do tempo e da produção

de uma outra subjetividade, é também a produção e um novo patriarcado. As incipientes formas de remuneração do trabalho masculino, a nucleação das unidades familiares e a conversão das lideranças originárias em instâncias sociais punitivas, conformam um ambiente de intensas formas de violência de gênero que pudemos constatar analisando documentos que relatam o encarceramento de mulheres por praticarem aborto. O corpo humano, como nos alude Federici (2017), passa a ser reproduzido como uma propriedade, peça de funcionamento de um sistema produtivo e concentra as ações punitivas de castigo como forma de disciplinamento.

Os aldeamentos conformavam uma dimensão fortemente subjetiva para as guerras e as políticas restritivas de circulação impunham um caráter contínuo de vigilância e exceção. A língua foi amplamente manipulada como instrumento de redução, o Kariri foi utilizado como um idioma de mediação no projeto pedagógico de controle do tempo, sobretudo na tradução das tradições católicas.

A velocidade das transformações territoriais no âmbito da instalação de estruturas produtivas de exploração nas dominâncias do Jaguaribe até o final do século XVIII são analisadas na tese em três movimentos concatenados. Uma intensa mobilidade populacional em direção à Chapada do Araripe, adensando suas vilas e ampliando a capacidade produtiva dos senhores de terra; na imposição de uma política rígida de confinamento e restrição de circulação para os indígenas, estruturando formas de exploração compulsória do trabalho; bem como no desenvolvimento de um projeto de engenharia que estruturou a distribuição das águas do Rio Batateiras, um dos principais formadores do Jaguaribe, passando seu curso a ser distribuído entre engenhos produtores de derivados da cana-de-açúcar.

Concomitante a essa dinâmica de intenso adensamento da diversificação produtiva a elite senhorial em formação localizada no Cariri logrou recursos financeiros para investir em cavalarias de expulsão estabelecendo uma ampliação do estado de exceção entre as fronteiras com a Paraíba e o Piauí, bem como passou a investir em ações de enfrentamento à indígenas que circundavam o vale do Rio Brígida, formador do São Francisco, nas proximidades onde hoje é o município de Exu. Essa ampliação do domínio territorial garantiu a disponibilização dos vales úmidos, latifúndios irrigados, exclusivamente para a produção da agricultura e a depressão sertaneja para a criação de gado.

Menos de um século após a instituição das primeiras sesmarias uma rede urbana entre Jardim e Aracati conformava um controle militar do Jaguaribe e uma intensa produção agrícola e circulação comercial. Concomitante a capacidade de requalificação dos cursos d'água a transferência dos Kariris aldeados para o litoral, a produção de um decreto que determinou o completo extermínio dos povos originários no Ceará demonstra a disposição bélica ao

enfrentamento a essas existências e a capacidade dessa dinâmica territorial e produtiva ascender a condição de Província, afinal não se estingue etnias por decreto.

Pudemos perceber até agora, caros e caras colegas, que a territorialização da colonização portuguesa nos sertões logrou articular uma rede urbana intermediada por crédito, informações, dinheiro e mercadorias. Essa estrutura de poder impunha um conjunto de modificações estruturais na dinâmica de circulação das águas e conformava as bases para a diversificação produtiva, como produto da expansão consolidada da agricultura comercial, e da sociedade senhorial.

O capítulo 04 da tese continua pensando como essa dinâmica se autonomiza do ponto de vista econômico, ampliando a circulação de crédito e promovendo autonomização de circuitos produtivos, analisa mais detidamente os significados políticos desses desdobramentos. O capítulo intitulado *O Rio Jaguaribe e os fundamentos do Estado territorial*, investiga as formas como a estruturação de um circuito produtivo integrado no curso do rio significou a montagem de uma Geografia do trabalho baseada na acumulação de renda mediante o cativo de pessoas escravizadas e a intensa exploração da natureza. Um par dialético que constituiu a grande fazenda como uma unidade política e produtora, como um cárcere e um local de moradia da família senhorial e as pequenas comunidades dispersas de moradores de condição subjugadas a extração concentrada da renda da terra. As vilas ou sedes dos distritos, freguesias ou cidades fortaleciam suas centralidades como locais de convergência, passagem e sede da Guarda Nacional, da Paróquia ou Diocese, dos primeiros veículos de imprensa, das feiras, celebrações e decisões políticas.

Verificamos que a autonomização do senhor de escravo no âmbito econômico e político se relaciona com a instituição de comarcas promovendo, mediante a integração produtiva, uma dinâmica regional de circulação de valor concentrado. A marcha de instituição de comarcas, vilas e distritos culmina, ao final do século XVIII, no completo controle territorial do Rio Jaguaribe a partir de uma rede integrada de sedes da Guarda Nacional da montante à jusante.

A um só tempo as intervenções que impõem um comportamento ao rio, mais robustas que as mencionadas anteriormente, indicam que a regionalização da atividade produtiva, a promoção de intensa mobilidade populacional, a diversificação da exploração da força de trabalho, estão sintetizadas na imobilização de capital físico nos barramentos dos rios como estratégia de controle populacional. Essa dinâmica territorial ensejada pelo contexto de decadência do Antigo Regime, caracterizada por transições de formas de exploração do trabalho, forjam o pequeno açude, antecessor das faraônicas barragens contemporâneas, como

um objeto geográfico de controle territorial, um indicativo de distinção social e a materialização da dinâmica do trabalho do morador de condição.

A tese analisa a dinâmica regionalizada da exploração do Rio Jaguaribe na transição do século XVIII para o XIX em três constatações que são muito significativas para pensar os resultados do estudo. Primeiro que a incipiente expansão do cultivo de algodão e a decadência da exportação de carne em decorrência das secas ao longo dos oitocentos provocaram uma transição hegemônica da dinâmica urbana que passou a concentrar o capital comercial e produtivo em Fortaleza<sup>2</sup>. Segundo que o médio curso do Rio se constituiu a partir desse momento como o lugar por excelência de acúmulo de água em açudes, dado intensa exploração pelos circuitos da agricultura comercial. Terceiro que os centros urbanos passam a adensar formas de acúmulo de riquezas não somente atreladas diretamente a circuitos produtivos agrícolas, uma vez que grandes fortunas são acumuladas também com o comércio regional e a importação de bens de consumo, contexto que converte o senhor de terra em um intermediador comercial intensificando as formas de exploração da renda da terra.

Em suma, o que podemos dizer em poucas palavras sobre o debate desse capítulo, caras e caros colegas, é que a solução hidráulica e a vocação agrícola, duas ideologias espaciais muito recorrentemente lidas como sendo um produto social da República Velha estão postas na dinâmica de autonomização do Estado no âmbito do Jaguaribe e são construídas a partir do processo de reelaboração das guerras coloniais. Dizemos isso porque a lógica de confinamento e redução ensejada pelas entradas e catequese são requeitadas na formação do latifúndio enquanto uma instância política de classe. Ademais podemos dizer que narração da natureza nos sertões como uma instância inacabada da criação, como algo a ser ajustado e a formação de uma geografia do trabalho a partir de um alistamento com requintes de guerra nos fizeram perceber a sobrevivência de algum modo da orientação católica para os descimentos e reduções.

A aquisição de terras seguindo uma lógica geracional à montante e o fluxo da circulação do crédito advindo majoritariamente do médio curso do rio (verificado a partir da análise de inventários), demonstrou no estudo que realizamos que os saldos gerados pelas guerras, pela imobilização de valor no trabalho escravizado e pela pecuária garantiram a expansão do controle territorial para a Chapada do Araripe, bem como a instituição de um circuito produtivo ainda mais pujante. Cem anos após instituídas as primeiras sesmarias, o vale do Jaguaribe estava suficientemente integrado, política e militarmente apto para a inserção do capital industrial que

---

<sup>2</sup> Ao longo do século XX essa mudança na dinâmica regional da urbanização se intensifica a tal ponto de a Região Metropolitana demandar o rearranjo da bacia hidrográfica fazendo com que as águas do Jaguaribe se constituíssem como uma das suas principais formas de abastecimento.

viria a promover radicais transformações na dinâmica territorial da exploração da renda da terra e da acumulação de riqueza.

O contexto de formação da propriedade da terra e estruturação de um mercado fundiário nas dominâncias do Jaguaribe é debatido no capítulo 05, *O açude como forma-política da territorialização do Estado Colonial*. O englobamento capitalista da terra é analisado no capítulo final da tese como um processo que converte o rio em uma força social de reprodução de renda confrontando com três ideias forças encerram a tese. Primeiro como a territorialização do Estado significou a captura da máquina de guerra que caracterizava a situação de irregularidade das guerras coloniais a partir da instituição de uma legislação de alistamento militar como forma de confinamento social do trabalho, bem como mediante a elaboração de uma tecnologia social de extermínio que será vastamente utilizada nas guerras totais no século XX, os campos de concentração.

Segundo, a expansão dos cultivos de algodão pelos sertões significaram a incorporação de um maquinário obsoleto na Europa ampliando a capacidade de extração da renda da terra e expressando o imperativo da expansão global das relações capitalistas de produção, repercutindo a lei tendencial de desvalorização do capital. A integração produtiva com o capital industrial impõe uma circulação do crédito em dimensões muito elevadas, na medida em que os financiadores da reestruturação viária e logística das dominâncias do Jaguaribe são os beneficiários nas exportações do algodão, que passam a receber o produto na velocidade dos telégrafos, descaroadadeiras e ferrovias.

A radical crise climática ocorrida entre os anos de 1877 e 1879 demonstra os termos da reestruturação produtiva imposta pela instituição da propriedade privada que resultou em uma redução acelerada dos vales úmidos, refúgios em tempos de secas, da produção de gêneros alimentícios e uma rápida aceleração dos preços dos alimentos. O resultado do generalizado crescimento do cultivo de algodão ao longo do século XIX, caros e caras ouvintes, é lido na tese como parte constitutiva de uma crise mundial de fome, identificada por Mike Davis (2022) como o grande holocausto do século XIX.

Um conjunto de secas sincronizadas resultante dos deslocamentos maciços na localização principal dos sistemas climáticos tropicais afetou fortemente o regime de chuvas em lugares onde a circulação do crédito internacional britânico havia consolidado circuito econômicos subsidiários de commodities envolvidos com a produção industrial. O açude como instrumento de controle territorial do trabalho foi esvaziado pela atmosfera seca, a circulação de pessoas em busca dos centros urbanos e a fome generalizada formaram as condições

propícias para que o Estado instituísse na forma da Lei o alistamento ao trabalho em frentes de emergência e o campo de concentração como forma de extermínio.

A intensa mobilidade populacional consolidou vastos espaços de reserva e um conjunto de proprietários endividados, contexto que funcionou como uma bomba hidráulica para a formação do comércio mundial de gêneros agrícolas centralizado em bolsas de valores nos Estados Unidos e na Europa.

O terceiro aspecto que é discutido no capítulo é o papel exercido pela burocracia do Estado forjada pelos saldos da diversificação produtiva e o lugar do pensamento intelectual e da ciência na imposição de um conjunto de soluções para as secas. A sociedade senhorial dispunha de juristas cartoriais próprios para legalizar suas terras griladas e de um conjunto de romancistas e intelectuais, inclusive geógrafos, que se alçavam ao lugar social de idealizadores das soluções.

A transição da terra enquanto forma fundamental de riqueza para um equivalente de riqueza foi produzida no âmbito do Jaguaribe a partir da introdução de dispositivos disciplinares, da realização da aceleração da produção, da criação de um ambiente de experimentação e da gestão biopolítica da força produtiva.

O que podemos perceber com essa análise é que acontece um curioso e revelador entroncamento entre os códigos de gestão e comportamento das águas, os procedimentos de constituição da moradia de condição com as legislações de controle e arregimentação das camadas populares como forma de “conter a vadiagem”. São produtos sobrepostos dessa sucessão de tempos calcados na base da formação colonial do sistema-mundo que forjam a territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe como uma estrutura que tem no exercício militar do poder uma de suas ações centrais de realização.

Encerramos nossa fala, queridos e queridas ouvintes, expressando duas ideias que me acompanharam em todo o processo de pesquisa e escrita dessa tese, a de que as relações com as águas estão inscritas no fazer ontológico do espaço e que é possível entender a realidade a partir das estruturas de controle da circulação dos corpos hídricos, na medida em que esses são constituídos como mimeses das formas de confinamento e disciplinamento na sociedade capitalista.

Defesa realizada no dia 02 de março de 2023 na modalidade virtual.

## 2 OS SENTIDOS DA COLONIALIDADE NOS CURSOS DOS RIOS

“Mesmo o leito seco de um rio ainda guarda seu nome.”  
(Provérbio africano em GONÇALVES, 2006).

Os limites territoriais entre os Estados nos sertões do que hoje conhecemos como Nordeste, cindidos por marcações muitas vezes sinalizadas por rios ou elevações de relevos, foram resultados de intensas guerras com os povos originários e locais de encontro das entradas advindas das duas expoentes aglomerações econômicas-urbanas coloniais ancoradas no litoral. Fronteiras-matrizes, marcadas por guerras contínuas ao longo dos séculos XVI e XVII, como a região do São Francisco, para onde fugiram indígenas de distintos troncos étnicos, advindos em retirada desde o recôncavo baiano, ou fugidos das imediações que desenham a tríplice fronteira dos atuais sertões de Pernambuco, Ceará e Rio Grande do Norte. Nesse aspecto, entrar continente adentro é produzir fronteira.

Como as entradas da colonialidade vieram pelos mares no início do século XVI, provocando intensos conflitos com os caetés, potiguaras, tupinambás, entre outras etnias, as bocas abertas dos rios murmuraram os caminhos de entradas já traçadas pelos povos originários até as suas fontes, fazendo com que fossem ouvidos na planície fluviomarina as vozes dos platôs sertão adentro<sup>3</sup>. Se é verdade que a lógica moderna da colonialidade, que produziu o capitalismo, só consegue existir em perpétua expansão por ser hierárquica, desigual e excludente, os rios representaram para a Coroa, do século XVI em diante, o que o mar representou desde o século XIV: o perigoso e sinuoso caminho de entrada para a redução, extermínio e subjugação de todas as relações à lógica ocidental em germinação. Pelas águas, a produção de um sistema-mundo alcançou a costa do que veio a se chamar América, e pelas águas chegou ao seu interior.

A colonialidade subjugou a força e o fluxo dos rios a uma lógica de produção de fronteiras, dos maiores para os menores cursos, em movimentos diversos de avanços e recuos. Controlar o acesso ao São Francisco, por exemplo, fundando vilas, exterminando ou catequizando etnias, foi fundamental para em seguida acessar e controlar suas fontes no além São Francisco, oeste da Bahia e instituir fronteiras. Ademais, as batalhas que culminaram em

---

<sup>3</sup> Quando falamos que os caminhos já haviam sido traçados, nos referimos a estudos realizados já por Sérgio Buarque de Holanda e, *Raízes do Brasil*, quando nos adverte que muitos caminhos que seguiam o curso do Rio São Francisco já eram caminhos permeados de significados políticos e econômicos.

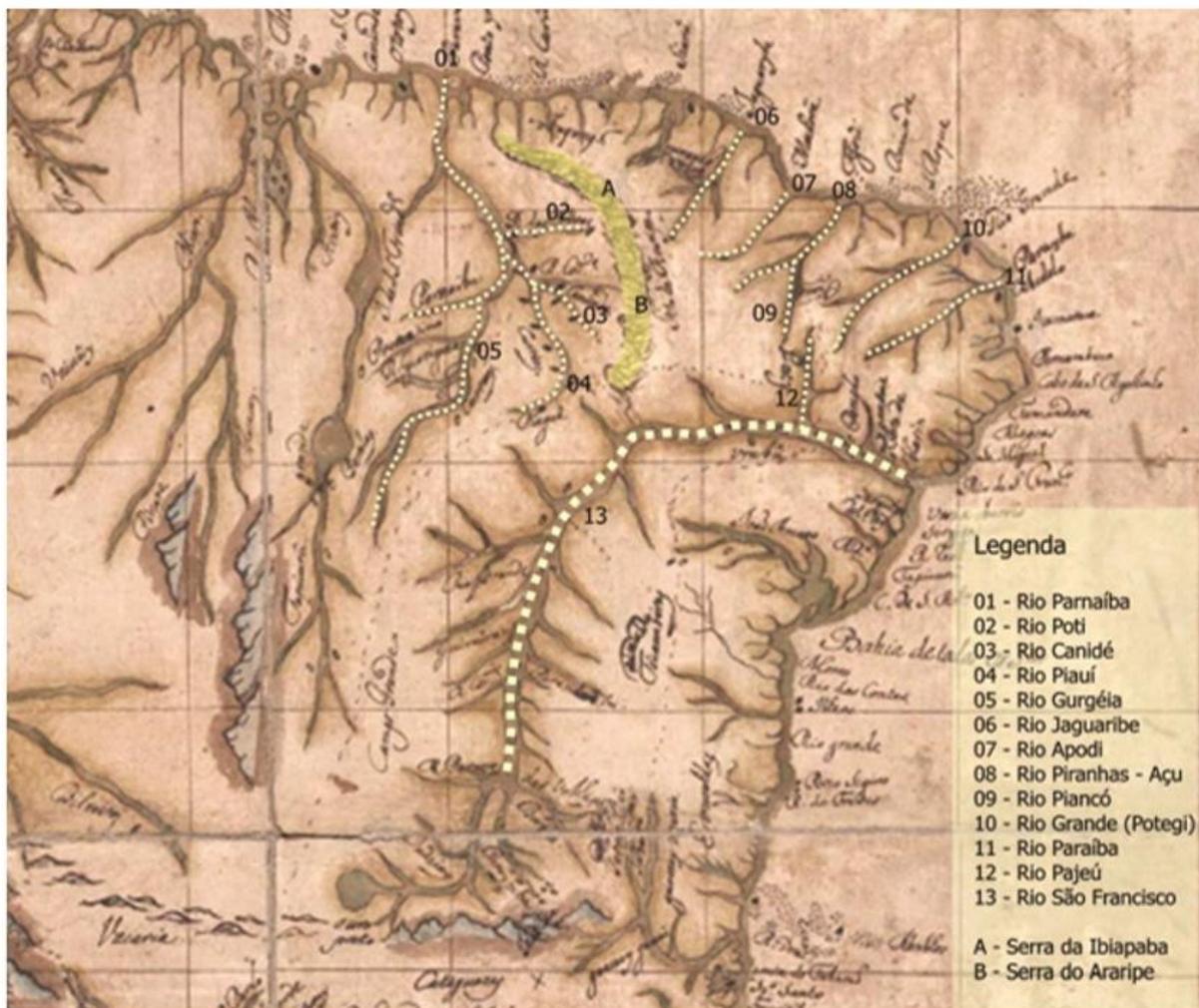
extermínios entre os Rio Jaguaribe e Apodi foram, por um lado, fundamentais para espalhar mercês, sesmarias e vilas de índios pelo rio Salgado, instrumentalizar os usos das águas nas suas fontes na Chapada do Araripe, bem como decisivas para consolidar a ocupação na porção norte da referida Chapada, onde se encontram olhos d'água do São Francisco. Por outro lado, tais batalhas foram fundamentais para marcar a Chapada do Apodi como trânsito de entrada por excelência do gado, local que é divisor de águas dos dois referidos rios<sup>4</sup>. As guerras pelos cursos maiores dos rios irradiaram caminhos de domínio territorial para todos os lados de onde advêm seus afluentes.

Esse movimento escalar da colonialidade a partir dos rios é um demonstrativo carregado de significados da formação dos estamentos da sociedade colonial. Controlar o rio pelas suas cheganças é a mimese do desejo de impor outra razão para totalidade das relações entre os seres. Como os maiores cursos são os caminhos para onde seguem todas as águas superficiais, carregando consigo informações de origem e entregando os caminhos percorridos desde as nascentes, dominar e nominar o curso maior é um coercitivo aviso sobre os fins dos mundos que existiram sertões adentro.

---

<sup>4</sup> Rio São Francisco em seu sentido Sul, Jaguaribe, norte e Parnaíba Oeste.

**Mapa 01 – Rede Hidrográfica**



Mapa 1: Cartografia elaborada no século XVII atribuída ao Padre Domingos Capassi, disponível no acervo virtual da Biblioteca Nacional.

O Mapa 01, atribuído ao Padre Domingos Capassi – religioso que, juntamente com o Padre Diogo Soares, esteve na plataforma continental que veio a se constituir como Brasil no início do século XVIII a convite de João V (FIOVARANTI, 2014), rei de Portugal – demonstra o amplo conhecimento por parte da coroa da rede de rios que produzia caminhos nos sertões.

A Chapada do Araripe está representada no mapa como destino final do percurso saindo do litoral beirando o Rio Jaguaribe, integrada à Ibiapaba por um caminho que até certo ponto segue o Rio Poti. O raio de abrangência conferido pela dominação do Jaguaribe, como veio de circulação e controle territorial lusitano, conferia à colonialidade a capacidade de se integrar, pelos caminhos já existentes que seguiam os cursos dos rios, ao Piauí e Maranhão, facilitando o acesso à Amazônia por terra e ao Rio São Francisco.

Não estariam os regimes geopolíticos originários de produções e usos dos territórios nos sertões muito relacionados à realização das redes de rios? As dominâncias étnicas, os troncos linguísticos e as dinâmicas migratórias utilizavam os rios como marcações ou indicativos? Os rios faziam partes dos rituais cumprindo quais papéis nas cosmovisões originárias? A penumbra em torno da nação inventada como outro a ser vencido diz muito sobre a radicalidade do processo de colonialidade, o que nos coloca diante da impossibilidade de romper o genérico tapuia, como nos alude Lima (2004).

A documentação realizada pelas entradas designava, a partir da generalização “tapuia”, o conjunto de povos que viviam entre essas redes de rios na abrangência do que veio a se constituir como os sertões. Uma abrangência muito mais ampla da que conhecemos hoje, uma vez que eram designados também com esse epíteto indígenas do cerrado em uma abrangência desde Minas Gerais até o interior do Maranhão. Como nos alude Santos (2017), desfazer essa generalização, produzir reflexões que levem ao entendimento dos modos de vidas específicos de grupos étnicos claramente identificados e situar espaços de movimentação associados a cada um desses grupos, são tarefas que têm esbarrado na radicalidade dos massacres que lograram desfazer o contínuo territorial, as narrativas cosmológicas e as formas de sociabilidade existentes.

Para o referido autor, a corrosão à qual as populações indígenas que viviam nessa abrangência foram submetidas não se limitou a produção de registros históricos nos contextos de expansão territorial nos séculos XVI, XVII e XVIII. Também no século XIX podem ser identificadas ações que corroboram com a ausência de registros mais contínuos e detalhados sobre esses povos. No contexto da produção de uma historiografia oficial da nação, Santos (2017) nos informa que autores como Varnhagen encarregaram-se de reforçar os estigmas e generalizações contra os tapuias, dessa vez tratando como obstáculos à civilização os grupos indígenas que remanesciam no interior do país: botocudos no Leste, caingangues no Sul e povos jês no Brasil central.

O século XX, na sua primeira metade, manteve essa tendência. Podemos perceber a persistência dessa abordagem a partir dos estudos realizados por Freyre (2003), cuja produção intelectual repousa na tentativa monumental de estabelecer uma sociologia da formação da sociedade formulada a partir de um quadro conciliatório entre a casa grande e a senzala como uma síntese da realização da colonização. Nesse intento, se o referido intérprete não nomina esses povos em seus vastos estudos sobre os sertões, por outro lado, atribui à influência moura herdada com a migração dos “piores tipos”, a produção de uma subalternidade mobilizada pelo trânsito entre Portugal e Colônia via Atlântico. O autor classifica os povos originários como

incapazes de desenvolver agricultura, tendo sido um ato heroico lusitano fundar a agricultura nos trópicos a qual, sem a escravidão, seria de impossível realização. No entendimento do autor, “do indígena quase que só aproveitou a colonização agrária no Brasil o processo de coivara, que infelizmente viria a empolgar por completo a agricultura colonial”. (FREYRE, 2013, p. 164). Salta aos olhos que o autor entende como experiência exitosa de agricultura aquilo que Prado Jr. (2010) classifica como agricultura de exploração.

Para Santos (2017), essa recorrência de registros e análises generalizantes e estigmatizadas está associada às atitudes arredias e à contínua resistência realizada pelos, assim chamados, tapuias a estas frentes de expansão. Os povos do sertão foram sendo registrados e analisados com a sistematização da ciência nos séculos XIX e XX a partir de uma visão simplista que compreendia suas ações territoriais e cotidianas como um contrário oposto a uma visão, também generalizante, dos indígenas do litoral como negociadores. Essa dicotomia simplificadora agia produzindo uma oposição entre ‘brabo’ ou ‘indômito’ que, quando confrontada com uma outra desenvolvida para os povos do litoral, ornada com adjetivos do tipo ‘mansos’, ‘domésticos’, resultava na projeção altéica do “outro”, o bárbaro.

Os povos dos sertões nos foram apresentados como falantes de uma língua travada; uma massa homogênea de coletores/caçadores com agricultura rudimentar, que não se fixavam territorialmente e cujo nomadismo foi fator impeditivo para a fácil entrada dos colonizadores aos sertões, a partir da sua guerra diluída, fragmentada e de emboscada. Para tanto, a historiografia oficial fazia ecoar os registros coloniais das entradas onde esses povos originários foram cuidadosa e intencionalmente indocumentados (LIMA, 2004; SANTOS, 2017; COSTA, 2016). Apesar de terem os colonizadores portugueses realizado importantes acordos, como com os Jandoins e Canindés, possibilitando trânsitos de reconhecimento (OLIVEIRA, 2016; OLIVEIRA, 2017), ou realizando massacres decisivos afugentando as entradas entre 1603 e 1604 (OLIVEIRA, 2017), ou mesmo recebendo mercês e títulos de arqueiros reais (FERRAZ, 2016), tais povos foram persistentemente indocumentados.

Escassear a presença desses povos na História oficial foi uma ação decisiva de ocultamento de suas cosmovisões, tendo em vista que os mesmos eram referenciados de maneira recorrente nas interpretações coloniais em um pareamento simplista como mansos ou brabos (LIMA, 2004). Muitos dos documentos sinalizam tão somente as situações diretas de guerras e enfrentamentos (SILVA, 2019), de modo que a dominância espaço-territorial exata de cada etnia permanece imprecisa. A geopolítica de distintos significados e apropriações da natureza resultou em intensos e longos conflitos entre esses povos, dos quais pouco sabemos. Rastros desses modos de ser ficaram impressos nos documentos coloniais e demonstram

situações belicosas e disputas entre essas etnias que habitavam os sertões e desses com as entradas.

Para Silva (2019), o fato de as documentações produzidas sobre os Tarairiú serem em si um registro de guerra constitui tais fontes como informações militares sobre o inimigo. Tais olhares e registros produziram imagens que se coadunavam com as mudanças sociais em curso no contexto das guerras de entradas, estando intrinsecamente implicadas com as transformações militares impostas pelos conflitos, o que reverberou na incorporação de elementos bélicos de origem europeia na condução da guerra pelos povos originários dos sertões, como armas de fogo e cavalos.

A colonialidade logrou a destruição da materialidade desses mundos e das possibilidades cognitivas de leituras de muitos signos que sobreviveram aos massacres. Os rastros da destruição de totalidades, os acordos firmados e as fronteiras fincadas nos fazem crer que os rios, subjugados a essa lógica de reprodução da destruição, cumpriram centralidade nesse engenho. Não seria primaz para o movimento da colonialidade dominar (material e simbolicamente) o acesso a esses rios e nominá-los, se não fossem esses tão significativos para a cosmovisão desses povos que aí viviam. Fazendo isso, dos cursos maiores para os menores de maneira totalitária, o batismo do Opará como São Francisco – mais significativo rio de todos na abrangência do que estava vindo ser denominado como sertão – pode ser lido como um anúncio do genocídio subsequente.

Pensando o curso maior como o ponto máximo de observação para onde chegam todos os outros cursos, como panóptico por rebaixamento, impor uma razão de relações entre os seres e reduzir as cosmovisões a partir desse ponto, faz do rio um instrumento de auto reprodução da colonialidade. A bacia hidrográfica, ou razão hipsométrica para onde fluem os cursos d'água, passa a se converter em um campo de redução e extermínio, em seguida firmada como sesmaria e depois como limites interestaduais ou municipais.

O comportamento dos corpos tapuias, a regulação de seus cotidianos e a tentativa de imposição totalizante de outra razão, foi concomitante ao comportamento dos corpos hídricos. Dominar/nominar um foi fundamental para explorar o outro e vice-versa, desde os corpos maiores até os veios íntimos de nascedouro.

Essa marcha progressiva da colonialidade faz do Rio Jaguaribe uma síntese significativa da produção de fronteiras, o braço de entrada, o produtor de caminhos que, reproduzido enquanto corpo colonial, abriu o trânsito por dentro do território para a Amazônia. Local de convergência das duas entradas (advindas de Pernambuco e da Bahia) consentindo acesso ao

São Francisco, entregando a cada afluyente o mapa do vale úmido no meio do sertão que é o entre lugar de parada e passagem onde desembocam vários caminhos, a Chapada do Araripe.

Pensado a fronteira como o faz Martins (2021), local litigioso e sacrificial da produção do humano no seu limite histórico – onde todo estranho é inimigo – entende-se ser “(...) na fronteira que se nasce o brasileiro, mas é aí também que ele se devora nos impasses de uma história sem rumo”<sup>5</sup> (p. 21). O referido autor retoma o estudo da produção de fronteira na segunda metade de século XX no Brasil como um mescla na qual se confundem acumulação primitiva e reprodução do capital, chegando a uma elaboração teórica da fronteira em que a caracteriza como a aparência de uma situação social de fim de era, em face de um mundo que se transformava numa realidade nova, irreconhecível.

A fronteira é nesse sentido o lugar onde os conflitos sociais saem de seus ocultamentos, onde todas os atos do cotidiano expressam uma intensa dinâmica de produção e redefinição territorial de formas de usos, mas também de formas de ser das pessoas nas relações produtivas e intersubjetivas com o espaço e a natureza. Podemos analisar as entradas como os momentos produtivos primazes de uma lógica social de dominação, mediante a produção de fronteiras, como um laboratório social de práticas que foi legando para a formação social do capitalismo o imperativo da expansão.

Os rios, nesse intento, foram tomados como veios reprodutores de fronteiras. A dominação e nominação de seus leitos, seguindo a lógica dos maiores cursos para os menores, a indicação dos caminhos a percorrer até seus nascedouros, dados pelos seus veios formadores, e a circulação de informações, símbolos e pessoas foram articulados pelas guerras como formadores dessa realidade nova, uma paisagem e dinâmicas de usos e significados irreconhecíveis.

O que hoje conhecemos por Ceará até meados do século XVII foi local de fuga e concentração de diferentes povos originários advindos de locais anteriormente invadidos pelas entradas (PUNTONI, 2002; OLIVEIRA, 2017). As entradas rodeavam em guerras dispersas os rios conhecidos hoje como Piranhas-Açu, Apodi, Ceará-Mirim, São Francisco<sup>6</sup>. Tais ações territoriais promoviam extermínio e fuga, confinando uma variedade imensa de cosmovisões, fazendo com que se concentrassem no anfiteatro da depressão sertaneja entre as chapadas do Araripe, Apodi e Ibiapaba, os mundos dos ditos tapuias nos corpos dos seres que fugiram. O massacre considerado o ato de extermínio “final” desses mundos no Riacho do Sangue, afluyente

---

<sup>5</sup> O sem rumo que o autor se refere nos é interessante par contestar as formulações da História oficial que desenham um destino manifesto de construção de uma nação para o Brasil.

<sup>6</sup> Ver mapa 01.

do Jaguaribe, se constituiu como uma tentativa de sacralizar discursivamente a vitória sobre essa geopolítica oculta de povos que r-existem a adversos contextos de invasões/entradas e extermínios.

Então, as entradas que, no século XVII significaram a materialização da sociedade colonial em vilas e sesmarias, nos séculos seguintes significaram a construção de ferrovias que seguiram esses cursos abertos; cultivos de algodão para subsidiar a industrialização europeia e que só foram possíveis com política de açudagem (comportamentos dos rios). Por conseguinte, as entradas passaram a significar, no início do século XX, os campos de concentração das secas, controlando o fluxo de deslocamento populacional em sentido oposto<sup>7</sup> e depois as grandes barragens, transposições e perímetros irrigados. As lógicas de usos e extração de riqueza que se sobrepuseram aos caminhos delineados pelas fronteiras, traçados por massacres, retroalimentam, pois, a lógica escalar de controle territorial das pessoas e da natureza a partir dos rios, desde seus cursos maiores para os menores, regulando e impondo comportamentos. A política de controle dos corpos hídricos é uma política de gestão de pessoas e seres de modo geral; imposição de localização, formas de ditar ritmos de existência e de trabalho. Fazer com que seus corpos sejam objetos de extração de renda. Nesse sentido, o território do Estado-territorial tem na entrada a marcha sinuosa e pendular de sua realização e no confinamento a ação matriz de controle da reprodução dos corpos.

A entrada, como prática política de produção territorial, não ficou no passado colonial. Tendo permanecido guardada reverberando na memória da formação da sociedade contemporânea, constitui-se como uma reelaboração constante da produção de fronteiras, perpetuando a lógica segundo a qual desenvolver é produzir entradas-confinamentos-fronteiras. De modo assertivo, a entrada pode ser entendida como uma ação territorial que acumula um acervo de táticas que remontam a longínquos tempos movidos pela reorganização da dinâmica do poder local, pela produção de divergências e pela imposição de uma lógica conflitiva de autodestruição. É a prática-modelo, prática-matriz, para todas as intervenções que se sucederam e produziram sobre as ruínas materiais das relações sociais vigentes, requintando estratégias e técnicas de extração.

Em suma, o rio Jaguaribe permanece sendo caminho de entrada. As ruínas das entradas coloniais são profanadas pelos estamentos da siderurgia ou do cinturão digital e dos perímetros químico-dependentes de agricultura irrigada, aprofundando-se, dessa forma, a lógica de extração a cada dobra do tempo-técnica.

---

<sup>7</sup> Nesse caso alterando a lógica, caminho contrário dos rios menores para os maiores, juntamente pelo fato do engenho pretendido ser a contenção da circulação de pessoas.

É curioso como o acervo colonial consegue deixar vivo e quase intacto no imaginário social até hoje a narrativa de que o sertão é um lugar sem água<sup>8</sup>, tendo o seu domínio territorial sido elaborado utilizando como plataforma de entrada e auto reprodução seus cursos hídricos; está-se, pois, diante de um paradoxo autoexplicativo<sup>9</sup>. Se subjugar os rios significou exterminar os irreduzíveis e inegociáveis tapuias, uma vez logrado esse engenho, a colonialidade ganha status de moto-contínuo, sobrevivendo mesmo nas mais profundas contradições e persistentes r-existências, fazendo do rio seu motor de realização. Então é no curso do rio, ou na ausência desse com as secas cíclicas, que a narrativa da escassez e os caminhos do progresso inundam de significado a premissa duradoura do sertão seco. O rio controlado, que foi o motor de entrada, é agora insuficiente para mover a dinâmica territorial de expansão da sociedade da mercadoria na velocidade exigida pelas razões que se sobrepõem; é preciso novamente, por esses mesmos caminhos, promover entradas.

A natureza do que conhecemos hoje por sertão foi recodificada pelo processo de colonialidade. Os seus tempos cíclicos de realização e sua diversidade etnogenética, produzidos milenarmente pelo conjunto de seres que circularam entre seus platôs e depressões, poliram em um ambiente de intensa insolação e oscilatória umidade, domínios sociobiodiversos com singulares traços. Essa natureza tomada como arisca, arredia, em justaposição ao seu povo de língua travada, precisou se render ao discurso divino cristão e ser (re)produzida como fruto da criação. Não à toa as entradas, guerras justas (santas, por conseguinte), eram seguidas pela fundação de vilas de catequização e exploração de indígenas. Precisava essa natureza ser ajustada para caber no tempo do relógio moderno eurocentrado das estações climáticas do mundo boreal, e reproduzir, como em um espelho, o reflexo invertido de seus ciclos.

O Sertão foi originalmente imaginado e concebido na narrativa e produção do imaginário como lugar da desordem natural, a natureza a ser ajustada, criação inacabada que precisava ter seus tempos largos e causticantes suplantados por uma ordem natural civilizada. É o que percebemos nos relatos do padre Luiz Figueira em sua jornada entre o Rio Jaguaribe e o tabuleiro que forma a Chapada da Ibiapaba:

Nesta triste serra dos corvos [atual Serra de Uruburetama] parece q' se ajuntarão todas as pragas do Brasil, inumeráveis cobras e aranhas a q' chamam caranguejeiras, peçonhentíssimas de cuja mordedura se diz q' morrem os homens, carrapatos sem conta, mosquitos e moscas q' magoão estranham.te e ferem como lancetas fazendo logo saltar o sangue fora e assy parecião os

---

<sup>8</sup> E se utilizar dessa máxima como justificativa-matriz dos projetos de desenvolvimento. Retroalimentando a noção do sertão como o local para onde é preciso desenvolver estruturas faraônicas sobrepostas ou conectadas para impor um regime hídrico que propicie sobrevivência das pessoas.

<sup>9</sup> Como afinal são todos os paradoxos.

índios leprosos da mordeduras, nem eu fizera caso de escrever essas cousas senão fossem extraordinárias (FIGUEIRA, 1967 [1608], p. 81 *Apud* MAIA, 2018).

A forma de narrar a fauna, utilizando-se de elementos narrativos quase fantásticos, traduz a partir de um completo estranhamento a imagem de mundo selvagem habitado por humanos precários. Subjaz a todo esforço de engenho da ideologia do progresso a recodificação geopolítica da natureza encetada pelas entradas, onde os rios compunham decisivas marcações e indicativos de limites das propriedades.

No início do trabalho de missionação entre os índios, a natureza parece ter sido o primeiro dos obstáculos a ser convertido, humanizado. Nas cartas, a tradução ou a aproximação cultural construída pelos jesuítas com a flora, a fauna e o clima, no inóspito sertão que tinham que atravessar para chegar à verdejante Ibiapaba, cercava-se de uma espécie de parâmetro de cosmologia bíblica, cujo enfrentamento se justificava apenas enquanto sacrifício maior para a fundação da missão. Como os pioneiros servos bíblicos, os missionários teriam que passar toda sorte de dificuldades, se preciso, sacrificando à própria vida por uma promessa maior de salvação, não apenas da sua, mas de todas as almas que seriam convertidas. (MAIA, 2018 p. 217)

Nesse contexto, o rio Jaguaribe foi produzido como uma fronteira profunda e sua bacia como dendro de caminhos de entrada e dominação até alcançar suas matrizes, como a Chapada do Araripe, para que as nascentes obedecessem às ordens do Rei de Portugal. A Chapada do Apodi, platô entre rios, erige-se nas narrativas coloniais como o muro do demônio entre o Apodi e o Jaguaribe, onde era preciso decretar a cruz cristã pelo terror da guerra para impor a paz com o temor<sup>10</sup>. Sobre essa expressão vastamente utilizada em documentos ligados à Guerra dos Bárbaros, é interessante perceber a acusação da adoração ao diabo como papel chave no processo de colonização nas Américas. Como nos alude Federici (2017), tal adoração sendo utilizada como uma estratégia deliberada destinada a “propagar terror, destruir resistência coletiva, silenciar comunidades inteiras e instigar conflitos entre seus membros; também foi uma estratégia de cercamento”. (p. 385). Segundo a autora, que define esse fenômeno mundial como caça às Bruxas, esse é um dos fundamentos da acumulação primitiva e foi decisivo no processo de enfrentamento aos, assim chamados Hereges, na promoção de cercamentos e instituição da propriedade privada no final da Idade Média.

O rio Piranhas-açu é (re)produzido, pós-guerra dos bárbaros, como estamento de edificação de uma rede urbana colonial, eixo fundamental de integração com o agreste e litoral

---

<sup>10</sup> Nas palavras do Frei Vicente de Salvador analisadas por Puntoni (2002), “somente haveria paz se houvesse temor”, ficam evidentes a produção das entradas como uma guerra para produção de uma ordem territorial a partir do terror.

paraibanos (SOARES, 2012). O rio-caminho Opará, que corta o continente e sua decisiva curva – côncava para quem vem do Atlântico, convexa para quem vem da Amazônia – é (re)produzido como fronteira, como um radial de caminhos abertos por guerras para a pecuária tomar o Piauí e produzir caminho para o Maranhão. Movimento denominado por Puntoni (2002) de ocidentalização da empresa colonial lusitana com a busca de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao Brasil.

Movimento denominado por Puntoni (2002) de ocidentalização da empresa colonial lusitana com a busca de um caminho terrestre que ligasse o Estado do Maranhão ao Brasil.

Esse caminho era uma necessidade de longa data, não só pela ajuda ao comércio entre os dois Estados, como pelas fronteiras que abriria. Seu interesse imediato reside no fato de que o regime dos ventos e das correntezas na costa Leste-Oeste do Brasil praticamente impossibilitava a navegação entre o Maranhão e as capitânicas do Norte (...). A navegação só era possível entre os meses do inverno, e mesmo assim apenas de madrugada, com brisa da terra, o que era coisa incerta (...). Soma-se a essas dificuldades a hostilidade permanente dos tremembés, habitantes da costa que acompanhava as naus esperando um descuido para ataca-los(...). (PUNTONI, 2002 p. 27).

A cognição da dinâmica dos rios pela Coroa foi fundamental para produzir o estamento da colonialidade, ocupar, sinalizar e ordenar o território para fundar na sequência vilas de índios, primeiras cidades e estratégicas extrações econômicas utilizando a força desses rios dominados. Desde as primeiras entradas que fundaram Penedo em 1560 (FERRAZ, 2016), até as guerras não exitosas no São Francisco, no início do século XVII (PUNTONI, 2002; POMPA 2003), os rios foram percebidos como caminhos estratégicos para carregar para o sertão profundo os signos da sociedade colonial, em crise permanente de realização no litoral. Sertão muitas vezes excursionado pelos portugueses e holandeses, no qual se firmaram acordos e se extraíram formas possíveis de trânsito e renda.

Essas redes de rios que compreendem amplo espaço desde o Piranhas-Açu, Apodí, passando pelo Jaguaribe, Acaraú até alcançar no sentido leste o Parnaíba e no sentido sul o São Francisco, entre platôs e depressões sertanejas, foram utilizadas não somente como caminhos de entrada, mas forças motrizes de processos de redução e extermínio e em seguida para constituição do Estado-nação; importando salientar que tais redes são, ainda hoje, locais de intensos e paradigmáticos conflitos territoriais.

## 2.1 Sistema territorial originário entre rios

A ação política originária contemporânea na região nordeste do Brasil – mobilizada a partir de federações, marchas, retomadas e assembleias – constitui-se como potencial elucidativo, pedagógico e até muito instrutivo para entender a realidade contemporânea considerando suas marchas milenares de existência. É muito significativo, por exemplo, que todos os povos indígenas que mantêm hoje territórios logrados de longas batalhas no espaço que hoje é o Estado de Pernambuco, estejam situados na bacia do Rio São Francisco. Mesmo dispersos e até muito distantes, são poucos os que têm acesso direto ao curso principal ou ilhas desse rio, mas todas as águas superficiais desses territórios, desde o agreste até os sertões, correm para o outrora Opará, mantendo os seus corpos hídricos como veios de conexões originárias, demonstrando que esse rio (re)produz uma razão territorial muito significativa para esses povos.

Também muito nos diz o fato de duas das principais atividades políticas de retomada em curso hoje estejam disputando acesso direto ao leito principal do rio, a saber: ação de retomada dos Kariri Xocó, em Alagoas no baixo São Francisco em Porto Real do Colégio, e no médio curso da bacia, onde os Pankararu Opará em Tacaratu enfrentam grileiros, posseiros e o Estado em constante ameaças com intuito de garantir território com acesso direto ao rio, usando como justificativa a presença ancestral e a necessidade de realização de rituais originários. O rio São Francisco, em seu longo percurso, perfaz um cordão que interliga intensos conflitos por distintas razões de usos e apropriações de suas terras/águas, onde a presença de povos indígenas é muito marcante.

Igualmente, muito significativo o fato de nenhuma das comunidades indígenas r-existentes hoje no Ceará, fincarem território na bacia do rio Jaguaribe, tampouco na Chapada do Araripe<sup>11</sup>, tendo sido esse o eixo primaz de formação territorial do Estado entre os caminhos antigos que interligam atuais municípios de Crato, Jardim, Missão Velha e Icó, passando por Quixadá, e alcançando o Jaguaribe até atingir Aracati e Fortim. A persistência desses povos em retardar o tráfego livre nos sertões pela coroa custou caro a essas etnias que foram reduzias a condição de traços, hábitos e memórias nas beiras desses rios. Não por acaso, foi esse rio o local

---

<sup>11</sup> Locais de muita presença antes da invasão colonial. Muito recentemente uma comunidade indígena no Distrito de Santa Fé, município de Crato, tem se articulado e reivindicado a partir da ancestralidade indígena titulação de terra no município. Análises realizadas por PIANCÓ (2022) e NASCIMENTO (2019) estudam essa retomada indígena que tem promovido muitas ações territoriais nos últimos anos.

máximo da disputa que culminou em uma das mais significativas batalhas nos processos de entradas, exterminando centenas de Payacus em 1699, em um curso afluente do Jaguaribe, riacho do Sangue, curso de rio afogado por um açude no século XX.

As retomadas e territórios de r-existência indígena nos sertões do Nordeste são privilegiadas posições geográficas para entender a realidade e muito nos dizem sobre o Brasil contemporâneo, a se perceber pela força de suas práticas culturais e religiosas, os segredos em torno dos seus ritos, e a violência constante por parte do Estado para construção de obras como a Transnordestina e a Transposição do rio São Francisco para bacias do nordeste setentrional.

Por um lado, embaçam a visão já turva, da divisão binária entre tupis e tapuias, litoral com presença indígena negociável, e sertão com povos e naturezas de línguas e corpos travados. Mito bastante sólido na ideia de nação, desqualificado pelas ações originárias, quando afirmam suas ações políticas em entidades que congregam variadas etnias. Por outro, nos diz que os rios e a natureza de um modo geral têm outros significados para esses povos, expressos em suas atividades cotidianas e narrativas sobre o mundo.

Ademais, pesquisas científicas também caminham por esse viés e encontraram evidências de presenças originárias nos sertões, não necessariamente identificadas com o tronco étnico jê ou cabíveis na generalização colonial tapuia. Sinalizam que as ações de extermínio produziram uma miríade de paradoxos sertões adentro. Por exemplo, demonstram que os povos do tronco linguístico Tarariús (ou Jandoíns), que foram documentados como produzindo forte resistência nas fronteiras onde hoje localizam-se Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, tinham língua distinta dos Jucá, Icó, Kariri e dos povos que habitaram a região entre o São Francisco e a Chapada do Araripe, na parte onde hoje é o Estado de Pernambuco (POMPA, 2001). Construíram alianças étnicas e diálogos interculturais em uma geopolítica oculta para nós e agiram pra impedir o contato das entradas com os Payacus<sup>12</sup>, seus históricos rivais (OLIVEIRA, 2017; PUNTONI, 2002; MAIA, 2014).

Evidências arqueológicas demonstram que povos de cultura de floresta tropical identificados como Tupi-guarani estabeleceram duradouras atividades de cultivo onde hoje está situado o município de Araripina, Pernambuco (ALBUQUERQUE e LUCENA, 1991). Indicam também uma marcha dessas etnias desde a Amazônia até o Atlântico Sul. Ainda, estudos a partir

---

<sup>12</sup> Esse fato fica evidente a partir do dado analisado com o fato de o Capitão do terço dos Paulistas ter informado que em 14 de abril de 1700 os Jandoíns, Cariús faziam o possível que para os Payacus, para, unindo-se a eles, poder destruir melhor, é o que nos conta Oliveira (2017) em estudo realizado no contexto das batalhas que ocorreram no começo do século XVIII mais próxima a Chapada do Araripe, no contexto de controle territorial do Riacho dos Porcos e outros nascedouros do Rio Salgado.

de tecnologia lítica identificam similaridades desses objetos com cerâmicas encontradas na costa da Bahia e sugerem presença Tupinambá no vale e no platô da Chapada do Araripe (LEITE NETO, 2008; AMARAL, 2015).

São esses alguns dos sinais que indicam que temos conhecimentos difusos sobre os povos originários dos sertões. Se a materialidade dos espaços de poder, edificados hoje nesses lugares, foi elaborada buscando legitimação nas transformações no pensamento que aconteceram no continente europeu, como o Iluminismo e o Renascimento, e tendo logrado a construção de uma articulada rede de instituições coesas que edificam o Estado, não faz sentido que esses outros mundos sejam considerados. Os povos originários se integraram a esses processos como arquétipo do atraso, matriz de racionalidade para se distanciar e combater. Esse ocultamento é um constitutivo fundamental da modernidade, do desenvolvimento e do progresso.

Ainda no intento de aprofundar entendimentos sobre os mundos pré-colombianos, pesquisas no campo da antropologia estão propondo que existem traços comuns entre as cosmologias ameríndias. Um conjunto de semelhanças observadas em pesquisas, ao longo do continente americano, sinalizam longas movimentações desses povos e indicam o quão é marcante o lugar na definição da cosmovisão, bem como a força desses fundamentos que, como uma metafísica, elaboram sentidos ao mundo, muito variáveis se considerarmos a dinâmica e diversidade social e ecológica, mas com vieses comuns.

O fenômeno nomeado por esses pesquisadores como perspectivismo compreende cosmologias complexas, das quais apresentamos dois fundamentos que podem nos ajudar nesse intento de raciocínios sobre a centralidade dos rios na formação das cosmovisões dos povos originários. À primeira subjaz a noção segundo a qual o mundo é povoado por muitas espécies de seres humanos e não humanos, todos dotados de consciência e cultura; a segunda implica na concepção de que cada uma dessas espécies enxerga a si e às outras de modo muito particular. Sendo assim, cada um vê a si como humano, e a todos os demais como não humanos, ou seja, como animais ou espíritos, uma situação originária em que todos os seres que eram humanos vieram a se tornar os animais de hoje. Nesse sentido, a máxima da ciência moderna de que os humanos foram animais vale para as cosmologias ameríndias, mas de maneira invertida, todos os animais já foram humanos. (CASTRO, 1996; 2015). Desse modo, todos são sujeitos e elaboram relações políticas e sociais, são agentes históricos e geográficos, por conseguinte.

Para Castro (op. cit.), o perspectivismo e o transformismo cosmológico são fundamentos das cosmovisões ameríndias, “a condição original comum aos seres humanos e animais não é a animalidade, mas a humanidade (...)”. O referencial comum a todos os seres da natureza não é

o homem enquanto espécie, mas a humanidade enquanto condição. Nesse sentido, “(...) a subjetivação espiritual dos animais e a teoria de que o universo é povoado de intencionalidades extra-humanas dotadas de perspectivas próprias” (119).

Assim, as auto referências de tipo “gente” significam “pessoas”, não “membros da espécie humana”; e elas são pronomes pessoais, registrando o ponto de vista do sujeito que é falado, não nomes próprios. Dizer então que os animais e espíritos são gente é dizer que são pessoas; é atribuir aos não humanos as capacidades de intencionalidade consciente e de “agência” que definem a posição de sujeito. Tais capacidades são reificadas na “alma” ou no “espírito” de que esses não-humanos são dotados. É sujeito e tem “alma” ameríndias, humanas ou animais, são assim **categorias perspectivas**, deídios cosmológicos cuja a análise pede menos uma psicologia animista ou uma ontologia substancialista que uma teoria do signo. (CASTRO, 2015 p. 126 – **grifo nosso**)

O referido autor nos alude que a formação do pensamento do perspectivismo encontra-se em uma posição ortogonal entre o relativismo e o universalismo, não podendo ser considerada uma produção de saberes relativista. Há, para Castro, uma resistência ao perspectivismo como uma forma de conhecimento válido no campo científico, na medida em que essa sistematização de ideias e forma de ver o mundo promove uma transportabilidade das partições cosmológicas que alimentam a produção de um entendimento sobre o mundo. Diante da dificuldade de realizar estudos e análises de cosmologias não-ocidentais, a partir de uma distinção dualista de natureza e cultura, partindo de uma crítica etnológica, Castro nos sugere o perspectivismo como uma sistematização das matrizes formadoras do pensamento que orientam visões de mundo e atuação prática no cotidiano dos povos originários. O antropólogo instrui-nos que, “se o multiculturalismo ocidental é o relativismo como política pública, o xamanismo perspectivista ameríndio é o multinaturalismo como política cósmica.” (CASTRO, 2015 p. 115-116).

A formulação elaborada por Castro, a partir de um conjunto de pesquisas, nos faz pensar nas diferenças entre o pensamento ameríndio e o pensamento racional ocidental, induzindo-nos a encontrar pistas das cosmologias originárias nesse exercício interpretativo diante dos fragmentos dos massacres que anunciam de algum modo uma totalidade ou uma cosmogonia. A realidade da forma como é concebida pelo pensamento racional moderno, como um conjunto complexo e encadeado de fenômenos, no qual cada ser tem sua parcela de contribuição para constituir o quadro geral de acontecimentos, tem uma formação implicada por variadas parcelas de agências, conscientes ou ocasionais. No exercício de entendimento racional, ampliando-se a visão ao máximo sobre cada elemento é possível tirar um entendimento dinâmico da totalidade do processo. O pensamento ameríndio, como nos alude Castro (2015), produz outra metafísica.

Para as cosmovisões ameríndias, segundo o entendimento do perspectivismo, todos os agentes da paisagem, por assim dizer, agem com uma consciência própria, a partir de uma perspectiva singular, sendo a realização dessa totalidade a convergência de disputas, acordos, perdas, na qual uma multiplicidade de agências conscientes estão implicadas. Sendo assim, todas as relações são sociais e culminam na constituição da história e geografia como concretudes. Cada feito da realização do presente está implicado de uma decisão consciente, segundo a qual cada ser tem um lugar político nessa existência negociada.

Desse modo, a geografia, entendida não somente como narrativa de interpretação da realidade, mas como uma produção material das relações sociais, é realizada a partir de outros sentidos e razões, e sua leitura e entendimento (re)produzem outra metafísica. Nesse sentido, os rios não significam para nós, sujeitos modernos, a mesma coisa que para esses povos. É como se enxergando a mesma paisagem nos deparamos com coisas completamente diferentes, como nos alude Castro (2015). Então, (re)produzir o rio a partir da lógica da colonialidade é muito mais que utilizá-lo como caminho de entrada; é construir outro conjunto de significados utilizando-se de elementos das intersubjetividades originárias como instrumentos de tradução e imposição.

Um dos aspectos mais significativos de compreensão da realidade pelo perspectivismo é a mutabilidade dos corpos, instrumento fundamental de expressão dos sujeitos. A verdadeira essência e possibilidade de entender a realidade em movimento é considerando suas transmutações. Castro (2015), citando Lévi-Strauss, sintetiza esse entendimento nos dizendo que, os europeus quando aqui chegaram tinham dúvidas se os povos originários tinham alma, para isso tratavam de acelerar processos de conversões e ensinamentos. Para os indígenas, a grande dúvida era que tipo de corpo tinham os europeus, por isso, ao matá-los, os colocavam na água para verificar se apodreciam. “A metamorfose corpórea é a contrapartida ameríndia do tema europeu da conversão espiritual”. (op. cit. p. 150).

O que parece nos indicar que o tornar-se originário, dentro desse campo de pensamento, é uma vivência que implica experimentação e comportamento do corpo. A partir do exercício e da reprodução da consciência expressa na corporeidade, o tornar-se corpo originário traduz sua forma de existência. Pensando o rio como um ser com vontade e decisão política sobre seu curso e destino, seu corpo e dinâmica traduzem a noção do que é ser originário. As longas danças, que antecedem as batalhas ou rituais de sepultamento, a teatralização da realidade por um gestual bem característico da comunicação indígena e os adornos cavados na pele indicam que o ser indígena é uma prática de reelaboração do corpo.

Na construção do ser católico ou cristão, de modo geral, o experimento para atingir a configuração da existência moderna passa pelo corpo, evidentemente, mas é mediado pela batalha de vencer a conversão de almas; o quão a alma estivesse alinhada aos costumes, tempo e representações católicas, a prática social da conversão restaria exitosa. Vivência sempre mediada partir do manuseio da palavra e da imposição da escrita como um registro que indica a extensão do reino de Deus.

Não tendo sido a colonialidade uma formação estanque, ou um choque de dois blocos monolíticos – um impondo seus esquemas culturais e religiosos e o outro observando-os, sendo destruídos (ou aculturado), como nos alude Pompa (2001) – a dialética do encontro mobilizou rápidas transformações, tanto da população originária e suas crenças, quanto na redefinição constante dos conteúdos da evangelização. O fato de a dinâmica do encontro ter se mantido como um processo contínuo ao longo do tempo, diluído nas diversas relações sociais, faz a referida autora acreditar que o universo simbólico do missionarismo rústico colonial foi traduzido séculos seguintes no catolicismo popular da cultura do fim do mundo e ainda reverbera na prática cotidiana da experiência do sagrado, repercutindo a dialética política da colonização.

Não por acaso a construção do ser católico da cultura política de resistência nos sertões, lido como misticismo ou “catolicismo frouxo” pelo movimento de romanização<sup>13</sup> na transição do século XIX para o XX, imprime no corpo as marcas da ideia de castigo e redenção, sugerindo que esse ser “tapuia” permanece reproduzindo as contradições da constituição da realidade contemporânea.

A experiência de luta coletiva do Caldeirão da Santa Cruz do Deserto, movida pela materialização de um conjunto de crenças mediante o trabalho em mutirão, por exemplo; ou os penitentes da Serra do Araripe, que imprimem no seu corpo os sinais do tornar-se fiel, autêntico; cobram a presença de uma ancestralidade originária na construção da memória coletiva do sertão e na prática cotidiana de espiritualidade e ação política.

---

<sup>13</sup> Tais como Canudos (Rio São Francisco), Sedição de Juazeiro e Caldeirão da Santa Cruz do Deserto (Rio Jaguaribe). São movimentos que, em nosso entendimento, faziam repercutir de outras maneiras os ecos da dialética da colonização. Os missionários católicos, sucessores dos Jesuítas que adentraram os sertões, como Padre Cícero, Padre Ibiapina, Antônio Conselheiro e José Lourenço, a despeito de terem tido distintos níveis de orientação católica, conduziram movimentos contestatórios que, em certa medida, não só reproduziam a lógica de formação da propriedade privada da terra, mas que em dado momento apresentaram-se como ameaça à formação da propriedade como um regime geral de relações sociais, que viria a formar a ordem social competitiva e o Estado Territorial. É curioso pensar que por um lado esses movimentos estavam relativamente articulados por essa rede de rios que fora incorporada pela expansão territorial da colonização e que, de algum modo, traduziam costumes e visões de mundo originários.

A própria centralidade religiosa e geopolítica da região do Cariri, na abrangência espacial do que foi produzido como Nordeste, muito nos diz sobre a dinâmica territorial dos sertões antes do processo de colonialidade, como nos alude Cariry (2001). A chapada do Araripe, traduzida pelas romarias como uma convergência de caminhos para onde circulam centenas de milhares de romeiros do Padre Cícero, existe como uma reprodução do lugar que milenarmente cumpriu esse papel de platô no meio do caminho entre o cerrado, Amazônia, sertão e litoral. Com exercício da imaginação geográfica, investigação e sobreposição de localidades e fluxos de realização do poder (território), vai sendo possível suporem-se as disposições das geografias originárias.

A existência da beata, como signo da religiosidade católica e a realização do contato com o divino católico a partir do delírio, do desejo sexual, do transe corporal, e toda a miríade de significados incorporados e apropriados pelo catolicismo em Juazeiro do Norte (Nobre, 2009), nos oferecem pistas de um catolicismo caboclo, “incompleto” ou mergulhado no universo pictórico “tapuia”. À mostra nos espaços sagrados da colina do horto estão os ex-votos, representações de fragmentos dos corpos de quem buscou a cura e a conversão ao ser católico; uma iconografia que faz recordar as representações coloniais dos banquetes antropofágicos.

Pompa (2001) nos fala que, a dificuldade de perceber essa perpetuação da dialética do encontro, como matriz formadora do presente, repousa no fato segundo o qual o religioso e o simbólico na construção do pensamento sobre o sertão não possuem o mesmo estatuto explicativo do político, do social, do econômico. Diz-nos ainda que esse universo religioso permanece em uma posição de constatação fenomenológica, sem que as categorias interpretativas considerem uma origem social dessas práticas. É lugar comum, pois, encontrar na religião dita desalinhada com a prática romana, a expressão do atraso dessa região, e esse é um traço significativo das ideologias geografias construídas sobre esse lugar.

A noção de tapuia constrói-se assim colada à noção de sertão, espaço do imaginário em que se desloca, cada vez mais longe, a alteridade bárbara que a conquista e a colonização vão incorporando aos poucos, em posição subalterna ao mundo colonial. Ao passo que as aldeias de índios conquistados iam “descendo” para mais perto da palavra cristã dos missionários, os currais ou engenhos, os “Tapuias” iam se afastando, “nas brenhas dos sertões”. (POMPA, 2001 p. 229).

Concordamos com afirmação da autora, e entendemos que essa circunstância que produz regimes de (in)visibilidade faz parte das narrativas coloniais que mobilizam acervos de ideias e imagens para a construção de uma interpretação da origem do ser sertanejo, brasileiro,

nordestino. Essas construções adquirem estatuto de legitimidade à medida que produzem narrativas de origem do ser social que desconsideram a persistência ou traduções do ser originário.

É comum nas narrativas sobre os sertões encontrarmos interpretações que atribuem a influências mouras, lusitanas ou medievais na constituição desse ser social e da dinâmica do poder que vai servir de imagem para a produção de uma ideologia geográfica nacional, como presente em Freyre (2012). É mesmo possível encontrar esses traços na realização contemporânea da dinâmica social, mas o malabarismo sociológico de algum modo legitima o universo pictórico do sertanejo, sobretudo do vaqueiro, a partir de uma subalternidade herdada do velho continente, produzindo um lugar de origem que desvia da existência originária. O ser brasileiro, o ser rio, o ser natureza foram continuamente produzidos como o não ser originário, distanciando-se dos signos tidos como atrasados.

A colonialidade produziu também um estatuto de ancestralidade, no qual a influência indígena na construção do traço contemporâneo é uma identificação genérica e difusa que nomina as localidades sertão adentro, mas destituída de uma história e genealogia concretas, indocumentada, sem papéis, desconsiderada, por conseguinte, na história oficial de fontes escritas.

A razão moderno-colonial em gênese com o processo de colonialidade tinha diante de si uma razão civilizatória outra, com nuances e radicais distinções. Essa foi incorporada ao sistema mundo em fundição com a construção da sociedade atlântica escravocrata como outra, inferior, a ser superada. Processo constitutivo da ideia de raça, ferramenta ideológica de distinção moderna que é a base da construção das sociedades coloniais americanas e do sistema mundo moderno colonial. Essa cosmovisão foi repetidamente tratada como extrato de uma vida inferior, perigosa, de corpos e línguas travadas, de natureza inacabada; precisou ser reduzida na sua condição de ser.

O xamã nas cosmovisões ameríndias é o tradutor de perspectivas; o corpo que consegue alcançar a transmutação da condição de espécies, atingir em rituais a consciência do outro ser e carregar consigo os saberes entre seres (Castro, 2015; Kopenawa e Albert, 2019), por isso que muitos de seus traços transfiguram o seu corpo com traços de animais. Sua habilidade de sentir a realidade elabora sínteses potentes do tempo presente, porque considera essa miríade de consciências de distintos seres.

É uma posição social de mediação da vida entre os seres, que indica os momentos e locais de precisa atuação social. Ele mesmo é um bom caçador quando jovem, elabora os rituais de cura e entende, em diálogo com sua mística, os tempos precisos das guerras. O Xamã

Yanomami Davi Kopenawa, em um livro elaborado juntamente com Bruce Albert (2019), *A queda do céu*, desenvolveu em parceria com seu mestre xamã, uma etnografia potente dos brancos, entendendo esses como sujeitos de uma sociedade da mercadoria. Essa visão nos oferece uma reflexão que nos é bem reveladora para pensar o lugar da natureza na razão ameríndia.

Nos diz o Kopenawa que, quando velhos, os xamãs que não podem mais sair à caça, adornam os caçadores jovens e os instruem para sucesso da caça, garantindo a alimentação da comunidade. Os caçadores precisam ir suficientemente bem adornados, bonitos, para que a anta, animal alimento dos yanomamis, os escolham para que a levem consigo morta para servir de alimento para seu povo. Para os xamãs, a anta, um animal grande e esperto não se deixaria levar pela inabilidade humana de correr pela floresta; o caçador precisa, portanto, ser por ela escolhido, e para tanto, a beleza e cuidado de seus adornos é fundamental. Ao retornar para a aldeia com suas caças, os caçadores não comem a anta que flecharam, trocam para que seja servida a grupos distintos, um acordo celebrado entre o ser elegido e o agora alimento. O ritual da caça, a busca por alimento na floresta, na realização da realidade ameríndia só é possível a partir de múltiplas agências e distintos acordos sociais. “É, por assim dizer, um ato de generosidade que os animais oferecem seu corpo aos homens, para que esses possam se alimentar” (DESCOLA, 2016).

No entendimento do Xamã Yanomami, os seres da floresta agem cada um com sua potência, desde sua perspectiva e consciência para transmutação dos tempos das águas. A variação das chamadas estações do ano que implicam no movimento dos rios em cheias e vazantes é movida pelos pequenos gestos dessa simbiose dos seres da floresta úmida. Todos os seres são espírito, aparentes nessa condição, para os xamãs em seus rituais nos quais são garantidas as estações de boas caças e colheitas. A narração originária erige-se como uma ecologia auto implicada, na qual cada ser é carregado de muitas dúvidas, e a realidade eivada de constantes perigos; e, como em uma Teogonia, explica-se a origem e dinâmica de realização do universo. Na cosmologia originária, o conjunto dinâmico de agências conscientes dos seres produz a realidade, e a cognição dessa totalidade realiza uma metafísica de compreensão e produção de significados sobre o mundo.

Os xamãs ou pajés, são comparados por Castro (2012), resguardando as proporções, aos antropólogos ou etnógrafos que manejam a produção do conhecimento a partir do manuseio de razões ou perspectivas distintas, daí concordamos com esse autor ao afirmar que ‘A queda do céu’ pode ser entendida como uma etnografia dos brancos.

Buscando referência na filosofia jagunça de Riobaldo, personagem de Guimarães Rosa, Castro (2012) nos sugere que subjaz na consciência cabocla, por assim dizer, um bocado dessa metafísica canibal, quando esse a tudo teme e considera cada movimento em sua travessia entre as veias d'água que formam o São Francisco, não cansando de nos dizer, “viver é negócio muito perigoso” (p. 21), “cada hora e cada dia, a gente aprende uma quantidade nova de medo” (p. 81), justamente porque todos os serem importam na narrativa e cada qual carrega sua cota de perigo.

Também o poeta sertanejo do Assaré, lócus outrora dessas formas de sentir o mundo, nos diz em seus versos que em tudo que se move ele enxergou poesia. Se a poesia é para Patativa a oficina da sua consciência, sua maneira de colocar a realidade em dimensões compreensíveis a partir da palavra falada, entender que todos os seres são implicados/produtores de poesia, supõe a presença de uma consciência ativa de todos os seres implicados em sua arte. A poesia, nesse sentido, entendida como a consciência e forma de ação de cada coisa, gesto íntimo de construção da palavra.

Enxergar a cosmovisão ameríndia como produtora de razões civilizatórias, nos permite supor que essas sociedades são coprodutoras do que hoje chamamos de biomas. Se as florestas úmidas, como estão dispostas no continente americano, são resultado de acumulados processos que remontam ao período pós glaciação (AB'SABER, 2010; PORTO-GONÇALVES, 2012; MOREIRA, 2010), podemos inferir que essas cosmovisões foram elaboradas concomitantemente à constituição desses domínios de natureza nos processos de recuo continente adentro desses biomas, até estarem dispostos da maneira como foram encontrados no processo de invasão europeia (CASTRO, 2015). Não é possível imaginar a robustez dessa biodiversidade, ou as embaraçadas e paradigmáticas formas de vida nas fronteiras entre os biomas – os ecótnos, como nos alude Porto-Gonçalves (2012) – sem perceber a agência humana na cognição, manejo, melhoramento, planejamento, expansão de domínios, de espécies vegetais e animais.

Se permanece lugar comum enxergar as sociedades amazônicas, dos cerrados ou das caatingas como rudimentares ou tecnicamente atrasadas, se comparadas com o padrão arquitetônico Asteca ou Maia, ou se vistas pelas lentes da filosofia ocidental, só é possível o fazer utilizando um acervo colonial de vasta documentação e normatização de costumes de negação e violência contra essas formas de vida. Sabe-se ainda muito pouco dos rastros de ocupações significativas ao longo do Amazonas, por exemplo, mas sabe-se de redes societárias que abrangeram por quilômetros às margens do rio e que contavam com estruturas públicas e

com atividades político cerimoniais<sup>14</sup> (SCHWARCZ e STARLING, 2015). Saber muito pouco é uma das razões de ser da colonialidade, como nos alude Quijano (2005).

A concomitante expansão comercial da exploração da natureza e os processos de redução e extermínio impetrados nos séculos seguintes celebraram o pacto político e territorial da negação das razões civilizatórias que r-existem nesse continente. Desde então, todas as contradições que a modernidade capitalista produziu ressoam a colonialidade como condição de existência e (re)produção societária. Para todos os lados que miramos a vista, inclusive para dentro de nós, a colonialidade e os processos de comportamento dos costumes e controle da natureza ascenderam a uma totalidade.

Nesses desígnios, os rios não foram somente caminhos abertos de entrada; eles precisavam imprimir em seus reflexos os sinais da criação; foram e são objetos de disputas materiais e simbólicos; foi preciso, pois, suplantar a forma de vivenciar e (re)produzir a dinâmica dos rios das sociedades ameríndias.

À beira do São Francisco, a retomada territorial indígena Pankararu-Opará é uma expressão política contemporânea desse processo. Os indígenas que conseguiram, depois de longo enfrentamento, uma reserva étnica recorrendo a documentos assinados pelo Imperador, tiveram demarcação assinada no final dos anos 1980, não se contentando com o fato de sua reserva territorial indígena não contemplar acesso às margens do rio. Estão, pois, em retomada e nas suas práticas político religiosas insistem em nominá-lo Opará.

À beira desse rio, o pajé Jaguriçá, liderança político-religiosa da comunidade, nos contou até o ponto em que julgou possível, as histórias de criação humana dos seres e do universo da cosmologia Pankararu, tendo em vista que guardar a palavra, ou segredo, é uma prática política fundamental da constituição territorial e do diálogo com o sagrado originário<sup>15</sup>. Para esses povos, vivenciar a prática do sagrado é uma ação cotidiana inscrita na dimensão fundamental do ser originário. Algumas comunidades reservam espaço afastado da sede da aldeia para, por alguns meses, celebrar a força da mata, construir seus planos de atuação política em diálogo com o sagrado e, a partir da jurema, escolher as novas lideranças, refletir sobre os

---

<sup>14</sup> Também na Amazônia entre as fronteiras do Brasil, Peru e Bolívia, no Acre Schoan et. al. (2013) identificaram um conjunto de geoglifos com organização espacial física com caminhos marcados por saídas e entradas e longas vias de comunicação entre eles, erigidos como espaço de vivência do sagrado que denotam a existência de uma malha de comunicação terrestre necessária à integração regional de grupos sociais.

<sup>15</sup> Essa entrevista foi realizada em agosto de 2018, durante campo metodológico do Laboratório de Estudos sobre Espaço Agrário e Campesinato. Na ocasião, visitamos comunidades indígenas que vivem nas dominâncias do rio São Francisco nos Estado de Pernambuco, Alagoas e Sergipe, tais como Pankararu, Pankararu-Opará, Xocó e Kariri-Xocó. Nessa oportunidade, nos disse Jaguriçá: “Aquilo que é segredo, ciência, né? Para ser uma parte de ciência é uma coisa que você tem que zelar com maior cuidado, a gente temos (sic) o maior cuidado com os nomes de nossos seres, nossos superiores, até porque nem todas as pessoas sabem isso.”

ciclos políticos geracionais e eleger as táticas de ação nas retomadas. Verificamos esses traços de relações originárias com o sagrado em atividades de campo também no povo Fulni-ô, que vive onde hoje é o Município de Águas Belas, e também junto aos Xocós, em Porto Real do Colégio, Pernambuco e Alagoas, respectivamente, na bacia do Rio São Francisco. Para celebrar as visitas que chegam no território, o toré é dançado como festejo dos começos e despedidas.

Nos contou Jaguriçá que os cachimbos que os indígenas portam à mão são sua conexão com o sagrado. Todo ritual religioso precisa ser iniciado com o campião fazendo fumaça, um objeto cilíndrico, pontiagudo no contato com a boca, feito de madeira com três furos. Nos disse o pajé que a origem da humanidade Pankararu está ligada à conversão dos frutos do umbu em homens e dos pássaros em mulheres. É o rio Opará para os Pankararus, o portal de transmutação dos mundos, das formas corporais que assumem a vida social, o local cerimonial de passagem, onde o corpo do humano era lançado às cachoeiras se transmutando em bicho da mata.

Os encantados que nós hoje temos essa fé que nos acoberta e nos protege são esses encantados, são os nossos próprios parentes, eles não morreram não, eles se encantaram da forma como como a gente humano e além deles ainda tiveram outros que antes deles se encantaram, que foram indígenas. Porque, dentro da nossa história Pankararu, os índios daqui da nossa região eles chegaram a se transformar em aves, que nem o meu tataravó que chegou a se transformar em uma onça, ele tinham uma crença tão forte que tinha essa condição de transferência, transformação, o processo de metamorfose, isso sempre aconteceu dentro da nossa cultura, então é por isso que nós preservamos esses costumes, nossos rituais, nossas danças tradicionais, nossos cantos que são até hoje eles mesmo que nos dá força no dia-a-dia, para a gente continuar as nossas histórias e essa é só uma parte, ainda tem mais. Porque ainda tem outras histórias Pankararu que nós guardamos e não revelamos ainda. (Pajé Jaguriçá em entrevista de campo a estudantes integrantes do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato em outubro de 2018).

Podemos supor que entre esses rios, convertidos em mecânica das entradas, existiu um sistema territorial pluriétnico e plurilinguístico que envolvia existências pactuadas e conflitivas de distintas etnias; uma geopolítica originária de cognição da natureza, construção e utilização de caminhos, éticas, artes da guerra, uma economia desenhada em intercâmbios, em suma, uma produção espacial geográfica. Não teria tardado a conquista dos sertões se não existissem sistemas de comunicação, gestão pactuada, comércio; efetivos diálogos e acordos dessas etnias que viviam entre esses rios. Traços artísticos, concepções outras sobre o universo, origens humanas, vivências distintas de gênero e sexualidade, éticas e rituais singulares de memória e luto, sistemas de cultivo, tempos e saberes de caça, enfim inventários de diferenças, como nos alude Descola (2016), outras culturas, outras naturezas.

Em pesquisa realizada com povos indígenas amazônicos no contexto de produção de conhecimento sobre o perspectivismo Descola (2016), nos relata:

Sempre que eu perguntava aos achuar por que os cervos, o macaco-prego e as plantas de amendoim apareciam sob forma humana nos seus sonhos, eles me respondiam, surpresos com a ingenuidade de minha pergunta, que a maior parte das plantas e dos animais são pessoas como nós. (...) Quando observávamos as plantas e os animais, não víamos a mesma coisa. (DESCOLA, 2016 p. 13-14).

Pompa (2001), a partir da análise de relatos da colonização holandesa e suas incursões e acordos nos sertões “tapuias”, realiza uma etnografia história, ou etnografia documental, dos Tarairius (ou Jandoins), povos que viviam em trânsito entre a fronteira do que hoje estão marcados como Ceará e Rio Grande do Norte. Essa nação é apresentada nos documentos como de papo tremendo ou língua travada pelos flamencos; sua língua ouvida como gaguejo, demonstra, para a autora como o código linguístico é um poderoso construtor de alteridade. Uma nação de língua independente que, aparentemente se subdividia em grupos menores – Jandoíns, Pega, Araú, Canindé, Jenipapo, Paiacu e os Coremas.

Esse povo transitava em uma vida nômade “na estação do caju, que é até novembro, dezembro e janeiro, descem às praias (...). Assim regulam-se pelas estações do ano para procurarem o seu alimento”. (HERCKMAN, 1886 *apud* POMPA, 2001, p. 240). Em muitos relatos são nominados Jandoíns por ser esse o nome de sua liderança; aponta-se que algumas formações desse povo têm organização política matrilinear, tendo sido liderado por mulheres, em um regime de hereditariedade. Os Tarairiús, tidos pelos portugueses como aliados infernais dos holandeses, foram pelos flamencos descritos como parecidos com Árabes, pela sua condição de ser em trânsito, o outro, diferente do europeu em construção.

Em seu ritual de sepultamento – diferente dos Pankararu, referidos anteriormente – para os Tarairiús, se morre alguém entre eles, seja homem ou mulher, sendo morto comem-no, dizendo que o finado não pode ser melhor guardado ou enterrado do que em seus corpos.

(...) e isto fazem do seguinte modo. Tomam o cadáver, lavam-no e esfregam-no bem, fazem um grande fogo a cima do qual põem o corpo e deixam-no assar bem. Logo que esteja bem assado o comem com grande algazarra e lamurias. Às vezes não podem comer todo, então guardam o resto para ocasiões oportunas, especialmente os ossos que, depois de queimados, pisados e reduzidos a pó, misturam com a sua farinha e assim comem. Os amigos (presentes) mais próximo do morto, seja homem ou mulher, cortam o cabelo, em sinal de que deploram a morte de seus amigos. O berreiro e as lamentações dos amigos perduram somente até que o cadáver tenha sido comido.” (HERCKMAN, 1886 *apud* POMPA, 2001)”.

Registro que nos leva a inferir que esse povo fazia a espacialidade da construção da sua existência; que tecia territórios de identificação e regimes de usos do espaço, a partir do trânsito, onde as estações marcavam os tempos de permanências e saídas. Então, o fato de ingerirem seus ancestrais pode estar relacionado à sua condição ontológica de deslocamento. Para os Pankararus, fixar-se às margens do rio fazia sentido por ser esse o lugar da transmutação de perspectiva. Os Tarairiús carregavam consigo em seus corpos esse processo de construção comunitária da ideia de morte.

Fica latente, com esse exercício de diálogo entre cosmovisões, que existiu uma geografia de usos, (re)produção da natureza, produção do espaço e configuração de territórios a partir de outras matrizes civilizatórias e desses rios referidos acima; um sistema territorial pluriétnico que produz muito ecos na atualidade.

É lugar comum nas narrativas sobre esses povos dizer que suas práticas rudimentares e vestígios legados indicam que foram caçadores-coletores, nômades que não fincaram territórios. Creio que seja interessante, mais que afirmar apressadamente essas assertivas, indagar: o que significa terem sido esses povos caçadores? Coletores? Que geografias construía com suas práticas sociais? Como vimos nas palavras do xamã yanomami ser caçador-coletor é muito mais que uma atividade econômica “rudimentar” de sair em busca de alimento. Como ser pescador é muito mais que sair para pegar o peixe e erigir uma vida social e econômica a partir dessa extração. Aliás, como nos alude Ramalho (2014), existe uma ética e uma sociedade embarcada, com uma robustez de costumes, acordos, práticas e saberes que configuram maneiras tradicionais de vivenciar a natureza.

A fala do Pajé Jaguriçá parece nos colocar diante de uma metafísica outra, de uma geografia outra, que não está disposta a desaparecer; retoma/produz território e afirma dentro da abundância de contradições do tempo presente formas originárias de ser. Encontramos diluídas essas concepções e artes sertão adentro na guerra volante do cangaço, no delírio erótico da beata, no mutirão do Caldeirão e de Canudos.

Pode parecer pouco produtor que, para entender a formação territorial do Ceará, tendo como caminho e escala de observação o Rio Jaguaribe, se faça esse apanhado de acontecimentos que considera outros rios que se querem fazer parte desse sistema de sua bacia hidrográfica, menos ainda estão situados no referido Estado. Se faz pouco sentindo pensar uma ordem nacional bélica, comercial ou discursiva em meados do século XVII, como nos alude Prado Jr. (2014), menos ainda faria sentido considerar rijos esses estamentos territoriais de trânsito de lugar que só foram erigidos quando conseguiram se firmar como relato e transfiguração da barbárie e extermínio como instrumentos da colonialidade.

As etnografias inscritas nos relatos coloniais analisados por Pompa (2001), nos fazem perceber traços dessas relações que constituíam as formas de reprodução social nesses lugares, a partir das oscilações de concepções holandeses e jesuítas, como também a existência de etnografias reversas, devolvidas pelos povos originários para os missionários colonizadores. Documentos como o do holandês Elias Herckman de 1639, e do lusitano Manoel Barreto de 1651, que relatavam contextos de vivências de um mês entre os Jandoins e nas entradas baianas ao sertão em 1669, respectivamente, mesmo com filtros de leituras que colocam o “outro” num plano de naturalidade ferina ou monstruosa, traduzem “uma certa sensibilidade, no caso de Herckman, o faz com que perceba a legitimidade da maneira “outra” de fazer cultura” (p. 244).

Manoel Barreto em 1671, ao realizar uma vasta descrição da paisagem. Demonstra uma boa percepção da realidade geográfica. Nos seus relatos, nos chama atenção a ideia que as vastas áreas que enfrentavam secas eram resultado de castigos divinos pelas formas de viver desses povos. Para Pompa (2001), seu exercício de interpretação da paisagem repercutia o sentimento de refutação das teorias aristotélicas sobre a inadaptabilidade do ser humano nas áreas reconhecidas como tórridas. “O que o jesuíta descreve não é a realidade do sertão baiano, mas o mapa do próprio conhecimento renascentista e barroco, em equilíbrio entre as certezas da fé confirmada pelos eruditos e pelos santos e os conhecimentos proporcionados pelas descobertas”. (p. 266).

As etnografias encontradas nesses documentos nos fazem pensar o quão católica consistia a expansão territorial lusitana, a ponto de produzir narrativas nas invasões do novo mundo que entravam em consonância com as reações do vaticano à dinâmica de descobertas da ciência moderna em gênese. Narrativas que compõem com a construção da formação do pensamento sobre a ideia do “outro” ser; mas também da “outra” natureza/lugar/paisagem/espço, lido como imagem e semelhança desse ser “outro”, inacabado; racionalidade com a qual a ciência em gênese também esteve muito implicada. Essas elaborações compõem, por conseguinte, o enorme acervo imagético-narrativo da ideia de sertão, lugar longe da expansão contígua da coroa. Sua etimologia remota ao latim ser, mas os rumos da utilização da palavra ganham outros significados, como no alude Ferraz (2016), ser/ser o “que quer dizer ligar com o fio, tecer, juntar, atar, encadear, de onde deriva a palavra desertar-se” (p. 188).

É sintomático, como nos alude a autora, que a evolução da palavra sertão tenha levado a uma utilização do termo que lhe é oposto ao sentido etimológico, tido como local desligado, desatado, desprendido. O sertão, na política territorial do sistema colonial, é construído como o local a ser vencido, domado para fazer contígua à sociedade estabelecida no litoral. Não por

acaso erige-se a verossimilhança entre o sentido transmutado da palavra e a guerra como forma-política da expansão territorial que foi a prática societária das entradas.

A referida etnografia documental realizada por Pompa (2001) também nos revela disputas entre portugueses e holandeses na construção de uma rede, com o objetivo de construir caminhos de entrada até os rios vicinais, sobretudo o São Francisco, mas também o Jaguaribe, Apodi, Piranhas-Açu. Oferecendo-lhes tabaco e instrumentos de trabalho, a “diplomacia do sertão” firmava alianças territoriais e direitos de passagem.

Em uma dessas incursões, Bernardo Nantes, que depois viria a escrever um dicionário da língua Kariri, foi interpelado por esse povo sobre seus rituais de morte. Descrito em documento citado por Pompa, os brancos são analisados pelos Kariris da região do médio São Francisco, como inumanos, pois “deixavam seus parentes ser comidos pelos vermes, quando eles os enterram, e que, eles os consomem com maior honra e ternura em suas entranhas” (p. 260).

Esse aspecto da dialética do encontro nos revela traços de etnografias reversas que poderiam estar incutidas nas narrativas coletivas de enfrentamento contra as entradas nesse sistema territorial pluriétnico e plurilinguístico que envolvia esses rios originários. Não se tratava somente de defender a extensão desses lugares como espaço de reprodução da existência social, mas de reagir a entradas violentas de pessoas lidas com inumanas, que tinham uma ética funerária distinta. Desta feita, as estratégias de sobrevivência dos “tapuias”, com suas territorialidades fluidas, por vezes provisórias, passaram da ameaça e da defesa de suas existências, ao engenho da colonialidade.

A sequência de guerras, que culminou na tomada dos sertões, constituiu-se como ações bélicas de fins desses mundos; inicialmente considerando as entradas pelo recôncavo até atingir o São Francisco e as entradas que guerreavam entre o rio piranhas-açu e o Jaguaribe entre 1650 e 1720 (PUNTONI, 2002). Em seguida, as que garantiram ocupações efetivas das sesmarias entre os rios Jaguaribe e São Francisco entre 1802 e 1843 (OLIVEIRA, 2017; COSTA 2014), garantindo a paz de Deus no entroncamento da Chapada do Araripe, que hoje margeiam um conjunto de fronteiras.

A guerra em si provocou profunda simbiose e metamorfose desses povos. Os avanços e recuos das entradas carregavam consigo mercês e títulos da coroa, intervindo na geografia política do poder, fazendo com que povos específicos tratassem com portugueses ou holandeses e recebessem benesses e favorecimentos para tanto, fazendo a produção da sociedade atlântica escravocrata permear e ter lugar político nas rivalidades interétnicas, fazendo desses conflitos

um processo de aceleração das entradas. Destituir os poderes locais, e organizar os sujeitos a partir de outras estruturas hierárquicas, foi fundamental para consecução das entradas.

Nos alude a esse respeito Kopenawa e Albert (2019) que, com os primeiros contatos com os brancos da comissão de fronteiras no início do século XX, depois com as missões evangélicas no alto curso do rio Tootobi na década de 1960, “tínhamos virado outra gente” (p. 256). Pensando esse entendimento do xamã yanomami em diálogo com a colonialidade nos sertões, podemos inferir que as entradas coloniais não significavam somente a morte direta desses povos, tendo a colonialidade atingido patamares mais profundos. Em um primeiro estágio desse processo, o contato letal desse anti-corpo de língua travada com os corpos/almas cristãs, culminou em ações biológicas, intencionalmente manipuladas nas entradas, de transformações ecológicas e epidemiológicas como primeiro estágio do genocídio.

Tomar o acesso ao rio e suplantar a ordem de relações originárias por outro padrão de (re)produção social da natureza é um processo de conversão desses povos em outros, a partir do confinamento dos corpos e criação (e registro/batismo) de suas almas. Todos os mundos que existiam foram subjugados a essa nova razão civilizatória e suas hierarquias políticas. Se todos esses seres se auto implicavam em cosmovisões em que todas as agências eram tidas como portadoras de consciência e produtoras de relações sociais, o incremento de outros seres a partir da mudança dos regimes de usos econômicos da natureza impõe outra ordem societária ao rio. Logo, a colonialidade tem uma dimensão ecológica, econômica e territorial muito marcante; sobretudo se pensarmos a pecuária como atividade econômica de entrada, a escravidão como forma de organização social e a guerra permanente como instrumento de construção de uma nova ordem.

O rio, o ponto no universo da transmutação dos seres, o centro do mundo para as cosmologias que teciam essas redes étnicas nos sertões, lócus de passagem para outra forma corporal e para a assunção de outra perspectiva, foi sendo construído como o rio da integração nacional. Dominar esse rio, comportar suas forças e dosar sua vazão, barragem por barragem, o fez reproduzir no seu curso a língua do território-Estado e carregar por todo seu leito a ideologia do progresso. O rio católico, São Francisco; o rio da Coroa, navegado pelo Imperador para conhecimento do Brasil “profundo”; o Rio Jaguaribe, Rio do Estado, inscrito nas paredes das barragens. O rio controlado possibilitando a sobreposição de outras realidades – camada por camada, erigindo a sociedade do capital – estava em gestação enquanto projeto de futuro nas ações territoriais das entradas e confinamento.

A vivência da retomada Pankararu-Opará nos incita muitas inquietações para pensar o contemporâneo em uma perspectiva temporal que considera a colonialidade como marca

fundamental de constituição da realidade, a saber: Em quais as bases étnicas se fundamentam os saberes da miríade de povos tradicionais e camponeses dos sertões? Que ecos são ainda audíveis em suas práticas sociais, em suas marcações de tempos, em seus ritos de passagens? As formas comuns de usos, as experiências com a natureza para verificar previsão do tempo, para indicar momentos de plantio, estão implicados por esses saberes ancestrais que elaboraram esse sistema territorial pluriétnico e plurilinguístico?

As marcações dos tempos que existem hoje nessas comunidades sinalizam para nós rastros ou traços dessas maneiras singulares de elaborar suas existências. Os Pankararus celebram a colheita do umbu como uma marcação do tempo. Árvore símbolo da engenhosidade da vida nos sertões, o umbuzeiro acumula água em suas raízes em grandes bolsões, permanecendo verde todo o ano, uma presença marcante em toda a extensão entre a chapada do Araripe e o São Francisco.

O conjunto de conflitos que culminou no processo de instituição de sesmarias na Chapada do Araripe no começo do século XVIII, e que veio a ser denominada de Guerra dos Bárbaros, pode ser considerado o ponto de transmutação que impôs profundas transformações ao conjunto de relações que formava esse sistema pluriétnico e pluriterritorial originário entre os rios da região produzida como sertão. As entradas e confinamento, que fluíam com instabilidade entre os séculos XVI e XVII, montaram as condições para a produção de uma guerra total que, lograda a produção de uma coerência territorial lusitana nos sertões, ampliou os usos de seu vasto acervo bélico e passou a enfrentar a realização da natureza como o outro a ser vencido, sinônimo de atraso; o corpo de língua travada que necessitava ser vencido.

## **2.2 A montagem de uma guerra contínua como sentido territorial da expansão da economia-mundo pelos sertões**

O capitalismo – assim compreendido como um sistema-mundo no qual cada vez mais um punhado reduzido de agentes econômicos consegue manobrar finanças e promover profundas transformações de maneira remota, instantânea e encadeada – põe territórios na mira de investimentos extrativos e cria um acervo de lugares-reserva, subjugando sua (re)produção a acumulações futuras. Como sistema econômico que é tem uma larga história de formação na qual cada atitude contemporânea faz ecoar seus traços mais profundos.

O sistema-mundo moderno-colonial é a geografia do capitalismo, sua imagem e semelhança em seu imperativo de expansão e estrutural em sua crise de realização. Produzido historicamente como uma materialidade, uma consciência, forjando a realização de um ser social; tudo imbricado e ao alcance dos sentidos primários ao tocar ou sentir qualquer mercadoria circundante. A geografia histórica do capitalismo realiza sua totalidade na minúscula matéria, na “coerção muda exercida pelas relações econômicas que sela o domínio capitalista sobre o trabalhador” (MARX, 2012 p. 125), nas miúdas ou macro relações que estabelecemos com os seres; toda essa gama de relações conflui para a formação social do capitalismo.

A sociedade mundializada é a expressão social do mundo das mercadorias, como nos afirma Marx (2013), e tem uma longa história de formação. Compreendendo, esse autor, a mercadoria como a encarnação visível, “cristalização social e universal de todo o trabalho humano” (p. 185), uma forma de validade social e um corpo equivalente, que produz uma geografia desigual e combinada de extração, produção e distribuição, em um processo onde o dinheiro é transformado em capital, e por meio do capital é produzido mais-valor. A produção capitalista de mercadorias traduz-se como a produção de bens de consumo, como forma de organização social, mas também como produção espacial.

“Todo esse movimento parece girar num ciclo vicioso do qual só podemos escapar supondo uma “acumulação primitiva”, prévia acumulação capitalista, uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2013 p. 785).

A acumulação primitiva é um dos conceitos fundamentais da produção teórica de Marx. A despeito de muitos diálogos e reelaborações por parte de outras pensadoras e pensadores, é muito útil para entender o processo de formação inicial do capitalismo e como esse estágio inicial é produto e produtor da colonização. Analisando as profundas transformações decorridas nas formas de produção e controle do trabalho, Marx, volume I do livro *O capital*, nos elucida que há um abismo enorme anunciado em fortes diferenças entre os séculos XV e XVI. Esse conjunto de transformações, para o autor, reflete o movimento de fortalecimento do capital comercial, repercutindo os primeiros avanços da expansão marítima, e da renda acumulada e circulada em empréstimos, processos que provocaram um conjunto de oportunidades para a expansão integrada do capital produtivo.

Analisando esse cenário na Inglaterra, o autor demonstra como o protagonismo do capital produtivo, urbano, burguês e com uma grande capacidade contestatória, provocou uma fusão entre as formas de realização do Estado e do capital produtivo, gerando ciclos fortes de

concentração e centralização. A expansão de uma nova forma de produção será conduzida, segundo o autor, por processos generalizados que institucionalizam a violência como uma ação formal e legítima do Estado moderno. O Estado, assegurado pela criação de um sistema monetário moderno, atingiu a capacidade de estruturar amplos cercamentos, a expansão de um regime de produção e propriedade no campo que liberava, por meio da violência, força de trabalho para as cidades, condições de produção com a circulação de matéria-prima e uma incipiente capacidade de consumo monetizado.

A acumulação primitiva, um conceito recuperado de autores liberais que o precederam, é para Marx, algo muito distante de um período idílico e brando caracterizado pelo protagonismo da conquista de capacidade produtiva como um gesto de pioneirismo e senso de oportunidade. A separação realizada entre os trabalhadores e os meios de produção e a promoção da circulação de força de trabalho livre (em dois aspectos, enquanto desvinculados de um senhor de terras e que necessita, obrigatoriamente, vender sua força de trabalho para existir), foi marcada pela conquista, a subjugação, o assassinato para saquear, em suma por um amplo processo de violência (MARX, 2013).

Na história da acumulação primitiva, o que faz é de alavanca classe capitalista informal, mas, acima de tudo, os momentos em que grandes massas humanas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho como proletários absolutamente livres. A essa própria ação da Terra que antes pertencia ao produtor rural ao camponês constitui a base de todo o processo (MARX, 2003 p. 787).

Difícil não se ver tentado a traçar um paralelo de contiguidade e comparação com o horror narrado por Marx, no referido livro, analisando a acumulação primitiva para com os Gaélicos – um processo que o autor nomina de acumulação primitiva clássica, no processo de usurpação das terras comunais – com o genocídio e com a promoção de uma outra ordem de uso e apropriação da natureza impetrada pelas entradas e pela catequização na América portuguesa. As formas como esses saques e extermínios no “novo mundo” eram transferidas para a Europa e convertidas em capital – a partir da expansão da incipiente produção urbana – faziam com que convergissem, a um só tempo de realização, o mercado escravagista, a renda acumulada com as guerras e expansão, os cercamentos e a dissolução das propriedades comunais na Europa na construção de uma nova sociedade.

(...) foi simultaneamente proibida a emigração dos gaélicos expulsos da terra com o fim de impeli-los à força para Glasgow e outras cidades fabris. 711 Como exemplo do método dominante no século XIX, 712 bastam aqui as “clareações” levadas a cabo pela duquesa de Sutherland. Essa pessoa economicamente instruída decidiu, logo ao assumir o governo, empreender

uma cura econômica radical e transformar todo o condado, cuja população já havia antes, mediante processos semelhantes, sido reduzida a 15 mil, em pastagem de ovelhas. De 1814 até 1820, esses 15 mil habitantes, cerca de 3 mil famílias, foram sistematicamente expulsos e exterminados. Todas as suas aldeias foram destruídas e arrasadas pelo fogo, todos os seus campos transformados em pastagem. Soldados britânicos foram encarregados da execução e entraram em choque com os nativos. Uma velha senhora foi queimada nas chamas da cabana que ela se recusava a abandonar. Dessa forma, essa madame apropriou-se de 794 mil acres de terras, que desde tempos imemoriais pertenciam ao clã. Aos nativos expulsos ela destinou aproximadamente 6 mil acres de terras, 2 acres por família, na orla marítima. Os 6 mil acres tinham até então estado desertos e não haviam proporcionado nenhuma renda aos proprietários. (MARX, 2013 p. 802).

Muito embora sejam contextos sociais muito distintos – o vivenciado pelos Gaélicos com a expansão da produção capitalista na Europa, e o contexto da Guerra dos Bárbaros, que foi decisivo para efetivo domínio do Rio Jaguaribe e estabelecimento de um regime transitório de propriedade – os saques realizados na América e todo o sistema Atlântico de comercialização de pessoas escravizadas e de produtos “tropicais” asseguravam ganhos comerciais e financeiros suficientes para a expansão produtiva. As técnicas de extermínio empregadas no contexto dos cercamentos foram redefinidas e reaproveitadas no processo de colonização das Américas, como nos alude estudos realizados por Pompa (2002) e Federici (2017), bem como as formas de gestão do trabalho de multidão nos engenhos e nas entradas foram úteis para produção de um sistema fabril urbano produtivo. A própria produção mecanizada de produtos destinados ao comércio Atlântico mundializado, uma mecânica movida pela tração animal, força humana e das águas, é uma realidade concretizada pelo sistema escravagista na América Portuguesa já no século XVI, que, como nos alude Porto-Gonçalves (2012), reunia o que havia de mais complexo em tecnologia de produção mecanizada.

A montagem de um cenário inicial do capitalismo foi adensada, segundo Marx, com a produção de leis perversas que asseguravam, por um lado, a concretização da propriedade privada como um direito central de proteção do Estado e, por outro, a perseguição e encarceramento das populações circundantes, tidos como vagabundos, nos centros urbanos. Muito embora esse contexto de perseguição das “classes perigosas” venha a se fortalecer no contexto do Jaguaribe somente a partir da segunda metade do século XIX, concomitante à montagem de um projeto intelectual de controle de circulação do Rio como projeto de desenvolvimento e embranquecimento, como veremos no capítulo 4, a própria montagem de um sistema Atlântico político-religioso de instituição da guerra justa pode ser entendido como uma forma arcaica e muito eficiente de um Estado territorial Atlântico. Instrumentos paralelos de produção de uma coerência discursiva para o conjunto de violência institucionalizada.

Na interpretação de Harvey (2003, 2005, 2013), Marx ao analisar a acumulação ampliada como mecanismo por meio do qual o mais-valor é acumulado e produzido, levou em consideração os processos de violência e extermínio e saque. Harvey irá interpretar como acumulação por espoliação esse conjunto de violências institucionalizadas produtoras de fronteiras, como constitutivos dos processos de transformação, centralização e concentração de capital.

Mesmo Marx afirmando que sua análise sobre a acumulação primitiva estava centrada na produção de uma interpretação sobre uma expropriação que se apresenta em uma forma clássica, analisando a Inglaterra e que “sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas” (p. 804), nos instrui que essa é a base de formação ou pré-história do capitalismo.

A partir dos diálogos com Rosa Luxemburgo (2021), Harvey interpreta que esses fundamentos analisados por Marx não se restringem a esse momento do capitalismo e que a acumulação primitiva não cessou com a consolidação de uma sociedade industrial, predominantemente urbana e mundializada. A partir de argumentos da obra do próprio Marx, Harvey sugere que essa permanência da mecânica da acumulação primitiva pode ser analisada como algo central e contínuo do desenvolvimento do capitalismo em duas perspectivas que nos são úteis para o estado de guerra generalizado que logrou o controle territorial do Rio Jaguaribe.

O fato de a produção econômica escravagista da *plantation* na América portuguesa ter produzido condições objetivas de gestão do trabalho realizado em larga escala, podendo elevar o aprimoramento de técnicas, não somente de controle físico e mecânico do corpo no processo produtivo, mas na produção de uma coerção e coerência da gestão e exploração do trabalho. Nesse sentido, podemos pensar a acumulação primitiva não somente como um aspecto ancestral da produção capitalista do espaço, mas como a matriz do sistema de gestão e controle da produção de uma consciência operária, por assim dizer, forjada no cerne de uma economia escravocrata.

Outro aspecto da interpretação de Harvey, que nos parece muito elucidativo para pensar o tema da acumulação primitiva, é que todo o processo de expansão do capitalismo, mesmo hoje, está baseado na produção de amplos processos de saques e violências, justamente pelo fato de a produção de valor hoje ser regida pela circulação mundializada, cada vez mais concentrada e centralizada. Nesse sentido, pensando como Luxemburgo (2021), quando analisou a expansão do capitalismo na China, Harvey nos elucidica que a acumulação primitiva é um traço central de realização do capitalismo hoje, quando consegue a partir da redução dos direitos previdenciários, da privatização de bens naturais e da requalificação urbana mover, em

tempos de crises, a produção de valor a partir de ajustes espaciais. Para Harvey (2013), o que chamamos hoje de globalização é simplesmente um ajuste temporário que “resolve” os problemas no aqui e agora, projetando-os para um terreno geográfico maior e mais amplo.

Pensando a consolidação de uma dinâmica territorial da produção econômica capitalista na abrangência do Rio Jaguaribe, podemos entender a guerra como algo contínuo no processo de montagem dessa nova sociedade, e a produção de fronteira – movida pela economia política da guerra – como o lugar de elaboração de gestão e controle do trabalho. Nesse sentido, a guerra e a acumulação primitiva, como nos aludem Alliez e Lazzarato (2020), não são momentos episódicos na realização do capitalismo. Como veremos no capítulo 02, a guerra contínua foi o instrumento de montagem de um Geografia territorial da propriedade privada, da diversificação produtiva e da transição de regime de trabalho, e no capítulo 04, como a modificação das condições de realização da natureza são os argumentos de uma guerra contínua montada em âmbito de uma ideologia espacial que se tornou elemento justificador da formação territorial latifundiária e a justificativa inesgotável para a mobilização de força de trabalho e circuitos produtivos para aprofundar a internacionalização da produção econômica.

Apesar de não ser coerente ler a economia política da expansão marítima europeia com as lentes que lançamos mão para compreender a sociedade contemporânea de mercado (SAMPAIO, 2016), é muito relevante considerar que a constituição de uma economia-mundo no século XVI, como nos alude Wallerstein (2007), figura como uma peça da acumulação primitiva de capitais nos quadros do desenvolvimento do capitalismo mercantil europeu (NOVAIS, 2019). “Com tal mecanismo o sistema colonial ajustava, pois, a colonização ao seu sentido na história econômica e da sociedade modernas” (NOVAIS, 2019 p. 110).

Nesse sentido, podemos considerar a expansão marítima e a constituição de economias produtivas complementares interligadas pelo sistema mercantilista Atlântico, como os atos fundacionais do sistema-mundo, da geografia do capitalismo. Uma longa marcha de expansão econômica movida pela crise do sistema dominial feudal, desencadeada a partir da formação e expansão de um setor mercantil. “A colonização europeia moderna aparece, assim, em primeiro lugar como desdobramento da expansão comercial.” (op. cit. p. 84)

A geografia econômica do império atlântico lusitano não aponta em sua gênese para a formação de uma nação como um destino manifesto. O desencadear da crise do Antigo Regime, a consolidação de circuitos produtivos na então colônia de Portugal e o exponencial crescimento econômico da Inglaterra com a revolução industrial, foram fatores que impuseram séculos depois à conjuntura nacional a articulação de uma rede de poder sobre a qual foi forjada a invenção da nação e que serviu de justificativa para expandir esse domínio a partir da guerra.

A expansão marítima e a constituição de um sistema colonial são desdobramentos das necessidades imediatas do processo da criação de mercados e da formação dos Estados modernos na Europa. Se podemos considerar como muito relevantes para formação desses Estados a realização de um pacto ultramarino colonial da política econômica entre os países colonizadores, um corpo legislativo diplomático<sup>16</sup>, à medida que o discurso e a prática da identidade nacional faziam sentido na Europa, as colônias foram constituídas como essenciais para o desenvolvimento da metrópole e elementos justificadores da composição nacional na Europa.

A expansão marítima europeia teve papel fundamental na geopolítica belicosa de queda do absolutismo e na constituição dos Estados nacionais na Europa. Por um lado, eram razões de existência desses conflitos o controle territorial dessas colônias, por outro os recursos acumulados na exploração asseguraram a defesa e a constituição territorial do discurso nacional. Como alicerce do sistema-mundo capitalista, essa economia-mundo atlântica fez com que cada ato político de conquista, produção espacial e valorização se constituísse como um processo de auto reprodução dessa lógica política.

A guerra foi instrumento territorial por excelência para conquista e invasão dessa plataforma continental habitada por cerca de 2,4 milhões de pessoas (OLIVEIRA, 2015). Guerra contra os nativos que não negociavam passagem ou não aderiram à catequese católica compulsória e contra outras nações em gênese que aportavam na costa brasileira e tentaram converter, em alguns casos com êxito, amplos espaços em locais de extração e negociação. Os acordos foram fundamentais para tanto, com incursões diplomáticas de negociantes e tradutores, mas a força foi imposta com violência física para demonstrar o poderio bélico do império lusitano diante dos povos que, a seu modo, desenharam uma geopolítica própria de divergências, que manipulada pelos portugueses, serviu de facilitadora para a invasão. Violência contínua como produtora das bases sociais da acumulação primitiva.

Guerra com suas sobrepostas camadas; não satisfeita com a eliminação do corpo físico, a destruição da paisagem originária e a imposição da cruz para converter as almas, essa marcha pelo controle e pela valorização dessas terras seguiu o padrão político da conversão desse lugar do mundo em local de extração; a vida que importava à existência precisava ser convertida a um tempo/espaço a serviço do rei. Não por acaso a palavra-política padrão dessa ação territorial

---

<sup>16</sup> Que passaram a regular atos de navegação, o exclusivo comercial, as políticas punitivas de povoamento, a constituição das companhias comerciais. O próprio Conselho Ultramarino quem decidia sobre a legitimidade das guerras justas.

era a redução. Impunha-se a necessidade de reduzir esses mundos até o mínimo rentável possível.

É nesse sentido que Quijano (2010), entende o processo de colonialidade como ato fundacional da modernidade, e todos as grandes transformações subsequentes na história do capitalismo como (re)produtores desse padrão de poder. Para o referido autor, a expansão territorial do mercantilismo nas Américas produziu os estamentos da ideia de raça que confluíram na constituição da imagem da Europa como centro do mundo, que significou para esses povos um processo de reidentificação histórica, pois desde a Europa lhes foram atribuídas novas identidades geoculturais.

A produção da economia-mundo não significou somente violenta extração econômica; foi caracterizada fundamentalmente por um processo de construção de um novo universo auto impositivo de relações intersubjetivas. Concomitante a valorização e produção de circuitos especializados de produção, os mesmos sujeitos sociais que realizavam trabalho compulsório para mover essa economia-mundo tiveram reprimidas, de variadas maneiras, suas formas de reprodução de conhecimento e identificação com o mundo, seus padrões de sentido, universo simbólico, suas maneiras de vivenciar a objetividade e subjetividade.

Em suma, estamos diante da ideia que o mundo da produção e circulação frenética de mercadorias, que faz isso a partir da elevada exploração do trabalho, produziu, com as mesmas mãos que extrai e acumulava recursos, uma (re)classificação hierárquica do planeta com implicações econômicas, éticas, raciais e patriarcais; onde o funcionamento da história da humanidade obedece a um relógio no qual a cultura ocidental já cumpriu todas as etapas de civilização e as demais matrizes de pensamento e cosmovisões precisam adiantar seus tempos e subjugar suas intersubjetividades para acompanhar o ritmo da história.

O processo de colonialidade, diluído nos séculos que seguiram à invasão, não faria sentido se estabelecesse aqui somente os mecanismos de extração de recursos posicionados em uma disposição interligada entre local de extração, de realização e de acumulação do valor. Nesse continente foi produzida a Europa, enquanto ideia de civilização e argumento territorial, a partir da exploração e da negação dos corpos originários, da criação da noção segundo a qual a humanidade está distinguida por raças, o que legitimou a constituição de um comércio humano; da negação do outro-diferente. A afirmação conflituosa de um padrão territorial de nação só foi possível encontrando-se na geopolítica da guerra a miríade de mundos a ser destruída. Produzir fronteiras continente adentro significava validar e fortalecer a identidade nacional dos países colonizadores.

Nesse sentido, há um aspecto cultural latente no processo de formação das bases da economia política capitalista. A imbricação entre acumulação primitiva e colonização – mediada pela guerra e por diversas formas de violência – produziu uma sociedade mundializada onde o argumento central da realização é a mercadoria, e impôs uma ordem social eurocentrada com fortes repercutindo em um generalizado extermínio e na subjugação de cosmovisões que narravam de outro modo a origem do universo.

Quando concordamos com a existência de um sistema mercantilista de extração, que foi a primaz acumulação e que garantiu as reservas de valores para mover as revoluções subsequentes, estamos o considerando fundamentalmente como um sistema de produção de significados, de reconfiguração identitária, de imposição de uma lógica civilizatória eurocentrada. Desse modo, ao mesmo tempo que o desenvolvimento do capitalismo, erigido a partir desse padrão de poder, aprofunda sua lógica civilizatória de mercado não o faz sem (re)produzir a colonialidade, uma vez que as bases de formação não foram superadas.

Entender como estão concatenados esses fundamentos do sistema-mundo moderno pode nos ajudar a pensar o lugar da natureza na expansão marítima, ou como se convencionou chamar, na tropicalização da economia política ibérica. A apropriação da natureza é material a partir da valorização, mas também é simbólica, a partir da imposição de um regime de cognição e (re)produção que considera seu funcionamento como um organismo de criação divina à disposição para os usos humanos. A colonialidade foi construída também a partir de um viés de imposição de uma ecologia política ocidental, afinal, estão imbricadas as relações entre a consolidação de um mercado humano com o controle e destruição da floresta atlântica litorânea, como nos alude Cabral (2014). Em suma, a (re)produção da natureza passa a obedecer ao ritmo das guerras pela conquista, pela valorização e produção do espaço colonial. É nesse contexto que os rios são mais que caminhos de entrada, constituem-se como veios de imposição de outros significados.

A transição entre sistemas de intercâmbios não contínuos para a consolidação de circuitos de produção agrícola marcados notadamente pela produção e refino do açúcar, permitiu que Portugal produzisse riqueza, afugentasse com esforço e negociações nações invasoras e consolidasse um circuito econômico integrado a todos os outros e que compôs a base econômica dos sentidos da colonização, a escravidão. Esse conjunto de tendências, analisado por Novais (2019) como o Sistema Colonial do Mercantilismo, fez com que a colonização transfigurasse do “comércio de bens produzidos por sociedades já estabelecidas para a produção de mercadorias e a montagem de uma sociedade nova” (NOVAIS, 2019 p. 100).

Para o referido autor, nas primeiras décadas do século XVI, o sistema está praticamente constituído e a colonização atingia agora propriamente a órbita da produção econômica, onde, a partir de núcleos criadores do comércio, como nervo do sistema, empurravam a colônia para uma conjuntura de fornecedora de produtos tropicais e metais nobres à economia europeia. A razão político-territorial de ser da colônia era se constituir como um fator econômico do desenvolvimento da metrópole, em suma, os sentidos da colonização, como nos alude Prado Jr. (2014).

A natureza ganha centralidade na dinâmica geopolítica colonial em um sistema de baixa produtividade e pouca circulação monetária, que necessitava crescer extensivamente para auferir ganhos proporcionais e manter-se viável. Reinventou-se tecnicamente à medida que se diversificou a concorrência, com o sucesso da empresa colonial nas Antilhas, exigindo maiores aportes produtivos centralizados no engenho. O monopólio da terra e a concentração de poder nos estamentos superiores da sociedade sufocava circuitos comerciais curtos que poderiam fazer circular ganhos financeiros no interior da colônia. Em suma, uma geografia econômica que se traduzia em uma produção espacial predatória com elevado desgaste e esgotamento da natureza.

A produção fazia sentido na medida em que sua comercialização gerasse rendimentos ampliados na metrópole; a engenhosidade complexa do circuito separado pelo Atlântico só fazia sentido se rentável em larga escala, demandando a (re)produção social do trabalho compulsório. Para Novais (2019), “A mercantilização da produção só se generaliza, dominando as relações sociais, quando a força produtiva se torna ela própria em mercadoria” (p. 118).

Não fazia sentido que o câmbio nas relações sociais, em marcha na Europa que caminhava lentamente para a constituição do trabalho “livre” e o fortalecimento de uma burguesia comercial, se reproduzisse na América Portuguesa, porque a razão de ser desse lugar era produzir aportes de renda para que a elite europeia produzisse suas revoluções sociais. Desse modo, a comercialização do trabalho compulsório, não só viabilizou um circuito pujante de produção mercantil, como se constituiu como um circuito de (re)produção do valor.

Se hoje se convencionou na produção intelectual latino-americana a utilização da expressão extrativismo para designar circuitos econômicos que realizam a lógica matriz da colonialidade – reforçando esses espaços como exportadores de produtos primários – a partir da tese defendida por Novais – que a escravidão existiu como um circuito fundamental de (re)produção do valor, ou em suas palavras foi “o elemento mercantilista escravagista que comandou o movimento colonizador” (p. 112) – podemos deduzir que a matriz do sistema-mundo capitalista se constituiu a partir do extrativismo humano, diretamente humano.

Se analisarmos o circuito da produção contemporânea de minério de ferro no Brasil, por exemplo, dadas sucessivas mortes causadas por repetidos rompimentos de barragens de rejeitos, podemos pensar o corpo humano assassinado por essa empresa mineral como um objeto de valor. Tal constatação dá-se na medida em que foi preciso eliminar essas vidas para que o país continuasse sendo, mesmo após esses crimes humanitários e ecológicos, o maior produtor de minério de ferro do mundo. Os corpos estavam no caminho dessa meta de crescimento econômico, inclusive o do rio, de modo que essa lógica persiste nesse circuito econômico. Mesmo que de forma indireta, o extrativismo, nesse caso, envolveu a exposição da vida humana como limite de realização.

Então, mesmo que de maneiras indiretas, o adoecimento e morte humana são produtos dos circuitos extrativos contemporâneos. A elevada utilização de agrotóxicos no Brasil, que são proibidos em vários países do mundo, para citar outro exemplo, vitima milhares de pessoas que vivem circundando as áreas apropriadas por essas empresas; a expansão econômica extrativista capitalista precisa produzir morte para (re)produzir valor. A lógica extrativa permanece espoliando a vida humana, elementos que nos fazem pensar o quão têm se manifestado contínuos os elementos de barbárie naturalizados no processo de acumulação primitiva.

Quando nos deparamos com o sistema-mundo mercantil colonial onde, como nos alude Novais (2019), a primitiva acumulação está imanente em todos os processos, estamos diante de um extrativismo humano, étnico e racial, por conseguinte. Colocando em diálogo o conceito contemporâneo de extrativismo com a tese do referido autor, podemos inferir que o fundamento espacial da economia que constitui o sistema-mundo, que é a matriz de realização do capitalismo, foi erigido a partir de aferição de renda com o extrativismo de corpos humanos. Não diretamente a produção da morte, mas o cativo e o trabalho compulsório do corpo humano são a mercadoria atlântica por excelência do sistema-mundo colonial.

O trabalho realizado por essa exploração compulsória pode auferir lucros até menores que o circuito de captura, sequestro e cativo dessas pessoas, segundo o referido autor. Então, a produção espacial incorpora na dinâmica de constituição da paisagem essa razão econômica, e a reprodução das relações sociais realiza o racismo como um padrão de comportamento dos corpos, realização do espaço e produção da consciência moderna. Dados de uma pesquisa realizada por Reis Jr. (2015), sobre a população cativa em unidades produtivas no sul do Ceará no século XVIII, demonstram bem esse contexto político econômico: as terras dos latifundiários dessa região, ainda em um mercado incipiente de terras, chegavam a valer apenas 4% do valor total de sua riqueza acumulada, enquanto que as pessoas escravizadas respondiam por mais de 70% em alguns casos do valor total.

Esse contexto constitui o que Novais (2019) chama de renascimento da escravidão. Se considerarmos o argumento de Quijano (2010), citado anteriormente, que a colonialidade criou o conceito de raça, e, a partir dessa formulação, promoveu um reconfiguração identitária e geo-história do mundo, o renascimento da escravidão não segue os parâmetros da exploração escravagista clássica de capturar prisioneiros de guerra, inimigos cativos em terras conquistadas, etc., mas sim produz um sociedade escravocrata em que a base de legitimação é um discurso de inferioridade do ser humano não ocidental.

Federici (2017), analisando a centralidade da escravidão na produção de uma sociedade mundializada de produção de mercadoria nos instrui que:

A produção colonial de açúcar, chá, tabaco rum e algodão – as mercadorias mais importantes, junto com o pão, para a reprodução da força de trabalho na Europa – não se desenvolveu em grande escala até depois do decênio de 1650 após a escravidão ter sido institucionalizada e os salários terem começado, modestamente a aumentar. Devemos mencionar aqui, no entanto, que, quando finalmente a produção desenvolveu, foram introduzidos dois mecanismos que reestruturaram de forma significativa a reprodução do trabalho em nível internacional. De um lado foi criada uma linha de montagem global, que reduziu os custos das mercadorias necessárias para produzir a força de trabalho na Europa, e que conectou os trabalhadores escravizados e assalariados por meio de modalidades que antecipam o uso que o capitalismo faz atualmente dos trabalhadores (...). Por outro lado, nas metrópoles o salário se tornou um veículo pelo qual os bens produzidos pelos trabalhadores escravizados iam parar no mercado, isto é, um veículo por meio do qual os produtos do trabalho escravo realizam seu valor. (FFEDERICI, 2017 p. 208).

O argumento da autora aponta para uma reflexão que nos demonstra a centralidade da escravidão no processo de produção do sistema-mundo do capitalismo.

A escravização indígena, nesse processo, fez sentido econômico apenas na medida em que alimentou circuitos de produção internos. Não era economicamente produtivo acumular pessoas escravizadas em sua propriedade que não rendessem valores elevados em um processo de comercialização ultramarino posterior.

Não foi sem grandes guerras que esse sistema-mundo de acumulação predatória na colônia e o tráfico de pessoas se constituiu. Sempre de sobreaviso esteve uma força bélica pronta para subjugar a diferença, utilizando-se de suas próprias forças, produzindo um Estado-nação de dimensões continentais.

Não por acaso, as grandes guerras que lograram a construção dos símbolos da nacionalidade, impressas como epítetos de logradouros, em estátuas e em palavras, foram produzidas em disputas internas. Destruir Canudos (Arraial Belo Monte), Caldeirão, subjugar

os tapuias, destruir Palmares. Não por acaso, estão todas essas resistências atreladas a formas de usos e (re)produção social a partir de rios-refúgios que precisaram ter reconfigurados suas formas de uso e representação simbólica. Desse modo, a centralidade da imposição de um regime de uso e produção de significado para os rios não se restringe ao período marcado da colonização. Como dissemos anteriormente, esses rios precisavam traduzir em suas margens a centralização da nacionalidade e a simbologia do progresso, precisavam também ser imagem e semelhança da sociedade colonial.

Do mesmo modo, a violência contínua não se restringe a um momento inicial do capitalismo, com vista à possibilidade de depois ascender a outras formas de violências institucionalizadas ligadas à produção e à acumulação. A violência contínua é a razão de ser dessa nova realidade irreconhecível, como referida no tópico anterior. A produção capitalista do espaço, em âmbito internacional, é a produção da violência institucionalizada constitutiva de um estado de exceção permanente, como nos alude Agamben (2014).

Caminhando no curso da narrativa, e se distanciando dessa digressão temporal entre vidas e mortes que importam, a ideia é entender que razões levaram a empresa colonial a disputar os sertões, qual o padrão produzido para essa disputa, quais os caminhos percorridos, os sentidos dessas entradas e o lugar da natureza dessa geopolítica mercantilista colonial.

Ferraz (2016) nos alude que, concomitante às primeiras viagens ao interior que atingiram o São Francisco, quando os portugueses traziam indígenas aprisionados para o trabalho no litoral, o donatário da capitania de Pernambuco foi sempre estimulado a expandir territorialmente a produção. Os Caetés, indígenas que viviam na costa atlântica, constituíram uma força de reação inegociável, reagindo com poderio às incursões no sentido sul da capitania.

A política de alianças com os Tabajaras, situados no sentido norte caminhando para capitania de Itamaracá, garantiu maior conhecimento da geopolítica indígena de ataques às instalações sediadas no litoral, bem como a expulsão dos franceses que comercializavam madeira com esses indígenas nas proximidades de onde hoje está a fronteira com a Paraíba (FERRAZ, 2016). A reserva de força de trabalho acumulada com a incorporação do tráfico de pessoas advindas da África fez com que a Coroa pudesse contar com vigor econômico de sua incipiente produção mercantil e poderio bélico especializado nas guerras originárias em suas políticas de alianças, passando a dispor de tradutores e informações precisas sobre quais povos os atacavam (MELLO, 2007).

“Com essa inimizade e essa divisão entre os gentios, puderam os portugueses alargar seus engenhos para os lados da várzea do Capibaribe” (FERRAZ, 2016 p. 175). A expansão no sentido sul até atingir o Cabo de Santo Agostino, terra habitada pelo Caetés, foi feita com

punição exemplarmente violenta pelas repetidas derrotas imputadas aos portugueses. “Com muita astúcia e engodo os nativos foram jogados uns contra os outros, pois não havia unidade entre os indígenas diante do conquistador branco” (op. cit. p. 180). A extrema violência exercida nessas ocasiões deixava cada vez mais uma mensagem de terror para os habitantes do interior do continente, facilitando o aprisionamento e comercialização de indígenas para atuarem nas guerras de conquista, bem como a consolidação de acordos de paz, pois, como nos alude a referida autora, muitos indígenas de etnias aliadas aos Caetés passavam largas temporadas no litoral e foram até, em certa medida, mobilizados nos conflitos mais acirrados. Esse trânsito entre etnias fez com que as imagens do desastre se espalhassem muito fácil na ambiência entre os rios do interior do continente, no espaço que estava se construindo como sertão.

A “limpeza étnica” nas beiras dos rios foi assegurada com uma política de alianças caracterizada pelas relações de concubinato, na qual a proximidade com a Coroa assegurava mercês e benefícios para esses povos; unidade bélica contra seus inimigos estabelecidos no litoral ou no interior, fato que não necessariamente repercutia para gentios de mesma etnia com morada situada em uma área de interesse de expansão da coroa. Com esses avanços e recuos e a partir de uma geografia pendular de expansão, o plantio de cana-de-açúcar se estabelece também nas capitanias de Itamaracá e Paraíba. Pernambuco já contabilizava em 1590, 66 engenhos, como nos alude Ferraz (2016).

A simbiose de signos e imagens que conformam a evangelização cristã como uma ação territorial onde as partes envolvidas saíram diferentes, como analisado por Pompa (2001), conformam um entendimento similar à interpretação que Silva (2019) e Mello (2017) realizam sobre a arte da guerra. Ou seja, o envolvimento indígena nas guerras coloniais foi um fenômeno importante na reconfiguração social desses grupos e a incorporação da arte da guerra originária foi indispensável para consolidação do território. À medida que as incursões lusitanas continente adentro acumulavam pessoas aprisionadas, derrotas e perdas importantes, a cultura militar eurocentrada foi incorporando não somente indígenas em seus pelotões de infantaria, mas um conjunto de saberes sobre a geografia local e táticas de guerras manejadas pelos povos originários.

Sem tal aprendizado de campos de batalha não teriam os portugueses logrado a expulsão dos franceses e holandeses. Indispensáveis aprendizados com a guerra tapuia ou guerra do mato, volante: guerrilha, sem domicílio certo, em constante mobilidade, com ataques-surpresa e sem massivos confrontos, caracterizada pela “inexistência de confrontações decisivas, tais como batalhas campais e sítio, pela inutilidade das praças-fortes e das posições fortificadas, pela mobilidade e pelos ataques inesperados que desgastavam a resistência inimiga.” (SANTOS,

2017 p. 97). A formação de um grupo de índios “frecheiros”, dentro dos exércitos convencionais, foi uma novidade para os batalhões ibéricos, acostumados com artefatos pesados, incluindo suas próprias roupas (FERRAZ, 2016). Aos poucos, um estado de guerra contínua vinha sendo montado como resultado da necessidade de expansão territorial das atividades econômicas da colonização, e mediante à incorporação da arte da guerra indígena no processo de gestão das batalhas, duas ações concomitantes que convergiam com o processo de catequização que a um só tempo garantia a coleta de informações: a concessão de títulos reais aos indígenas e um incipiente processo de catequização.

A consolidação de um terço dos índios, a criação de uma estrutura militar nos núcleos urbanos açucareiro e a ampla utilização da força originária para a expansão, legados da guerra da restauração, passaram a marcar as ações lusitanas de entradas e denotam marcante agência indígena na configuração geopolítica do território. As expedições que saíram de Pernambuco para o sertão de Rodelas em 1688 com 300 soldados e 400 indígenas (SILVA, 2019), e o recrutamento de flecheiros como auxiliares das tropas durante a guerra das expedições do Recôncavo, que contava com 300 soldados de infantaria e pelo mesmo 600 índios (PUNTONI, 2002), demonstram bem essa participação na quantidade superior de indígenas nas tropas.

Relatos de Bernardo Nantes e Soares Souza, citados por Pompa (2000), trazem um bom demonstrativo de como esses europeus enxergavam a guerra tapuia. Tais relatos nos fazem pensar sobre como a experiência da guerra antes de ser mimetizada pelos europeus em suas batalhas, utilizando-se dos indígenas como mestres de campo, foi tecnicamente analisada. O disfarce era o elemento indígena mais admirado pelos combatentes luso-brasileiros, e também a perícia indígena para saber a hora exata da retirada e conseguir esconder-se na mata rapidamente (SANTOS, 2017). Fica evidente, com os relatos que seguem, sobre como a incorporação de técnicas e objetos de guerra advindos da Europa passaram a ser incorporados nas r-existências tapuias.

Fez-se uma carga contra eles sem muito resultado, uma vez que os índios batendo-se a flechadas, **ficam em movimento contínuo** e movem-se com tanta rapidez, que não é possível fazer pontaria com o fuzil: olham sempre para a arma apontada e mudam rapidamente de posição (NANTES, B. 1706 *apud* POMPA, 2000 p. 279 – grifo nosso).

(...) Na guerra não dão quartel a ninguém, **nem apresentam batalhas a cara descoberta**, senão com súbitas avançadas e depois por detrás das árvores fazem os seus tiros; **usam muita gritaria para meterem medo**. (SOUZA, S. 1690 *apud* POMPA, 2000 p. 281 – grifo nosso).

A posição de observador na narração da guerra “tapuia” denota um exercício de escrutínio da arte originária. A ação contraintuitiva dos indígenas tomava as tropas coloniais de

rompante e aos gritos, amedrontando e causando derrotas nas primeiras expedições; a fuga fácil e rápida não era suficientemente combatida com as armas pesadas das expedições. Nesse sentido, a incorporação de flecheiros às entradas significou a incorporação dessas táticas de batalhas.

A presença numerosa de indígenas nas infantarias, que excursionavam continente adentro, garantia a cognição da geografia local e assegurava a produção volante de alimento pelo fato de conhecerem sobre tempos de frutos e raízes alimentícias, a manipulação de plantas medicinais e a indicação de locais com água para descanso e cura dos feridos. Ferraz (2016) destaca a presença marcante de mulheres e jovens nessas investidas bélicas, que contribuíram para o êxito da campanha, muitas das quais duravam longos anos, chegando a reunir três mil homens. Os flecheiros tinham importância geopolítica primaz, não por acaso eram em grande número, com suas ferramentas leves de enfrentamento e sua agilidade para deixar o campo de batalha, suas mãos e miras garantiram sucesso das entradas. Silva (2019) nos alude que a Coroa chegava a pagar por flecheiros apreendidos em guerras, fato que denota seu significado político na produção de uma sociedade onde a hierarquia vinha sendo construída em estado de guerra permanente.

A mesma importância territorial que teve para a dimensão econômica a escravização de pessoas advindas da África para produção de renda e manutenção do sistema colonial, teve a escravização indígena para a produção da expansão territorial, tanto na agência diplomática de provocar enfrentamentos étnicos, que encaminhava a dinâmica territorial conflitiva para a auto reprodução da colonialidade, como na manipulação de títulos e mercês que reconfigurava a dinâmica de poder, criando a figura política dos nobres da terra ou vassallos do Rei. É o que percebemos analisando os aspectos territoriais da montagem de um estado permanente de guerra, em observância aos dados referidos pelas autoras Ferraz (2016) e Silva (2019). Tanto na dimensão miúda da instrumentalização das emoções com a catequese, quanto na promoção de enfrentamentos e autodestruição, a colonialidade do poder produzia uma nova sociedade.

As vitórias coloniais subsequentes que (re)produziram os caminhos de entrada a partir das veias abertas pelos povos originários, via de regra seguindo os cursos dos rios, foram conseguidas graças à escravização generalizada dos povos originários; não por acaso foram os sertanistas paulistas que dominaram esse duplo campo de agências. Como relata Silva (2019), poucas forças coloniais exploraram tanto a força de trabalho militar dos flecheiros aldeados quanto os sertanistas.

Essa sociedade escravocrata com diferenciadas gradações continente adentro – variando suas táticas de exploração compulsória do trabalho de acordo com o estabelecimento do regime

de propriedade, a produção econômica e, por conseguinte, a formação social decorrente desse conjunto de fatores – produziu uma paisagem colonial e rotas de valorização da (re)produção da natureza a partir de sofisticados conhecimentos originários e das pessoas advindas da África sequestradas como mercadorias.

Schwartz (2018), em pesquisa sobre a divisão social do trabalho na dinâmica da economia açucareira, nos apresenta a exploração humana organizada em estamentos. Envolve o trabalho especializado de artesão no refinamento do açúcar advindo da Ilha da Madeira e espertos na avançada tecnologia de produção desse setor. Saliente-se ainda o manejo de novas técnicas produtivas mais rentáveis que garantiam a manutenção e o funcionamento dos engenhos, dos circuitos de cultivos, das técnicas de colheita, dos tempos de plantio e o conhecimento do manuseio da terra.

Os saberes dos povos originários da geografia local, dos caminhos de entrada e das dominâncias da socio biodiversidade, foram instrumentalizados para o processo de colonialidade. Do mesmo modo, o saber das técnicas para implantação dessa geografia artificial da economia produtiva acessória da metrópole, não teria logrado êxito sem agência da cognição africana. Saberes que tiveram negadas suas cosmovisões e narrativas de origem, expropriados enquanto condição de reprodução de riqueza. Nesse sentido, a colonialidade pode ser tomada como uma produção social, o espaço erigido a partir da constituição desse modo de produção e a organização social mediada pelo racismo, como paisagem (re)produtora dessa lógica e regime de legitimação.

Pensando a guerra como um componente por excelência dessa sociedade em gênese, a entrada como veio de formação territorial da consolidação de circuitos econômicos, e a sesmaria como prática territorial fundiária de controle do trabalho, os séculos que seguiram à expulsão holandesa foram caracterizados por acentuado crescimento da produção açucareira e grandes enfrentamentos aos aquilombamentos das populações negras como forma de produção espacial de resistência conformados em contra-espacos, como nos alude Moreira (2010).

Foram marcantes as batalhas para suplantar o muro do demônio – o conjunto de povos originários que resistiam à consolidação de circuitos de extração entre o que se conhece hoje por Rio Grande do Norte e o Piauí, de rio em rio perfazendo o território do atual Ceará, passando pelo Jaguaribe até atingir o São Francisco no sentido sul e Parnaíba no sentido leste – abrindo caminho para passar a boiada.

A arte da guerra que desembarcou nos navios na América Portuguesa, com forte inspiração nas cruzadas católicas praticadas Portugal até o século XIV, foi sendo reconfigurada como produtora dessa sociedade. Incorporando, ainda, a tática antissítio que consistia em

práticas de combates indiretos como armadilhas e falsas retiradas; reduzindo a centralidade do quartel na gerência das decisões, carregando os desígnios da colonialidade em uma guerra volante com ataques relâmpagos e com redução dos armamentos e vestimentas, garantindo leveza e agilidade no deslocamento.

Conjunto de acontecimentos que leva Silva (2019) a defender que, do ponto de vista militar, a arte da guerra originária foi vitoriosa na produção do espaço colonial. A partir dessa visão, a autora demonstra a forte agência originária na configuração territorial, muito dificilmente mensurável diante do processo de extermínio. A referida autora encontrou, analisando documentos das entradas, a repetida recusa desses em considerar a importância desse fator na expansão colonial. “As autoridades se recusaram sempre a atribuir qualquer importância aos combatentes e comandantes indígenas que não aquela de mão-de-obra-bélica” (Silva, 2019 p. 98). Nessa perspectiva, as atuações, que não se limitavam à reprodução de ordens dos capitães de índios, foram intencionalmente indocumentadas nas entradas.

Para a grande frustração dos militares enviados às Américas, é impossível conduzir a guerra na África, no Brasil ou no Canadá segundo os costumes europeus (as *leis da guerra*). A *guerra de mato ou de deslocamento*, conduzida por tropas recrutadas no local (*soldados da terra*), travada no Nordeste brasileiro, é, assim, menos uma inovação tática do que uma revolução estratégica no interior da arte “ocidental” da guerra, e que as guerras coloniais e o racismo estatal que a acompanham não cansarão de reproduzir e ampliar. (ALLIEZ e LAZZARATO, 2021 p. 83).

Fato curioso também nos assinalam as pesquisas de Ferraz (2016) sobre esse período, quando afirma que sobre os nativos Caetés não foi encontrada nenhuma referência na cartografia dos séculos XVI e XVII; o que confirma as informações sobre a agressiva ocupação portuguesa nessas regiões e comprova o extermínio desse povo, então inimigo dos Tabajaras.

Os “tapuias”, os indocumentados das infantarias, capturados nos sertões nas primeiras entradas – alguns dos quais “aliados infernais” dos holandeses<sup>17</sup> e umas das razões da demora das entradas e consolidação do domínio territorial lusitano – por se comportarem de maneiras irredutíveis foram igualmente indocumentados como os Caetés, que mataram e comeram o primeiro bispo católico da América Portuguesa, Pero Fernandes Sardinha em 1556. Circunstâncias que nos levam a pensar o lugar social das ações de produção de invisibilidade, onde os mapas e documentos coloniais podem ser vistos também como relatos que elaboram a colônia no campo da ideiação, produzindo ideologias espaciais ou geográficas sobre a contiguidade do domínio do reino lusitano.

---

<sup>17</sup> Assim considerados pelos portugueses.

A produção desse arquivo da expansão colonial pode ser entendida como um processo de valorização subjetiva do espaço, como pensou Moraes (2007) analisando a interface entre espaço e ideologia. As narrativas de entrada e as representações pictóricas da conquista produzem uma apropriação intelectual dos lugares. Se a produção da consciência dá-se no âmbito da realização das relações sociais, a capacidade de pré-idear os espaços que serão erigidos com a conquista (a partir da guerra), repercutirá as motivações envolvidas no engenho da extração colonial. Desta feita, o espaço, que é político e ideológico, concretiza-se como uma materialidade repleta de ideologia, como nos alude Soja (1993). Assim, a representação cartográfica, como ideação da conquista e a produção material e histórica, expressa a negação da existência originária.

A realização da geopolítica atlântica do comércio do açúcar teve na utilização da dinâmica dos rios, situados nas proximidades do oceano, uma base fundamental de reprodução. Advindos de locais mais profundos do continente, como o Capibaribe, alvo das entradas primazes até suas várzeas para o estabelecimento da expansão produtiva, e Una, cujo conflito pelo seu domínio significou o extermínio dos Caetés e a possibilidade de consolidação de um pujante circuito produtivo com o estabelecimento de um porto. Os rios com extensões limitadas à Zona da Mata, como Beberibe e Pina, foram fundamentais para o transporte e para o estabelecimento de um porto na capital da capitania e consolidação de dinâmicas produtivas satélites da economia açucareira, sendo até hoje utilizados como receptores sanitários da expansão urbana.

Consolidado o controle territorial e construída uma geopolítica de controle dos rios no litoral – os chamados por Freyre (2003) de “rios do açúcar” – a gênese da geografia colonial estava formada, bem como o imperativo da expansão, dados pela condição econômica de geografia predatória extrativa, exigia a expansão territorial. Fato que levou as entradas coloniais a produzirem, mediante a guerra, essa sociedade nos sertões. Subjugar a dinâmica desses rios e a realização da produção dessa sociedade continental foram condições indispensáveis para a produção do território.

Observamos os sentidos territoriais das entradas advindas de Pernambuco porque essas produziram significativos efeitos na produção territorial do Rio Jaguaribe como caminho de entrada e estabelecimento da sociedade colonial nos sertões. A produção de fronteiras que tiveram como marco a Chapada do Araripe e do Apodi esteve implicada com as guerras que consolidaram a política de sesmarias nesses dois espaços. No São Francisco essa produção territorial, além de repercutir esse fato, expressa o encontro das entradas.

É necessário dar ênfase a esse movimento, criação de uma entrada estruturada e descontínua dessa organização social a partir da guerra contínua, porque fomos percebendo em nosso processo de investigação sobre a formação territorial das dominâncias do Jaguaribe e sua incorporação a uma lógica de produção mundializada, a centralidade da guerra como agente econômico, político e territorial. A guerra é o eixo estruturante de montagem da sociedade, de uma organização hierárquica e da formação de uma elite senhorial; é o que estamos entendendo a partir da análise da montagem de uma organização territorial em expansão descontínua puxada pelas entradas.

Como veremos nos capítulos seguintes, convencionou-se na historiografia oficial sobre o Ceará que a sua formação territorial esteve inicialmente mobilizada pela pecuária, que se constituiu como uma atividade extensiva e estratégica para consolidar o domínio de uma ampla área. O que temos percebido, e veremos com mais detalhes no capítulo 02, é que a guerra, em seu sentido econômico, político e territorial, foi a base fundamental da formação territorial nas dominâncias do Jaguaribe.

Nos soa impreciso identificar a pecuária, e a subsequente “sociedade do couro”, como a força motriz da formação territorial nas dominâncias do Rio Jaguaribe. Tanto no aspecto da produção, armazenamento e circulação da riqueza, que teve como elemento central a escravidão – como veremos no capítulo 03 – como no efetivo processo de expansão territorial – como veremos no capítulo 02 – o fio condutor da formação de uma dinâmica territorial que consistia em uma ação de expansão da economia Atlântica estabelecida no litoral foi a guerra. A guerra em um sentido de produtora de um regime hierárquico de propriedade e de cargos políticos, a ação primária de extração de riqueza foi movida pela guerra em seu sentido econômico, territorial e político.

A assunção do vaqueiro a um arquétipo formador ou síntese da História e Geografia oficiais está coadunada com a perpetuação da miscigenação como mito fundador dos sertões; a expansão territorial contada como um romance de formação, como o faz José de Alencar em *Iracema*. O salto sociológico do “índio”, de língua travada, para o vaqueiro, que mimetiza a origem moura nos sertões, conforma uma narração conciliatória na qual a guerra e a escravidão são olvidadas do processo de formação territorial.

A montagem de uma sociedade escravocrata, com número de cativos inferior ao litoral, mas suficiente para consolidação de uma reserva financeira, foi igualmente fundamental para a produção de uma base econômica para promover transformações territoriais mais dinâmicas, tais como: a diversificação produtiva, o adensamento dos caminhos entre os rios, a formação

de uma guarda nacional e da propriedade privada nas dominâncias do Jaguaribe, como veremos no capítulo 03.

A subsequente mudança de regime que, a partir da instituição da propriedade privada da terra e do mercado fundiário, mobilizou a força de trabalho para estabelecer benefícios nas propriedades ligados à contenção dos rios que formam o Jaguaribe, elevou a capacidade de alteração dos cursos de água, consolidando uma organização social produtiva que, muito embora marcada por formas de remuneração pelo trabalho não monetizadas, esteve fortemente inserida em mercados mundializado de commodities.

Podemos entender, por conseguinte, a atividade pecuária como uma atividade de transição e de uso imediato das novas áreas incorporadas à Coroa. Uma dinâmica territorial que teve um protagonismo econômico devastado pelas secas do século XIX e que não pode ser desconsiderado – uma vez que consolidou uma circulação efetiva de valor entre as principais vilas que seguiam o curso do Rio – foi servindo de alimento para as entradas ou de “dinheiro do incêndio” (como veremos no capítulo 02), mas que cumpriu um papel intermediário entre a Guerra dos Bárbaros e a consolidação de uma sociedade que detinha pessoas escravizadas como uma plataforma de investimentos financeiros, como veremos no capítulo 03.

A guerra e a escravidão são as bases da formação territorial da sociedade senhorial nas dominâncias do Jaguaribe. Relegar esse papel a uma atividade dispersa e com pouca capacidade de uma produção de valor contínuo, dadas as condições climáticas caracterizadas por cíclicas secas, é uma forma de amenizar o potencial destrutivo da expansão enquanto guerra que produziu benefícios econômicos e uma organização hierárquica distribuída a partir de títulos e benesses respeitando as formas de participação nos conflitos.

A guerra tem, nesse sentido, um caráter produtivo muito relevante, na medida em que assegurou a paz necessária para comercialização e acúmulo de pessoas escravizadas que se constituíam como a renda capitalizada por excelência em uma economia de produção de fronteira, a base social de investimento. Interessa-nos sobremaneira, nesse momento, pensar os rumos dessas entradas para ir entendendo a montagem de uma guerra contínua que culminou com o massacre no Riacho do Sangue, em 1699, na produção de condições de instituição de sesmarias do médio ao baixo curso do Rio Jaguaribe, a fundação de vilas e a consolidação de um trânsito de informações e mercadorias.

### 2.3 A guerra como produtora primaz de riqueza no novo mundo

A historiografia e a geografia brasileiras revisitaram os fundamentos e resultados do sistema interpretativo construído por Novaes (2019) como a construção de uma economia-mundo do Antigo Sistema Colonial, com desdobramento das interpretações de Prado Jr. (2014) de sentidos da colonização. Um conjunto com convergências e divergências de pensamento apresentaram a partir das motivações políticas metropolitanas e da concretude da sociedade estabelecida no litoral tempos distintos para os processos de entradas e produção espacial da sociedade colonial nos sertões.

O geógrafo Moraes (1991; 2011) interpreta esse contexto de produção de condições efetivas de entradas e formação territorial dos sertões, buscando entender a formação territorial brasileira a partir da geografia econômica ultramarina e da constituição do império lusitano. Construindo uma periodização da colonização, o referido autor investiga a formação do território considerando a dimensão espacial como elemento dominante na formação histórica. Para o Moraes, o Brasil nasce e se desenvolve como signo da conquista territorial, o desenvolvimento de sua economia aprofunda a realização dessa condição com o processo de desenvolvimento do capitalismo devido ao fato de a construção da identidade social ter na modelagem do território um de seus elementos básicos de coesão.

No período compreendido entre 1640 e 1700, para o autor, estão dadas as bases do domínio territorial lusitano sobre o território continental, a união das duas coroas na península favoreceu a realização de acordos sobre o controle do território e produção dos eixos de entrada, a consolidação de uma formidável rede de povoamento nas vastas porções do atlântico ocidental, favorecendo fluxos de circulações contínuas de mercadorias, justificam a elaboração para Moraes a sua tese. A dinâmica da expansão colonial por se caracterizar de uma ação mista, resultado da imbricação de investimentos do Estado e privados, estava disposta na consolidação dos circuitos de produção espacial litorâneos com elevados níveis de extração, mediados pelo trabalho compulsório, construindo uma sociedade agrária, fundiária e mercantilista.

O século XVII, no entendimento de Moraes, vai ser definitivo para a produção territorial da América Portuguesa na medida em que os espaços do interior do continente, que estavam sendo elaborados como sertão, constituíam para a coroa estratégicos espaços de reserva ou fundos territoriais, grandes extensões continente adentro que foram mantidas como reservas de

natureza para a construção de uma economia predatória integrada<sup>18</sup>. As famílias que fizeram riqueza com a exploração econômica no litoral mantinham esses espaços como reservas de natureza para acumulações vindouras. Nesse quadro de enriquecimento no litoral, o interior da colônia é percebido como reserva territorial de valor, o ano de 1580 é entendido pelo autor como o início do fluxo povoador.

Nos interessa entender o raciocínio do autor pensar o contexto territorial e político que levou a Economia Atlântica estabelecida no interior a disputar de maneira mais efetiva os sertões do Jaguaribe.

Algumas disputas territoriais significativas travadas nesse momento irão culminar no efetivo exercício de controle territorial e expansão continental da produção predatória do espaço: A expulsão dos holandeses, a destruição de Palmares e as incursões exitosas dos paulistas para o sertão abrindo caminho para o Maranhão. A descoberta do ouro nos séculos que seguem incute um caráter regional à produção territorial e os eixos de povoamentos acompanharão a contiguidade dos circuitos de exploração.

A elaboração do referido autor nos leva a crer que o processo de efetivo controle territorial está de sobremaneira implicado com a realização da dinâmica territorial, política e econômica na costa atlântica, tratando a entrada em si como um movimento precoce e contínuo e a agência da produção territorial como produto por excelência dos sentidos da colonização e das motivações geopolíticas metropolitanas.

A historiografia regional coeva tem lido esse processo mediante a sinalização de tempos distintos, considerando os significados geopolíticos e territoriais das resistências indígenas às efetivas entradas da pecuária e do poder colonial nos sertões. Como aliados dos portugueses ou se opondo ao projeto civilizatório lusitano, as territorialidades das suas resistências implicaram fortemente na formação territorial dos sertões.

O contexto de perigosos ataques aos estabelecimentos da coroa no interior, mas também na sede política da colônia no recôncavo; as dificuldades nas entradas, os repetidos recuos e as necessidades de estabelecimento de acordos com indígenas no sertão do que hoje é o Ceará para lograrem acesso por terra ao Maranhão, algumas vezes tendo negados ou tendo sido vencidos pela constituição territorial da ocupação originária; denotam que a efetiva ocupação continente

---

<sup>18</sup> Esse argumento ganha força na tese do referido autor ao mencionar estudos realizados por Eduardo José de Moraes que questionam a centralidade do uso dos rios na América portuguesa como forte processo indutor da expansão territorial, a despeito de reconhecer como efetivos caminhos para importantes circulações. Para Moraes (2011), o fato de no século XVI não ter se constituído um efetivo sistema de navegação entre esses rios do interior fez com que esses paços que vieram a se constituir como sertão formassem reservas para usos futuros, diferente do ocorrido nos Estados Unidos, onde o Mississipi fora amplamente navegado em processo de conquistas.

adentro não estava no campo de uma escolha de quando precisamente realizar esse domínio e usar essas “terras reservas”, mas de quando for possível vencer esses irreduzíveis povos e produzir, mediante a guerra, uma sociedade nos sertões. Momento em que a utilização dos rios como caminho de entrada, mas também como força simbólica de imposição de uma outra paisagem, fora decisivo.

É importante considerar que em nenhum momento da análise de Moraes (2011), é considerada a organização originária como uma força política que articula formas de controle e domínio territorial, mesmo tendo sido as entradas derrotadas em distintos momentos. Considerar esses espaços que estavam vivenciando longas décadas de guerras contínuas constrói, em certa medida, a noção da ampliação da fronteira como a consolidação do domínio sobre espaços vazios devastados pelas guerras coloniais.

A dinâmica social, econômica e política dessa rede pluriétnica e plurilinguística, referida anteriormente, produzia fronteiras que obedeciam à realização de uma geopolítica desconhecida e que estavam em transmutações com o processo de colonização que implicava na fuga de indígenas do litoral para o sertão. Podemos supor que esse espaço densamente habitado por distintas cosmovisões se deparava com um efervescente processo de reconfiguração territorial e repactuação étnica de fronteiras, muito acentuado pela invasão lusitana no continente.

Fronteiras em estado de existências distintas das conhecidas pelos portugueses que documentaram as entradas, por não possuírem quartel ou infantaria reunidos para assegurar um domínio contínuo e regular. Territórios por vezes móveis, repercutiam suas dinâmicas de produção espacial de significados políticos. Se lidas pelas lentes da ideologia mercantilista, que embasavam a formação dos Estados-nações em gênese, eram mesmo fronteiras difusas, imprecisas, dispersas, produtoras de vacâncias e descontinuidades; mas fronteiras, que marcadamente implicaram na formação territorial dos sertões. Consideradas não-territórios ou não-fronteiras, quando muito produtores de espacialidades originárias pela produção intelectual geográfica.

Não por acaso a produção colonizadora da entrada recorreu ao estudo e utilização das línguas originárias, fato que nos denota a existência de um comando diplomático e até etnográfico da produção e expansão territorial, por parte dos portugueses, mas também dos indígenas. O processo de tradução em si demonstra a agência da dinâmica territorial local como significativa, reativa e produtora política da dinâmica territorial da América Portuguesa. Traduzir, etnografar não são escolhas aleatórias por parte de quem invade um espaço com construções políticas, econômicas e culturais milenares, nesse sentido não parece coerente conceber que essas existências não produzem território ou que conformavam espaços de

reserva, na medida em que repetidas tentativas de consolidação de circuitos produtivos integrados foram desmontados pela ação originária, como veremos no capítulo 02.

Se foi possível estabelecer a fundação da vila de Penedo em 1560, a produção territorial de redes efetivas de comunicação dessa vasta extensão territorial desde o rio Ceará-Mirim, passando pelo Jaguaribe até atingir a porção norte da Chapada do Araripe, só foi possível ser consolidada a partir do início do século XVIII. Geografia do poder que denota o caráter descontínuo e irregular expansão territorial. Se já no início do século XVI as entradas primazes atingiram o São Francisco, era muito grave a situação de repetidos ataques às instalações lusitanas em Jaguaribe e Paraguaçu no recôncavo baiano ainda em 1627, quando as autoridades decidiram realizar enfrentamentos diretos aos Tupinambás (SANTOS, 2017; PUNTONI, 2002). Como também só foi possível estabelecer caminhos efetivos de entradas ao sertão baiano após a difícil guerra do Orobó já na metade do século XVII (entre 1657-1659), quando foram estabelecidos aldeamentos de catequização, como nos alude Puntoni (2002).

Para Santos (2017), a visão do sertão despovoado nos relatos dos primeiros moradores das vilas demonstra a descontinuidade e irregularidade da produção territorial lusitana e permite supor que a expansão da colonização portuguesa não seja um dado indiscutível.

A ocupação luso-brasileira não é irreversível e pode recuar. Lidas por ângulo inverso, as fontes documentais podem ser levadas a exprimir não mais somente a dinâmica manifesta de uma colonização que se expande, mas o movimento sutil de uma ocupação que perde terreno. (...) A colonização do sertão nordestino constitui, entre a segunda metade do século XVII e a primeira do seguinte, um conjunto disforme de ações de grupos seminômades, carentes de um “sentido” único, portanto destituídos de qualquer sentido de projeto. O processo colonizador se deu de forma multidimensional, assumindo sentidos particulares, definidos pelos diferentes grupos que se envolveram na conquista e ocupação dos sertões. (SANTOS, 2017 p. 27-30).

O fato de não ter sentido unidirecional regular, não implica em desconsiderar o perfil da produção espacial da América Portuguesa como local de realização de uma economia extrativa que repercutiu na produção da primaz acumulação primitiva. Apenas coloca em outros termos o processo de produção espacial, considerando que a empresa colonial foi fortemente repelida e esteve em constante ameaça por todo o século XVII.

Essa produção territorial foi caracterizada por avanços e recuos. Não por acaso, muitos dos sesmeiros que adentraram sertão nas margens dos rios Açu e Jaguaribe recuaram por enfrentar constantes ataques de povos indígenas dispersos no sertão que ateavam fogo nas propriedades, saqueavam e logravam recuo da instituição da propriedade concentrada da terra.

Como nos demonstra Oliveira (2017) em relatos de conflitos dos Kariris e Icós e cavalarias de expulsão<sup>19</sup> entre os anos de 1708 e 1727.

Contexto que nos permite entender a geografia política ensejada com o processo de colonialidade nos séculos XVI e XVII nos sertões não como um fundo ou reserva territorial, mas como uma expansão territorial permanentemente ameaçada e recorrentemente recuada pela dinâmica territorial originária. A expansão territorial e a produção dos sertões como uma fronteira foi uma necessidade primaz para (re)produção do sistema econômico do Antigo Regime<sup>20</sup> e foi feito de maneira lenta, à medida que lograva reconfigurar a dinâmica do poder entre os rios Piranhas-Açu, Jaguaribe, Parnaíba e São Francisco.

Concomitante aos processos de entradas no sentido norte produzidas a partir de Pernambuco até atingir trânsitos mais frequentes com o Rio Grande e o Ceará, os caminhos para os sertões foram seguindo as estradas ancestrais que beirava os cursos dos rios.

Discordando das formulações de Capistrano de Abreu que nos alude que o fato de Pernambuco produzir prioritariamente caminhos no sentido norte visando a conquista do Rio Grande e Ceará em detrimento do que viria a se consolidar como seu interior, Ferraz (2016) nos apresenta a consolidação em 1738 de três caminhos que atingiam o sertão saindo de Olinda.

Dois desses caminhos seguiam os cursos dos rios Ipojuca e Capibaribe, transpondo a Borborema, o segundo caminho atingia a ribeira do Pajeú cruzando em direção a Cabrobó até chegar no São Francisco. O terceiro caminho conectava Olinda diretamente com o São Francisco. “Todos se valiam de antigas trilhas dos indígenas; era a oportunidade de o viajante, através do Rio São Francisco, alcançar Minas, Bahia, Alagoas, Sergipe, Ceará e Piauí”. (op. cit. p. 189)

Percebe-se com a consecução desses caminhos a centralidade dos rios como canais de comunicações e indicativos de entradas. Os caminhos dos povos indígenas levavam aos caminhos das águas, nos alude Puntoni (2002), e a reprodução da colonialidade por esses produzia uma dinâmica de usos e comunicações que, de maneira auto reprodutiva, foi impondo a entrada da sociedade colonial para os sertões. Com a consecução dessas vias é interessante perceber a geopolítica da natureza na constituição de caminhos e a construção histórica da Chapada do Araripe como centralidade no nordeste setentrional. Convergiu nesse divisor de águas uma polissemia de traçados fazendo de seu vale úmido refúgio derradeiro de muitas etnias

---

<sup>19</sup> “(...) em 1659, foram publicados avisos conclamando os antigos moradores a retomar suas terras na capitania, sob pena de perdê-las” (Puntoni, 2002 p. 124).

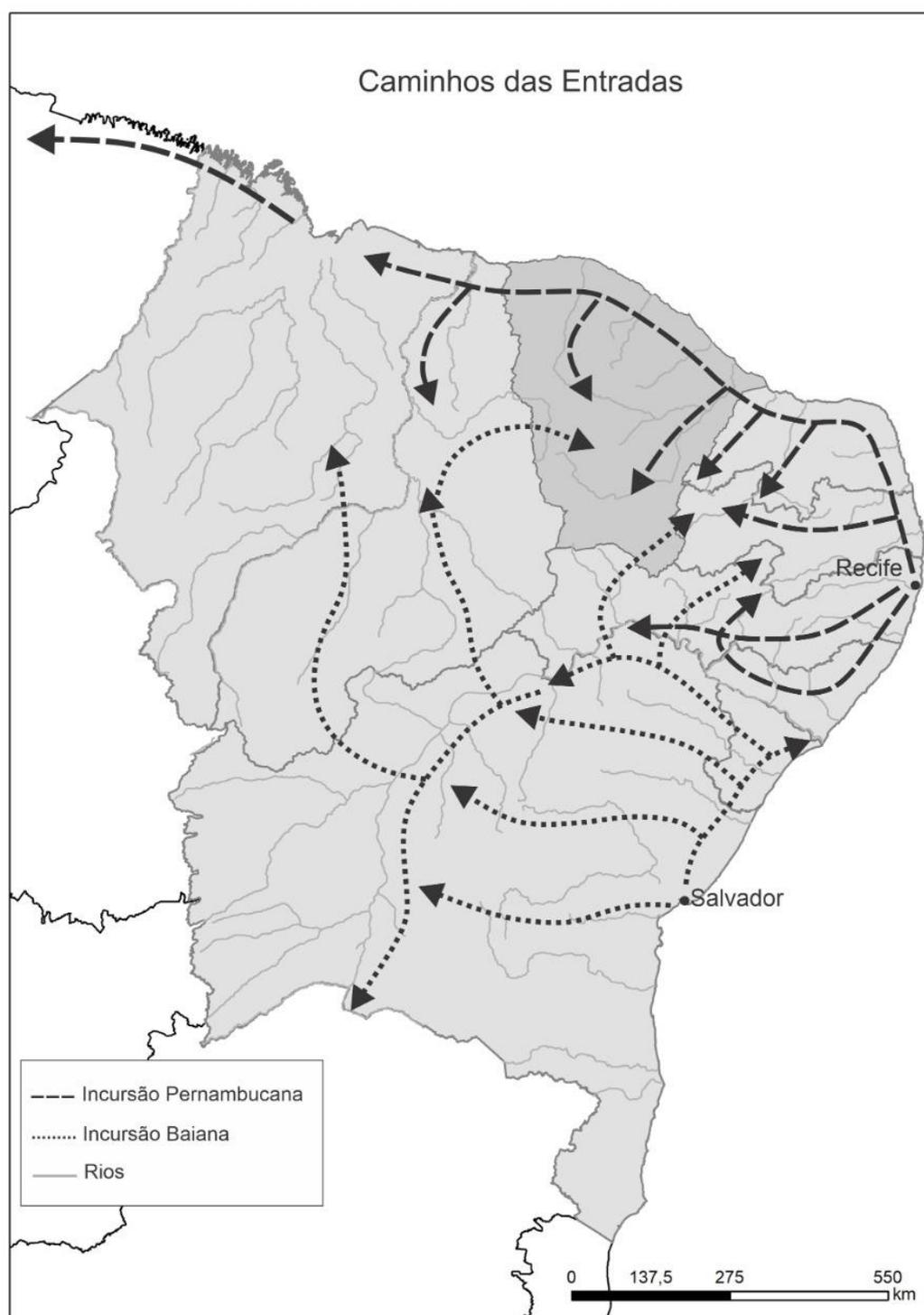
<sup>20</sup> Como muito bem demonstra a pesquisa realizada por Moraes (2011).

que, sitiadas por todos os lados, tornaram-se alvos dos decisivos massacres que produziram esse lugar como um entroncamento de fronteiras.

Convergiu nesse platô que tem olhos d'água do Jaguaribe, Parnaíba e São Francisco, os caminhos de fuga dos povos perseguidos desde o sertão da Bahia, das entradas que acessaram a rio Jaguaribe advindos do Rio Grande do Norte, bem como os caminhos oriundos de Olinda que trouxeram as ações de catequização para a porção norte da referida chapada, nas dominâncias do rio Brígida onde hoje está localizada o município de Exu<sup>21</sup>.

---

<sup>21</sup> Oliveira (2017) analisa esse contexto de conflitos na Chapada do Araripe no século XVIII.

**Mapa 02:** Caminhos das entradas.

Mapa 2: Caminhos das entradas. Elaboração própria, fonte: Jucá Neto (2007); Ferraz (2018).

A despeito de não contar com circuitos de navegação robustos que consolidassem efetivos sistemas de comunicação entre circuitos produtivos no litoral e no interior, os rios foram sustentados veios de entrada das ações de colonização, tanto em um aspecto de indicadores de

caminhos já existentes, como na potência simbólica existente na redefinição simbólica do rio. A colonialidade impôs outros regimes de uso, outras narrações de origem, bem como outra toponímia a miríade de palavras atribuídas por distintas etnias que disputavam seus usos e representações.

E o fato de não contar com um regime de circulação fluvial que poderia colocar o engenho da colonização em outro patamar de interiorização está diretamente relacionado ao conjunto de derrotas enfrentados por anos na Guerra de Palmares e na Guerra dos Bárbaros, não somente ao regime irregular de muitos rios, mas a incapacidade da empresa colonial de consolidar circuitos efetivos de produção mercantil.

Observando o Mapa 02, podemos perceber a consolidação de um caminho geral no litoral ligando Recife a São Luiz que só foi efetivamente constituído como um canal de comunicação perene após a Guerra dos Bárbaros, com veremos no próximo capítulo. Os outros caminhos que derivam desse caminho litorâneo se constituem seguindo os cursos dos rios, Ceará- Mirim, Piranhas-Açu, Jaguaribe e Acaraú. Nesse mapa além dos caminhos apresentados por Jucá Neto (2007), inspirados nos escritos de Capistrano de Abreu, podemos perceber a inserção de um caminho que sai de Olinda e vai direto ao rio São Francisco, indicado por Ferraz (2018). A consecução do referido caminho, instituído após enfrentamentos com povos indígenas na abrangência territorial que veio a ser produzida como Agreste, elevou o exercício de pressão sobre indígenas no São Francisco, promovendo fugas para a área de abrangência da Chapada do Araripe.

Muito importante perceber a importância dos caminhos abertos no leito do Rio Poti. O trânsito na circulação de boiadas entre os rios Jaguaribe, Parnaíba e São Francisco, foi de fundamental importância para consolidar a conquista desses rios no processo de produção de uma ligação direta entre Salvador e o Piauí, abrindo caminhos pelo interior para Amazônia advindos tanto da antiga capital da Colônia como de Pernambuco que, tendo livre circulação pelo Jaguaribe passou a integrar ao interior do continente passando pela Chapada da Ibiapaba.

De maneira irregular e descontínua o sertão ia se tornando um lugar no sistema-mundo, sua dinâmica territorial passou cada vez mais a obedecer a política escalar que alcançava comandos distantes. Desde o Foro Ultramarino que definia a santidade das guerras, ao consentimento de sesmarias para sertanistas, homens-fronteiras, como nos alude Santos (2017); até instalação de fazendas de gado.

A geopolítica das entradas e a expansão territorial da economia-mundo colonial se constitui como um debate permanente na produção intelectual do pensamento social brasileiro, suas razões e caminhos ainda hoje são matéria de intensos debates. Schwartz (2016), analisando

a constituição e fortalecimento da economia do açúcar como a principal atividade econômica na colônia que tem seu apogeu entre 1550 e 1670, produz nessa interpretação uma análise sobre razões econômicas da expansão territorial.

O engenho de cana-de-açúcar, é por ele entendido como uma unidade produtiva de riqueza acumulada e como uma instituição cotidiana da sociedade colonial, congregando em sua materialidade a estrutura produtiva, a burocracia administrativa do reino, concentrando em seu entorno os serviços complementares. A centralidade do poder, a partir do regime de propriedade fundiária e do comércio do trabalho escravizado, minava o fortalecimento de atividades produtivas intermediárias, sufocando a importância financeira e política das pequenas vilas. As relações econômicas não monetizadas asseguravam a concentração de poder no senhor de engenho por via da exploração do trabalho.

A indústria açucareira, termo utilizado pelo autor para designar o circuito produtivo da atividade econômica, tem na arquitetura produtiva do engenho a constituição de um amplo teatro de engenhosidade “com máquinas maravilhosas que requerem muita arte e muita destreza” (op. cit. p. 350). O açúcar produzido no Brasil era refinado no próprio engenho, eximindo agência de Portugal em criar na própria coroa, como fizeram Espanha e Holanda, um circuito metropolitano de refino. A geografia do engenho era produzida com um elevado nível técnico de sofisticação, o trabalho industrial entregava ao circuito comercial um açúcar com elevado grau de refino, para os padrões da época<sup>22</sup>.

À medida que Portugal se eximia da função de refino industrial da produção, reduziam-se as possibilidades de circulação monetária movida pelo capital produtivo na metrópole ficando essa função cada vez mais à mercê do sistema mercantilista, ou seja, produzir renda mediante a comercialização, onde os produtos recebidos em seus portos eram encaminhados na sequência para exportação. Assim o circuito mercantilista era cada vez mais responsável pelas fatias de lucros da coroa que na medida em que seu funcionamento entrava em uma crise de realização, Portugal aprofundava a lógica territorial produtiva na colônia, contando com a Inglaterra como aliada para manutenção do território e se valendo do comércio de pessoas

---

<sup>22</sup> Esse dado apresentado pelo autor coaduna com reflexão coeva de Porto-Gonçalves (2010) que, analisando a constituição do agronegócio contemporâneo, entende que a narrativa da propalada integração entre indústria de ponta e agricultura, mediado pelo capital financeiro, como promotora do desenvolvimento e superação da condição de país periférico desconsidera que a produção colonial inseriu na América açucareira circuitos produtivos que coadunavam com os padrões tecnológicos da revolução industrial em gênese, com otimização do tempo, exploração compulsória do trabalho e maximização da produção. Então o incremento tecnológico percebido hoje no melhoramento genético e na mecanização e informatização de todas as atividades de cultivo e processamento aprofundam, como no período colonial, a matriz de extração promovida pela economia-mundo do sistema colonial e só faz sentido se a serviço desse viés produtivo.

escravizadas até quando pode, como culminância desse conjunto de acontecimentos, a crise do Antigo Regime foi se caracteriza como uma crise de realização, no entendimento de Schwartz (2016).

A tese de Schwartz (2016) é que esse contexto geopolítico da economia atlântica de ampla demanda e reprodução do valor no âmbito da circulação, produziu um crescimento exponencial da economia do açúcar na América Portuguesa, sobretudo em Pernambuco, mas progressivamente na Bahia e Rio de Janeiro entre 1570 e 1680; porém devido ao fato de a economia açucareira ser vulnerável às vicissitudes políticas e econômicas do mundo atlântico, o contexto de crise e depressão econômica de Portugal e da Europa repercutiu em um intenso definhamento e transmutação da economia do açúcar, motivadas sobretudo pelo início da guerra dos 30 anos em 1618, o reinício da hostilidade com os holandeses após 1621, as manipulações monetárias de governos europeus e a prática de rentismo, motivada pela produção de estoque, incorrendo em bolhas e crises de realização do lucro no processo de circulação. Nos alude o autor que, na década de 1620, 80% do açúcar vendido em Londres vinha do Brasil, por volta de 1690 essa proporção caíra para 10%.

Para o autor as expressões da crise podem ser verificadas nos três elementos principais que determinam a natureza da economia açucareira no Brasil, quais sejam: o regime de propriedade, o abastecimento de força de trabalho e o acesso a crédito. Para tanto se utiliza de dados da produção de açúcar em engenho na Bahia e Sergipe que evidenciam sua tese.

As contradições latentes e amplificadas com a crise entre os senhores de engenho e os lavradores, para o autor, produzem significados territoriais imiscuídos nos conflito entre esses dois setores e torna insustentável a expansão produtiva comercial da cana, pois, não se tratava apenas de um problema de capacidade produtiva, mas da dinâmica flutuante do preço no mercado atlântico, que reduzido o poder dos proprietários dos engenhos, produzia **a expansão territorial** dos lavradores que abasteciam esse setor monopolista, mediante a diversificação produtiva com a pecuária e outras atividades para consumo interno.

Para Schwartz, a crise de realização da economia do açúcar produziu o **expansionismo sertanista**, elaborando como figura síntese desse movimento o lavrador de cana obrigada, que estavam atrelados ao circuito produtivo em crise devendo coordenar sua dinâmica produtiva respondendo às necessidades do capital monopolista do engenho. Esses garantiam o controle fracionado do território e se constituíam nas décadas seguintes, século XVIII, como uma nova elite agrária.

Essa conjuntura macroeconômica com implicações decisivas na realização do sistema territorial produtivo na costa impunha a expansão para o interior como uma ação compulsória

para (re)produção do sistema colonial. Estavam dadas, para o autor, as razões das entradas e a exploração da natureza continente adentro asseguravam o sucesso das investidas.

Sampaio (2016) revisitando as teses sobre o exclusivo comercial, referida anteriormente; a crise do circuito econômico do açúcar e a expansão territorial, apresenta outros elementos desse contexto geopolítico e produz outra interpretação que nos parece interessantes para pensar o lugar da guerra como razão espacial e o controle territorial do Rio Jaguaribe.

Para esse autor a tese do exclusivo comercial<sup>23</sup> como produtora de uma economia complementar não pode ser levada aos termos extremos, pois dificultaria enxergar a dinâmica local de (re)produção de circuitos econômicos que integravam os engenhos e que consolidaram um setor mercantil com algum poder aquisitivo na colônia, responsável por reter parte dos ganhos obtidos sobre o conjunto da população comercial. “O exclusivo beneficiou sem dúvidas os comerciantes imperiais, não somente os situados no reino, mas também os que estavam nas conquistas de Sua Majestade”. (p. 304).

Mesmo parte considerável dos recursos financeiros auferidos tendo sido transferidos para a Europa, mediante o sistema do exclusivo comercial e todo conjunto de implicações dele derivado, atividades econômicas desenvolvidas na colônia garantiram a constituição de uma elite agrária ascendente que fazia circular riqueza para além do pequeno comércio subjugado ao dono de engenho. Essas atividades produtivas, mesmo que tenham se desenvolvido em outras escalas produtivas, resultavam na contínua transferência de recursos acumulados no comércio para ser reinvestido na produção, sobretudo, na canavieira<sup>24</sup>. Esses sistemas produtivos suplementares asseguraram a existência de um circuito mercantil já consolidado, no qual a produção de alimentos tornava-se responsável, em parte, pela própria reprodução do sistema escravagista.

Para fortalecer seu argumento o autor analisa a constituição de circuitos comerciais na América portuguesa que produziam a circulação de renda capitalizada, promovendo estamentos sociais com algum poder de investimento, contando, quando a produção era destinada a gêneros alimentícios, de isenções de tributos reais. Assim aconteceu com a produção de mandioca nas imediações mais próximas das cidades de Olinda, Salvador e Rio de Janeiro, que no século

---

<sup>23</sup> Exclusivo comercial é um dos aspectos considerados por Prado Jr. (2010) como sentidos da colonização, para esse autor o fato de a Colônia só poder realizar acordos comerciais formais com Portugal fazia com que a economia fosse pouco diversificada e que o conjunto de vendas realizadas nas econômicas subsidiárias fossem feitas sem a intermediação de moeda. Essa política econômica, colocada em vigor com o rígido sistema tributário e fortes penalizações, fez com que, para Prado Jr., todas as significativas formas de produção de valor alternativas perdessem força econômica.

<sup>24</sup> Nesse momento o autor utiliza o termo agronegócio para designar o circuito produtivo da cana-de-açúcar, nesse aspecto específico não concordamos com a utilização do termo, pois o mesmo não é somente a junção de radicais de duas palavras distintas, é um conceito desenvolvido no contexto da financeirização da agricultura capitalista.

XVII já constituía três circuitos na Bahia e, nesse mesmo período, chegou a ser utilizada no tráfico de pessoas escravizadas, sobretudo a intensa produção entre o interior de São Paulo e o Rio de Janeiro com exploração do trabalho indígena.

Outros circuitos concomitantes também são citados como exemplo de atividades que provocaram alguma diversificação produtiva na economia colonial. A produção de tabaco<sup>25</sup>, que demandava uma agência artesanal para consolidar um circuito de comercialização; a pecuária que no final dos seiscentos a América Portuguesa passa de importadora para exportadora de peles, tendo exportado nas primeiras décadas dos setecentos em torno de 110 mil peles por ano, e, já nos seiscentos o rio São Francisco foco de expansão dessa atividade, “havendo nessa região em torno de dois mil currais por volta de 1640. Essa expansão estendeu-se por toda a centúria e só se completou com a conquista do Piauí, já na primeira década do século XVIII.” (SAMPAIO, 2016 p. 399).

Para o autor, por mais que o circuito do açúcar tenha centralidade para entender a conjuntura econômica da América portuguesa, é necessário considerar os significados econômicos da produção de alimentos, não como mero apêndice da produção açucareira, mas, pelo contrário, dotado de considerável autonomia em relação a ela. “Isso não significa dizer que o setor açucareiro não fosse um importante consumidor de alimentos, mas sim que ele não gerava essa produção.” (Op. cit. p. 395)

Para Sampaio (2016), diferente do que pensa Schwartz (2017), o circuito econômico da produção do açúcar conseguiu forjar uma autonomia frente a conjuntura de crise do Antigo Regime, mantendo uma elevada produção. Desta feita, esse fato indica que os engenhos de açúcar longe de serem somente instrumentos de produção ou objetos técnicos, eram os elementos dominantes mais emblemáticos da razão econômica da produção política da economia colonial: **a produção da guerra como estratégia e expansão econômica**. Foi necessária uma cultura política de guerra permanente para consolidar o circuito do açúcar como uma economia-política mundializada. “A guerra permite, portanto, uma primeira acumulação de riqueza, riquezas essas produzidas extensamente à sociedade colonial: pela natureza (no caso das terras [e das águas]) ou por outras sociedades (no caso da escravidão indígena)”. (SAMPAIO, 2016 p. 406)

---

<sup>25</sup> Analisando a produção de tabaco, o autor nos instrui que pelo fato de não circular em um único eixo pode ser considerada uma economia-chave. A circulação no interior de todo o império português contribuía para fechar certas transações. O caráter artesanal de sua produção, que começava com o cuidado necessário com cada planta em separado, retirava qualquer vantagem de escala das grades unidades produtoras. O principal custo de mão-de-obra era com pessoas escravizadas especializados no beneficiamento do produto, que podia no entanto ser alugada.

A guerra é, pois, um produtor primaz de riquezas no novo mundo que são utilizadas como aportes de reinvestimentos em circuitos produtivos que realizam a valorização da mercadoria no estágio da circulação, então, o processo produtivo, que não é exclusivamente açucareiro, como vimos, produz uma sociedade estamental na colônia que não pode ser desconsiderada. A expansão econômica continente adentro dessa sociedade não pode ser de outra maneira, se não, produzir no sentido oeste **guerra como primaz acumulação primitiva** e reprodução de elites continente adentro, como estratégia de drenar rendas para as sedes da colônia no litoral.

Então a materialidade dessa nova sociedade produz elites mediante a guerra para governar a paz e distribuir cargos da monarquia. Tais cargos foram de grande valia para o controle dos povos originários, do ponto de vista da escala local de poder e como representante do rei. Em suma uma reconfiguração do poder, onde aos povos aliados era oferecido além da catequese compulsória a condição de representantes ou vassalos do rei.

Nesse sentido a câmara ocupava um papel primordial. Responsável pelo governo local, portanto, defensora primeira do bem comum na perspectiva escolástica da época, ela possuía uma ação decisiva na vida econômica. Regulava, por exemplo o preço dos alimentos através dos almotacés, o que interessava tanto a população mais pobre (seja a urbana consumidora, seja a rural produtora) quando aos senhores de escravos. Manter uma oferta abundante e barata (objetivo que nem sempre era atingido) significava reduzir o custo de manutenção dos escravos e garantir, no caso do setor açucareiro, a continuidade da especialização. (SAMPAIO, 2016 p. 402)

As razões das entradas não podem ser explicadas por um processo de crise do sistema produtivo, mas de sucesso em sua realização, é o que entendemos a partir da interpretação de Sampaio (2016). Bem-sucedida na costa atlântica do continente tinha como imperativo de realização reproduzir-se pelos caminhos dos rios obedecendo aos mesmo princípios do seu estabelecimento junto aos mangues.

A natureza passava a ser (re)produzida mediante a consecução de uma ecologia política onde a guerra pelo controle da sua realização assegurava a produção primária de lucros para o reinvestimento em circuitos de extração e valorização de mercadorias. A exploração do trabalho compulsório, o elo econômico vigoroso da circulação de renda capitalizada, fazia erigir um espaço que a sua razão de ser era a extração epistêmica, econômica, simbólica desse continente.

### 3 A GUERRA COMO CONDIÇÃO ESPACIAL E O CONTROLE DO RIO JAGUARIBE

“É o que contam os rios  
que vou encontrando por aqui.  
(...)  
A História é uma só  
que os rios sabem dizer.”  
(MELO NETO, João C. de  
2020, págs. 126 – 127).

Já no início do século XVI entradas foram organizadas com objetivo de afugentar estrangeiros e capturar indígenas; a exemplo da expedição de 1603 que desejava atingir o Maranhão, seguindo pelo Norte, chefiada por Pedro Coelho Soares e organizada para “descobrimento” dessas terras (FERRAZ, 2016). Chama-nos a atenção o volume da expedição, que passou pela Paraíba, Rio Grande do Norte até atingir a Ibiapaba: duzentos portugueses e oitocentos flecheiros. Na Ibiapaba, a expedição foi praticamente dizimada pelos indígenas, dada a intensa concentração de distintas etnias naquela chapada. Se considerarmos essa como uma das primeiras investidas efetivas sertão adentro, fica claro que a guerra foi o tom das relações iniciais e que a coroa estava disposta a investir recursos para controlar os sertões.

A intensificação dos conflitos no recôncavo e a reação agressiva dos povos originários às primeiras investidas da expansão pastoril, levaram a Coroa a decretar guerra justa aos “tapuias” já em 1627, que só viria a se concretizar após a expulsão dos holandeses (MELLO, 2017). Como nos alude Puntoni (2002), essas jornadas iniciais devem ser compreendidas como parte de um esforço do governo geral de formalização dos mecanismos de repressão das atividades agressivas das ações Tapuias, que entravam em contato com a fronteira da economia colonial e atalhavam seu desenvolvimento.

À medida que as entradas atingiam os íntimos dos sertões a partir de distintas direções em um conjunto complexo de intensos conflitos entre 1650 e 1720, as investidas territoriais da colonialidade se faziam como uma experiência pendular que foi aos poucos, e com muitas dificuldades, convertendo o reino efêmero do sertão em uma paisagem caracterizada pela experiência originária reduzida e a seu modo traduzida nas relações de poder da sociedade colonial. Nesse contexto geopolítico, os veios dos rios conduziam a penetração de circuitos extrativos comerciais.

A historiografia costuma tratar esse contexto de intensas guerras como a Guerra dos Bárbaros, por um lado sugerindo que algumas nações se confederaram para enfrentar a expansão lusitana que, com violência, conseguiu realizar uma “limpeza” étnica no território de modo a permitir a expansão da pecuária, como pensam Puntoni (2002), Oliveira (2017), Silva (2018); por outro lado, preconiza-se, por parte da historiografia, um contexto de expansão territorial eivada de avanços e recuos com contínuas rearticulações das relações econômicas e de poder em um cenário com participação ativa dos “tapuias”, uma adaptação resistente, como pensam Lima (2017), Pompa (2000) e Santos (2017).

As fronteiras e o conceito do sertão foram desenhados a partir de sucessivas e pendulares guerras, que produziram esse lugar como parte do sistema-mundo moderno e aos poucos os acontecimentos nos seus íntimos iam tendo lugar na geopolítica do Sistema Colonial Atlântico, da materialidade da arquitetura até à constituição imagética de uma identificação regional, carregando para os séculos seguintes as marcas da presença originária. Os conflitos implicados nas guerras do Orobó (1657-1659), do Aporá (1669-1673), do São Francisco (1674-1679) e do Açu (1651-1720) foram o batismo de sangue da produção desse lugar como uma identidade regional. Esses conflitos deram à região um nome, uma delimitação, uma atividade econômica para a qual tinha “vocação geográfica” e um estatuto de funcionamento como lugar a ser permanentemente ajustado para caber na reprodução do mundo moderno.

No nosso percurso de entender a formação territorial do Ceará a partir dos processos de controle e (re)produção do Jaguaribe, interessam-nos especificamente as implicações territoriais da guerra do Açu, a produção de uma fronteira a partir dos enfrentamentos com os Jandoíns e a utilização dos caminhos originários até os olhos que gotejam esse rio na Chapada do Araripe. Cabe, no entanto, pensar traços gerais desse conjunto de conflito, sem nos ater aos pormenores de cada um deles. De modo geral, essas guerras estavam ligadas ou à defesa das instalações nas proximidades com o litoral ou atreladas   (re)produção espacial da economia agropastoril; de modo específico, todos esses conflitos tiveram elevada participação de povos originários implicados na produção das conquistas e no êxito da expansão. Aliados dos portugueses ou aprisionados por esses<sup>26</sup>, a cognição geográfica dos povos indígenas foi fundamental para produção territorial. A participação dos paulistas e sertanistas de modo geral foi igualmente de fundamental importância, tendo em vista que o conhecimento dos sertões e larga experiência na escravização indígena os tornaram peç as valiosas nas investidas para os sertões.

---

<sup>26</sup> Santos (2017) nos alude que o aprisionamento de mulheres e crianç as foi utilizado como forma de obrigar determinados grupos indígenas a se engajarem nas guerras de conquistas.

Ademais, nos alude Pompa (2000) que a consecução dessas investidas produzia um imaginário social sobre esses lugares ou ideologias geográficas, como denominaria Moraes (2007), dos sertões como o lugar da impunidade, para onde adentram pessoas de toda natureza, criminosos morais e patrimoniais, lugar da heresia (sem fé, lei e rei). A colonização era, assim, a defensora da ordem contra o caos, e as lutas contra as invasões de currealeiros nos sertões eram tidas sempre como revoltas ou levantes. Não por acaso, o binômio Tupis-Tapuias fez tanto sentido nas narrativas coloniais, nas quais os tapuias passaram de vizinhos a barreiras.

Os massacres reconhecidos como justos pelo Conselho Ultramarino ganhavam contornos de uma guerra subjetiva, nos termos que nos fala Alliez e Lazzarato (2021), de vencer pela ordem e produzir um novo tipo de homem e mulher nos sertões, visando especificamente a produção de uma subjetividade em observância a uma conformação de seus comportamentos e condutas à lógica da acumulação de riqueza e produção primária de capital.

As entradas, volumosos deslocamentos de pessoas, demandavam planejamento, aporte de recursos, elaboração de estratégias: um conjunto de atividades que se realizava a partir de uma divisão do trabalho. Santos (2017), analisando o contexto de entradas no sertão baiano, encontrou investidas de expansão territorial onde o trabalho fora dividido em grupos: um de infantaria, responsável pelos combates, outro de produção de logísticas, garantidores da infraestrutura da empreitada, “aos quais caberia construir fortificações e abrir uma estrada de carro para a condução de mantimentos”. (p. 102).

As entradas vão construindo rastros na paisagem – vestígios de passagem e monumentos da nova sociedade. Se as vilas são as entradas estacionadas, como nos alude Puntoni (2002), a paisagem ia se desenhando em cordões que impunham uma nova arquitetura de poder. Espaço produzido como materialização da colonialidade, de uma sociedade organizada a partir de um viés marcadamente racista.

Para consecução de mantimentos e logísticas para tão audaz empreitada, as doações conseguidas das fazendas já estabelecidas eram de primaz importância. A esse respeito Puntoni (2002) analisa essa negociação impositiva comparando com práticas expansionistas similares na Europa moderna, o chamado dinheiro do incêndio: caso o proprietário se recusasse financiar a entrada, a tropa atearia fogo em sua propriedade. Acrescida do investimento financeiro com o argumento de que esses fazendeiros estavam se beneficiando com a paz produzida pelas entradas, o vacilo em não contribuir com as quantidades demandadas por essas era corrigido com coerção. Além dos víveres, como nos alude Santos (2017), a expedição carregava armas de fogo, pólvora, munição e ferramentas.

Recuperando elementos conceituais debatidos no capítulo anterior sobre acumulação primitiva para melhor compreender a montagem de uma dinâmica territorial das Entradas como formadoras de um Estado Territorial, reiteramos que a expansão continente adentro, nesse contexto, é fruto do sucesso da empresa colonial no litoral. A guerra foi, desde o início, uma potência econômica na produção de riqueza que tinha na expansão um imperativo de realização. Nesse sentido, a crise do comércio dos produtos do engenho na circulação da produção de açúcar não explica totalmente a expansão territorial.

É importante, desse modo, pensarmos o aspecto produtivo da guerra em âmbito econômico, político e territorial, na produção de novas funções para o capital acumulado e de formas de aplicação de riqueza como investimentos para conseguir terras nos sertões. Em diálogo com Braudel, Alliez e Lazzarato (2021) nos elucidam que a guerra acompanha a formação do Estado territorial; é filha do progresso e contribui para a consagração do Capitalismo. A guerra, renovada pela técnica criadora de modernidade, para os autores, contribuiu para aceleração do capitalismo.

Citando Braudel, os referidos autores sugerem que a partir do século XVI a guerra, que na América ganha um contorno de guerrilha, experimenta um frenético círculo criativo de técnicas de ponta que mobilizam de maneira acelerada o crédito, a inteligência e provocavam mudanças de um ano para o outro.

A montagem de uma logística robusta de entrada só foi possível com a articulação de um sistema de circulação de recursos, na forma de valor, acumulados em mantimentos, armas e força de trabalho para a guerra. Ademais, mobilizou a ampliação de um sistema de crédito primário baseado na contribuição coercitiva por parte dos donatários de terras já estabelecidos (dinheiro do incêndio), mas também de um conjunto de investimentos visando a aquisição de posses futuras de terras e águas que seriam distribuídas respeitando os níveis de engajamento nas guerras de entradas, de acordo com envolvimento em ações diretas de batalha, no caso dos sertanistas e de financiamento e cessão de donativos e força de trabalho para os enfrentamentos.

O caráter mobilizador da guerra, que produz as entradas como forma política de expansão, vai produzindo uma divisão social que amplifica as dimensões raciais, na medida em que impõe para a formação de uma rede territorial de poder lusitana uma “limpeza étnica”.

A acumulação primitiva deveria, assim, ser chamada de *primeira acumulação* (...), pois nela se delineia uma divisão internacional do trabalho com hierarquias que são de “classe” por serem de gênero, raça e civilização. Ou seja, uma acumulação de *potência e de poder* que nos impede de reduzir a apreensão da economia-mundo em vias de surgimento mediante uma oposição entre a luta de classe na metrópole e luta de raça na colônia, dado que o

dispositivo maioria/minoria está presente, operando de diferentes maneiras, dos dois lados do Atlântico. O que existe é uma identidade de natureza e uma diferença de regimes, com cruzamentos múltiplos parte a parte. (ALLIEZ E LAZZARATO, 2021 p. 60)

As entradas no sentido norte, para atingir os sertões e dominar os caminhos para o Maranhão pelo continente, tinham pela frente um sistema pluriétnico, plurilinguístico e multiterritorial constituído com a existência pactuada de uma quantidade imprecisa de distintos povos. Acreditamos que os rios eram parte constitutiva fundamental das relações políticas tecidas a partir dos acordos de convivência, comércio e da própria constituição da cosmovisão.

Os Tarairiús, povos mencionados no capítulo 02 que viviam nas dominâncias entre os sertões e litoral onde hoje estão localizados Ceará e Rio Grande do Norte, organizavam a regionalização política da sua espacialidade utilizando os rios como marcações. É o que nos faz perceber documentos da colonização holandesa, com quem esses indígenas tiveram estreitas relações, escritos por Joannes de Laet em 1636, analisados por Pompa (2000) e por Pinheiro (1974).

Consideravam suas extensões de terras compreendidas entre cinco rios, rios convertidos em marcações das conquistas logradas pelas entradas. Seguindo no sentido sul para o norte, o primeiro (da atual Paraíba até o Ceará), Ociunon assim o chamavam os Tarairiús e pelos Tupis era chamado de Wararug. O segundo rio, Quoaooguh, situado cinco dias mais a diante é indicado pelos citados autores como o Guajeí, entre Paraíba e Rio Grande do Norte. O terceiro o Ocioro, que pode ser o Ceará-Mirim. O quinto, o Woroiguh, esse rio, que provavelmente seja o Apodi, foi a fronteira mais decisiva para esses povos que resistiram às entradas e transpondo esse e a chapada homônima que a sucede dá acesso direto ao Jaguaribe.

Interessante perceber que os rios eram nominados de maneiras distintas por povos tupis ou “tapuias”; no caso os tarairiús, o que denota a existência de conflitos que não estavam restritos ao âmbito semântico e lexical. Nominar os rios é uma forma de exercer controle simbólico e material sobre os processos hidrológicos que compõem a dinâmica de circulação das águas. É revelador o fato de algumas toponímias indígenas terem logrado perpetuação ao processo de colonização, expressões que se constituíram como elementos de mediação; o próprio nome Jaguaribe é um nome tupi (Jaguar-y-pe: rio das onças), como nos aludem Paula (2011) e Moreira (2021).

A referida autora, refletindo sobre a palavra que nomeia o Jaguaribe, nos instrui que o nome invoca memórias, evoca imagens e provoca sensações. O nome carrega consigo a sina de apregoar o seu papel e lugar na natureza – o de ser um rio! Traz também indícios históricos do ambiente no qual se insere: lugar onde havia onças possivelmente em abundância.

As marcas destes animais que imprimiram sua presença na natureza do rio por estarem gravados em seu nome: ‘Jaguar-y-pe’ (‘rios dos jaguares’, ou onças; etimologia guarani), não são costumeiramente encontrados na fauna do Jaguaribe, hoje. Mas Koster faz uma menção que mostra os perigos, o medo que traziam tanto aos animais quanto aos homens, quando ainda não haviam ‘desaparecido’ dessas paragens. (PAULA, 2011 p. 49).

Não encontramos em nossas pesquisas o nome utilizado para designar o rio que hoje chamamos de Jaguaribe pelos, assim chamados, “tapuias”; uma toponímia que morreu com eles nos massacres que culminaram na batalha do Riacho do Sangue, como veremos ainda nesse capítulo. As palavras originárias que sobreviveram aos massacres foram mobilizadas como estruturas linguísticas de mediação no processo de colonização, nominando aldeamentos, povoados e até regiões; perpetuaram-se e hoje são nomes de cidades, bairros, terminais de ônibus. Palavras como Wararug, Quoaough, Woroigh exigem um malabarismo da língua para que as executemos, para fazer com que a língua atinja esses fonemas lidos e ouvidos como oriundos de língua travada.

A noção de guerra simbólica, a qual nos referimos anteriormente, nos lembra que a formação da língua é parte constitutiva fundamental dos processos de enfrentamentos que formaram o que a historiografia passou a reconhecer como Guerra dos Bárbaros. Junto com as palavras de mediação ou mesmo com nomes oriundos de uma toponímia católica-militar, que passaram a nominar os lugares (como Fortaleza, Forte dos Reis Magos, Rio São Francisco, Crato), foi produzido um outro estatuto de origem do universo, da natureza, redefinindo os significados das coisas e conferindo uma noção rígida e inegociável de propriedade nuclear, individual das terras e das águas, que passou a exercer uma influência muito forte nas formas de comportamento dos homens e mulheres, na organização familiar e comunitária.

Se faz sentido para esses povos resistir e fazer recuar as entradas portuguesas, e se consideravam a dominância da existência da sua cosmovisão um território amplo, disperso e realizado com os deslocamentos dos corpos em rituais de caça, colheita, guerra e cerimoniais de funerais, como aludimos em outro momento do texto, faz sentido também entender a dinâmica desses povos como produtoras de território.

As suas ações de resistência já atingiam as proximidades com o forte dos Reis Magos nas cabeceiras do Rio Ocioro (atual Ceará-Mirim), afugentando a expansão dos currais, ameaçando a empresa colonial nos sertões.

Os repetidos pedidos de socorro que chegavam a Salvador fizeram com que a coroa organizasse uma entrada mobilizando a companhia do terço dos Camarão dos Henriques sob o comando do Coronel Antônio de Albuquerque Câmara. Essa expedição resultou em seguidas

derrotas e retorno da tropa. A utilização de armas de fogo por parte dos indígenas e a coesão da resistência a essa investida territorial fez com que parte considerável dos moradores da região do Açú abandonassem suas posses (PUNTONI, 2002).

O governo da colônia traçou estratégias bélicas de campanhas sucessivas e fracionadas, sem obedecer a um comando centralizado. Tais estratégias tinham como objetivo surpreender os indígenas resistentes, tomando-os de surpresa em tropas advindas do São Francisco e saindo de Pernambuco com ordens legitimadas como uma Guerra Justa pelo Conselho Ultramarino de agir com toda a força possível, aprisionar mulheres e crianças e degolar homens adultos<sup>27</sup>.

No início de 1688, o governador [Matias da Cunha] despachou uma série de ordens que procurava articular expedições de pontos diversos e que entrassem no sertão simultaneamente de modo a esmagar o inimigo. (PUNTONI, 2002 p. 135).

Domingos Jorge Velho teve desvirtuada sua rota de colisão com os resistentes aquilombados em Palmares e foi enviado seguindo para adentrar os sertões até atingir as proximidades entre o Açú e Apodi (Woroiguh), adentrando pelo sentido norte a fronteira construída pelas ações de retomadas originárias que afugentavam a conexão da economia pastoril entre o Jaguaribe e a capital do Rio Grande. Atendendo demandas tanto de religiosos que se encontravam em apuros pelas ações territoriais de resistências dos indígenas, quanto dos fazendeiros que eram coagidos a financiar suas investidas sertão adentro.

As relações de colaboração entre os religiosos e os paulistas, que passaram a atuar decisivamente no contexto de guerras do açú, estão documentadas nos escritos de Bernard Nantes citados por Pompa (2002), demonstrando precedente na intervenção destes últimos em situações nas quais os religiosos se mostrassem em apuros. Nessa ocasião, o referido religioso estava sob ataque na missão de Aporá, médio São Francisco, atacada por esse povo para liberar seu chefe, Irapoã, que se encontrava ali preso.

Ao se despedir, ele se colocou [Domingos Jorge Velho] com sinceridade ao meu dispor para qualquer serviço, e eu aceitei, principalmente para a redução daqueles rebeldes, dizendo que ele iria ao serviço de Deus para castigar os principais levantados, que impediram aos outros de abraçar o cristianismo, além deles serem o refúgio de todos os significativos de nossas Missões que abandonavam suas esposas verdadeiras para procurar lá outras pagãs, não

---

<sup>27</sup> Em 26 de junho de 1694, uma carta do Capitão-mor Fernão Carrilho nomeado Francisco Dias de Carvalho Capitão de Infantaria, por ser “pessoa de valor e de experiência militar e do “sertão”, reconheceu o perigo da população indígena para a atividade pecuária e justificou a necessidade de uma guerra computando as perdas de gado: “Payacus, Jandoins e Icós e outros bárbaros de corso infestam a jurisdição dessa capitania [...] fazem despovoar os limites e terras do Rio Jaguaribe e Banabuiú, com perdas de muitas fazendas de gado e vidas dos moradores que lá assistiam [...] e porque estão ousados e insolentes, resolvi, mediante Deus, que é o senhor dos vitorias, mandar fazer uma guerra aos ditos bárbaros e outros aliados (...)”. (JUCÁ NETO, 2007 p. 199).

havendo nem a força, nem os meios para retirá-los de lá. O bom paulista despachou logo um de seus melhores oficiais com bons soldados para reduzir estes rebeldes, enquanto ele continuava o caminho rio abaixo, para chegar aos negros dos Palmares, que ele só depois conquistou e subjugou a sua Majestade; o capitão mandou os soldados com armas de fogo para cercar os índios que, vendo que estavam cercados, se renderam ao capitão, que obrigou os principais ir com ele até onde estavam o paulista. (BERNARD NANTES *apud* POMPA, 2000 p. 283).

Nesse momento, as ações de retomadas originárias já alcançavam as margens do rio Ceará-Mirim, já nas proximidades do forte dos Reis Magos, demandando atitudes decisivas por parte da Coroa. A construção de casas-fortes entre o referido forte e o Rio Açu ofereciam espaços seguros que asseguravam proteção aos donatários amedrontados para que não desertassem totalmente de suas terras. A guerra como produtora de fronteiras erige nessa relação como uma condição espacial e a materialização da colonialidade; nesses termos produz uma outra paisagem constituída de fortalezas de proteção, ataque e espaços sagrados.

Também advindo no sentido norte, transitando entre as capitânicas de Itamaracá, passando por Paraíba, Rio Grande até atingir o Ceará, Manoel de Abreu Soares veio com ordens de levar consigo todo guerreiro aliado que encontrasse no caminho. Já em 1687 transitava entre as bordas da chapada do Araripe e os afluentes Jaguaribe, seguindo o curso do Rio Salgado em trilha aberta pelos indígenas que aí transitavam e refugiavam parte de seus integrantes que não partiram para a guerra. Após provocar grande matança, já no início de 1688 seguiu, como nos alude Puntoni (2002), para o sertão de Piranhas onde encontraria a tropa de Domingos Jorge Velho.

O movimento da guerra que produzia uma espacialidade de ataques, recuos e defesas, grafando marcas nos caminhos de entrada para sinalizar o alargamento das terras do rei, reconfigurava a dinâmica do poder, produzindo uma estratificação social onde a guerra tinha uma centralidade na produção e validação do lugar social.

Não por acaso os sertanistas foram definidos por Bernardo Nantes como o refúgio de todos os significados das missões; homens-fronteiras, mas também homens-sínteses da formação de uma sociedade moderna, fundamentais para produzir o sertão como um lugar da guerra no sistema-mundo. Recebiam patentes de capitão-mor ou extensas posses de terras ao produzirem a ordem para a livre (re)produção espacial da fé cristã e da economia agropastoril e escravagista.

Essa nova paisagem que, aos poucos ia tecendo uma rede de comunicação e fisco produzia, por conseguinte, uma consciência, um ser social que passou a operar nessa

configuração territorial e reproduzir a burocracia de produção e gestão da riqueza a partir da exploração comercial da força humana de trabalho e da natureza.

Por mais que não tenha tomado de todo o poder contíguo de ação coordenada e ofensiva dos povos originários nos sertões, as ações de retomadas e ataques aos currais durariam até quase a metade do século seguinte; as referidas campanhas produziram ações efetivas de violência e enfraquecimento dos tecidos e articulações sociais desse sistema pluriétnico e territorial que resistia de distintos modos às entradas efetivas da sociedade colonial para os sertões.

As entradas dos paulistas, que foram fundamentais nas guerras do recôncavo, Aporá e São Francisco, conseguiram impor medo e enorme matança de povos indígenas, e aos poucos desenhar a fronteira entre o Rio Grande e Ceará. O recuo por falta de munição e recursos para persistir mais adentro do território até atingir o Jaguaribe deixou marcas dos enfrentamentos nas nações devassadas pelas perdas, mas também nas instalações da economia pastoril que dispensou recursos para as investidas territoriais.

Embora não tenha se configurado uma confederação com acordos diplomáticos, nos moldes da formação do Estado Territorial, algumas nações pactuaram ações de enfrentamento direto às entradas (OLIVEIRA, 2017). Com a intensificação das entradas em 1688 algumas aderiram a acordos e se aproximavam da capital do Rio Grande onde foram consolidados aldeamentos, alguns “tapuias”, como os também Janduí, Panatis, mantiveram hostilidade e enfrentamento. (PUNTONI, 2002).

O que podemos perceber no mapa 03, construído a partir da análise de estudos realizados no âmbito da historiografia sobre a mobilização de etnias no contexto da Guerra dos Bárbaros, é a concentração de muitos povos indígenas na dominância compreendida entre a Chapada do Araripe, da Ibiapaba e Apodi. A situação pendular das entradas no sentido norte, advindas de Recife, que atingiram os cinco rios referidos anteriormente que perfaziam a dinâmica territorial dos Tarairiús, bem como os massacres realizados no contexto das Guerras do Aporá e nas dominâncias do médio curso do Rio São Francisco, fez com que muito indígenas consolidassem a região entre as três referidas chapadas como um refúgio derradeiro e campo de batalha na segunda metade do século XVII.

A dinâmica territorial de circulação desses povos passou a ficar cada vez mais restrita à medida que as entradas consolidavam fortes e sesmarias às margens do Piancó-Piranhas-Açu, Ceará-Mirim e Apodi. Assim como alianças foram realizadas entre essas etnias para assegurar ataques às áreas controladas pelas entradas, as rivalidades já existentes foram manipuladas

pelos religiosos e sertanistas de modo a facilitar o acesso a locais de refúgio e massacres no final do século XVII.

As ações violentas de extermínio perduraram ainda nas primeiras décadas do século XVIII, tanto no sentido oeste da Chapada do Araripe, no contato com o Piauí, como no sentido Leste, no contato com a Paraíba, através das cavalarias de expulsão.



No mapa 03 estão representadas muitas das ações territoriais analisadas ao longo desse capítulo. Os mais intensos conflitos se concentram nos locais onde hoje identificados como as fronteiras do Ceará com o Rio Grande do Norte, na tríplice fronteira entre Ceará, Pernambuco e Piauí e na região fronteira do São Francisco. Os caminhos das entradas estão representados por uma arma que segue o curso dos principais rios. Os aldeamentos e prisões também estão aproximados aos rios. As ações originárias realizaram fugas dos locais intensos de conflitos e se concentraram na bacia do rio Jaguaribe, ladeada por platôs tabulares, que fora manipulada como local de extermínio. As cavalarias de expulsão seguem o curso Oeste e Leste da Chapada do Araripe.

Com a consolidação de aldeamentos às margens do rio Piancó – atual sertão da Paraíba, onde viviam os Ariu, Tarairiús, Panati e Corema – e com a circulação das tropas paulistas – após enfrentar os Janduís no Açu, nos derradeiros anos dos seiscentos antes de se dirigirem a Palmares – os intensos conflitos entre os rio Piranhas e Pajeú, entre as entradas portuguesas e os Xucurus, Panatis, Icó, Icosinhos e Coremas, consolidaram a região que abrangia – desde o topo da Chapada do Araripe, passando pelo Salgado até atingir o Jaguaribe – como refúgio de muitas dessas etnias nessas terras onde as entradas não consolidaram ainda veias efetivas de comunicação e catequização por todo o século XVII.

Ademais, a circulação mais expressiva pessoas entre Recife e o Rio São Francisco fez com que se consolidasse, a partir dos enfrentamentos com os Xucurus no contato entre agreste e sertão, uma comunicação direta com essa região além do Araripe (além São Francisco) onde, já no final do século XVII e início do XVIII, famílias oriundas de Salvador recebiam títulos de terras onde hoje é o Exu, como ocorrido com a família de Barbara de Alencar, como nos alude Barroso (2006).

Para alastrar seus domínios [os Garcia D'Ávila], usava o estratagema da terra ocupada. Isto é, expulsava pela força os antigos habitantes e povoava o trecho com parentes e aderentes. Por meios de alguma agricultura e muito gado, sedimentava esta ocupação. Só após requeria legalmente as terras ou as sesmarias inteiras. Situação de fato, situação de direito. O rei acabava por conceder. (...) À feição de tais conquistadores bárbaros Leonel Alencar Rego [avô de Bárbara de Alencar, advindo a freguesia de San Martinho de Arruda em Portugal] delineou sua trajetória. Com eles [os Garcia D'Ávila foram agregados e protegidos, gente da casa da Torre, como se dizia. Seguindo suas pegadas atravessou os sertões, matando onça a muque e capturando índio no laço. Do rio São Francisco, alcançou a serra do Araripe pelo rio Brígida, fazendo o percurso da foz à nascente. Após breve período em Monte Sombrio, hoje Acari e Várzea, fixou morada na localidade de Caiçara à Casa da Torre, em data anterior a 1718. (BARROSO, 2006 p. 09).

Interessante perceber, no curso do caminho narrado pelo historiador, elementos de heroísmo desempenhado por Leonel Alencar Rego, não atribuindo a este o adjetivo bárbaro, como o fez para os Garcia D'Ávila. O que nos interessa nesse percurso da ação primária de formação de uma elite regional posseira, e depois proprietária de terras, é pensar como uma consequência imediata e até concomitante à realização de massacres foi a instituição de formas de propriedade da vastas áreas de terra e das águas no vale e no platô da Chapada do Araripe, consolidando no sentido Norte (advindo da Bahia) e no sentido Sul (advindo de Pernambuco) uma rede territorial de poder escravagista, pecuária e agrícola (ver mapa 03). A gênese da propriedade da terra tem, nesse sentido, fortes significados militares, patriarcais e raciais, na medida em que as formas de participação do massacre asseguravam a consecução posterior de títulos de terras, nobreza ou na composição da Guarda Nacional, como veremos mais adiante.

Do outro lado, na fronteira com o Apodi, já estava se desenhando com o conflito com os Janduíns. Transpor o Jaguaribe e controlar toda o seu alto curso (o Salgado, Cariús e seus afluentes), distribuir sesmarias e consolidar economia agropastoril sem a reação violenta dos povos originários, ainda demandava intervenções mais profundas adentro no território e mobilização de pessoas, recursos e uma inteligência espacial para mover a dinâmica territorial da colonização.

Os currais que conseguiram se manter nas planícies e depressões dos sertões, antes de abastecer o mercado internacional com peles e a costa com carne e bois, foram subsídio das entradas em recurso financeiro e alimento. O gado solto alcançava lugares distantes tocados pelos vaqueiros ou capturados pelas entradas. A guerra, nesse sentido, é a produtora de uma geografia; ela utiliza a geografia do sertão para encurralar as populações resistentes entre o salgado e o Jaguaribe (como culminância dos percursos das entradas) e produz uma materialidade espacial abrindo caminho para controle econômico da reprodução da natureza.

No contexto da guerra do Açú, José Lopes Ulhos em 1706, elaborou uma proposta de abordagem desses “tapuias” com significativo poder interpretativo para o intento dessa guerra e suas relações com a economia pastoril. Disse em documento que, a partir da interação social dos vaqueiros, “com os quais esses tapuias comem e bebem e a quem chama de compadre” (ULHOA *apud* PUNTONI, 2002 p. 118), estava constituída uma oportunidade de domínio dos Tarairiús para, a partir desse diálogo, usar esses trabalhadores do gado para impor a mensagem da rendição.

No entendimento de Puntoni (2002), a proposta de Ulhoa expunha o debate coevo sobre a guerra justa, onde predominantemente o extermínio dos povos do sertão colocava-se como um limite à expansão econômica. Contudo, a partir de ações de negociação e utilização compulsória

do trabalho dos povos aldeados em explorações econômicas, se ponderavam saídas negociadas com a intenção de utilizar a força de trabalho nativos, tidos como irredutíveis. Pompa (2002), analisando esse mesmo documento, nos alude que a ideia de que os indígenas tinham por compadre os vaqueiros oferece alguns indícios daquela que deveria ser essa complexa rede de relações tecidas entre indígenas e colonos nos sertões.

Salta aos olhos, no documento citado pelos autores, a intimidade entre esses dois sujeitos sociais produtores de fronteiras, o vaqueiro, que poderia ser originário ou descendente direto dos colonizadores/colonos, capturado para o trabalho na fazenda, e o indígena, que reproduzia sua existência nas matas entre os currais, fazendo ações de retomada e ataques aos estabelecimentos dos colonos, e por vezes até prestando dias de serviços aos currais. De forma tênue, e por vezes até negociada, parecia mover-se a fronteira pastoril, exigindo por vezes extermínios e a utilização compulsória ou negociada do trabalho originário.

Os vaqueiros nominavam de “compadres” os indígenas que circundavam as fazendas de gado em expansão. Essa expressão denota uma relação colaborativa e pactuada de utilização dos espaços, deixando a entender que o vaqueiro era o corpo móvel da empresa curraleira extensiva, cuja atividade econômica só conseguia fazer-se possível mediante acordos permanentes com o originário que, além da conversa sobre o mundo dos brancos devia oferecer-lhes algo em troca do acesso ao uso dos espaços e à manutenção da sua vida. Por conseguinte, os “tapuias” recebiam daqueles (os brancos) algum regalo; é o que conseguimos supor com essa relação nominada de compadres.

Ao que parece, a guerra de campo, caracterizada por enfrentamentos binomiais bélicos regulares e progressivos no espaço produzindo fronteiras estáveis, não foi a tônica da conjuntura da expansão territorial. O decorrer dessa formação territorial denota a coexistência pactuada desses dois sujeitos em uma guerra diluída eivada de contínuos reajustes de relações sociais e alianças, com avanços e recuos, onde a economia pastoril incorporou, em distintas medidas, a força de trabalho indígena.

No sertões, as enormes perdas para a empresa colonial em construção ascendiam a necessidade de investidas territoriais mais violentas que conseguissem render essa população que impedia a consolidação de um circuito econômico integrado. Puntoni (2002) apresenta documentos que contabilizam a perda de 30.000 cabeças de gado, a morte de 200 pessoas e perda de mil cavalos. A geopolítica da entrada vai perdendo o caráter de uma intervenção espontânea de investida territorial e vai incorporando táticas políticas, aprimorando o enfrentamento.

A ação territorial dos originários em frear as entradas nessa fronteira étnica produzida pela guerra, entre o Açu e o Jaguaribe, impôs perdas consideráveis à empresa colonial. As pessoas escravizadas, mortas nas batalhas, faziam parte do patrimônio financeiro dos sesmeiros que estabeleceram currais e que as cediam para essas investidas; na economia colonial eram renda capitalizada que compunha um circuito econômico muito lucrativo. Assim como o gado perdido, cuja elevada quantidade indicada demonstrava a velocidade pretendida da entrada, representava a força motriz de expansão territorial da coroa, estava sendo perdido no enfrentamento aos bravos de língua travada. Impunha-se a necessidade de ações territoriais ainda mais destruidoras.

Enquanto os Icó e os Kariri atacavam com brutalidade as instalações coloniais entre o Piranhas e as proximidades com a fronteira do que viria a ser o Ceará, a Coroa planejava novas e decisivas investidas sob o comando do paulista Matias Cardoso de Almeida, escolhido por oferecer mais econômica oferta de entrada, com essas ações idealizava-se a construção de um presídio à beira do Jaguaribe<sup>28</sup>. As tensões entre os povos originários dispersos por essas fronteiras e os criadores de gado aos poucos vai carregando a guerra do Açu para o Jaguaribe, liberando passagem para o Ceará. Esse cenário belicoso enfrentou uma epidemia de sarampo<sup>29</sup> e uma seca que refrearam a velocidade das entradas<sup>30</sup>.

Por um lado, a guerra ganhava contornos biológicos de dissipação de doenças e era a natureza também eleita como grande inimiga da eficiência das entradas coloniais, ações bélicas produtoras de narrativas que se materializam no espaço colonial nos sertões sobrepondo um acervo discursivo sobre esse lugar no sistema-mundo que irão acompanhar a construção subsequente das estratégias produtivas das primeiras vilas e as ações subsequentes de constituição do Estado-nação.

Quando detidas e reduzidas, se fazia necessário deter e reduzir essa natureza arisca, indócil. Conter a fúria de seus rios rasos que inundam as planícies quando em cheias, e as secas ardentes que fazem evaporar as águas acumuladas das chuvas irregulares (se comparadas às da mata úmida) em poucas semanas. Não por acaso, o confinamento como tática de redução dos

---

<sup>28</sup> Provavelmente onde está hoje o riacho do sangue, local inundado pelo Açude Castanhão.

<sup>29</sup> Nos dois lugares [Serra da Ibiapaba e lago do Apodi] os corpos dos índios foram atacados por aquela peste que chamo Morbilo, parecido com varíola, que espalhou-se aqui e acolá, principalmente entre os adultos (...). Muitos deles já morreram, apesar dos padres trabalharem dia e noite para com os enfermos. Na região do lago do Podi, mais de cento e cinquenta crianças, depois de batizadas, foram para o céu. Entre os adultos mais de setenta, e o que dói mais, sem ter sido purificados à fonte sagrada, sem querer expiar seus pecados na confissão, ou porque mantidos pelo Diabo na falta de fé, ou porque depois do batismo voltaram aos antigos costumes e ritos supersticiosos” (Mateus de Moura (letra de Andreoni), Carta ao P. Geral, 31/12/1711 *apud* POMPA 2002).

<sup>30</sup> Duas das secas documentadas pela historiografia aconteceram no período em que aconteceram os mais intensos conflitos da Guerra dos Bárbaros, as que compreendiam os anos entre 1692 e 1693, a referida nessa ocasião da epidemia, e a de 1709 e 17011.

corpos humanos praticado nas vilas de índios e presídios, o cercamento dos costumes e produção do sujeito moderno serão o padrão de produção do poder que, aliado ao comércio de terras, produz uma elite ávida pela exploração do trabalho e da natureza. As práticas de reprodução do poder nos sertões ressoam as ações primárias das entradas.

A produção territorial a partir da guerra aos povos originários nos sertões vai revelando a escalaridade da constituição do sistema-mundo. À prisão de Canindé, o cacique Janduíns, líder de 22 nações de povos sertões adentro, trouxe preso consigo outros indígenas e um pirata de nacionalidade desconhecida, fato que Puntoni (2002) lê como qualificativo da narrativa luso-brasileira que os Janduíns tinham ligações com outros Estados europeus que disputavam o controle comercial da América.

É interessante perceber o lugar social no projeto da colonialidade ocupado pelos Janduíns, que não foram os aliados de primeira hora dos portugueses, juntando-se a estes para adentrar o sertão na expansão territorial. Muito embora tenham sido os Janduíns enfrentantes dos portugueses desde o início, acordando com estes últimos um tratado de paz, o qual – por mais que não tenha significado muito mais que uma capitulação da obediência, como nos alude Puntoni (2002), e cujo descumprimento tenha levado ao levante de novos decisivos enfrentamentos subsequentes – assume um status simbólico ao apresentar a palavra de um “rei” Canindé escrita em um papel acordando em pé de igualdade com o rei de Portugal a diminuição dos conflitos, como nos alude Pompa (2003). No entendimento da mesma autora, a relação desses povos com os holandeses demonstra seu poder de negociação, não se reduzindo à retórica colonial dos selvagens tapuias aos quais se indica a destruição.

O que vamos percebendo é o caráter diplomático e etnográfico desse conjunto de conflitos que conformaram a guerra dos Bárbaros. Apesar de os Tarairiús terem sido executados em conflitos anteriores, a produção de um acordo de paz exigiu estratégias de tradução e diálogo. Ademais, a escassez de documentação sobre esse povo e a ausência de palavras que nominem os lugares oriundos dessa etnia denotam que foram eleitos como inimigos primeiras, como os Caetés no litoral.

O significado político dos Tarairiús, dos quais faziam parte os Jandoíns, fica expresso primeiro na importância geopolítica da sua situação geográfica. Suas existências circulavam entre os atuais estados Rio Grande do Norte, no contato com o atual Ceará, adentrando para os interiores da Paraíba e Pernambuco. Foi indispensável subjugar essa existência dispersa e não fixada a uma referência estável de lugar, e por isso muito difícil de ser vencida, para adentrar território adentro com a economia agropastoril.

Adicionalmente, sua numerosa população fez desse breve acordo de paz uma expressão do avanço das entradas que produziram contatos mais contínuos e seguros com o Ceará. O documento da Capitulação entre o Governador Geral do Brasil, Antonio Luiz Gonçalves da Camara Coutinho e Canindé, rei do Janduins, 10 de abril de 1692, nos diz:

(...) toda a nação Janduim, dividida em vinte e duas aldeias; sitas no certão que sobre as capitanias de Pernambuco, Itamaracá, Parahiba e Rio Grande; nas quaes há treze para quatorze mil almas, e sendo mil homés de arcos, destros nas armas de fogo. (PUNTONI, 2002).

Tem-se, portanto, o desenho de um acordo de paz que significou muito mais a consolidação das entradas e aldeamentos pelos sertões do Rio Grande do que uma paz perpétua propalada no acordo. A rendição dos Janduíns à força das armas lusitanas fez desse povo um parceiro para destruição dos Payacus, seus inimigos aldeados no Jaguaribe, em agosto de 1699, quando uma tropa formada por 130 infantes e 250 “tapuias” aliados (Janduí) foram para aldeia Madre de Deus, missionada pelo orotariano João da Costa, no Jaguaribe (Puntoni, 2002; Pompa, 2002; Pinheiro, 2000). Ali mandou chamar uma dança de boas vindas dos Paiacú para os Paulistas; Jenopapoçu foi morto por um tiro do próprio Moraes Navarro, o que desencadeou o massacre dos Paiacú, por Paulistas e Janduí, que deixou 400 mortos (PUNTONI, 2002).

A grande matança na ribeira do Jaguaribe dos paiacús, coordenada pelo terço dos paulistas, que colocou os Janduíns, seus inimigos, em posição de ataque surpresa em um aldeamento sob a custódia dos orotarianos, criou um imbróglío que levou os religiosos a denunciarem os sertanistas como cometedores de guerra injusta. Como punição pela ação violenta no Riacho do Sangue, o terço dos paulistas fora enviados pelo governador de Pernambuco para fazer guerra contra os Icó que tinham matado dezoito moradores na ribeira do mesmo rio, no sentido sul, se aproximando do baixo curso do Rio Jaguaribe. (POMPA, 2000). Essas guerras foram descritas por Oliveira (2017) como os conflitos decisivos para estender as sesmarias até a chapada do Araripe.

Esse massacre foi um momento geopolítico decisivo na (re)configuração territorial dos sertões. Foi possível, por conseguinte, o fortalecimento das vilas de índios como padrão de redução de comportamentos e exploração do trabalho dos povos originários, e as sesmarias foram ascendendo rio à cima. À medida que as tropas foram expulsando, exterminando ou aldeando os indígenas que se refugiaram entre o rio Salgado, a chapada do Araripe as fronteiras com Piauí e Paraíba, a economia agropastoril convertia o curso do Jaguaribe em caminho efetivo de entrada.

O processo de formação territorial das dominâncias que formam Rio Jaguaribe sobre o domínio da colonização tem sido corriqueiramente lido como um avanço tardio em virtude da inexistência de razões econômicas ou motivos geopolíticos, como nos alude Jucá Neto (2007), ou em decorrência da inexistência de um bom porto natural, pela distância de água potável e em decorrência da hostilidade dos indígenas, como interpreta Souza (2007).

A pecuária é apontada como a atividade econômica e política que sintetiza os sentidos territoriais da expansão lusitana para o interior. A formulação teórica da sociedade do couro ajunta o processo de realização dessa atividade econômica como a formadora fundamental da territorialização do poder colonial que culminou com a instituição do Ceará como província. Identificada como a atividade criadora de caminhos e uma ação complementar ou subsidiária da economia desenvolvida no litoral.

Impulsionada para o interior, a atividade pecuária desempenhou papel importantíssimo na colonização de extensas áreas do Nordeste. A necessidade de animais para abastecer os mercados da zona açucareira pernambucana e para força motriz nos engenhos de açúcar, explicam a expansão da pecuária para os sertões, inserindo-se nesse contexto a produção do Ceará. É a partir desta atividade econômica que se processa o povoamento do Ceará através de correntes migratórias vindas das regiões açucareiras de Pernambuco e Bahia. (SOUZA, 2007 p. 15)

O espaço que veio a se constituir como Ceará a partir da segunda metade do século XVIII é tido como “terra de ninguém” (JUCÁ NETO, 2007 P. 156) e a pecuária é tomada como o elo econômico que mobiliza a produção de uma rede de relações que fortalece a dominação lusitana no processo de produção dos sertões, sendo para o referido autor o agente propício para o “desbravamento da nossa terra”, citando Oliveira Viana.

O processo de ocupação do espaço cearense criou-se, a partir do século XVII, uma rede geográfica de elevada importância para compreender o presente. Trata-se de preliminar intenção de domínio territorial, partindo de dois focos principais, Salvador e Olinda, com a expansão da pecuária, propulsora da formação de núcleos produtivos (currais, fazendas) e de adensamento demográfico, de onde provieram cidades, intensificaram-se os fluxos, se estabeleceram determinados tipos de relações sociais e se forjaram pontos de comando de ordens, quer como poder político ou econômico. (LIMA, 2007 p. 56).

É nesses termos que Lima [et. al.] (2011) sugerem que a pecuária como uma atividade econômica que promoveu uma primeira reestruturação socioespacial, modificou profundamente a dinâmica espacial, fazendo com que as dominâncias do Jaguaribe e depois do Acaraú, passassem a atender às demandas e interesses imperiais da elite portuguesa.

Essas interpretações estão fortemente influenciadas pela tese dos sentidos da colonização desenvolvida por Prado Jr. (2010). Como já discutimos no capítulo 2, esse entendimento coloca na centralidade o exercício de influência do exclusivo comercial na construção de uma economia caracterizada por atividades subsidiárias, destinada unicamente a amparar e tornar possível a realização do objetivo essencial da colonização, a agricultura de exportação.

É incontestável que, a despeito de ter não tido uma repercussão no âmbito da produção de riqueza de imediato, como mesmo nos alude Jucá Neto (2007; 2010), a pecuária foi uma atividade econômica decisiva na expansão de unidades produtivas pelos rios, atingindo as chapadas e conseguindo consolidar-se enquanto uma atividade de transição, um circuito econômico de carne e couro que integrava, mesmo que de maneira rudimentar, as vilas constituídas, chegando até o litoral e abastecendo mercados mais distantes.

Isso fica evidente nas estatísticas das distribuições de datas concedidas até o ano de 1824, onde das 2.472 solicitadas, 90,85% tinham como justificativa a atividade pecuária, bem como dos dados de arrecadação fiscal desse setor fortemente concentrado na bacia do rio Jaguaribe, o qual entre os anos de 1774 e 1778 respondia por 72,6% de toda arrecadação realizada pela Coroa nessas dominâncias, segundo dados analisados por Jucá Neto (2007).

No entanto é muito relevante o fato de essas pesquisas desconsiderarem o papel formador da guerra como elemento social, econômico e produtora de uma dinâmica social e territorial, bem como o exercício de influência da escravidão como atividade econômica que, mesmo não exercendo centralidade nas dominâncias do rio Jaguaribe, sempre esteve presente na composição da riqueza das famílias que consolidaram bens nessa região, como veremos no capítulo 04.

Se considerarmos as duas premissas trabalhadas no capítulo anterior como formadoras da Economia Atlântica Colonial, a saber que a mercantilização da produção só consegue se generalizar dominando as relações sociais, quando a força produtiva se transforma ela própria em mercadoria, percebendo que a escravidão é a principal produtora de riqueza na Colônia e que a guerra é a primeira forma de acumulação de riqueza consolidada no litoral, essa dinâmica territorial não poderia mover-se para o interior se não reproduzindo a escravidão como meio de produção acúmulo e transporte de riqueza e a partir da guerra com forma de organização social.

A pecuária nesse sentido é um meio para consolidação de uma organização social produtiva, um subsídio fundamental das entradas, tanto na disposição de alimentos, como de recursos, a partir do dinheiro do incêndio, por exemplo.

A atividade primaz formadora da organização territorial do Ceará é a guerra, enquanto um meio de produção de riqueza e produtora de uma organização social que resultou em uma segmentação original a qual respeitou as formas de envolvimento nas guerras de conquistas. É o que podemos perceber nos dados apresentados por Jucá Neto (2007), quando nos alude que grandes proprietários de terras como João Barros Braga, nomeado por carta patente ao posto da Cavalaria de ordenança do Jaguaribe, famoso por exterminar indígenas e que recebeu 14 sesmarias. Bem como, o capitão Félix da Cunha Linhares que em 1723 declarou possuir 8.000 cabeças de gado e o capitão Vitorino Correia Vieira que em 1740 estava inventariado com 2.260 cabeças de gado em Quixeramobim. Todos os indivíduos com alguma patente que indicava seus níveis de envolvimento nas batalhas que formaram a Guerra dos Bárbaros, tendo sido também primeiros donatários nas dominâncias do Rio Jaguaribe e participantes da já concentrada distribuição fundiária identificada pelo referido autor já na primeira metade do século XVIII.

Nesse sentido, o que percebemos é que a distribuição de sesmarias<sup>31</sup> obedeceu muito mais às formas de envolvimento com as batalhas que formaram a Guerra dos Bárbaros do que à justificativa, necessariamente, da expansão da pecuária como uma atividade econômica, constituindo a guerra como um momento fundamental de produção de riqueza. Essa interpretação relega o conjunto de guerras que aconteceram até a conquista dos sertões a um lugar de uma excepcionalidade produtora de possibilidades para uma expansão futura de um processo de valorização. O que estamos afirmando nessa interpretação é que a guerra é o processo central de reprodução da valorização, em movimento, produtora de fronteiras e de um significado racial fundamental para a produção de um Estado Territorial.

O fato de a pecuária ter tido primazia na formação de um circuito econômico nas dominâncias do Rio Jaguaribe está ligado muito mais ao tempo necessário para constituir um circuito produtivo agrícola que consiga produzir e escoar regionalmente riqueza do que a montagem de uma economia subsidiária que irá fornecer couro e carne para o litoral. O fundo de investimento necessário para a produção de uma economia colonial nos sertões foi a escravidão, que teve papel significativo na formação da riqueza das famílias inventariadas ao longo do século XVIII e XIX<sup>32</sup>.

É tanto que a pecuária como atividade econômica perde importância ao longo do século XVIII, chegando a perecer completamente com a seca compreendida entre os anos de 1877-79, como veremos no capítulo 04. Já no século XIX, como nos demonstra Mendes (2017) em pesquisa sobre o tema, a pecuária passou a ser tratada por políticos, intelectuais e grandes

---

<sup>31</sup> Isso veremos mais especificamente no segundo tópico desse capítulo.

<sup>32</sup> Tema que debateremos melhor no capítulo 03.

proprietários de terras como uma atividade rudimentar, tocada pelas leis da natureza e que, a despeito de ter alguma importância de ordem econômica não entrou nos estandes de divulgação do Ceará nas Exposições Universais que passaram a apresentar a província como vocacionada para a agricultura comercial.

A interpretação que coloca na centralidade a pecuária na produção de uma fronteira de realização da colonização não considera a agência originária como produtora de uma dinâmica territorial que conseguiu por quase um século impor um ritmo “lento” à expansão da colonização no sentido oeste visando abrir caminhos pelo continente para a Amazônia. Analisa essa depressão sertaneja ladeada por tabuleiros sedimentares que conformam nascedouros do Rio Jaguaribe como fundos territoriais entendendo a expansão do domínio da coroa como um exercício de escolha à medida que consiga produzir interesses econômicos ou geopolíticos.

Entender a guerra como fundamento da formação territorial da província com vistas a controlar o acesso e o regime de realização do Rio Jaguaribe requer a incorporação do conflito como referência científica, na medida em que a fronteira é uma situação social onde o conflito sai dos seus ocultamentos e se realizada em uma dinâmica de sacrifício, como nos alude Martins (2021). Em suma é preciso incluir o outro lado como elemento de referência e suas dimensões de realização como alteridade, confronto e conflito, tendo em consideração que a fronteira é um elemento definidor do desenvolvimento do capitalismo e a Guerra se realiza em dimensões econômicas e territoriais, reproduzindo estruturais raciais na composição de um regime de propriedade.

Se por um lado a visão do pioneiro não consegue nos oferecer um entendimento de fim de era, por outro compõe o sertão como uma paisagem arredia, de “língua travada”, que teve a terra amansada pela consolidação da atividade pecuária. A guerra foi produtora das grandes marcações territoriais nos espaços que estavam sendo construído com sertões, e a dificuldade de reconhecer esses enfrentamentos como guerras passa pela dificuldade de reconhecer as pessoas vencidas como possuidoras e produtoras de Histórias e Geografias.

A visão do pioneiro não consegue nos oferecer um entendimento de fim de era, vai compondo o sertão como uma paisagem arredia, de “língua travada”, que teve a terra amansada pela consolidação da atividade pecuária. A guerra foi produtora das grandes marcações territoriais nos espaços que estavam sendo construído com sertões, e a dificuldade de reconhecer esses enfrentamentos como guerras passa pela dificuldade de reconhecer as pessoas vencidas como possuidoras e produtoras de Histórias e Geografias.

Os rios foram objetos de disputas fundamentais nesse contexto de guerras produzindo a partir de uma lógica escalar das grandes para as pequenas margens. Não à toa marcam fortes

fronteiras na atualidade. O Rio São Francisco não é o lugar de encontro das dominâncias das posses dos Garcia D'ávila, desde o litoral da Bahia, com o domínio exercido desde o litoral do Pernambuco, conformando fundos territoriais. É um dos pontos geográficos maiores do conjunto de guerras que fez culminar no médio curso desse rio massacres sobrepostos produtores de fronteiras.

A expansão de uma ordem territorial lusitana até o São Francisco, após finalizados os conflitos no Recôncavo e no Aporá, bem como os massacres realizados no âmbito da expansão de uma rede de aldeamentos no Piancó-Piranhas-Açu, suplantou a força do “muro do diabo” (chapada do Apodi). Tal contexto fez com que a Guerra dos Bárbaros se movesse para as dominâncias do Jaguaribe enquanto realização de interesses econômicos e geopolíticos. A guerra como atividade econômica e como fundamento político da dinâmica territorial ascendia, não somente com interesses em desfazer relações estabelecidas entre indígenas e holandeses no litoral do Ceará, mas, principalmente, de desorganizar a uma rede de poder pluriétnica e plurilinguística constituída por alianças e conflitos entre os povos originários.

A formação territorial dos sertões teve como fundamento a produção de muitas guerras, expandindo os caminhos, as sesmarias e atividade pecuária de rio em rio, produzindo uma paz totalitária e um permanente estado de exceção para os povos originários que marca fortemente o tempo presente.

A formação de vilas de índios, na forma de aldeamentos, e a concessão de sesmarias, realizadas concomitantemente à movimentação da guerra, se constituem como a territorialização das entradas e a produção espacial da colonização em outro nível de articulação política e econômica. À medida que as entradas iam estacionando – expressão utilizada por Puntoni (2002) – a pecuária ia sendo mobilizada como atividade econômica primária; a segmentação política e a distribuição de sesmarias iam, por seu turno, reproduzindo o padrão de envolvimento no conjunto de conflitos realizados.

Nesse sentido, a rede de relações, econômicas e políticas estabelecidas na Guerra dos Bárbaros é o fundamento da produção de uma rede urbana colonial nas dominâncias do Rio Jaguaribe. Os caminhos que já existiam seguindo os cursos dos rios foram utilizados no intento de ampliar a dominação portuguesa produzindo o sertão como uma fronteira a partir da guerra.

A pecuária não foi nesse sentido produtora original de caminhos; os caminhos que interligam as Chaparas (Apodi, Araripe e Ibiapaba), os rios e o litoral já existiam e compunham uma dinâmica territorial que conhecemos muito pouco por conta das dimensões continentais dos genocídios. Quem deu significado primariamente colonial a esses caminhos foi a Guerra, o comércio dinamizador da pecuária enquanto uma atividade econômica acontece concomitante

e como subsidio da guerra e ganha força após consolidado o processo de expulsão, aldeamento, redução e incorporação da força de trabalho dos povos originários na dinâmica de produção territorial da colonização.

### **3.1 Guerra subjetiva: os aldeamentos e a redefinição da dinâmica territorial**

O projeto da colonialidade teve na constituição dos aldeamentos indígenas uma síntese territorial das dimensões econômicas, políticas e religiosas. A ação pedagógica cristã de tradução de tradições ocidentais para as cosmovisões originárias que, como nos alude Pompa (2000), culminou na construção de uma linguagem religiosa de mediação, foi também um projeto econômico de exploração da força de trabalho desses povos que, associado às entradas, lançou as bases para a constituição de uma rede urbana às margens dos cursos maiores dos rios até atingir seus olhos de nascedouro.

A fixação de bases religiosas na expansão marítima europeia é uma novidade forjada na América portuguesa (ALMEIDA, 2016), dada a necessidade de criar uma rede de comunicação, gestão e expansão territorial que ao mesmo tempo subjuguava os indígenas à lógica expansionista lusitana para os sertões e promovia a defesa dos territórios dos ataques de nações inimigas. Muito embora a missão de levar o evangelho para além-mar tenha sido uma das prerrogativas fundamentais da expansão marítima, constituindo-se em si como uma ação econômica, as atividades de catequese nas áreas conquistadas pelos lusitanos no continente africano eram transitórias e não predeterminavam a fixação da presença de religiosos.

Na América Portuguesa a partir de 1587, como nos alude a referida autora, todas as expedições precisavam contar com a presença permanente de religiosos. As fixações dessas entradas, que constituíram as primeiras vilas e cidades, foram demarcadas pela atuação decisiva desses religiosos na gestão populacional.

A estratégia lusitana de dividir os indígenas entre aliados e inimigos repercutiu na elaboração de um projeto territorial de expansão que, por um lado se interpôs na dinâmica geopolítica de usos desses territórios negociando benesses, mercês e títulos, acentuando conflitos, e por outro instituiu a guerra justa e a política de aldeamento como procedimentos padrões interligados que carregaram, de maneira irregular e descontínua, a sociedade colonial para oeste.

Muito embora inseridos de maneira subalterna em uma razão espacial desigual de reelaboração de suas intersubjetividades a partir de um contexto de reclassificação cultural eurocêntrica, a atuação indígena foi fundamental para concretização do aldeamento como projeto de sociedade. Participar do aldeamento fazia parte de uma decisão política, como nos alude Almeida (2016), pois algumas etnias enxergavam nesses espaços refúgios do caos social instalado com as invasões lusitanas nos sertões, com a disseminação de epidemias e o contexto de constantes enfrentamentos.

As lideranças indígenas eram reconfiguradas nessa lógica de produção espacial em “sujeitos de metamorfoses”, cumprindo papel de destaque e tendo, por vezes, a função de castigar e punir os indivíduos que descumprissem as regras do confinamento/isolamento territorial. Prioritariamente os aldeamentos confinavam apenas uma etnia, porém, de acordo com a dinâmica política local, agrupamentos étnicos foram realizados por essa ocasião.

A geo-grafia dos aldeamentos constituinte da gênese da formação territorial forjou um padrão de poder que tinha no confinamento, na exploração compulsória do trabalho e na doutrinação cristã as bases da atuação política de produção de um sujeito novo. O aldeamento, nesse contexto, pode ser entendido como uma produção espacial de caráter transitório, sínteses dos acontecimentos políticos que reverberaram na dinâmica territorial entre as guerras justas de submissão, a constituição de vilas e instituição de sesmarias.

A materialidade e o cotidiano dos aldeamentos obedeciam a regimentos rígidos estabelecidos pela coroa, mas o contexto de permanentes acordos com as etnias de aderirem, voluntária ou forçosamente, ao intento cristão ditava situações de singularidades em cada experiência. O medo teve um papel pedagógico fundamental para a construção desse padrão de poder (POMPA, 2000; ALMEIDA, 2015), pois, se ingressavam esses indígenas nos aldeamentos como estratégia negociada de aceitação do mal menor, poderiam, facilmente, aderir à resistência de outras etnias que realizavam ações de retomadas ou mesmo de colonos contrários aos desígnios territoriais dos religiosos.

Analisando o curso da guerra como uma forma de realização da acumulação primitiva, Alliez e Lazzarato (2021) nos fazem perceber que a territorialização de uma rede de poder instituída na forma de aldeamentos é um momento de realização da Guerra dos Bárbaros a partir da produção de uma subjetividade, na medida em que a partir desse momento existe uma intensificação das formas espirituais de controle das condutas dos indivíduos.

A formação de uma sociedade organizada a partir da individualidade da propriedade privada e da circulação de mercadorias como elemento de integração e da exploração do trabalho teve na acumulação primitiva um elemento prévio de destruição da dimensão subjetiva,

não como um elemento suplementar à produção de uma sociedade do capital, mas como uma especificidade objetiva das guerras. “Elas não se contentam em desfazer o adversário, mas visam precisamente uma “conversão” de sua subjetividade a uma conformação de seus comportamentos e condutas à lógica da acumulação do capital e de sua reprodução.” (ALLIEZ E LAZZARATO, 2021 p. 57).

O pecado capital agora deixa de ser a avareza e se trona a preguiça, que resulta no “afrouxamento da disciplina” e do “relaxamento dos costumes”, e deve ser contido na passagem da desordem para à ordem. O que por seu turno explica, como destaca Foucault na *História da Loucura*, porque a relação entre prática do internamento e as exigências do trabalho não é definida inteiramente – longe disso – pelas condições da economia, pois o imperativo do trabalho é *indissociavelmente econômico e moral*, tornando-o suscetível a ser contestado pelas resistências à conjugação entre lei civil e obrigação moral. (ALLIEZ E LAZZARATO, 2021 p. 56)

Para os autores o processo de destruição promovido pelas guerras coloniais que conformam a acumulação primitiva não se restringe às condições materiais da vida, atinge também os territórios existenciais, o universo de valor, a cosmologia e a mitologia que estavam no fundamento da “vida subjetiva” dos povos colonizados e dos pobres do mundo dito “civilizado”.

O léxico colonial é bastante elucidativo quanto à conformação territorial dos aldeamentos como um padrão de poder com vistas à gestão dos povos originários e da natureza para a reprodução da lógica espacial da valorização. A reclassificação da paisagem e a imposição de um tratado de origem à natureza foram ações muito importantes no processo de feitura do sertão como um lugar no sistema-mundo, integrando-se à uma lógica territorial de produção e circulação do valor. A ação de captura por guerra ou convencimento compulsório dos indígenas para ingressarem nos aldeamentos recebia o epíteto de descimento. Atingir o ser social útil e aceitável para (re)produzir a valorização dos espaços no sertões, significava descer até atingir o ponto do confinamento. Curioso como se imbricam as ações de redefinição da subjetividade com o projeto de controle territorial de reprodução da natureza.

Não por acaso a razão territorial de instalação dos principais aldeamentos se constituiu nos cursos principais das bacias hidrográficas e a partir daí essa lógica foi reproduzida, dadas as condições de sítio, em geral planícies fluviais de acesso facilitado à água e por ser esse lugar culminâncias de caminhos abertos (ver mapa 04). Com a paz católica decretada pelas guerras justas ascenderam até cotas de altitudes mais elevadas, para onde eram levadas em descimentos indígenas a montante da lógica territorial da colonialidade. Nesse sentido, a cognição e

nominação das bacias hidrográficas como uma rede de rios foi um grande produtor de caminhos continente adentro, que, via de regra, margeavam os córregos e seguiam indicações de caminhos existentes; constituindo essa unidade de circulação das águas superficiais como um campo de atuação estratégica de reconfiguração do ser social.

No Jaguaribe, onde os primeiros aldeamentos e instalações de imposição da violência das entradas se constituíram ainda em 1687, concomitante ao que se convencionou chamar da guerra dos bárbaros, foi construída a Aldeia Velha, no baixo curso do rio (em Aracati); seguido de um presídio também nas suas margens, mas já em seu médio curso (nas proximidades de onde hoje é o Castanhão) na década seguinte, em 1699. No decorrer do século, foram construídos outros aldeamentos: no sentido oeste na Ibiapaba, em 1709, e sul, no vale do Cariri na década de 30 desse mesmo século, à medida que as cavalarias de expulsão avançavam afugentando ou aprisionando indígenas no sentido oeste na fronteira com Piauí, norte com o Pernambuco e leste com a Paraíba.

Ao mesmo tempo em que se viabilizava o controle social dos corpos humanos com vistas a realizar suas conversões em sujeitos cristãos, a natureza foi ganhando um estatuto de nascedouro, com nomes novos de identificação e sua dinâmica de existência reconfigurada como instrumento militar de produção de uma nova sociedade. Se os indígenas que retardaram as entradas utilizavam seus saberes para enfadar as investidas territoriais em suas guerras volantes, sumindo na mata branca, cansando o inimigo para em seguida atacá-los fatalmente, a cognição da dinâmica dos rios construiu a bacia do Jaguaribe como espaço amplo de confinamento para as batalhas mais decisivas que promoveram a fixação e trânsito por terra permanente entre o litoral, o sertão e a Amazônia. Conseguindo criar veios de comunicação e comércio até o São Francisco, passando pela Chapada do Araripe, na curva desse primeiro rio estava produzida um radial de caminhos que miravam variadas direções que passou a fazer circular os signos da nova sociedade.

A dinâmica da natureza inseria-se na geografia dos enfrentamentos em diferentes sentidos. À medida que a colonialidade ascendeu à uma cognição da dinâmica de deslocamento dos rios e constituição dos cursos d'água conseguiu utilizá-los não somente como um campo propício de tática e planejamento de redução e extermínio, mas como uma estrutura cognitiva de nomeação e instauração de outros regimes de origem cosmológica.

Essas ações territoriais por si só não asseguraram uma paz social como produto imediato dessa rede de relações de poder que vinha se impondo, pois uma vez que a aldeia do Jaguaribe fora desfeita em 1712 por ocasião do assassinado o padre Bonifácio Teixeira, o contexto de sucessivos ataques aos curraleiros impunham dificuldades a empresa colonial (MAIA, 2014).

Apontados como os principais causadores desses conflitos, os indígenas paiacús foram perseguidos e repelidos por toda parte (PUNTONI, 2002).

Fato que nos leva a pensar que a produção da sociedade lusitana na América se constituiu a partir de um sistema territorial que acumulou um amplo acervo de práticas que culminaram na constituição de instituições com atuação cooperada e sobrepostas, nas quais distintos sujeitos em situações políticas desiguais desempenharam papéis decisivos. As funções políticas eram forjadas dentro desse contexto de guerras e invasões, onde os acordos consideravam algum tipo de vantagem para os sujeitos envolvidos. A coroa e a igreja, por terem um amplo poder simbólico e financeiro, beneficiaram-se sobremaneira nesse processo que forjou uma sociedade nova que reproduziu nos sertões, a seu modo, estruturas de valorização e ampliação da sociedade moderna.

A guerra justa trazia em suas tropas as condições objetivas para construção de um aldeamento ou, dizendo de outro modo, essa ação bélica tinha um conteúdo religioso e o aldeamento cristão era constituído de uma função militar fundamental. Em suma: ações territoriais simultâneas que se complementaram. Novamente lembrando o que nos alude Puntoni (2002), as vilas de índios eram entradas estacionadas, ou seja, eram dotadas de um forte aporte bélico, mas com a devida capacidade de modificar sua localização havendo ameaça. Esse par dialético de produção da modernidade no que veio a ser entendido como sertões, foi operado a partir de grande agência originária negociada em todos os seus atos que não só produziam território, mas reconfigurava, mediante desterritorialização da dinâmica do poder do mencionado sistema pluriétnico e pluriterritorial existente entre esses rios.

No local de chegada dos descimentos – entendendo essa ação como o percurso compulsório ou ato de guiar até o aldeamento – o conjunto de práticas que culminaram em um projeto pedagógico de reordenamento do poder era chamado de **redução**. Reduzir o ser originário a partir da imposição de outros papéis para as lideranças políticas e espirituais e da imposição do trabalho compulsório culminava na constituição de uma rede de relações de poder a partir de um violento processo de desterritorialização.

Como os arquétipos do que se entende como território dentro do campo do pensamento moderno foram erigidos a partir desse conjunto de relações sociais – tais como como: padrão de ocupação contínua e progressiva; defesas rígidas simbolizadas por bandeiras, fortes, presídios; a instituição de uma língua como oficial; a produção de uma unidade centralizadora e auto impositiva do poder formal; a produção bélica e narrativa de um contínuo rigidamente delimitado – convencionou-se pensar as relações de poder estabelecidas anteriormente como não produtoras de território.

Até 1739, o território que veio a ser constituído como Ceará já dispunha de oito aldeamentos fixos, com atuação de três ordens religiosas (Clérigos, Companhia de Jesus e Capuchinos), dois dos quais na ribeira do Jaguaribe, no baixo curso e no alto curso (já com acesso à chapada do Araripe); uma na Ibiapaba; cinco nas proximidades do litoral, Cascavel, Tabuleiro de Cascavel, Fortaleza e Aratycumirim; e um na ribeira do rio Choró. (OLIVEIRA, 2017) (ver mapa 04).

Interessante perceber que a disposição desses sítios católicos, com exceção do situado na Ibiapaba, estão alinhados com a utilização do rio Jaguaribe como eixo efetivo de integração e consolidação de uma rede de pontos em locais estratégicos para receber os indígenas advindos com os descimentos. Percebe-se, com essa organização política das estruturas religiosas, um rascunho (ou ensaio) do processo de formação territorial do Ceará enquanto unidade federativa e de seus circuitos econômicos subsequentes.

As regiões do médio São Francisco, fronteira entre Pernambuco e Bahia, e da bacia rio Piranhas, sertão da Paraíba, dispunham de nove e oito aldeamentos, respectivamente, até 1739; todos coordenados pelos capuchinos, um dos quais localizado no topo da chapada do Araripe nas imediações onde hoje é o município de Exu (OLIVEIRA, 2017). Percebe-se, nesse contexto, a constituição de uma rede territorial integrada de aldeamentos consolidada nos leitos dos mais significativos rios nesses sertões, nessas redes de rios ou anfiteatros das depressões sertanejas balizadas pelos altiplanos das Chapadas do Araripe, Apodi e Ibiapaba.

Deixa transparecer que a bacia hidrográfica, enquanto coerência territorial de reprodução da natureza conformada a partir de um padrão de circulação das águas superficiais, é a primeira unidade geográfica de produção e governo territorial da ação colonial nos sertões. Os corpos hídricos mais robustos, que culminam os percursos das águas, são os entroncamentos das ações primazes de instituição de aldeamentos, distribuição de sesmarias e organização de primeiras vilas.

Entre esses aldeamentos constituídos no Rio Grande do Norte ainda no século XVII e os que se consolidaram entre os sertões do Ceará, do médio São Francisco e do sertão da Paraíba desenhou-se uma rede de comunicação permeada pelas missões, entradas e guerras justas. A dinâmica dessa produção territorial mobilizada entre esses rios estava sintetizada nos aldeamentos como produtora de uma unidade territorial a partir de um projeto pedagógico de controle do tempo e a reprodução das intersubjetividades originárias a partir de uma razão eurocêntrica.

A criação de um regime de comunicação que se utilizava da língua Kariri como um idioma geral fora fundamental, nesse contexto, para constituir essa rede de poder e traduzir as

tradições católicas para os originários dos sertões. Os catecismos de Mimiane e Bernardo Nantes, elaborados no início do século XVIII, dispunham para os aldeamentos os mandamentos sacramentais, os sacramentos religiosos, os pecados capitais e um conjunto de orações e histórias bíblicas que compunham uma linguagem religiosa de transição nesse intento de imposição da fé cristã em detrimento das cosmologias originárias.

Cabral (2015), analisando a adaptação do alfabetismo aos territórios americanos, nos alude que a governabilidade das colônias resultante das conquistas também dependia da escrita. Para o autor, a alfabetização pode ser considerada um dos instrumentos fundamentais de espoliação e capitalização. Como o dinheiro (renda capitalizada), a escrita foi um grande agente de dissolução das comunidades e territórios nativos.

As línguas gerais se utilizam de troncos linguísticos originários, mas a matriz motivacional permanece sendo a língua portuguesa. Esse processo de catequese comandado por uma língua geral com elementos indígenas constitui o que Cabral identifica como uma confusão semiótica e ontológica, uma vez que a visão prática de mundo expressa pela língua escrita é bem distinta de uma língua ágrafa, fato que muito contribuiu para conversão do entendimento da natureza de uma condição de reprodução das subjetividades humanas indígenas em fundos para livre investimentos e constituição da propriedade privada.

Desse modo, a circulação da língua geral de matriz originária fazia-se por uma estrutura gráfica ocidental. A sonoridade, as expressões e significados foram adaptados ao alfabeto greco-romano e a educação linguística convertia-se em um potente instrumento de redução. Esse momento de transição, caracterizado pela utilização de uma língua geral pode ser entendido como fundamental para o esvaziamento dos significados das palavras, de modo que muitos lugares, rios, morros, matas, vilas, comunidades, conservam o nome originário como corriqueiro na sua identificação, mas a utilização da língua originária geral como instrumento de conversão provocou uma desconexão genealógica na formação do significado e sentido das palavras.

O Ceará é muito caracterizado por uma toponímia indígena muito expressiva na linguagem ordinariamente estabelecida, mas também na toponímia oficial. Palavras como Itaperi, Jaguaribe, Banabuiú, Cariri, Cocó, Mombaça, entre outras, faladas em português e grafadas com alfabeto moderno, quando ditas, soam variantes ou distintas apenas para ouvidos desacostumados, sendo tomadas como definidoras de lugares enquanto uma linguagem de mediação na medida em que seus significados originais são esvaziados.

No decorrer dessa transição linguística, a colonialidade atualiza suas ferramentas de produção de outra sociabilidade na qual a racionalidade ocidental, para fluir de maneira mais

fluente, estabelece operações de destravamento da língua. Constitui-se como travada a língua, até então, porque se constitui como um bloqueio para a fluidez da cosmogonia cristã; a língua vociferada a imagem do “muro do demônio”, ouvida como um cacofonia bárbara pelos invasores, constituía-se também como um limite a ser superado pelas guerras subjetivas.

É nesse sentido que a colonialidade da natureza é uma fundamental constituinte da produção da sociedade moderna. Essa experiência renovada ou reformada de comunicação requalifica os domínios de natureza não somente no sentido da toponímia, que muitas vezes é preservada, mas, sobretudo, no sentido novo que passa a assumir: uma criação divina a serviço da humanidade. Uma leitura racializada da natureza promove uma expropriação em dimensões também subjetivas a partir imposição de um novo marco simbólico para entender a natureza que é produzido, também, a partir da imposição de uma língua única.

Desse modo, o contexto de intensos e, por vezes, generalizados conflitos estava dado por condições ontológicas de reprodução do ser social. Elementos das línguas originárias manipuladas nas ações de catequização foram retirados como fragmentos acessórios deslocados dessas totalidades em desmonte para que o português falado conseguisse atingir de algum modo os fonemas ou sonoridades das línguas travadas e a partir dessa ação pedagógica impor uma outra dinâmica de tempo e realização da vida.

É nesse sentido que, concordando com Alliez e Lazzarato (2021), entendemos a guerra, a moeda e o Estado Territorial como forças constitutivas ou constituintes ontológicas do capitalismo, na medida em que o conjunto de radicais transformações impetradas pelo processo de acumulação primitiva nos coloca diante de um conjunto de guerras que se realizam em várias camada ou dimensões.

Essa rede territorial interligada por rios, composta por pontos de culminância da produção espacial colonial nos sertões utilizava a língua como um dispositivo biotécnico para governo do território. Fica-nos evidente que a colonialidade foi produzida também como um esforço intelectual da teologia católica romana, na manipulação de ferramentas cognitivas de produção de uma subjetividade católica que, ao manejar elementos das culturas originárias, construía um vasto arquivo de ferramentas etnográficas manuseadas como produtoras de território.

Não por acaso hoje se consolida entre esses rios o português como única língua oficial. Como o aldeamento poderia ser considerado por grupos inteiros ou indivíduos que vagavam fugitivos como um refúgio, era imputado a esses indivíduos uma transição compulsória linguística do Kariri (que poderia não ser sua língua originária) ao português. O próprio fato de o idioma Kariri ter sido (re)produzido como língua geral para a redução da sociedade “tapuia”

denota também que a língua era um fator muito significativo de distinção social nas relações sociais estabelecidas anteriormente à invasão lusitana, fato que nos sugere a predominância desse tronco linguístico e uma certa preponderância territorial dessa etnia na dinâmica territorial entre os rios no local que conhecemos hoje como sertões.

Cabe ressaltar que os Fulni-ô, que residem em Águas Belas – PE, respondendo a uma dinâmica própria de produção de arquivos, lograram a (re)produção de sua língua originária, o yatê, com a qual ainda se comunicam hoje.

Em outros aspectos a língua também foi crucial para consolidar uma rede de comunicação entre esses rios interligados pela catequese. Na condição de mensagem criptografada<sup>33</sup>, ordens ditas ou escritas circulavam entre essas redes de rios no idioma português, de início inacessível para os povos originários que, também, de maneira oculta para nós, elaboraram estratégias de comunicação, que teciam redes de poder e constituíam de algum modo território, que repercutiram em ações bélicas precisas que tornaram instável o estabelecimento das entradas.

Sobre esse tema, Maia (2014), nos alude que, tão logo letrados indígenas utilizando nomes católicos dados em batismos, solicitavam em correspondência para o rei títulos de mercês ou registros de propriedades, fato que denota a utilização da língua como um instrumento de afirmação ou defesa territorial por parte dos indígenas.

Um conjunto de práticas sociais cotidianas compunha a construção de um tempo cristão nos aldeamentos, utilizando-se de ferramentas etnográficas elaboradas ao longo dos séculos pelos religiosos que mantinham o hábito de transcrever as atividades diárias, e que serviam de arquivo para outras investidas territoriais mais adentro e também como registro para verificação de cumprimento das exigências do Conselho Ultramarino e das lideranças religiosas (POMPA, 2002; OLIVEIRA, 2015).

Maia (2018) nos apresenta elementos desse cotidiano territorial de produção das bases da formação do Estado e da igreja no Brasil, aludindo que todas as atividades laborais eram antecedidas por rituais católicos que roteirizavam os atos cotidianos e de maneira repetitiva e compulsória, impondo a língua e um regime de subjetividade que foi se construindo a partir dessa relação desigual.

O batismo tanto era útil como elemento de individualização do ser, pois atribuía um nome-composto retirado da toponímia aceitável e conferia uma identificação genealógica ao sujeito tomando por referência símbolos católicos, e outrossim situava esse ser nominado como

---

<sup>33</sup> A esse respeito, Cabral (2015) analisa a relação entre escrita alfabética e a colonização portuguesa da zona da mata Atlântica.

pertencente de um agrupamento de origem, forjando o aldeamento como local de pertencimento. Suplantar os hábitos de nomação dos seres humanos é um importante instrumento de governo das pessoas, tendo em vista que à medida que se identificam com esse léxico impositivo, vai se constituindo um sistema de nomação dos objetos e das pessoas que facilita a assimilação da nova língua e se impõe um regime de identificação de matriz eurocêntrica como sistema de referência.

Kopenawa e Albert (2019), nos aludem que os ianomâmis nominam as crianças quando crescidas, sendo os nomes atribuídos por vezes pelos tios ou pessoas próximas, deixando transparecer que a relação parental era mais diluída na comunidade<sup>34</sup>. Desse modo, nominar faz parte de uma cultura de promoção da ideia de propriedade e do nucleamento da família em um formato padrão. Pompeu Sobrinho (1934) nos apresenta a realização da natureza como conjunto de referência primaz na nomação das pessoas entre indígenas dos sertões, nomes como Cobra Azul, Lagartixa Espalmada, Milho Verde, Mel, Acaju, Carapecu, Redondo, Antonio Carajbpocu, Diabo Ligeiro, Diabo Grande, Mandiaré.

Outro aspecto relevante para discutir sobre a formação dos aldeamentos é a dimensão reprodutiva da sociedade aldeada. Federici (2017), analisando a acumulação primitiva tomando a mulher como categoria científica, nos instrui que o processo de separação da terra como meio de produção do trabalho produz um novo papel social para as mulheres. Analisando o contexto da produção capitalista primária na Europa, a autora conclui que a privatização das terras, através dos cercamentos, e a revolução dos preços não criaram condições autossustentáveis para um ampla proletarização levando a crises de fome.

A constituição da propriedade privada significou para a autora a produção de um novo patriarcado, uma nova política sobre o corpo, na qual o disciplinamento e as diferenças entre funções sociais do trabalho entre homens e mulheres foram agudizadas pelo processo de assalariamento do trabalho masculino e a imposição de um trabalho reprodutivo para as mulheres como produtor de possibilidades de ampliação da reprodução da força de trabalho.

Para a autora, as políticas de controle do corpo da mulher no processo de produção da acumulação primitiva criaram as condições para a um disciplinamento do processo reprodutivo que colocou esse corpo diante da produção de mercadorias como uma máquina de gerar valor.

---

<sup>34</sup> Muito nos chama atenção o fato de que em muitas comunidades sertanejas as pessoas tenham seu nome de batismo obsoleto nas interações cotidianas, proclamando-o apenas em atividades formais quando usam o nome do documento de identificação. São conhecidos mesmo por seus apelidos ganhos na infância, geralmente dissílabos de simples pronúncia, usando parte do nome ou referências de animais ou plantas: Panca, Bobo, Peba, Didi, Cacá, Vevé... Não seria essa uma atitude de (re)nomação comunitária das pessoas? Teria influência da cognição originária?

Federici (2017) sugere que a primeira máquina desenvolvida pelo capitalismo foi o corpo humano, não a máquina a vapor ou o relógio, a partir também de políticas de disciplinamento dos processos reprodutivos.

A divisão do trabalho que emergiu daí não apenas sujeitou as mulheres ao trabalho reprodutivo, mas também aumentou sua dependência, permitindo que o Estado e os empregadores usassem o salário masculino como instrumento para comandar o trabalho das mulheres. Dessa forma a separação efetuada entre a produção de mercadoria e a reprodução da força de trabalho também tornou possível o desenvolvimento de um uso especificamente capitalista dos salários e dos mercados como meios de acumulação não remunerados. (FEDERICI, 2017 p. 146).

A autora analisa o momento em que, devido a crises provocadas pelos processos de cercamentos, houve um refreamento do crescimento populacional na Europa concomitante a processos formadores de uma ideologia que enfatizava a centralidade do trabalho na vida econômica. A imposição de novos códigos legais e de punições severas destinados a castigar mulheres consideradas culpadas por crimes reprodutivos passou a ser uma regra geral.

A intensificação da perseguição às mulheres “bruxas”, com a finalidade de regular a procriação, que o Estado adotou nesse período, e quebrar o controle das mulheres sobre a reprodução têm também origem nessa crise. (...) A ideia de que a quantidade de cidadãos determina a riqueza de uma nação havia se tornado algo parecido a um axioma social. (...). (FEDERICI, 2017 p. 168-170).

Então para Federici a separação entre terra e trabalho, mediadora fundamental da acumulação primitiva, coloca o corpo humano na centralidade da produção de políticas de formação do Estado moderno. O corpo como propriedade e peça em funcionamento de uma nova lógica produtiva, reproduzido a partir de uma concepção herdada da Filosofia mecânica; corpo como principal personagem da Filosofia Política, minando a ideia de corpo humano como receptáculo de magias, na medida em que a noção mística sobre o corpo se apoiava em uma concepção qualitativa do espaço e do tempo que impedia a normatização do processo de trabalho. Todo o conjunto de leis que asseguravam a criação e fortalecimento da propriedade privada incidiam na punição do corpo como exercício máximo de castigo. Castigar o corpo passou a ser uma forma de realização da acumulação primitiva.

Nesse sentido, a autora nos demonstra a transição para o capitalismo, a partir dos cercamentos, como um momento de grandes revoltas, muitas guerras e muita violência exercida como forma de produção de uma ordem social mediada pela instituição da propriedade privada como instância inquestionável.

A argumentação da autora aprofunda-se sobre como a produção de uma sociedade de assalariados promoveu uma distinção fundamental entre o trabalho para produção de mercadorias e o trabalho reprodutivo, tanto no sentido de a que “reprodução dos trabalhadores [ter passado] do campo aberto para o lar, da comunidade para a família, do espaço público para a terra comunal (a igreja), para o privado” (FEDERICI, 2017 p. 163), como no fato de ter levado ao “confinamento das mulheres no trabalho reprodutivo no momento em que esse trabalho estava sendo desvalorizado” (p. 225).

Nesse sentido, as formas de exercício da violência nesse momento de estruturais constrangimentos da acumulação primitiva na Europa, como analisado pela referida autora, incendiadas por graves crises alimentares e reprodutivas, levaram a um processo de realização de extrema violência contra as mulheres como forma de exercer e produzir uma sociedade mediada pela exploração da força de trabalho e pela propriedade privada. A generalizada caça às bruxas é para a autora uma expressão fundamental do processo de cercamento, da mudança da função social do trabalho feminino, da imposição de uma nova política de controle do corpo como forma renovada de política de Estado, em suma, a produção de um novo patriarcado.

É importante pensar o papel das mulheres no processo de aldeamento realizado por religiosos católicos, pelos bandeirantes e por proprietários de terras. Tão logo constituída uma paz pela colonização nos sertões passou-se a instituir propriedade e expandir a produção de riqueza a partir da pecuária e da agricultura comercial. É central pensar esse tema, mesmo não dispondo de muitos elementos sobre essas relações narradas nas fontes e bibliografias que consultamos, porque foi a expansão dessa formação social baseada no controle do corpo mediado pela violência que atingiu a América e forjou, a partir da guerra, a produção do Novo Mundo como uma fronteira de expansão da sociedade capitalista e desse novo patriarcado.

Nesse sentido podemos dizer que o processo de reprodução nos aldeamentos é parte constitutiva do processo de redução, pensando a redução como uma das ações centrais provocadas pelas Guerras e aldeamentos. É desse modo que a acumulação primitiva nas dominâncias do que veio a se constituir como sertões ganha contorno de radicalidade de uma ação violenta exercida sobre as mulheres a partir de uma lógica da imposição de uma ideia segundo a qual há uma raça superior. Ademais, há que se admitir que o processo de disciplinamento do trabalho reprodutivo das mulheres influenciou decisivamente na produção dessa nova sociedade.

O que supomos que houve no processo de aldeamento não se restringe a uma redefinição da função social do trabalho feminino, mas a uma redefinição do que é ser mulher, da ideia de gênero, reprodução social e sexo. Promover a reprodução nos aldeamentos significava fazer

nascer pessoas que seriam educadas a partir de um outra razão de reprodução social; um processo mediado por um tempo cristão e uma lógica produtiva centrada na acumulação. A reprodução é central na produção de aldeamentos na medida em que ela ganha contornos da reprodução de riqueza, uma vez que a força de trabalho era controlada e cativa.

É evidente que essa dimensão reprodutiva aprofunda-se ainda mais no contexto da escravização de pessoas negras – como veremos no capítulo 03 – onde havia distinção de preços de mulheres em idade reprodutiva e o trabalho reprodutivo das mulheres estava implicado diretamente na ampliação do patrimônio do proprietário daquelas pessoas. É nesses termos que podemos dizer que a colonização promoveu uma radicalidade da produção de novos significados para as práticas reprodutivas que estavam coadunadas com o processo de caça às Bruxas na Europa, mas que se constituiu, também, como um laboratório social para renovação organizacional dessas práticas que passaram a ser utilizadas na gestão de multidões na produção e criação de um proletariado urbano.

Silva (2018), nos instrui que as fontes inquisitoriais são importantes pontos de observação que dispomos sobre a vida das mulheres escravizadas ou em aldeamentos. A autora, analisando documentos do Tribunal do Santo Ofício - órgão da Igreja Católica que, a partir das bulas papais combatia a heresia – descobriu relatos de confissões realizadas a padres católicos que foram encaminhadas ao Tribunal. Esses relatos falavam de mulheres que chegaram a ser identificadas como hereges, mas não foram levadas à julgamento. A autora atribui isso ao fato de não ter havido a institucionalização da caça às Bruxas em Portugal, como houve em outros países da Europa, fato que não quer dizer que as formas de violência e controle dos processos reprodutivos não tenham ocorrido nas colônias portuguesas.

A pesquisa da autora analisa documentos referentes ao Piauí colonial e a forma como foi narrado pelo padre a partir do processo de confissão associado às práticas religiosas de mulheres escravizadas e indígenas do culto e de relações com o Diabo.

Na análise do Ensaio Estatístico produzido por Thomaz Pompeu Sobrinho em 1864<sup>35</sup> encontramos na seção que registra pessoas detidas por crimes realizados no Termo de Icó um encarceramento motivado por crime de aborto. Não encontramos em outras vilas recorrência do crime, cabe ressaltar que analisamos as vilas e termos na abrangência da Bacia do Rio Jaguaribe registradas no documento. Fica evidente que a institucionalização de um Estado Territorial no século XIX reproduz as formas de violência impostas às mulheres no processo de

---

<sup>35</sup> Documento que será mais detalhadamente discutido nos capítulos 04 e 05.

controle do trabalho de modo a perpetuar o controle do corpo como uma forma de exercício de extração de renda concentrada.

A confissão, nesse sentido, pode ser entendida como um importante instrumento de poder que endossa a hierarquia clériga no contexto dos aldeamentos. Ao passo em que se reproduz a partir de um padrão linguístico de comunicação, é considerada como um produto desse novo tempo, forjada pelos religiosos na América Portuguesa (MAIA, 2015; POMPA, 2001), onde o acervo religioso antropológico da produção de subjetividade católica encontrou no diálogo confessional um instrumento de captura de informações, manipulação do inconsciente e acerto de contas, um julgamento. Fato que demonstra que a elaboração desse padrão de poder integrado entre esses rios era tecida de ações variadas, interligadas e distribuídas em distintas escalas.

Esse padrão territorial foi promovendo um processo de conversão da paisagem sertaneja em uma representação da sociedade colonial cristã. Aos poucos as doutrinas ditadas, redefinidas ou adaptadas ao contexto político e étnico foram ganhando forma nas capelas e igrejas que compunham uma rede de templos que forjavam uma rotina de realização do tempo em ciclos progressivos, e, ao mesmo tempo, uma narrativa de totalidade sobre a origem e identificação do mundo, entregando para o sujeito que elaborou essa paisagem com seu trabalho uma síntese da sociedade e um estatuto sobre o seu lugar social nesse conjunto de relações desiguais.

Na condição de subalternidade as existências originárias foram sendo traduzidas em hábitos, saberes locais e práticas religiosas que permeiam os instrumentos políticos de resistência e influem no desenho territorial das distintas formas de vivências e apropriações da natureza. Com contradições latentes esse padrão de poder baseado na exploração compulsória do trabalho, enfrentou conflitos intensos na transição do século XVII para o XVIII. Alguns aldeamentos se envolveram em ações políticas independentistas e republicanas, outros assassinaram a liderança católica religiosa como forma de reação a esse contexto territorial<sup>36</sup>, demonstrando que a realização do aldeamento não impunha uma realidade sem conflitos.

Nesse período também se intensificaram os trânsitos pelos sertões utilizando-se, sobretudo, dos caminhos antigos, que, advindos da Bahia, atingiam essa rede constituída pelos primeiros aldeamentos consolidados na ribeira do Rio Jaguaribe e o conjunto de fronteiras encetadas pela Chapada do Araripe. O avanço dos extermínios e da constituição de aldeamentos dos paiaçús e tarairiús entre o rio Apodi e o Jaguaribe, consolidou uma rede nessa triangulação territorial envolvendo a tríplice fronteira entre o médio curso do Jaguaribe, sertão do Piancó e

---

<sup>36</sup> A esse respeito ver Costa (2018).

o Apodi. O avanço das tropas em busca de indígenas fugidos e a necessidade de promover paz para expandir a titulação de sesmarias iria consolidar em meados dos setecentos a Chapada do Araripe como a nova fronteira de encontro entre as entradas advindas da Bahia e Pernambuco.

### **3.2 As sesmarias e a conversão dos rios em dispositivos de governo dos territórios**

Muito embora ainda em 1682, Paulo Coelho de Souza, tivesse logrado a consecução de uma sesmaria entre o Rio Açú e o Salgado, a presença de indígenas Icós e Kariris, e acordos de guerra firmados entre esses, faziam desse território um local de “horrorosas travessias” (OLIVEIRA, 2017), tanto pela geografia íngreme da chapada do Araripe, como pela produção de emboscadas por esses indígenas nas encostas do referido altiplano. Essa região além de repercutir uma culminância de caminhos e nascedouro de importantes rios, apresenta um conjunto de particularidades que fizeram de seus vales a culminância de um conjunto de transformações territoriais pela instituição de sesmarias e atividades econômicas ao longo de todo o século XVIII.

A marcante elevação tabular de relevo que contém uma floresta úmida em seu topo e uma ampla área sedimentar de recarga hídrica, despeja fontes de água de maneira mais intensa em sua porção norte onde salteiam rios menores que conformam a bacia do Rio Salgado, em sua vertente leste; do rio Cariús em sua vertente central e o Oeste, ambos rios tributários do Jaguaribe; bem como veios de formação do próprio Jaguaribe, no sentido oeste. Com uma rede de corpos hídricos superficiais, alguns dos quais perenes, lagoas e água subterrânea de fácil acesso brotando em brejos nas planícies e nos leitos dos rios, conforma-se uma região com outra umidade e um horizonte paisagístico marcado pela presença de água<sup>37</sup>, mesmo em períodos de secas, quando costuma reduzir-se os fluxos.

Em suas porções sul e oeste, a ocorrência de fontes de água é reduzida, dado o fato da disposição da formação Santana, que armazena água em sua superfície calcária, apresentar uma inclinação no sentido norte, que, aliado ao fato de ser essa porção barlavento dada a circulação de massas de ar, conformando um vale com maiores índices pluviométricos (se comparados ao sertão circundante) e apresentando maior aporte hídrico. Os veios de água nas porções sul e

---

<sup>37</sup> Atualmente com intenso processo de urbanização, canalização de leitos de rios, incêndios e desmatamento da vegetação tanto no vale como na encosta da Chapada as águas subterrâneas estão cada vez mais em cotas mais profundas e o volume de água superficial tem diminuído.

extremo oeste são tributários da bacia do Brígida, que é afluente do São Francisco e do Parnaíba na porção do extremo oeste do altiplano, respectivamente.

Os caminhos consolidados com o sucesso das entradas advindas do São Francisco, bem como a consolidação da referida rede triangular de poder<sup>38</sup> que atingia o médio Jaguaribe, fez da Chapada do Araripe o reduto final da conquista do sertão na vertente setentrional nordeste da América Portuguesa. Como as concomitantes entradas para o Piauí já avançavam na constituição de enormes currais para criação de gado, a Chapada do Araripe era a fronteira que precisava ser criada e o veio de consecução foi ascender pelo Jaguaribe de seus baixos e médio cursos em direção de cotas de altitude mais elevadas até atingir os nascedouros desse rio.

Os documentos de concessão<sup>39</sup> de sesmarias que registram as datas de terras fornecidas entre os anos de 1862 e 1710 e de 1714 a 1752, são um demonstrativo do que Oliveira (2017) denomina de vertentes de penetração da empresa colonial para atingir os Cariris Novos. O avanço da instituição de títulos de terras, associado à constituição de aldeamentos e de ações de extermínio, promovem a produção de uma geografia do poder que suplanta a dinâmica territorial desses espaço como um local de fuga e repactuação das existências originárias e conforma nesses vales a colonialidade como um perene estado de exceção para outras formas de existências que construíram esse lugar como uma centralidade política do sistema pluriétnico e pluriterritorial que nos referimos anteriormente.

O controle dos leitos principais do Jaguaribe e, inicialmente de seus principais afluentes, foi fundamental para produzir essa rede de cursos d'água como condutora de uma razão territorial colonial no sentido oposto aos percorridos pelas águas. De modo que, como demonstram os dados de sesmarias, embora outros caminhos de acesso ao vale estivessem consolidados com o avanço das entradas advindas do São Francisco, o Jaguaribe foi o caminho principal de constituição dessas profundas transformações territoriais, repercutindo em uma dinâmica de produção territorial que é produzida pela Guerra dos Bárbaros, na medida em que esse conjunto de confrontos reproduziu um radial de caminhos de entradas seguindo os cursos dos rios.

Algo similar aconteceu nas guerras do Aporá e nos conflitos no São Francisco abrindo caminho para a entrada da pecuária para o Piauí até atingir o Parnaíba. É o que percebemos

---

<sup>38</sup> Como nos referimos anteriormente essa rede triangular envolvia vilas e sesmarias concedidas entre os rio Jaguaribe, São Francisco e Piancó-Piranha-Açu. Tendo como centralidade a Chapada do Araripe, tal rede logrou expandir a produção de fronteiras e converter esse altiplano na convergência de entradas advindas da Bahia e Pernambuco.

<sup>39</sup> Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. In: Oliveira, Antônio J. Os Kariris-resistência à ocupação dos sertões dos Cariris novos no século XVIII. Anexos I e II.

analisando estudos de Puntoni (2002), Santos (2017) e de Prado Jr. (2010). Fato que reforça a premissa que analisamos no tópico anterior, qual seja: as bacias hidrográficas foram convertidas no primeiro instrumento biopolítico de governo na produção dos sertões como uma dominância da colonização lusitana, de modo que as Guerras pelos controles territoriais dos rios produziam uma intensidade maior dos fluxos de entrada ditando os rumos da territorialização da colonização.

As 48 sesmarias concedidas entre 1703 e 1710 caminham prioritariamente pelo leito do Jaguaribe e seus afluentes, acessando os caminhos originários de integração com o Opará, abertos na vertente leste da Chapada do Araripe e lançando as bases de formação das três direções principais de entrada para a formação dessa nova geografia do poder nos vales dos Cariris Novos, a saber: o leito do Jaguaribe e seus afluentes Salgado e Cariús, não por acaso sendo esses entroncamentos locais de encontros das águas. O primeiro marcado pela junção das águas advindas do Salgado com o Jaguaribe, o segundo o encontro do dos Bastiões com o Cariús e o terceiro marcado pelo encontro entre o Riacho dos Porcos e o Salgado, deixando transparecer que a lógica primaz de apropriação territorial envolve em seu cerne o controle das águas e a utilização de seus regimes de circulação como instrumentos de governo do território.

Essa dinâmica territorial forja o médio curso do Jaguaribe como uma centralidade da empresa colonial em trânsito advinda da capitania de Pernambuco, como a ponta de lança, o local de onde partem as tropas para reproduzir o padrão de produção territorial de redução encetado com o conjunto de conflitos conhecido por Guerra dos Bárbaros. Muito embora as decisões finais partam de Recife, o conjunto de instalações coloniais que pouco tempo depois viriam a constituir a Vila de Icó, conformam um importante entroncamento político. Resguardando as proporções de tamanho da bacia e alcance geopolítico de suas margens, podemos dizer que o Jaguaribe<sup>40</sup> esteve para a expansão colonial para os sertões de fora, como o São Francisco esteve para os sertões de dentro, de modo que essas duas entradas que produziram os Cariris Novos como uma nova fronteira de expansão, se utilizaram desses rios para tanto.

Do total de sesmarias conferidas no período referido, 14 promoviam expansões de domínio nas áreas em que na década anterior tinham ocorrido os mais sangrentos massacres da guerra dos bárbaros, o médio curso do rio, das quais sete no riacho do Figueiredo, indicando expansão mirando as bordas da Chapada do Apodi, consolidando a fronteira com o Rio Grande

---

<sup>40</sup> Aqui podemos mencionar não somente o Jaguaribe, mas o conjunto de rios disputados nas Guerras dos Bárbaros na produção da Chapada do Apodi como uma fronteira, tendo como destaque o próprio rio mencionado e o Piancó-Piranhas-Açu.

do Norte; quatro estavam nas ribeiras do Jaguaribe em Icó, duas no Riacho do Sangue, local do massacre dos paiacus e uma no riacho dos defuntos. Das demais, treze foram tituladas no Rio Salgado, principal tributário do Jaguaribe; com essas datas a extensão do regime de poder colonial se estende para além do médio curso atingindo as proximidades com a chapada do Araripe. Outras 19 estavam situadas no Riacho do Porcos, tributário do Salgado, um curso de rio estratégico que, por receber água de rios menores que nascem no extremo leste da Chapada do Araripe, conduz a um dos principais caminhos de entrada, advindo de Pernambuco. Se instituir propriedade é abrir caminho, esse veio aberto proveniente do médio curso fazia uma conexão entre o Jaguaribe e o São Francisco.

Nesse processo de constituição de uma rede urbana colonial incipiente que acompanha o Jaguaribe, podemos verificar a Guerra dos Bárbaros como momento primaz da formação territorial do Ceará, uma vez que, a despeito de Aquiraz e Aracati contarem com saída para o mar, e o vale do Cariri contar com um regime de circulação de água mais volumoso que o médio curso, foi na Vila de Icó onde se concentraram as primeiras ordens mais decisivas para o processo de expansão territorial, juntamente nas imediações de onde aconteceram os principais embates da Guerra dos Bárbaros.

Dessas sesmarias referidas, 16 tinham origem em Pernambuco, três na região do São Francisco, duas da Bahia, uma do Rio Grande do Norte, onze do Ceará e em oito não constam informações de origem. Nesses dados percebemos a predominância dos novos donatários advindos de Pernambuco, indicando essa região como uma nova fronteira de expansão do regime colonial de propriedade; dos 88 nomes citados, 23 tinham alguma patente militar e estiveram envolvidos nos confrontos nos anos anteriores; três eram religiosos ou foram concedidas para ordens religiosas.

O intenso contexto de conflitos que conformou transformações territoriais no médio curso do Jaguaribe na segunda metade do século XVII fora empurrado para mais adiante atingindo o sul do curso do rio entre o vale dos Cariris Novos e a fronteira com a Paraíba. Entre os anos de 1710 e 1717 sertanistas enfrentaram o Icó e Cariris que realizavam ações de retomada e expulsões de proprietários. Como nos alude Oliveira (2017), esses conflitos redundaram em um outro massacre no Vale do Cariri, e culminaram na expansão da rede territorial colonial com a realização de três cavalarias de expulsão, em 1708, 1713 e 1727 (que percorreram o vale da chapada), e cinco novos aldeamentos entregues aos Capuchinos na década de 1730, quais sejam: Missão velha, Missão Nova, Salamanca, Milagres e Cachorra Morta. Ademais uma missão na encosta da chapada que aldeou parte considerável dos indígenas sobreviventes, em 1739, tocada pelo frei Carlos Maria de Ferreira juntamente as missões de

Pernambuco, que redundou na fundação da Vila Real do Crato. Estruturas políticas que constituem a base da rede que segue o curso do Jaguaribe.

A geografia da concessão de sesmarias nas décadas seguintes, entre 1714 e 1752, fazem parte desse conjunto de transformações territoriais no início do século XVII e desembocam na construção de uma rede integrada e auto reprodutiva que institui formas mais efetivas de usos econômicos dessa região. São os fundamentos de um projeto de poder que nos séculos seguintes logrou fazer com que o rio realizasse uma coreografia em que seus tempos de realização alimentam circuitos produtivos com precisão de localidade e com percurso controlado e vigiado.

**Tabela 01:** Sesmarias concedidas no Ceará entre 1714 e 1752

Rio de referência	Quantidade	Origem	Quantidade
<b>Salgado</b>	29	Ceará	43
<b>Porcos</b>	14	Pernambuco	06
<b>Cariús</b>	16	Bahia	01
<b>Bastiões</b>	06	Não declarada	22
<b>Figueiredo</b>	2		
<b>Sertão de Icó/Ribeira do Jaguaribe</b>	11		

Tabela 1: Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias. Em: Oliveira, Antônio J. Os Kariris-resistência à ocupação dos sertões dos Cariris novos no século XVIII. Anexos I e II.

Observando os dados da tabela 01, percebemos a intensificação da utilização dos percursos abertos pelo sistema hídrico integrado do vale da Chapada do Araripe como caminhos de consolidação de geografia do poder a partir da propriedade da terra que elaboram ao longo da primeira metade do século XVIII as bases de uma nova cartografia fundiária, indicando deslocamentos e formas de usos desse espaço, logrando controle do altiplano. Contexto que consolida esses três eixos referidos de territorialização do poder colonial interligados pelo Jaguaribe, bem como assenta as sub-bacias dos rios Salgado e Cariús como os caminhos efetivos de entradas para acesso às fontes.

Um dado interessante é que, diferente do período anterior na transição do século, a maioria das solicitações tiveram origem de proprietários advindos Ceará, fato que denota a constituição de uma nova frente de expansão territorial partindo do médio Jaguaribe com caráter auto reprodutivo que conforma uma nova elite senhorial fundiária. O documento demonstra que já em 1716, proprietários que possuíam sesmarias no médio curso do rio solicitaram terras das

nascentes do Salgado, bem como em 1752, proprietários que detinham terras no Riacho dos Sangue, solicitaram olhos d'água do Riacho dos Porcos.

Percebemos com essa geografia das sesmarias que o controle do regime de realização do ciclo da água é um dos instrumentos manejados para a instituição de propriedades privadas, tanto no sentido de serem esses elementos marcações de limites, como também de os corpos hídricos serem alvos de constituição de propriedade. Em um trecho do documento a titulação concedida em 1724 a três beneficiários, todos com patente militar, a dominância da terra estendia-se por toda área “lavrada”, ou seja, toda área onde a terra estivesse molhada, indicando o limite da propriedade até onde a terra fosse úmida.

Os olhos d'água começam a ser titulados como propriedade já em 1714. Entre esse ano e 1717, cinco nascentes foram tituladas sendo seus donatários predominantemente militares envolvidos nas guerras nos anos anteriores, fato que, associado à terra de lavrada (regadas) titulada em 1724, nos induz a pensar que a renda diferencial da natureza, encetada nas terras em virtude da proximidade da chapada, foi utilizada como um instrumento de segmentação social onde a patente militar exerceu influência na geografia da divisão territorial do vale dos Cariris Novos nesse regime de propriedade. A colonialidade do poder transcende de uma patente de reconhecimento para uma condição material de reprodução de riqueza ampliada pela quantidade de água contida no terreno. Nesse sentido, a guerra como condição espacial passa da destruição de um regime de poder que vigorou nesse lugar para uma produção espacial respeitando o potencial de envolvimento dos sujeitos sociais nas estruturas de destruição.

A partir de 1717 o padrão de ocupação acontece em conformidade com um predomínio da titulação de riachos, denotando uma escalada em direção à encosta da Chapada, reforçando a centralidade dos rios no processo primário de produção de um regime concentrado de terra e formação de uma sociedade senhorial. A análise dos dados de titulações de sesmarias demonstra uma priorização de titulações nos leitos dos rios Salgado e Cariús, bem como de seus afluentes Salgado e Bastiões, respectivamente; e nos sertões de Jucá, seguindo o caminho do Jaguaribe até seu nascedouro, consolidando o regime de propriedade na vertente leste e oeste da chapada.

Das 88 titulações de sesmarias na primeira metade do século XVIII, encontramos a presença de 74 beneficiários nas dominâncias do Rio Salgado, 27 nos sertões de Icó e ribeira do Jaguaribe e 23 nos leitos e riachos do rio Cariús, demonstrando elevado interesse econômico pelas terras do vale dos Cariris Novos em detrimento do Médio Jaguaribe<sup>41</sup>. Se a guerra dos

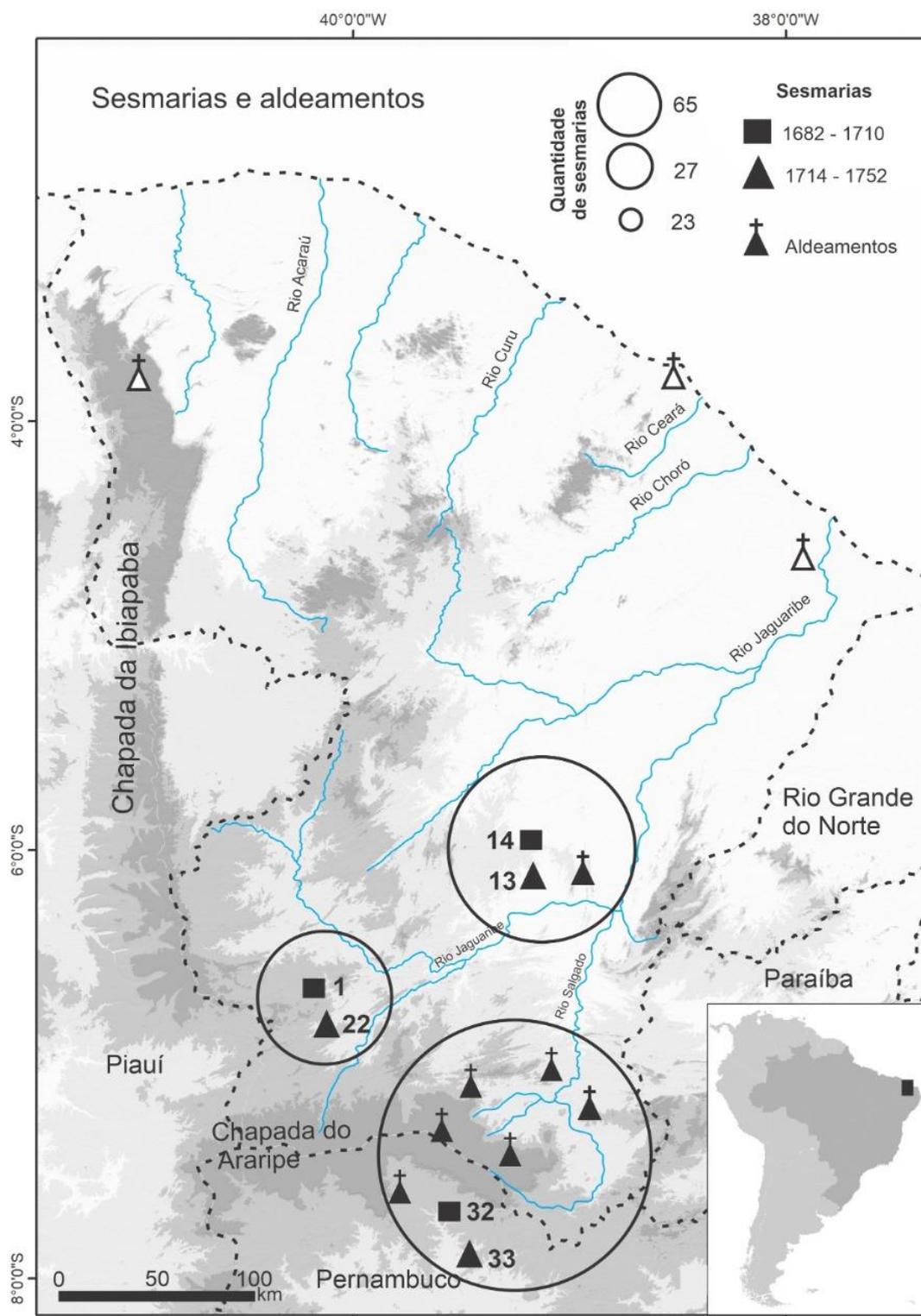
---

<sup>41</sup> Nesse contexto já podemos dizer que há um exercício de influência tanto da pecuária como da agricultura de exploração no processo de consolidação de uma expansão territorial das concessões de sesmarias, ainda muito mediado pela guerra como elemento de distinção social, mas já tocada por outros instrumentos de produção de

bárbaros assegurou a paz colonial para instituição de sesmarias e instalações no médio e baixo curso do Jaguaribe no final dos seiscentos, em 1717 encostas da chapada na vertente leste, afluentes do Salgado, estavam tituladas; em 1725 olhos d'água do Bastiões e demais riachos afluentes do Cariús e das nascentes do Jaguaribe avançando em sentido oeste; em 1723 e 1731 são instituídas sesmarias no tabuleiro superior da chapada; nesse local percebemos reduzida procura, dado o fato de não possuir corpos hídricos superficiais integrados, se constituindo como área de recarga. Em 1722 e 1725 são tituladas sesmarias do outro lado da chapada, onde percorrem riachos que fazem parte do sistema hídrico do médio São Francisco, completando o ciclo de controle territorial e se integrando com os caminhos que levam à Bahia.

---

valor que não a guerra propriamente dita, fato que não exime a realidade de conflitos e massacres, mas não mais uma guerra generalizada.

**Mapa 04:** Sesmarias no Jaguaribe (1682 – 1752)

Mapa 4: Organizado pelo autor em observância a bibliografia consultada.

O mapa 4 demonstra esse movimento ascendente da consecução de sesmarias que indica a consolidação do médio curso do Rio Jaguaribe como primeiro ponto de concentração de

comando militar, e a Chapada do Araripe em sua vertente leste sendo alvo de instituição de sesmarias a partir, sobretudo, da segunda metade da década de 1720<sup>42</sup>.

O documento que sistematiza as sesmarias utiliza como referências de localização elementos do léxico originário nos deixando fragmentos da toponímia indígena dos usos e formas de produção e governo territorial do vale da Chapada do Araripe. Talvez por ausência de uma nomenclatura em português esse registro do manancial hídrico em outra língua denota que essas ações foram as primeiras investidas de zoneamento territorial lusitano dos locais que em seguida seriam nominados respeitando as relações desiguais de poder imputadas com o regime de propriedade fundiária.

São relatados no documento 16 olhos d'água, um dos quais, na Serra do Araripe em uma localidade chamada pelos "gentis" de Boriti, de nome quimcabelê. Dez lagoas<sup>43</sup>, algumas das quais inscritas com nomes originários, carithe, lagoa do corô e ampoty, localizadas no sistema hídrico do Salgado; Quinchiê, Conceição, Lagos do Cariri e Lagoa grande na bacia do Cariús e Avaram e Quimquilares, no percurso do riacho dos Bastiões.

Esses nomes, utilizados na falta de outros, nos levam a pensar que esse sistema hídrico integrado, que envolvia nascentes, brejos, riachos, rios e lagoas nas planícies, compunha uma cartografia sob a qual se elucubravam regimes cognitivos de interpretação, usos e representações do espaço, que repercutiam em uma dinâmica territorial de existências, conformando uma geopolítica sobre a qual conhecemos muito pouco. Não se nominam à toa espaços de vivências. Dar nome é uma maneira de estabelecer relações de usos, representações e apropriações, vide o fato de alguns rios da dominância dos Tarairiús, como demonstrado no tópico anterior, eram nominados por esses de uma forma e pelos tupis de outra, denotando disputas de narrativas de origens e apropriações desses mananciais, ou seja, disputas de geografias.

O fato de corpos hídricos serem nominados e fazerem parte de um sistema hídrico interligado pela circulação das águas, nos leva a crer que a expansão territorial lusitana pelos Cariris Novos não foi somente uma ação de produção territorial, mas também um conjunto de radicais transformações territoriais dirigidas por um processo de genocídio que se utilizou dos cursos d'água como instrumentos de governo. Não à toa conhecemos muito pouco dessas

---

<sup>42</sup> Após consolidadas as cavalarias de expulsão e a consolidação do conjunto de aldeamentos no vale e no platô da Chapada do Araripe.

<sup>43</sup> As lagoas fazem parte originalmente do sistema hídrico da Bacia Sedimentar do Araripe (BSA) como locais de acúmulo intermitente de água e locais de recarga dos aquíferos médio e interior da BSA. Ainda hoje bairros que foram construídos nos leitos secos dessas lagoas alagam em períodos de chuvas.

“outras” formas de sociabilidade, dinâmica territorial e as geografias desse sistema pluriétnico entre esses rios.

A dominância dos rios como elementos de delimitação territorial e como pontos prioritários de instituição de propriedade, conforma uma sociedade onde a divisão social estará fortemente marcada pelo controle das águas. Não por acaso, as secas serão o principal produto social desse regime desigual de usos e apropriações das águas como instrumentos territoriais.

Dada as condições climáticas que caracterizam a depressão sertaneja, principal área de dominância do território forjado pelas relações desiguais de poder que conformam hoje o Ceará, marcadamente caracterizada por uma irregularidade da ocorrência de chuvas no tempo e no espaço, se comparado a outras regiões do continente, a concentração fundiária está fortemente marcada pela concentração hídrica. A geografia econômica, que produziu uma rede urbana nas cabeceiras desses rios, impôs uma lógica territorial em que a capacidade de produção de capital e capacidade de extração de renda da terra e exploração do trabalho estava medida a partir da capacidade de produzir escassez.

Nesse sentido, o regime de precipitações e a capacidade reduzida de armazenamento superficial de água, dados os elevados índices insolação, são manejados como um instrumento de produção econômica, conformando circuitos agropastoris, fazendo da seca um inevitável produto dessas relações desiguais de poder.

A colonialidade, chegando às bases de formação do Jaguaribe utiliza-se de suas estruturas primazes de reprodução para constituir um sistema de governo dos territórios onde o controle da água é um instrumento biotécnico por excelência de exercício do poder. O que interliga o regime colonial de propriedades e realiza a totalidade das relações sociais como um projeto novo de sociedade é o ciclo social da água, desse modo faz sentido ser muito comum enxergar nos mapas as fronteiras administrativas de propriedades desenhadas pelos cursos de rios e riachos.

Os rios são mais que caminhos de entrada, são convertidos em instrumentos de governo do território e definidores dos sentidos da colonialidade e essas premissas comporão as bases políticas para conformação do Estado Nacional. As políticas hídricas implementadas já no Império denotam o caráter predatório de ações de usos que esgotam as potencialidades hídricas e necessitam de regulações de pactos ainda em meados do século XVIII.

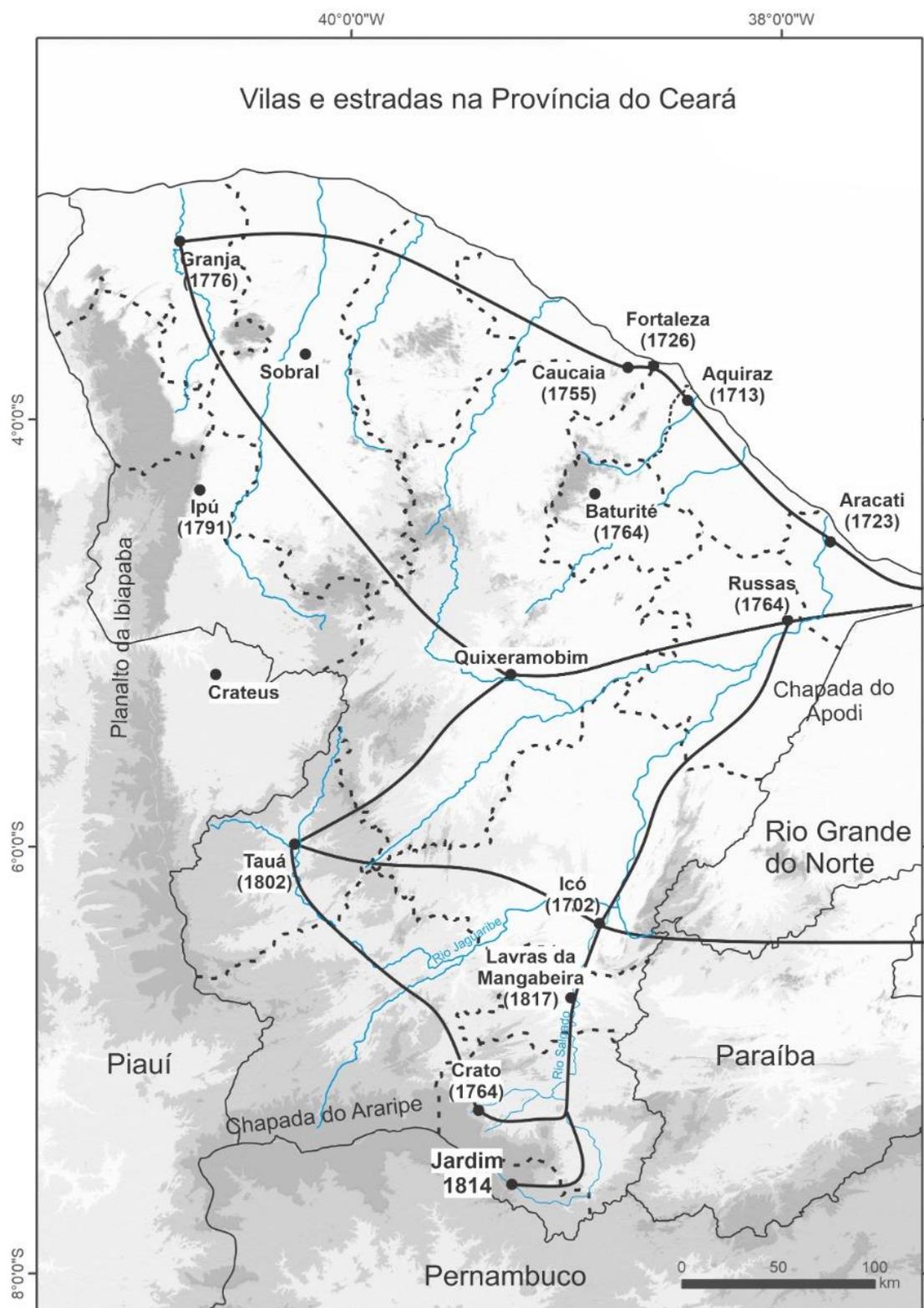
A instituição de propriedades da terra e o controle de circulação da água são os instrumentos por excelência de promoção de regimes de exceção. As tecnologias de armazenamento e transporte do bem convertido em recurso hídrico, aperfeiçoam o controle de sua circulação e conseguem com essa tecnologia de governo subjugar um contingente enorme

de pessoas a regimes compulsórios de trabalhos. As elites agrárias e urbanas nessas primeiras vilas, são também elites fundiárias e elites hídricas.

Se os regimes de circulação das águas em todos os seus estágios de realização, foram os marcadores de definição de propriedade e instrumentos de promoção de uma segmentação social desigual nos leitos do Jaguaribe, faz sentido sugerir a consecução dessa dinâmica de poder como um hidroterritório, ou seja, o instrumento de governo das pessoas está fortemente permeado pela ecologia política de apropriação das águas e a conversão da bacia do Jaguaribe como um campo de constituição da colonialidade

Esse movimento vai convertendo aos poucos a chapada das “travessias horrorosas” em um novo espaço de integração do poder colonial, um dos dinamizadores de uma rede urbana que perfaz os leitos do rio integrado pela estrada geral do Jaguaribe, ligando o sul do Ceará até Aracati, no litoral, conformando esse como o eixo principal de reprodução da sociedade colonial e capitalista e o Jaguaribe como o motor que move todas essas transformações.

**Mapa 05: Vilas e estradas na Província do Ceará**



Mapa 5: Estradas e Vilas no Ceará Colonial, fontes: Jucá Neto (2007), Puntoni (2002), Pompa (2003); Maia (2005).

A colonialidade ascende a um patamar de reprodução escalar regional quando atinge o controle territorial entre os rios que conformavam o sistema pluriétnico e pluriterritorial originário. A centralidade desempenhada pelo sertão de rodela, que abrange a região do médio São Francisco, forjada a partir do encontro das entradas, conecta-se com a uma rede de fluxos econômicos de expansão de currais pelo Piauí, que adentra no Ceará quando advindo de Oeiras, por Crateús até atingir Icó pela estrada nova das boiadas; quando pela Chapada do Araripe atravessando o altiplano até atingindo as nascentes do riacho dos porcos e a partir desse se conectar com a estrada geral do Jaguaribe, que, quando em Icó estão abertos os entroncamentos, às margens do rio, onde é possível seguir para Paraíba ou Rio Grande do Norte, no sentido leste, e o Aracati, passando por Russas, no sentido norte. Outro fluxo importante de circulação conectava o Pajeú-Jaguaribe-Piranhas, desde Serra Talhada, passando por Vila Bela (OLIVEIRA, 2017).

Ao adentrar no vale do Cariri e ter acesso a estrada geral do Jaguaribe tanto era possível no sentido leste alcançar as dominâncias do Piranhas, como norte o médio e baixo curso do Jaguaribe. E, como vimos anteriormente, um caminho advindo de Olinda conectava o Pajeú ainda no início do século XVII.

Um dos vales secundários do São Francisco, por onde também os bandeirantes subiam para o norte, é o do riacho Terra-Nova, em cujas cabeceiras está o velho lugar Salgueiro. Por ali passava uma antiga estrada para o Podimirim (trecho meridional do Riacho dos Porcos). Galgava a fronteira cearense, numa garganta com altitude de 480 metros e dirigia-se pelo pequeno vale do riacho Oitis para Macapá, e daí, subindo o riacho dos Porcos, alcançava a serra do Araripe. Todos estes caminhos concorreram para o povoamento e secundário do Cariri, no começo do século XVIII. (POMPEU SOBRINHO *apud* OLIVEIRA, 2017).

O rio Jaguaribe é construído socialmente também como o rio dos currais e essa rede urbana regional como materialização dos fluxos de poder da economia pastoril, “das 2.472 datas solicitadas entre 1679 e 1824, 90,85% tinham como justificativa a necessidade de terra para pecuária” (JUCÁ NETO, 2012 p. 135). O padrão espacial dessa atividade econômica, manejada de maneira esparsa, era composto por vários currais que continham entre duzentos e mil cabeças de gado, podendo chegar a 20.000. Os jesuítas estimaram o total de gado nos sertões em meio milhão de cabeças para o lado da Bahia e 800.000 para o lado de Pernambuco. “Em 1708, somente no Jaguaribe havia duzentos currais” (PUNTONI, 2002 p. 35).

As ordens religiosas eram também grandes proprietárias de currais, fato que denota a utilização de trabalho de indígenas aldeados na realização dessa atividade produtiva. “O

convento do Carmo da Reforma do Recife, possuía quatro fazendas de gado na ribeira do Jaguaribe e uma no Cariri que rendiam 700\$000 réis”. (PUNTONI, 2002 p. 36).

Com o avanço do controle territorial das águas o Jaguaribe, e seus rios formadores, foram se convertendo em um importante eixo de circulação, o principal veio de integração da província. As vilas, enredadas por essas circulações, foram convertidas em povoamentos, então consideradas como cidades. A Vila Real do Crato e a Vila do Jardim, nas proximidades com a chapada do Araripe, no alto curso do rio, foram elevadas a categoria de vilas em 1764 e 1814, respectivamente, aliadas aos povoamentos de Missão Velha e Barbalha, que ainda nesse século serão consideradas vilas, conformando uma rede de cidades e circuitos produtivos nos nascedouros do Jaguaribe.

No médio curso do rio algumas vilas foram fundamentais para instituição dos caminhos coloniais. Lavras da Mangabeira, instituída vila em 1817 e Icó<sup>44</sup>, que já em 1702 havia sido reconhecida como vila e no seu entorno irradiava nesse momento uma área de influência que circundava desde terço de Quixeramobim, que figurava nesse meio do caminho até o Piauí, aos Cariris Novos, conectado a partir da estrada geral do Jaguaribe e o sertão da Paraíba. No baixo curso, Russas recebeu titulação de vila em 1801 e Aracati em 1748.

Essa rede interligada de circulação econômica constitui-se como o veio matriz da formação territorial da província do Ceará. Uma Geografia do poder que suplantou a dinâmica territorial de guerra, caracterizada por permanente redefinição de acordos territoriais. De maneira instável e transitória essa dinâmica territorial assegurou a reprodução de existências originárias, tendo logrado a extinção de povos originários apenas na condição de decreto. Esse eixo de integração conectava-se com o conjunto de vilas formadas a partir dos aldeamentos constituídos no entorno da Vila de Fortaleza<sup>45</sup> (1723), Aquiraz (1713), Messejana (1759) e Soure (Caucaia – 1753), que por sua vez, pela via do litoral, estava interligado com Granja (1776), que, de maneira transversal, passando pela Vila de Sobral (1773) e o termo de Quixeramobim, acessava Icó e a estrada geral do Jaguaribe (ver mapa 06).

O Ceará como projeto de poder centralizado, que articulou ações bélicas e narrativas com vistas à construção de um traçado territorial, foi sendo construído de dentro para fora. Das 18 vilas mencionadas, somente Aquiraz e Fortaleza situavam-se na costa, todas as demais estavam enredadas em circuitos espaciais da pecuária sertão adentro. Isso fica evidente na

---

<sup>44</sup> A vila de Icó desempenhou um papel de centralidade na difusão de entradas nessa radial de caminhos até ascender aos nascedouros dos rios.

<sup>45</sup> O processo de transformação de missões em vilas se intensifica a partir da segunda metade do século XVIII, a exemplo das missões de Parangaba, Caucaia, Paupina, das Serras da Ibiapaba, de Baturité e dos Cariris Novos foram transformadas em vilas no reinado de D José I.

formação de elites regionais que converteram os rios em instrumentos de biopoder e motores de valorização que, ao longo dos séculos, reproduziram essa razão territorial, e ainda hoje pautam seus circuitos de exploração nessa matriz baseada no confinamento territorial da natureza manejada como instrumento do governo das pessoas, atualmente reconfigurada a uma escala mundializada e com ação flexível do capital financeiro, mas ainda com um peso político decisivo dessas elites regionais.

**Mapa 06: Primeiras Vilas Criadas no Ceará (1699 – 1822)**



Mapa 6: Primeiras vilas fundadas no Ceará. Pontes (2007).

Muito embora ainda hoje disputado por distintas razões de usos da natureza, o rio Jaguaribe, manejado como principal instrumento de poder da produção territorial do Ceará, foi

convertido em uma expressão da sociedade colonial moderna. A disposição das primeiras vilas criadas como repercussão dos conflitos das guerras do Bárbaros e dos Aldeamentos católicos expressam a centralidade do rio como um instrumento apropriado para mover a dinâmica territorial da colonização.

O seu tempo de realização e o percurso, desde seu alto curso até o derramamento em forma de leque no atlântico, foram recodificados de modo que a sua ecologia política falasse a língua da conversão dos territórios em áreas de abrangência do Estado. Implicado nas mais decisivas transformações territoriais ensejadas no Ceará, aprisionado e convertido em um sujeito moderno, como as lideranças xamânicas que falavam um idioma religioso de transição, o rio foi um sujeito também batizado, convertido, confinado, reduzido a propagador da lógica territorial moderna.

Esses aspectos veremos em pormenores nos capítulos seguintes da tese. O que nos interessa nesse momento, antes de encerrar esse capítulo e seguir para um debate ainda às margens do Jaguaribe, é pensar que todo o instrumental contemporâneo de controle político do rio para conversão de suas forças em instrumentos territoriais de gestão de pessoas, e a conversão de sua rede de rios menores em um campo de valorização e controle da vida social, têm uma história que conformam uma arqueologia dos objetos geográficos de controle e comportamento dos rios.

Esse sistema integrado de controle do rio é uma mimese dos objetos de poder realizados para a punição e governo dos corpos inconformados modernos. Ao mesmo tempo que induz uma coreografia ou performance controlada ao curso d'água, produzindo uma ideologia geográfica do poder máximo do Estado, oferece a possibilidade de manejar essa arquitetura de controle para minar ou abundar formas de vida.

Desse modo podemos considerar, como nos aludem Alliez e Lazzarato (2021), que a produção do novo mundo como uma fronteira de realização da acumulação primitiva é um autêntico acontecimento epistemológico “que compensa a descentralização cósmica realizada pela física de Galileu com uma recentralização terrestre, imperial da Europa” (p. 60). De modo que ao produzir as bases da divisão internacional do trabalho com hierarquias que são de classe de gênero, raça e civilização, o faz reproduzindo o dispositivo majoritário/minoritário no âmbito da colonização interna e externa.

Essa matriz, razão territorial ou episteme de relação com a natureza que logra a construção de um projeto de sociedade, tem na tecnologia social empregada para conversão e aniquilação de outras formas de ser a sua forma originária de produção enquanto ideia e projeto. Evidentemente a condição processual desse padrão culminou em um contexto contemporâneo

em que a realização do rio está vigiada e monitorada remotamente, lançando mão de instrumentos impossíveis de serem manejados naquele momento, mas o padrão de confinamento e indução de um comportamento e conversão da sua performance em um instrumento de reprodução da modernidade nos faz perceber complementaridades.

É muito significativo que o curso do rio seja o elemento integrador da rede de poder territorial que se constituiu como a matriz da formação territorial do Ceará, que foi redesenhada e redefinida ao longo dos séculos seguintes. Isso nos leva a pensar que o rio é um agente geográfico, para além de ser um condutor de cargas de sedimentos que, depositados em áreas de várzea conformam condições para desenvolvimento de sítios urbanos e atividades produtivas. Esse pensamento, nos sugere o rio como um agente político, mesmo desvencilhado de consciência ou vontade própria; o fato de seus avanços e recuos serem lidos como dotados de um humor ou estado de espírito e sua força devastadora tida, por vezes, como má, nos sugere que sua dinâmica de realização está inscrita no cotidiano das grandes contradições sociais da modernidade como um participante ativo da dinâmica política da produção do espaço geográfico.

O rio tem um lugar na luta de classes na dinâmica de formação territorial, quando o trabalho coletivo do sujeito explorado materializa um instrumento de controle social que tanto a lógica de apropriação do trabalho como a utilização do reservatório estarão inseridos em uma dinâmica de controle social em favor da gestão da natureza como um instrumento de governo das pessoas no processo de reprodução do valor. Em suas margens étnicas, o ser rio parece existir de outra maneira para os/as pescadoras/es que celebram a festa do mangue em Aracati, onde a disputa territorial pelo acesso ao rio ao longo da bacia fez com que o fluxo escasseasse e o mar subisse em direção aos mangues.

Também o rio étnico, transfigurado de sujeito moderno, que despeja toxicidade de maneira patente nas comunidades negras ou indígenas, demonstrando que o rio foi manipulado como instrumento de intoxicação, conformando o que se convencionou chamar hoje de racismo ambiental. O rio como o poder do patriarcado que, cercado por uma barragem, serviu de cova hídrica para o corpo de Nilce de Souza Magalhães, “Nicinha”, militante do MAB assassinada em 2016, teve seu corpo amarrado a pedras e jogado nas profundezas do Rio (barrado) Madeira, cova funda para seu corpo, cova que ela lutou para não ser construída, cova que coube o tempo do voraz do rio e seu corpo-mulher-palavra.

Quando se traça algum destino para um rio a intenção é usar de maneira controlada a sua força como um sujeito social, que faz parte das relações de poder e que tem sua cota de participação na conformação das estruturas sociais. Tanto como um objeto síntese que diluí as

informações que capturou por onde passou e sintetiza em forma de mistério a ser analisado, quanto pelo fato de ser um sujeito que de algum modo participa de todas as relações sociais; raros os seres que não estão enredados pelos seus caminhos que conformam campos hipsométricos de circulação. Por mais que a vida esteja cada vez mais fragmentada em compartimentos de controle social, os fluidos chegam no rio e o rio os devolve de algum modo, seja em cheias, em secas, pelo subsolo, pela atmosfera.

Dado o exposto parece ser possível entender a sociedade a partir das estratégias de comportamento dos rios, ou dizendo de outro modo, o fazer ontológico do espaço está permeado pelas relações sociais com as águas. Por certo para os povos originários que produziram dinâmicas territoriais entre esses rios, esses também eram corpos carregados de significados onde foram elaboradas formas de sociabilidade e sínteses sobre a humanidade, se utilizando de suas margens como instrumentos de narrativas, sobrevivências, e produziram razões que conhecemos muito pouco.

As estruturas de relações sociais com rios estão dadas em todos os lugares, por onde passa seu curso principal ou não; às vezes nos subterrâneos das ruas ou em dutos nas beiras das estradas. E é possível enxergar a sociedade nesse conjunto de estrutura de concreto armado. A exploração do trabalho, o controle de percurso, as vigas de confinamento, as câmeras de observação, o panóptico suspenso nas paredes das grandes barragens traduzem formas e estruturas de sociabilidade.

Se essas formas sociais são concretas e inscritas na realidade, têm histórias e suas estruturas, muito embora rígidas que parecerem eternas, dada a minúcia do controle do tempo e a engenhosidade faraônica; moveram-se a partir de ideias que cabiam no alforje de um jesuíta ou nos desenhos cartográficos dos planos do império. Foram sintetizadas sertão adentro em uma dinâmica de conflitos que conformou uma realidade complexa, então como chaves de pensamento são sempre desafiadas nas experiências de resistência.

Lefebvre (2016), entende o espaço como um sujeito sem ser sujeito, um contínuo material que ao mesmo tempo é um produto humano, materialidade das relações sociais, instrumento de produção da realidade e produto social de uma sobreposição distinta de tempos, mestre na habilidade de iludir, mas um instrumento potente de síntese e transformação social. Maneira de conceber a realidade que nos induz a pensar o lugar do rio na produção do espaço geográfico como um fato social total, um sujeito participante desde o mais íntimo das relações sociais.

Produzir território, nesse contexto que ora analisamos, é disputar o controle de realização das águas; a ecologia política do rio se realiza como uma possibilidade de síntese

geográfica interessante. Desse modo, a maneira comportada e entrecortada como flui o Jaguaribe pela planície que ele mesmo produziu milenarmente é uma expressão do poder do Estado nacional e esse padrão territorial tem no aldeamento o laboratório social primeiro de elaboração compulsória, mas também negociada, da matriz moderna de relacionamento com natureza nos sertões.

Antes de seguir o curso da montagem dessa geografia de controle territorial do Rio Jaguaribe que ora nos aventuramos a analisar, vamos tratar de dois conjuntos de acontecimentos que nos dizem muito sobre a dinâmica concreta da captura da realização do rio como instrumento de valorização e produção territorial. Um considerável crescimento das atividades econômicas extrativas coloniais na região do Cariri cearense na primeira metade do século XVIII e o contexto de conflitos pelo controle da água que conformou na produção de uma legislação instituída pela Coroa para reger as formas das nascentes e vales úmidos, e a conversão dos aldeamentos em campos de trabalho compulsório para produção algodoeira.

A sesmaria como instrumento territorial foi um dispositivo acionado pela coroa para materializar uma sociedade que tem na guerra uma condição por excelência de valorização. Como a segmentação na distribuição de terras respeitou a memória recente do conjunto de genocídios entre esses rios, a produção da riqueza nas décadas subsequentes só foi possível a partir da utilização desses distintivos étnicos de enfrentamento como capital primário de investimento, onde a alocação favorecida tanto da disposição do terreno quanto da quantidade de água respondia à forma de imersão na produção da paz colonial. A renda diferencial dada pelas condições de realização da natureza era o acerto de contas da guerra e a base estrutural da nova dinâmica territorial.

As vilas estabelecidas às margens da chapada do Araripe compuseram importante papel político na indução da produção de renda na província. Em virtude da diversidade paisagística decorrente de uma alteração de umidade escalonada até o topo do altiplano, que conforma em uma escala reduzida uma sucessão de faixas de domínios distintos de natureza, vastamente utilizada nas primeiras décadas do século XVIII para a pecuária<sup>46</sup>, que foi paulatinamente substituída pelo cultivo de cana-de-açúcar nessa cartografia de terras úmidas desenhada pelos documentos de sesmarias, que, em alguns casos indicava o tipo de cultivo a ser priorizado na porção concedida.

De acordo com os dados de batismo entre 1742 e 1747, Oliveira (2017) estima que os 78 batizados sugerem uma população entre 1800 e 2000 habitantes na Vila de Crato, Barbalha

---

<sup>46</sup> Em 1756 o cultivo de cana-de-açúcar já estava muito difundido no vale que contava com 952 fazendas de criar (CORTEZ et. al. 2020).

e povoados vizinhos. Já dados estatísticos do final do século estimam uma população de 4.820 pessoas batizadas somente na Vila de Crato (JUCÁ NETO, 2012), fato que demonstra uma dinâmica populacional nesse lugar de fronteira, que apresentava os 15 principais sítios de produção de rapadura às margens dos rios Batateiras e Granjeiro, ambos advindos de nascentes da chapada e afluentes do Salgado (GONÇALVES, 2001).

A mobilidade populacional para o vale da Chapada do Araripe, formador do Jaguaribe, vai promovendo uma dinâmica social de uso e exploração das sesmarias logradas no contexto de guerra e produzindo uma geografia do trabalho baseada na transição de regime de controle do trabalho.

A presença indígena ao longo do século XVIII nas imediações das vilas, no topo da chapada, em aldeamentos e mesmo circulando as vilas era uma constante nos povoados que constituíram a região que já no século XX iria utilizar como epíteto o nome do povo sob o qual fora erguida suas estruturas de poder, Cariri. Os aldeamentos do Missão do Miranda, no Crato, e em Jardim, dos Xocós (indígenas advindos em descimento da Paraíba) nas proximidades com Barbalha e Humões (advindos do Pajeú) na fronteira com Macapá (atual Jati), conformavam um contexto de conflitos pela utilização das águas tanto no topo com nas áreas de escarpa da chapada. (OLIVEIRA, 2017; COSTA, 2018).

Esse importante centro de valorização, que impulsionava circuitos econômicos pela rede de poder estabelecida entre esses rios nos sertões setentrionais, passou a organizar bandeiras para extinção de nações que ainda circundavam o topo da chapada, como assim o fizeram com os Umãs, Xocós e Quipapáz em conflitos entre os anos de 1802 e 1843, como nos alude Costa (2014). Assim como organizou bandeiras para captura e extermínio dos Pipipãs e Xocós nas ribeiras do Pajeú e Riacho do Navio, do lado pernambucano da fronteira. (OLIVEIRA, 2017; COSTA, 2018).

Esse conjunto de conflitos, consolidados no vale do Cariri na transição do século XVII para o XVIII, sugere que uma elite local estava constituída e lograva recursos econômicos para investir em novos genocídios com vistas a adquirir títulos de terras do lado pernambucano da chapada. Esse fato demonstra que o intenso uso de água das nascentes dos rios que formam o Rio Salgado para a reprodução do circuito da cana-de-açúcar não conseguiu conviver com comunidades indígenas, mesmo que aldeadas, dada sua enorme demanda por água. Para consolidação dessa economia baseada na comercialização prioritariamente de rapadura e aguardente, mas também de açúcar em menor número, o gado precisava cruzar a chapada para abrir espaço para cultivos mais rentáveis.

Mesmo dessa maneira pontual, circundando a Chapada do Araripe, os massacres se movem enquanto atividades de cunho econômico, promovendo a formação e circulação de acordos financeiros, empréstimos, cooperações e pactos com vistas a expandir a produção pecuária para além da Chapada.

A expulsão dos Kariris do vale do Araripe e condução desses para a aldeia de Parangaba – nas proximidades com o litoral – e as políticas hídricas produzidas pelo Império – para mediar esse contexto de conflitos sociais de intensa utilização de água das nascentes que compõe a rede de rios do Jaguaribe – são ações que se complementam.

Dois dispositivos sínteses do exercício do poder colonial legaram para a formação do Estado instrumentos de governo das pessoas a partir do controle da reprodução dos corpos hídricos. Vejamos agora os detalhes dessa legislação hídrica para em seguida debatermos o controle sobre a circulação dos corpos humanos a partir do confinamento como a base social da constituição da econômica algodoeira<sup>47</sup>.

A dinâmica econômica da produção canavieira no Vale do Cariri provoca uma transição produtiva para essas áreas de nascedouro da bacia do Jaguaribe com intensas repercussões territoriais. Primeiro que esse circuito espacial de produção será a forma indutora prioritária de inserção da elite agrária da região no circuito econômico da comercialização de pessoas escravizadas. Muito embora parte considerável dessa força de trabalho tenha sido utilizada no trato com o gado, em trabalhos urbanos ou em produção de gêneros alimentícios, o aporte de recursos necessários para possibilitar a aquisição de tão custosa mercadoria estava fortemente relacionado ao sucesso da venda de gêneros derivados da cana pela área de dominância constituída por esse radial de caminhos nos cursos dos rios.

De modo geral, a utilização de pessoas escravizadas no Ceará na transição do século XVIII para o XIX pode ser considerada menor se comparada a províncias como Pernambuco e Bahia, onde esse circuito econômico se constituiu como uma das bases principais de produção de manutenção de uma elite urbana. Porém, dados apresentados por Cortez et. al. (2011) dão conta que havia em 1819 um contingente de 55.439 pessoas escravizadas no Ceará, perfazendo cerca de um terço da população total registrada nos censos realizados pela província. Longe de ser irrelevante, tal estimativa denota uma marcante presença negra ainda em princípios do século XIX. As referidas autoras analisaram 115 arrolamentos inventariais das vilas que

---

<sup>47</sup> Interessa-nos mais detidamente os dispositivos específicos de exercício de poder para controle das águas e gestão do território nesse contexto de produção de uma sociedade colonial que é produtora da expansão capitalista contemporânea. Outros estudos se detêm com mais minúcia acerca dos contextos de construção de uma rede urbana nessa região, tais como: Figueiredo Filho (2010), Pompeu Sobrinho (1956), Oliveira (2017), Costa (2018), Jucá Neto (2012), Silva e Alencar (2015).

compunham a região do Cariri e verificaram que em 21 delas não havia registro dessa força de trabalho, das demais 94 cerca de um terço tinham entre seis e trinta pessoas escravizadas e 63 arrolavam entre um e cinco pessoas nessas condições.

Esses dados demonstram a capacidade de aporte dessa elite local, dado o fato de esse comércio, além de muito rentável, demandar elevado investimento, tendo em vista a conjuntura oscilatória constante de preços em virtude da pressão econômica por leis abolicionistas. O sujeito social comercializado como renda capitalizada foi, além de potente produtor material de riqueza, uma reserva financeira utilizada por esses donatários em tempos de crises e secas, quando a produção ficava bastante comprometida.

Dados de anuários econômicos da província do Ceará já no século XIX expõem o poder econômico desse circuito produtivo, que chegou a comercializar com outras províncias em 1846 240.000 arrobas de rapadura e 82 canadas de cana; detinha 440 dos 1446 estabelecimentos de produção canavieira na província, e 438 dos 1252 engenhos (CORTEZ et. al. 2011). Passados mais de cem anos da concessão das primeiras sesmarias nas nascentes dos rios que formam o Jaguaribe, estava sobreposto o segundo circuito espacial de produção econômica; a agricultura de exploração já estava territorializada no vale do Cariri e lograva integração com outras regiões, alimentando a rede triangular entre os rios referida anteriormente.

À medida que as águas escasseavam nos vales planos, dado o contexto sazonal de secas e a ampla utilização das águas nas proximidades com as nascentes dos rios Batateiras e Granjeiro, um conflito instaurado fez, em 1854, a família Gomes de Matos, proprietária de terras, solicitar intervenção do governador da província para mediar os usos desiguais que provocavam escassez e má distribuição entre os dez engenhos de cana na margem direita do rio Batateiras e três na margem esquerda.

A solução do presidente da província foi, a partir da elaboração de um sistema de controle do fluxo do rio denominado de telhas d'água, realizar a partilha das águas do Batateira, que perfazia um fluxo total de 1.425.600 litros/hora. Compartimentado o curso em veios artificiais para esses proprietários em localização mais aproximada ao seu leito, ao rio fora imposta uma nova cartografia que realizava uma outra coreografia, despejando água à revelia de sua razão hipsométrica.

Cada proprietário receberia uma proporção que estivesse de acordo com a quantidade de terras a serem irrigadas. Com totais que variavam entre meia e três telhas d'água (cada telha contendo vinte polegadas de diâmetro), os fragmentos do rio se convertiam em propriedade dos foreiros que prometeram cumprir as regras; poderiam se comercializar as águas recebidas com

proprietários localizados em cotas de altitude mais rebaixadas, conformando um sistema um mecânico gravitacional de valorização da água.

**Figura 01:** Telhas D'água – Crato.

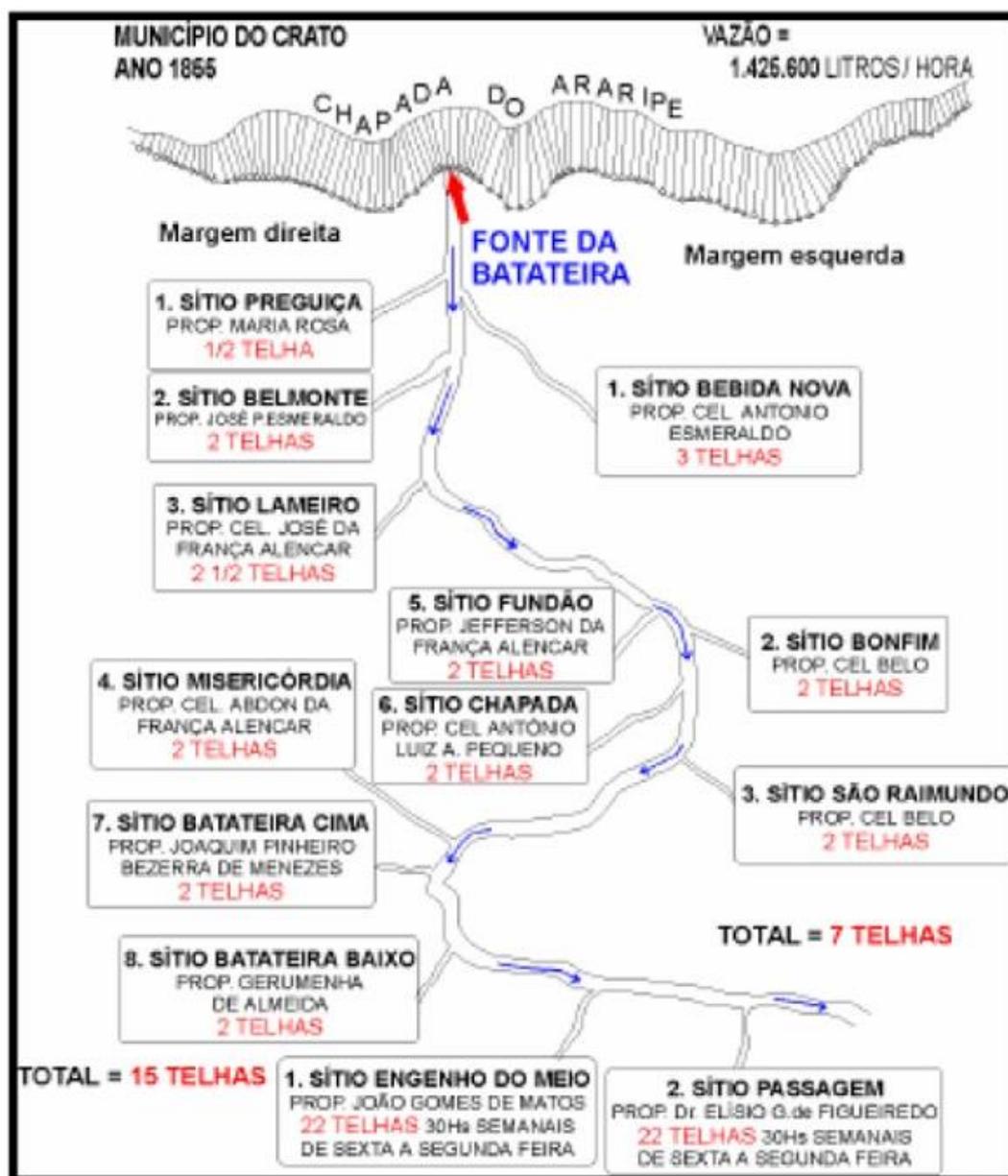


Figura 1: Fonte: Gonçalves, 2005 p. 17.

A partir dessa cartografia matriz, formada pelos engenhos mais aproximados ao rio, foram sendo construídas extensões para demais propriedades que adquiriam água medida pelo tempo de telha aberta. Um trabalhador, denominado de levadeiro, fazia a abertura e fechamento

das telhas de acordo com o tempo negociado com o proprietário das águas convertidas em um inovador instrumento de valorização.

Essa nova geografia das águas imposto ao Batateiras foi uma maneira de unir eficiência no transporte da água e evitar o “desperdício” dessa ao seguir seu curso e encontrar o Salgado e o Jaguaribe. Pode parecer um simples conjunto de pequenas obras que passam a ditar um modo de comportamento do rio, mas erige na formação territorial do Cariri como um dos primeiros pactos entre as elites para o ordenamento das formas de usos da natureza, associado ao envio de indígenas aldeados na encosta para Parangaba (nas proximidades com o litoral) e a decisão por expandir a paz colonial para o Brígida e Pajeú (do lado pernambucano da Chapada); o que percebemos é a conversão do rio em um instrumento de governo do território.

Podemos perceber na figura 01, organizada por Gonçalves (2015), uma simulação da distribuição de uma experiência de privatização dos cursos d’água que passou a vigorar como um acordo celebrado entre produtores que utilizavam as águas das nascentes da Chapada do Araripe. Da montante à jusante 13 o rio passou a ser distribuído para 13 sítios de produção de agricultura de exploração, com 07 telhas concedidas em sua esquerda e 15 na margem direita.

Fez-se isso ao promover a valorização da água como um instrumento de comercialização, criando uma cadeia produtiva de atuação fundiária diversificada percorrida pelas águas do Batateiras, convertendo a bacia hidrográfica em uma unidade de gestão das pessoas e da natureza e consolidando a agricultura de exploração como a atividade econômica principal no vale. Desse modo, as incursões de conversão e extermínio para além Chapada do Araripe podem ser consideradas a expansão da produção de fronteiras e a utilização dessas áreas para a criação de gado. De la Cava (2014), nos elucida que o governo chegou a proibir a atividade da pecuária no vale da Chapada no Araripe como forma de estimular a consolidação da agricultura de exploração.

Conforma-se, assim, um conjunto de transformações territoriais que forja uma elite senhorial que consegue realizar pactos de uso e controle dos bens naturais, com capacidade de atuação conjunta para promover a expansão da valorização da natureza e exploração do trabalho, ampliando o acervo de dispositivos de governo dos rios, alimentando uma ideologia geográfica do progresso, do domínio da natureza e vocação agrícola.

O rio fragmentado promovia segurança hídrica nas áreas do vale onde seu curso fora reduzido, permitindo a construção de estradas mais seguras e promovendo uma dinamização da estrutura fundiária que teve particionados os terrenos, tanto como resultado das heranças que repartiam o patrimônio, como em função da lei terras (de 1850) que assegurou regras de comercialização e estruturou de maneira mais desigual a estrutura fundiária.

Hoje podemos visitar ruínas dessas relações sociais de consolidação da agricultura de exploração no vale do Cariri no Parque Estadual do Sítio Fundão, localizado às margens do Rio Batateiras, criado em 2008 com vistas a estimular a preservação do patrimônio histórico.

**Figura 02 – Ruína do engenho de produção de açúcar, aguardente e rapadura no sítio fundão.**



Figura 2: Ruínas do antigo Engenho de cana-de-açúcar. Fotografia feita pelo autor em agosto de 2015.

**Figura 03: Ruínas de um antigo barramento do Rio Batateiras.**



Figura 3: Ruínas da construção de uma barragem no Rio Batateiras construída em 1877.  
Fotografia feita pelo autor em novembro de 2022.

A figura 02 demonstra as ruínas do antigo engenho de produção de derivados da cana-de-açúcar que eram comercializados regionalmente, fortalecendo as circulações de mercadorias, informações e pessoas nessa rede triangular entre os rios mencionada anteriormente. Na figura três, podemos ver as ruínas de um barramento feito em pedra para armazenar água do Rio Batateiras. Segundo Alencar e Santos (2019), esse barramento foi erguido no ano de 1877 no contexto da seca que acometeu a região, a qual discutiremos no capítulo 04.

Esse rio, o Batateiras, conforma a materialidade de um dos mitos de fim do mundo dos Kariris, e que ainda ressoa na memória coletiva das pessoas. Os indígenas, que interrompiam o curso dos pequenos córregos para esconder os caminhos de fuga, acreditavam que, caso retirada a pedra da batateira, um marco do nascedouro do rio, águas em abundância inundariam o vale e seria liberada uma serpente imensa que poria fim aos homens e mulheres. Na reelaboração do mito, apropriado e traduzido como instrumento de mediação pelo catolicismo popular como uma das narrativas de fim do mundo do Padre Cícero, retirou-se a cobra do enredo substituindo-a por uma baleia, instituindo-se o local de nascedouro um espaço de visitação.

Então, nessa escala menor onde o rio nasce saltando pedra por pedra ainda menino (ou menina), como diria o poeta João Cabral, é possível visualizar a materialidade do projeto da colonialidade fazendo do rio mais que um caminho de entrada, um instrumento concreto para a reprodução espacial da valorização. Ele é apropriado e tem reconfigurado seu estatuto de origem, agora sob um regimento da lei dos “homens” que dita os seus sentidos. O rio comportado, indutor da “vocação” do vale para a cana, precisou ser fragmentado como as terras em sesmarias o foram. Foi também convertido, batizado e no seu corpo também estão impressas marcas do genocídio.

O percurso das telhas foi um impulsionador da forma o de uma elite que ainda utiliza esse veio d’água como instrumento de valoriza o e explora o da natureza. As terras, hoje convertidas em chácaras de veraneio ou balneários, conservam a estrutura desigual de disposi o das águas respeitando as diferenças sociais, étnicas, raciais, impondo ao leito do rio um intenso processo de assoreamento e destrui o de suas margens.

Não por acaso quando estive no Ceará um grupo de técnicos do Banco Mundial para capacitar gestores da política de hídrica das bacias hidrográficas, que fez do Ceará um modelo para elabora o da legisla o nacional das águas aprovada em 2011, sistematizaram a experiência da Batateira como referência para o sistema de outorgas de água que passou a vigorar com o marco regulatório das  guas.

O movimento territorial de reprodu o da colonialidade que adentrou sertões, consiste, pois, em uma marcha que impôs uma redefini o intersubjetiva da natureza, promovendo inicialmente a elabora o imagética dessa como outra, estranha, cruel, que castiga. Terra, como seu povo, de língua travada, que necessitava também de conversão da sua paisagem em um instrumento de reprodu o da valoriza o. Essa marcha que atingiu o curso médio do Jaguaribe e logrou instituir sesmarias com condi es de usos econômicos nos primeiros anos do século XVIII, logrou o controle do regime de nascimento de um importante afluente do rio Jaguaribe<sup>48</sup> e desenhou em miniatura um sistema de controle do ciclo da água que respondesse a dinâmica desigual da produ o espacial no vale dos Cariris Novos, legando ao acervo de inventários do Estado de enfrentamento às secas um importante dispositivo de poder.

Concomitante ao processo de constitui o de uma economia canavieira no alto curso dos rios formadores do Jaguaribe, um conjunto de fatores ecológicos e políticos conduziram a uma conversão das áreas de abrangência do vale do Jaguaribe e de seus afluentes nas áreas de dominância da depressão sertaneja, em uma fronteira para expansão do cultivo de algodão. Os

---

<sup>48</sup> De maneira indireta, porque o Rio Batateira forma   formador do Rio Salgado que por sua vez desagua no Jaguaribe.

amplos rebanhos das fazendas de gado que, no entendimento de Andrade (1994), constituíram a matriz de expansão territorial e que destacavam a província como fornecedora de animais de trabalho para área açucareira e produtora de carne seca – o charque, chamado por muito tempo de “carne do Ceará”, que era o alimento fundamental das pessoas escravizadas em Pernambuco e na Bahia – viram-se amplamente reduzido pela sequência de prolongadas secas na segunda metade do século XVIII.

As secas dos três setes, entre 1777 e 1779, e a compreendida entre os anos de 1790 e 1793, reduziram a população de gado da província a um oitavo do total. As oficinas de charque perderam importância, devido ao contexto climático e à concorrência gaúcha (ANDRADE, 1994; MAIA, 2014). A conjuntura de crise do comércio atlântico com a guerra de secessão nos Estados Unidos e a ampla demanda por algodão no contexto de efervescência da Revolução Industrial, fez com que os latifundiários encontrassem em um produto doméstico, de utilização originária para produção de tecido artesanal, sua forma de ingresso como uma fronteira da economia-mundo no final do século XVIII e início do XIX.

Uma árvore manejada pela etnobotânica originária que sobrevive à estiagem certa de todos os anos nos sertões, converteu a bacia do rio Jaguaribe em um espaço de realização de um circuito produtivo que atravessou o século XIX e XX, provocando profundas transformações territoriais, conformando as ações mais decisivas de formação do Estado-nação nos sertões. Um elo de ligação entre os brejos e encostas úmidos tomados pela cana e o litoral, encorpando a rede de poder constituída ao longo do rio.

O que para nós é significativo perceber nesse momento, para entender a complementariedade com a política hídrica analisada anteriormente, é que a dinâmica territorial de expansão de um monocultivo em grandes extensões, o fortalecimento e constituição de elites regionais, forjam um conjunto de normas que elaboram os espaços de regulação do comportamento nas vilas de índio como laboratórios para formação de uma geografia do trabalho produtora desse circuito espacial que foi um indutor voraz da expansão do capitalismo na dominância da bacia do Jaguaribe.

É o que nos leva a pensar o conjunto de normativas analisadas por Maia (2019; 2018; 2014), que forjavam um controle sobre as populações indígenas viladas e outros setores sociais nunca vistos anteriormente. Por mais que as vilas de índio tenham sido caracterizadas desde o início pela exploração do trabalho para o abastecimento de gêneros alimentícios nas vilas e povoados que circundavam, a exploração comercial da força de trabalho dos povos aldeados, com essas transformações normativas se converteu na força motriz da economia política algodoeira.

O rigor e controle do tempo se recrudescem concomitantemente a um processo de produção de análises estatísticas da população indígena vilada e da elaboração de projeções cartográficas da província, incluindo informações hidrográficas, topográficas, a definição de fronteiras e a rede urbana das dezessete vilas e mais de cinquenta povoados interligados por estradas e a delimitação dos termos da capitania (JUCÁ NETO, 2012). Exemplo disso é o mapa construído pelo engenheiro Antonio José Paulet em 1817, sob encomenda do governador Manoel Ignácio Sampaio, fato de denota que a expansão econômica de circuitos produtivos demandava uma produção cartográfica que servisse de instrumento de planejamento.

[A carta] Mostra com extremo rigor não apenas a hidrografia e a topografia, mas também a definição de suas fronteiras, a rede urbana dezessete vilas e mais de cinquenta povoados interligada por estradas, e a delimitação dos termos da capitania. (JUCÁ NETO, 2012 154).

**Mapa 07** – Carta Marítima e Geográfica da Capitania do Ceará. 1817



Mapa 7: Antônio José Paulet Silva. Fonte: (JUCÁ NETO, 2012 p. 155)

Encontram-se representados no mapa as vilas de Aquiraz, Fortaleza, Icó, Aracati, Sobral, Granja, Campo Maior, São Bernardo das Russas, São João do Príncipe, Crato, Jardim, Soure, Messejana, Arronches, Monte-mor o Novo e Vila Nova d'[El] Rey. Os povoados representados foram: Cascavel, Monte-mor o Velho, Guaiúba, Maranguape, Siupe, Itans, Canindé, Santa Cruz, Trairi, São José, São Bento d'Amontada, Santa Quiteria, Boa Vista, Beruoca, Santo Antonio, São Benedito, Ibuassú, Baiapina, Irapá, São Gonçalo, Boa Viagem, Santa Rita, Mombaça, Quixadá, Barra do Sitiá, Livramento, São João, Tabuleiro d'Areia, Frade, Santa Rosa, Queixossó, Santo Antonio, São Cosme e Damião, Saco da Orelha, Telha, Poço do Mato, São Vicente das Lavras, Umari, São Mateus, Flores, Arneirós, Cocossi, Cruz, Brejo

Grande, Barbalha, Missão Velha, Milagres, Santa Rosa, Porteiras, Córrego do Ramalho, Caatinga do Goes, Jiqui, Montamba, Almofala, Barra do Acaraú e Pará.

O mapa elaborado por José Paulet delinea as chapadas que conformam as fronteiras do Ceará, as serras tanto na região central como nas proximidades com o litoral. O vale do Rio Jaguaribe está bem delineado no mapa, assim como as estradas que ladeiam o rio. Pode-se considerar esse mapa como um argumento imagético decisivo para produção de narrativas de um controle territorial centralizado e do extermínio dos povos originários.

O recrudescimento das normas, com a utilização dessa força de trabalho confinada como propulsora da produção algodoeira, incluía o controle pelos diretores das vilas dos produtos comercializados por esses, impedindo o comércio livre da vigilância do diretor, repressão do juiz ordinário e das ordenações militares. Para Maia (2014), esse contexto de recrudescimento do controle territorial demonstra o exercício de influência dessas vilas no contexto econômico.

A política de confinamento associava estratégias de permanências compulsórias com proibição da circulação livre pelos sertões, tomada por vadiagem. Essa vigilância envolvia entre os aldeamentos do Ceará e Rio Grande do Norte a utilização de uma licença para circulação autorizada entre aldeamentos. “A política do passaporte passou ao plano da lei pela necessidade de recrudescer a exploração em todo sistema de produção do algodão que envolvia os estratos sociais marginalizados” (MAIA, 2014 p. 121).

É possível pensar a transição política da dominância territorial da pecuária para os cultivos extensivos de algodão, concomitante à diversificação produtiva, como a produção de um novo tempo para a província do Ceará. Se a expansão dos circuitos espaciais produtivos algodoeiros são uma expressão da reconfiguração do poder mundial, onde a Inglaterra ditava os rumos do capitalismo industrial, o sertão, que já era um lugar nesse sistema-mundo, passou a traduzir esse conjunto de reconfigurações políticas do poder, forjando uma elite não mais exclusivamente pecuarista e um conjunto de normativas que passaram a formas de governo do território.

O relatório regencial de nove de outubro de 1863, que decretava a extinção total dos indígenas no território cearense, pode ser lido como uma síntese dos significados territoriais mais elucidativos desse novo arranjo de poder nos sertões. Extinguir os indígenas no papel demonstra que essa elite fundiária sempre esteve disposta a enfrentar essa identificação de diferenciação social.

Nenhuma etnia é extinta por decreto, nos alude Maia (2018), esse registro de inexistência desses povos no Ceará, que já estavam excluídos do mapa elaborado em 1817, é parte central de uma ideologia espacial que conformou a propriedade latifundiária como

centralidade na reprodução social da elite econômica e política no Ceará, e o rio como um instrumento de governo do território.

A consecução dessa geografia do poder, que nos séculos seguintes vai construir uma unidade territorial e forjar o rio como motor dos circuitos espaciais de produção que se sobrepuseram, legaram da expansão colonial dispositivos básicos de exercício do poder, o confinamento dos corpos humanos e hídricos para impor formas de comportamento rentáveis à reprodução da lógica espacial da valorização.

Nesse intento, a água, dada as condições da reprodução dos ciclos da natureza e o contexto desigual do exercício de poder, será um instrumento biotécnico fundamental de governo do território, e a bacia hidrografia será manejada como uma unidade social de reprodução de elites locais que impõem ao curso dos rios os sentidos econômicos de seus investimentos produtivos ou improdutivos.

A rede urbana constituída por essa dinâmica territorial de controle da natureza e exploração do trabalho, apresentava, aos finais do século XVIII, intensos trânsitos comerciais entre esses rios que conformavam a rede pluriétnica e plurilinguística originária aludida anteriormente. Os caminhos originários redefinidos entre os rios Jaguaribe, São Francisco, Piancó, Piranhas e Apodi conformam uma rede robusta de interações econômicas em escala regional.

Finalizando o capítulo e deixando indicativo do debate que iremos traçar nos próximos, o controle dos cursos hídricos nos sertões vai se convertendo na uma ação primaz de formação do Estado nacional. Isso não só localmente, onde o governo central é chamado para construir uma mediação entre conflitos de usos de água, como no rio Batateiras, mas também regionalmente, como quando em meados do século XIX o Império chegou a iniciar a construção de um canal que integraria as águas do São Francisco com o Jaguaribe.

O projeto originalmente traçado por Marcos de Macedo em 1839, fazia parte de um conjunto de estudos de engenharia que planejava utilizar o, outrora Opará, como veio integração nacional. Segundo o projeto em questão, o rio promoveria, a partir de ferrovias e hidrovias, a integração da capital do Império com Salvador e abasteceria de água o vale do Jaguaribe, dada inconstância de chuvas nessa região (OLIVEIRA, 2014).

Quando escrevemos esse texto, 181 anos após a elaboração desse projeto original, as águas do São Francisco adentram pelos mesmos caminhos por onde chegaram as entradas advindas da Bahia, atingindo o Riacho dos Porcos, no vale do Cariri. O projeto em dois eixos de integração distribuirá água pelos rios Jaguaribe, Piranhas e Apodi, mesmo conjunto de rios manejados como instrumento base da produção territorial colonial. Fica evidente que esse

faraônico projeto de integração de bacias distantes e separadas por altiplanos está de algum modo inscrito nas ações mais sutis de fraturar o Batateiras entre uma elite local que pactuou a construção de um instrumento normativo de controle do rio. Em suma erige a ideia que o controle dos rios são potentes instrumentos de governo dos territórios.

#### 4 O RIO JAGUARIBE E OS FUNDAMENTOS DO ESTADO TERRITORIAL

“Recordações inumeráveis  
correm silenciosamente  
nas margens do rio”.  
(MELO NETO, João C., 2020 p. 25).

A imposição de uma dominação territorial colonial constituída a partir da produção de uma geografia econômica extrativa e escravocrata; fez-se mediante à conversão dos rios dos sertões em instrumentos de entradas e da gestão de seus usos em campos controle e governo populacional. O Jaguaribe no início do século XIX estava posto como caminho de passagem, veio de expansão territorial e convergência das entradas. Em suas cidades, vilas, comarcas, distritos e freguesias, implementaram-se verdadeiras ações militares com fins bélicos estacionadas nos locais de conquista, passando tais lugares a sediar os núcleos políticos, desenhando-se uma cartografia do poder que erigia as cartas imperiais como verdadeiros documentos de barbárie.

Se considerarmos que a centralidade exercida por Recife abrangia uma rede de circulação econômica e uma gestão política rígida e densa entre as províncias de Pernambuco, Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, o Ceará, até então caminho necessário para acessar o São Francisco ou a Amazônia, constituiu-se como um local privilegiado para mover a reprodução de uma elite senhorial continente adentro.

As sesmarias, anteriormente referidas, expressam o fatiamento desse rio, atingindo progressivamente da desembocadura à montante, obedecendo às leis das guerras e sendo um veio de expansão no qual convergia famílias advindas principalmente da Paraíba e Rio Grande do Norte (de Pernambuco, por conseguinte) e do São Francisco.

A totalidade do rio expressava já nesse momento o poder da coroa, muito embora com distintos regimes de apropriação e usos econômicos inconstantes. O tempo de realização da nova província marcado pela cadência intermitente do rio estava expresso nesse corpo espraiado que de maneira transversal converge os veios d'água de um território que abrange mais da

metade da província e que foi a base precípua da constituição de uma rede de circulação de mercadorias, tributos, pessoas e informações.

A atividade econômica imediatamente instituída após a guerra, como vimos referido nos capítulos anteriores, foi a pecuária. O sentido de expansão e controle territorial, que converteu a rede pluriétnica e pluriterritorial originária, esteve fortemente ligado ao processo de crise enfrentado pelo comércio do açúcar, mas expressava, sobretudo, o sentido político da colonialidade, impossível de se realizar totalmente com a destruição, somente, da Mata Atlântica.

De modo que, como vimos no final do capítulo anterior, os rios foram a unidade de gestão política fundamental para expansão territorial que enredou os sertões no sistema mundo-colonial. Não por acaso, são essas as referências dos caminhos de entrada, as sedes das unidades de aldeamento, os campos das principais batalhas e a alocação dos mais vultosos empreendimentos econômicos. A coroa pensou as estratégias de entradas conhecendo e utilizando as cadências dos rios a seu favor. Foi “respeitando o tempo das águas”, expressão encontrada por Puntoni (2002) nos documentos que registravam as entradas que adentravam o continente desde Salvador para os sertões. No tempo das águas, para encontrar como suprimento para as tropas esse bem indispensável para a guerra, mas também para não serem as tropas surpreendidas por corpos hídricos transitórios que inundavam as várzeas nos tempos das chuvas.

Fica evidente também que a igreja pensou a dinâmica dos rios como instrumento de dominação religiosa, porventura, como nos referimos anteriormente, impondo uma toponímia cristã a esses elementos integradores, locais de convergência de troncos étnicos e motivo de disputas pelos povos originários. Estiveram sediados importantes aldeamentos em cursos principais dos rios, onde ainda hoje encontram-se sedes de Dioceses. A igreja pensou, de maneira regional e escalar, a dinâmica dos rios e planejou suas ações de catequese considerando essas geografias. Não por acaso, foi um frade capuchinho não identificado quem primeiro propôs a integração das bacias do São Francisco e Jaguaribe, via canais, ainda no século XVIII, como nos alude Silva (2018). Essa (des)ordem religiosa teve atuação bastante significativa na catequese dos indígenas Kariris, na abrangência entre os rios São Francisco, Jaguaribe e Piancó-Piranhas-açu.

Nesse sentido, o que adentrava aos sertões não era somente um veio de exploração econômica de retirada de valor produzido e apropriado em direção ao litoral, mas sim uma sociedade marcada por uma rígida divisão hierárquica que tinha no negócio da escravidão a estrutura fundamental de reprodução e armazenamento de valor e na exploração da natureza

sua empresa principal. Um par dialético em torno do qual se constituiu uma geografia do trabalho que forjou a grande fazenda como a unidade política e produtora, cárcere das pessoas escravizadas, local de morada da família senhorial; pequenas propriedades dispersas de moradores, vaqueiros inicialmente subordinados ao proprietário de terra e vilas ou sedes de distritos, freguesia ou cidade como convergência, locais de passagem conectados a uma rede urbana em germinação, sede da Guarda Nacional, da Paróquia e/ou Diocese, dos primeiros veículos de imprensa, das feiras e das celebrações das decisões políticas.

Fica evidente que, como dissemos na introdução desse trabalho, as relações com as águas estão inscritas no fazer ontológico da produção do espaço geográfico e a dinâmica regional da produção dessa geografia colonial grafa a realização dos rios como instrumentos de gestão territorial. Analisando essa premissa em um sentido histórico, verificamos que a estrutura hierárquica das relações de poder materializadas nas arquiteturas das cidades, nas distinções do casario, nas técnicas de controle, vigilância e imposição de comportamento dos homens e mulheres estão expressas ou reproduzidas nas relações com as águas.

Dito de outra maneira, não seria possível a organização de uma estrutura social que exerce uma pressão cotidiana para regulação de comportamentos humanos e imposição do legado de uma sociedade escravocrata, patriarcal e latifundiária, sem lançar mão das águas como instrumento de regulação e imposição da racionalidade da reprodução do valor.

Nesse sentido, é fundamental que entendamos a forma imbricada como a constituição da propriedade privada atrelou a posse das águas à posse da terra. Essas questões têm uma raiz comum, em termos práticos são indistinguíveis e compõem a forma de ser do Estado Territorial brasileiro. No entanto, como estamos analisando a formação territorial da produção espacial capitalista em um lugar onde a circulação das águas se realiza em regimes de enorme disparidade, mediante variações que são lidas como escassez ou excessos, fica muito evidente que, desde os primeiros momentos a constituição da propriedade privada, como a unidade básica da reprodução capitalista do espaço e a formação do Estado Territorial, significaram a posse concentrada das águas e a gestão e imposição de comportamentos aos corpos hídricos de modo a manobrar a força de trabalho da população com vistas a lograr imobilização de capital físico na extensão desse rio.

Essas estruturas sociais de comportamento dos corpos hídricos, garantiram a imposição de outra dinâmica à realização do ciclo das águas e à conformação de uma estrutura social hierárquica, na qual, sob a forma de organização do trabalho, estão embutidas a promoção de valores que estimulam a coerção comunitária pela conformação às formas exploratórias e compulsórias de trabalho, a competitividade e o individualismo. Signos que foram, de maneira

singela, ganhando corpo nas relações desiguais de poder e que erigiram uma sociedade senhorial nos sertões, onde a hierarquia era marcadamente sinalizada pelas maneiras como essas camadas sociais se relacionavam com as águas.

#### **4.1 Dinâmica territorial do poder colonial**

A imposição de uma geografia do poder colonial fez-se, de maneira sucessiva e sobreposta, lançando mão do comportamento social do rio como instrumento de controle do trabalho. Os objetos geográficos que materializaram esse conjunto de relações passaram a impor a consecução de um caminho das águas que circunda, (re)produz e alimenta essa organização social exercendo mecanismos de concentração do trabalho e controle do deslocamento populacional e impondo uma condição social desigual.

O novo/velho caminho das águas, em um sentido simbólico e material, passava gradualmente a obedecer a um regime de usos e distribuição que conseguia reduzir o peso gravitacional das cotas de altitude, conseguindo impor à circulação das águas superficiais o tempo do regime de apropriação e produção de renda. Com isso, o ciclo hidrossocial, que se conforma com a colonialidade da natureza, passa a reproduzir uma dinâmica de sociabilidade respeitando e amplificando as diferenças étnicas, de raça, classe social e gênero. A geografia econômica que reproduz renda gerando riqueza e miséria está expressa nesse lugar do mundo na distinção de acesso à água para reprodução da vida; essa é uma premissa que podemos entender como global pelo fato de a dinâmica da água, nos dias de hoje, estar inscrita na jogatina internacional do mercado financeiro, mas no contexto de realização do Rio Jaguaribe essa realidade termina sendo nítida e palpável na dinâmica desigual de usos da oscilatória disposição de águas superficiais.

A escalada à montante da instituição de sesmarias que ganharam volume a partir do início do século XVII foi acompanhada de uma subsequente instituição de freguesias, vilas e comarcas, que iam desenhando um sistema jurídico de apropriação do território e estabelecendo normativas fiscais, jurídicas, fundiárias e eleitorais que conformavam nas elites agrárias faces concentradas do poder colonial.

O movimento político-econômico que culminou na independência do Ceará da capitania de Pernambuco em 1799, foi resultado da montagem gradual de uma estrutura jurídico administrativa que se justificava a partir da realização de uma dinâmica econômica que

demandou da coroa a instituição de repartições e funções oficiais de gestão fiscal e jurídica do território. Dinâmica essa inicialmente atrelada à economia pastoril que ao longo do século XVII se estabeleceu como um importante circuito de valorização dos sertões em toda abrangência do Jaguaribe. As mais notáveis vilas, sinalizadas no capítulo 03, foram se conformando como pontos centrais na circulação entre as províncias e sediaram as comarcas, se configurando como polos de irradiação da colonização, como nos alude Moraes (2001).

A montagem de um sistema jurídico de administração foi na América Portuguesa um engenho instável e lento, se compararmos à estrutura administrativa previamente montada pela Espanha na dominância do sua ampla abrangência territorial; estrutura essa visivelmente mais acelerada e complexa que a própria Castela, sede de seu território, que em meados do século XVI dispunha apenas duas *chancillarias* e três audiências, ao passo que na América Hispânica dispunha de 12 audiências<sup>49</sup>, como nos alude Cunha e Nunes (2016).

O momento de expansão da instituição de comarcas pelo interior do território da América Portuguesa, que culminou na instituição da Comarca de Aquiraz, primeira da província do Ceará em 1723, representa um contexto de ruptura do padrão dominial caracterizado pela centralidade do poder de gestão na figura do Donatário, que gozava de amplos poderes de governo, nesse se incluindo a administração dos territórios nas esferas judicial, econômica, fiscal e militar (CUNHA E NUNES 2016).

Para os referidos autores, que analisaram a territorialização do poder na América portuguesa, construindo uma periodização em quatro ciclos de transformação dessa ação territorial entre os séculos XVI e XVIII, a figura do ouvidor-geral, que em seguida passou a ser o competente jurídico e administrativo da comarca, reunindo poderes administrativos e jurídicos, é um legado ou diluição do Donatário que aglutinava essas funções. No contexto de expansão territorial essa nova dinâmica política está associada à formação de novas camadas de poder nas elites senhoriais que necessitavam de algum modo exercer formas de violência regulamentada para assegurar a regularidade da propriedade privada da terra.

O que nos interessa nessa dinâmica de transformação do sistema de governo colonial é pensar que as elites locais conseguiam impor um processo de territorialização do governo colonial com seu poder de renda constituído e congregavam em seu exercício funções que mais

---

<sup>49</sup> Uma ação que revela um paradigma da colonialidade. A expansão colonial representou uma devassa à dinâmica territorial das distintas geografias pré-modernas suplantadas no processo de constituição das nações europeias. O que nos revela o dado é que, no entanto, a urgência de uma dinâmica regional de controle do território em processo de expansão e valorização impunha-se muito mais premente, dado a amplitude de sua abrangência, o significado das rentabilidades para a coroa naquele momento e as ameaças que rondavam o domínio colonial, tanto internas como ultramarinas.

tarde estariam dispostas na tripartida composição do Estado, judiciário, legislativo e administrativo/fiscal. Assim faziam sendo proprietários de terras em uma sociedade escravocrata. Então, as bases da formação territorial brasileira ou a gênese de constituição do Estado Territorial moderno na América portuguesa, processo que influiu de poder de autoridade a elite senhorial que, a despeito da proibição do tráfico de pessoas escravizadas, conseguiu perpetuar uma geografia de controle do trabalho marcadamente autoritária, sendo ao mesmo tempo produto dessa autonomização do senhor de escravos e proprietário de terras que passou a acumular as funções de produtor econômico e gestor do território.

Obedecendo, mesmo que de maneira inconstante e invariável, essas marchas de institucionalização e autonomização das unidades de gestão territorial seguiram as direções dos cursos das entradas. Essas lograram, mediante guerras de invasão, a consecução de estruturas produtivas de valor obtidas com a exploração compulsória do trabalho e da natureza, que agora passariam a ser drenadas do ponto de vista fiscal, alimentando a centralização de riqueza nas metrópoles litorâneas (por vezes credoras desses investimentos), a formação das bases econômicas do Estado Territorial, e compondo a macroeconomia do sistema-mundo que presenciava a transição de hegemonia com a ascensão vigorosa do império britânico.

Uma marcha direcionada do Nordeste litorâneo, que exerceu centralidade econômica até o século XVII, com direção para norte e para sul e dizendo respeito aos casos de Pernambuco, Bahia, Maranhão e Rio de Janeiro; outra, mais tardia, do litoral para o interior e correspondendo, sobretudo, às capitânicas do Rio de Janeiro, São Paulo e Maranhão, já nos setecentos. (CUNHA E NUNES 2016, p. 08).

Das primeiras comarcas instituídas entre o estabelecimento do Governo Geral e a expulsão negociada dos Holandeses da costa do Nordeste, que podem nos levar a entender a dinâmica de constituição das comarcas do Ceará que vieram a se estabelecer a partir do final do século XVII, merecem destaque a cisão entre a comarca de Olinda e a de Nossa Senhora das Neves, em 1688 e a instituição da comarca de São Cristóvão em 1696.

A grafia escalar da constituição do poder centralizado da coroa na América portuguesa, expressa nessas cisões referidas, denota-nos três aspectos importantes para nossa análise. Primeiro, a centralidade exercida pela capitania de Pernambuco nas terras do nordeste setentrional que, até o final do século XVII respondia institucionalmente por todas as ações de expansão territorial, de administração geral e fiscal referente às capitânicas de Itamaracá, Rio Grande do Norte e Paraíba. Segundo, que essa delimitação territorial, “quase sempre conflituosa imprecisa e pouco estável, recuperou em parte a memória do traçado e da designação quinhentista das capitânicas, que, como é sabido, se estabeleceram no litoral”. (CUNHA E

NUNES 2016, p. 08). Terceiro, que a instituição da comarca de Nossa Senhora das Neve (atual João Pessoa), que passou a responder pelo território de Itamaracá, Rio Grande do Norte e, mais tarde Ceará, representa a força produtiva da elite senhorial imobilizada no sentido norte da capitania de Pernambuco, abrindo caminhos os para a realização da Guerra do Bárbaros, referida no capítulo anterior.

Não por acaso, as sucessivas tentativas de entradas furaram os bloqueios impostos pelas articulações políticas originárias, da qual entendemos muito pouco, como vimos no capítulo 02 dessa tese. A montagem do sistema econômico de extração de renda imobilizado no litoral da capitania da Paraíba servia como intermédio entre o Rio Grande do Norte, fronteira de acesso ao Jaguaribe, e Recife, sede do Governo geral da capitania de Pernambuco. Fato que reforça a ideia anteriormente apresentada que a fixação de estabelecimentos coloniais aglomerados em comarcas ou vilas podem ser entendidas como ações territoriais com finalidades bélicas estacionadas, que asseguram paz social entre esse ponto e Recife e fortalecem o poder das entradas.

No momento subsequente a esse período, o decorrer do século XVIII, a expansão de uma rede territorial de comarcas na América Portuguesa denota que o processo de colonização atingia um patamar de realização com uma abrangência que cobria de maneira instavelmente conectada parte considerável da vasta dominância continental. Das 16 comarcas instituídas, 09 estavam alocadas no interior do continente. No que entendemos hoje como Nordeste essa interiorização representava a busca por metais preciosos, sobretudo em Santo Antônio de Jacobina, instituída comarca em 1734; bem como a territorialização da atividade pastoril no Ceará, com a instituição de Aquiraz como comarca em 1725, e Mocha, atual Oeiras no Piauí, em 1722.

Considerando que as primeiras sesmarias do Jaguaribe começaram a ser instituídas nos primeiros anos do século XVIII, logo após os embates mais decisivos que impuseram um permanente estado de exceção para os povos originários, a autonomização da atividade econômica expressa pela instituição dessas comarcas, denota que o processo de colonialidade atingia um patamar de integração muito mais abrangente. Pensando as conexões entre essas duas comarcas, podemos perceber a constituição de um circuito de valorização e trânsito fiscal interconectadas pelos caminhos do gado.

Uma rede de estradas pelos cursos dois rios que interligava Aquiraz, que servia de interposto entre a desembocadura do Jaguaribe em Aracati e a crescente Fortaleza de Nossa Senhora da Anunciação, e Mocha (atual Oeiras), situada na dominância da bacia do Rio Parnaíba. O estabelecimento dessas duas comarcas pode ser lido como testemunho da

abrangência territorial circundada por caminhos que passavam pela Chapada do Araripe<sup>50</sup> até acessar a área de abrangência da bacia do Parnaíba. A dinâmica de realização da colonialidade impunha-se em uma escala regional, utilizando-se como força motriz da estrutura simbólica de referência e caminhos de circulação para o exercício de realização dos rios.

No centro-sul, a dinâmica de instituição de comarcas era dinamizada pela descoberta do ouro nas Minas Gerais, uma província que obteve um acentuado crescimento demográfico, chegando a atingir no começo do século XVIII um contingente populacional de cerca de 400 mil habitantes ou 19,07% dos habitantes da América Portuguesa<sup>51</sup> (PRADO JR., 2010). De modo geral, a diversificação das atividades produtivas, a descoberta de ouro e metais preciosos, a autonomização de circuitos econômicos e a intensificação do tráfico de pessoas escravizadas, provocaram uma enorme atração populacional para a colônia que, por sua vez, estimulou o trânsito entre as províncias e a instituição de novas comarcas.

Se em meados do século XVI, o reino de Portugal tinha uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes, em 1801 rondava já os 3 milhões. Duplicou, portanto. Embora para o Brasil os dados demográficos sejam bastante incertos. (CUNHA E NUNES 2016, p. 12).

Esses fatores elencados conseguiram impor ao conjunto de rios, que abrange entre o Paraíba-Açu, Apodi, Jaguaribe, São Francisco e Parnaíba, um novo momento no processo de territorialização da colonialidade. A intensificação da economia pastoril constitui-se como uma economia de transição que formará as bases de formação do Estado Territorial brasileiro nessas dominâncias.

Em uma análise do caráter regional do processo de desenvolvimento do capitalismo no Nordeste do Brasil, Oliveira (1981), nos alude que a hegemonia exercida por Recife nas capitâneas mais primariamente ligadas consigo por circuitos comerciais, como Paraíba, Alagoas e Rio Grande do Norte, depois Ceará e Piauí e com suas novas formas de reprodução de riqueza no interior, pode ser considerada uma forma de capitalismo mercantil no interior da própria região.

Então para esse autor, que analisa esse momento onde a diversificação produtiva das capitâneas do então “Nordeste”, expressa não somente a geografia do poder colonial com a expansão territorial, mas, sobretudo, a crise do setor açucareiro do litoral, o trânsito de

---

<sup>50</sup> Área de abrangência da bacia do São Francisco em sua porção sul, e do Jaguaribe em sua porção Norte, e do Parnaíba em sua porção Oeste.

<sup>51</sup> Como nos alude Marcílio (2000), a estimativa era que cerca de 20 mil colonos europeus em 1570 e cerca de 30 mil em 1580. Por volta de 1600, estima que o total da população subordinada às autoridades portuguesas (incluindo negros e nativos submetidos) fosse de 100 mil pessoas, valor que triplicaria em 1700 para cerca de 300 mil habitantes.

hegemonia com a revolução industrial, fazendo da economia pastoril um estágio de transição entre o Nordeste, como era entendido até o século XIX, área de abrangência da dominação da capitania de Pernambuco, para o Nordeste como começou a ser forjado pela divisão internacional do trabalho a partir do final dos novecentos. O nordeste das secas, área de abrangência do domínio do semiárido, o nordeste algodoeiro-pastoril.

Antes de detalhar o processo de autonomização da propriedade da terra e da instituição de uma geografia econômica extrativa e a formação de uma burocracia senhorial nos caminhos abertos pela colonialidade na abrangência do Jaguaribe, é importante reiterar que a territorialização das comarcas no sentido norte da capitania de Pernambuco, mesmo caminho percorrido pelas entradas, simboliza a celebração de um pacto de poder entre os vencedores da guerra dos Bárbaros, estabelecido nas fazendas de gado, e entre as elites litorâneas que financiaram essas entradas. Uma Geografia do poder que assegura a perpetuação da drenagem de renda capitalizada do continente com a crise do açúcar e o avanço em passos largos da territorialização colonial meridiano por meridiano, rio por rio.

Esse período é lido por Reis Jr. (2014), como momento significativo para formação das comunidades camponesas e tradicionais dispersas pelos sertões e vales da região do Cariri, Sul do Ceará, e em toda a abrangência do Rio Jaguaribe. Para esse autor, o avanço de grandes propriedades e a ação do Estado colonial na busca pelo controle do trabalho, levaram em fins do século XVIII, à expulsão de muitas famílias de posseiros que viviam enredados pelas grandes propriedades na costa Atlântica das províncias de Alagoas, Pernambuco, Ceará e parte do litoral maranhense.

Naquele momento foi criado um tripé de instrumentos expropriatórios: a proibição de certos cultivos por parte dos pequenos produtores (como o caso do algodão); a apropriação formal por parte da Coroa, das terras de mata virgem localizadas entre o Sul da então comarca de Alagoas e os arredores da vila de Fortaleza (no ano de 1799); o recrutamento militar dirigido preferencialmente contra os distritos camponeses, provocando fugas e deserções em grande número. A população reagiu, negando-se ao recrutamento e também mantendo seus plantios nas áreas proibidas. O resultado, em muitos casos, foi a luta no campo e a pauperização ainda maior de boa parte dessas comunidades. (REIS JR. 2014, p. 85).

Oliveira (1981) analisa esse contexto como constitutivo da crise da economia do açúcar nas províncias do litoral. Como resposta à fuga das condições de investimentos expansivos em cultivo de cana, a elite escravocrata estruturou um processo de recriação da acumulação primitiva, estimulando nas franjas das grandes propriedades o cultivo de mantimentos alimentícios em um sistema de trabalho conhecido por Cambão, no qual as famílias camponesas

estiveram subjugadas a trabalhos compulsórios e gratuitos para conseguir permanecer nas propriedades.

Muito embora a mobilidade populacional em direção ao sul do Ceará, e para área de abrangência das imediações do rio Jaguaribe, tenha se intensificado no início do século XX, com o fenômeno das secas e as romarias para o Juazeiro do Norte, muitas famílias migraram para a região do Cariri e abrangência da bacia do rio Jaguaribe ainda no século XIX; é o que podemos verificar a partir das análises realizadas pelos autores referidos. Tais famílias estabeleceram moradas nas dominâncias das propriedades dos latifundiários locais, oferecendo serviços, dando origem a uma quantidade considerável de comunidades camponesas no decorrer do rio.

Muitos despossuídos buscaram o Cariri. Como a própria Câmara do Crato relatou no ano de 1846, ao comunicar que a seca do ano anterior fizera cerca de vinte mil pessoas migrar para a região, na esperança de obter melhores condições de vida. (...) Agricultores, pequenos produtores, fazendeiros, oleiros, carpinteiros, ferreiros, mercadores, tropeiros, homens e mulheres livres e também escravos circulavam pelos caminhos do Cariri, em seus povoados, vilas e na cidade do Crato, trabalhando, comercializando, trazendo notícias, visitando familiares e amigos. Em meados do século XIX, o predomínio das atividades ligadas ao mundo rural era combinado com as exercidas nos núcleos urbanos das vilas e da cidade do Crato”. (REIS JR. p. 84 - 85).

Então, a economia pastoril, considerada por alguns autores como de natureza rústica e extrativista, que demandava uma extensão territorial muito ampla e o percurso de vastas distâncias para se realizar enquanto lucrativa, começa a ser inflada de força de trabalho que passou a possibilitar uma transição para outras formas de exploração econômica, custando um valor baixíssimo para os senhores de terra. Estes, por sua vez, dispunham de posses de pessoas escravizadas, porém a dinâmica de realização do trabalho dos engenhos de rapadura, dos cultivos de mandioca e da pecuária não foi conduzida totalmente por essa força de trabalho.

Concomitante à essa diversificação produtiva e à imobilização de capital físico nas abrangências do Jaguaribe e de seus rios formadores, o proprietário de terra vai se convertendo em um produtor rural de amplos poderes aquisitivos, mas também em um intermediário comercial que recebe, como comprador exclusivo, a produção de famílias camponesas instauradas em suas terras e realiza a comercialização com a rede de circulação comercial assegurada com a constituição de um permanente estado de exceção nos sertões, a paz colonial.

Concomitante à montagem dessa nova geografia econômica na bacia do rio Jaguaribe o Estado colonial foi promovendo um processo de autonomização territorial instituída na forma política do ouvidor geral, da titulação de latifundiários como membros da guarda nacional e a

distribuição de cargos públicos ocupando funções diversas, como: delegados, professores primários, agentes dos correios, coletores gerais, escrivães, promotores, juizes de direito e de paz.

Nesse momento da formação territorial, pensando como o conjunto de guerras repercute nas relações sociais e na produção de hierarquias raciais e de classes, Alliez e Lazzarato (2021), nos instruem que dois aspectos constitutivos da territorialização das relações capitalistas de produção ganham aspectos de institucionalidade. A concentração e monopolização dos títulos de propriedade pelo capital vai se constituindo em uma marcha desigual concomitante à desagregação econômica da escravidão como um setor (re)produtivo, e a concentração e monopolização da força pelo Estado ganha na formação da Guarda Nacional uma instituição de exercício legítimo da violência.

Processos que se alimentam reciprocamente (...). Sem o exercício da guerra no exterior e o formato da guerra civil no interior das fronteiras do Estado, o capital jamais poderia se constituir. (...) A expropriação dos meios de produção e a apropriação do exercício da força são as condições da formação do capital e da constituição do Estado, que se desenvolve paralelamente (ALLIEZ e LAZZARATO, 2021 p. 14-16-58).

As sedes das comarcas passaram a se constituir, como vilas de considerável aglomeração urbana construídas a partir de diretrizes regidas pela Carta Régia do Icó de 20 de junho de 1736, orientando a escolha do sítio em lugar saudável, com bom provimento de água, deixando espaço para se edificarem casas, tendo a centralidade marcada por uma praça e dali delimitadas ruas retas e bastante largas; uma das primeiras prerrogativas das ordenações régias do século XVIII era que as vilas margeassem o rio Jaguaribe (JUCÁ NETO, 2012). Ainda nessa disposição encontramos a área central de cidades como Crato e Aracati (ambas às margens de cursos de rios ligados ao Jaguaribe), consideráveis expoentes da tradição urbanística lusitana na província do Ceará, mas também Icó e, principalmente, a vila de Baturité, que ainda hoje dispõe dos prédios da sede administrativa, presídio e câmara.

Essa dinâmica movimentação política nas principais vilas repercutirá a constituição de uma cultura burocrática que se manteve conectada à efervescente vida urbana de Recife, para onde iam os filhos dos senhores de terra, para se formarem padres ou juristas. A exemplo de Tomás Pompeu de Souza Brasil, padre, advogado e professor de História e Geografia, e dos 280 cearenses formados em Direito em Recife entre 1832 e 1889, como nos alude Cordeiro (2000).

Esse trânsito intelectual burocrático, assegurado pelos fundos de recursos auferidos com a diversificação produtiva nas comarcas do Ceará, esteve diretamente envolvido no contexto

conflituoso entre uma incipiente burguesia comercial e o Estado colonial, que teve como um dos principais expoentes a Confederação do Equador. Movimento de cunho abolicionista e republicano que foi um dos impulsionadores das pressões políticas internas para a independência da colônia e proclamação da república.

Para Oliveira (1981), as autoproclamadas revoluções nordestinas, refletem a continuidade do exercício de influência política de Recife em uma vasta hinterlândia que atinge o Piauí no sentido leste e o Ceará no sentido Norte, passando por Paraíba e Rio Grande do Norte, fazendo repercutir um conjunto de contradições entre diversas formas de produzir e se apropriar de valor. As ações políticas independentistas opunham os interesses internos da produção de riqueza, intermediados agora pelos interesses da Inglaterra, como potência capitalista hegemônica.

Afinal, como nos alude Santos (2018), a coroa já em 1783 estudava possibilidades de diversificação produtiva das províncias mais ao norte da capitania de Pernambuco. Com experimentos que envolviam desde melhoramentos nas técnicas de manuseio com o gado até a pretendida intensificação de cultivo comerciais do algodão, essas elites em formação a partir da expansão territorial estavam nos planos da coroa como possíveis produtoras de saídas para a realização do Antigo Sistema Colonial enquanto Guerra e crise permanente. Essa elite senhorial desempenhou um importante papel na autonomização do Estado como conhecemos hoje.

É por esse motivo que a Confederação do Equador não se trata somente de um exercício de influência direto dos textos iluministas e das teses liberais que circulavam entre os intelectuais senhoriais que dialogavam entre si mediante instrumentos de imprensa e cooperavam na realização de negócios e no enfrentamento às secas. Percebemos a expressão política de uma elite senhorial ancorada em uma produção de riqueza reproduzida a partir de usos e transformações da dinâmica do Jaguaribe. Foi nesse ensejo que o diácono José Martiniano de Alencar, filho de Bárbara de Alencar (e pai do escritor José de Alencar) e emissário do Governo Revolucionário de Pernambuco, subiu ao púlpito, de batina e roquete, na Matriz de Nossa Senhora da Penha, e proclamou a Independência e a República do Brasil. A bandeira revolucionária foi hasteada sob uma rajada de tiros, no dia 03 de maio de 1817.

Apesar da infrutífera repercussão no âmbito pragmático do ato, e tendo sido rapidamente invalidada a ação, perseguidos, presos e assassinados os responsáveis, essa atitude demonstra um grau de articulação política de uma elite senhorial que dispunha de intelectuais e burocratas que desempenharam papéis significativos no largo contexto da crise do Império, Independência, abolição da escravidão e da proclamação da República.

Os estudos geográficos realizados por Pompeu Brasil em 1864 nos aludem que as décadas que sucederam esse contexto de ríspidos conflitos foram marcadas por uma crise econômica na província do Ceará. Nos diz ainda, o referido pesquisador, da ocorrência de intensos conflitos entre famílias criadoras de gado e detentoras de engenhos de cana-de-açúcar. A mobilização de jagunços instaurou uma espécie de guerra civil, com pouca possibilidade de mediação do Estado colonial, entre produtores da comarca de Crato e Saboeiro, que legou uma toponímia de lugares que foram percorridos por essas guerras, como Arraial, Emboscada, Tropas, Defunto, Batalha, Pendência, todos nas proximidades de Saboeiro.

O Crato vae em grande progresso, e tem proporções para ser um dos pontos mais ricos e importantes do Brasil, e estaria hoje mais próspero a não serem as convulsões políticas por que tem passado. Pelo meado do século passado a família Monte desaviu-se com a família Feitosa, do Inhamuns, e estiveram em Estado de guerra aberta por muitos anos, dando-se recíprocos combates e grandes devastações. (BRASIL, 1864 p. 111).

Esse encadeamento de fatos constitutivos do curso analítico da geografia histórica do capitalismo nas dominâncias do rio Jaguaribe que ora ensaiamos, nos faz perceber que subjaz ao contexto de velozes transformações políticas do século XX<sup>52</sup>, uma dinâmica territorial diretamente herdeira dos massacres das guerras dos Bárbaros e onde estavam postos os fundamentos das transformações que amplificaram a internacionalização do Ceará com o cultivo de algodão e as ferrovias.

Por mais que a solução hidráulica<sup>53</sup> seja identificada como uma premissa ou racionalidade espacial concernente à consolidação de políticas clientelistas da Velha República, conseguimos perceber a formação de elementos centrais dessa ideologia espacial no processo de formação das elites senhoriais, tais como o papel desempenhado pelo proprietário de terras que passou a manobrar a realização do Estado para imobilizar capital físico com vistas a acumular água a partir da exploração do trabalho, conseguindo drenar rendimentos fiscais para formação do Estado territorial. Esse exercício de raciocínio tem nos mostrado que as premissas ou fundamentos desse conjunto de intervenções são desdobramentos de dinâmicas relacionados a tempos muito mais longos.

Esse intento de manobrar a reflexão geográfica em tempos largos, onde o pensamento regressivo-progressivo move-se também à montante e à jusante dos Rios, buscando entender como o controle da sua realização explica a geografia do capitalismo, coloca-nos diante de um

---

<sup>52</sup> Um tempo marcado pela constituição de movimentos políticos de cunho religioso, pela territorialização do cangaço e pela autonomização do Estado a partir das políticas hídras.

<sup>53</sup> Termo que ajunta o conjunto de intervenções do Estado para vencer as condições climáticas dos sertões brasileiros

entendimento que nas políticas territoriais de aldeamentos do século XVI estavam expressas as matrizes do raciocínio espacial que se materializaram em estratégias de confinamento e comportamento dos rios.

Com isso queremos refletir, antes de nos atermos mais diretamente acerca da regionalização do rio promovida pela geografia econômica concebida no segundo reinado, a partir da instituição de comarcas, que os sentidos da colonialidade expressos nos capítulos anteriores e reelaborados com os movimentos incipientes para a instituição da propriedade privada e a autonomização do Estado, estão perpetuados ainda hoje nas políticas hídricas erigidas no Ceará, justamente porque a organização política de sobrepostos circuitos de extração e produção econômica se fazem atualizando os regimes de usos concentrados das águas que formam o rio Jaguaribe. Dizendo de outra maneira, o aprofundamento dos usos da natureza, como instrumento de valorização, reelabora e aprofunda os caminhos das águas imaginados no período colonial.

A marcha à jusante da autonomização do Estado colonial, referida anteriormente, que atingiu a constituição da primeira comarca no Ceará, em Aquiraz na primeira metade do século XVIII, amplifica-se nas primeiras décadas do século XIX e, da forma como é pensada, dinamiza os significados das vilas criadas no início do século XVIII, articulando uma primeira ação planejada de controle e usos do rio envolvendo toda a sua abrangência. Como veremos, a geografia do poder colonial no Jaguaribe, que foi dinamizada pelos referidos movimentos populacionais e pela diversificação produtiva, é pensada como uma ação escalar de controle do rio.

Se observarmos um mapa de escala que abrange toda a bacia do Rio, até que se assemelham as grafias da regionalização da bacia hidrográfica atualmente em vigor, que pensam de maneira integrada as possibilidades de otimizar as formas de extração e confinamento das águas com a política de regionalização das comarcas que veremos a partir de agora. Essa geografia política do poder colonial, que fatiou a realização do rio em comarcas, e que é um produto da expansão econômica, passa a realizar a dinâmica do rio como um laboratório de técnicas de confinamento e extração de riqueza. Muito concernentes com à geografia histórica da colonização realizada até então e muito significativa para constituição do rio como está conformado hoje.

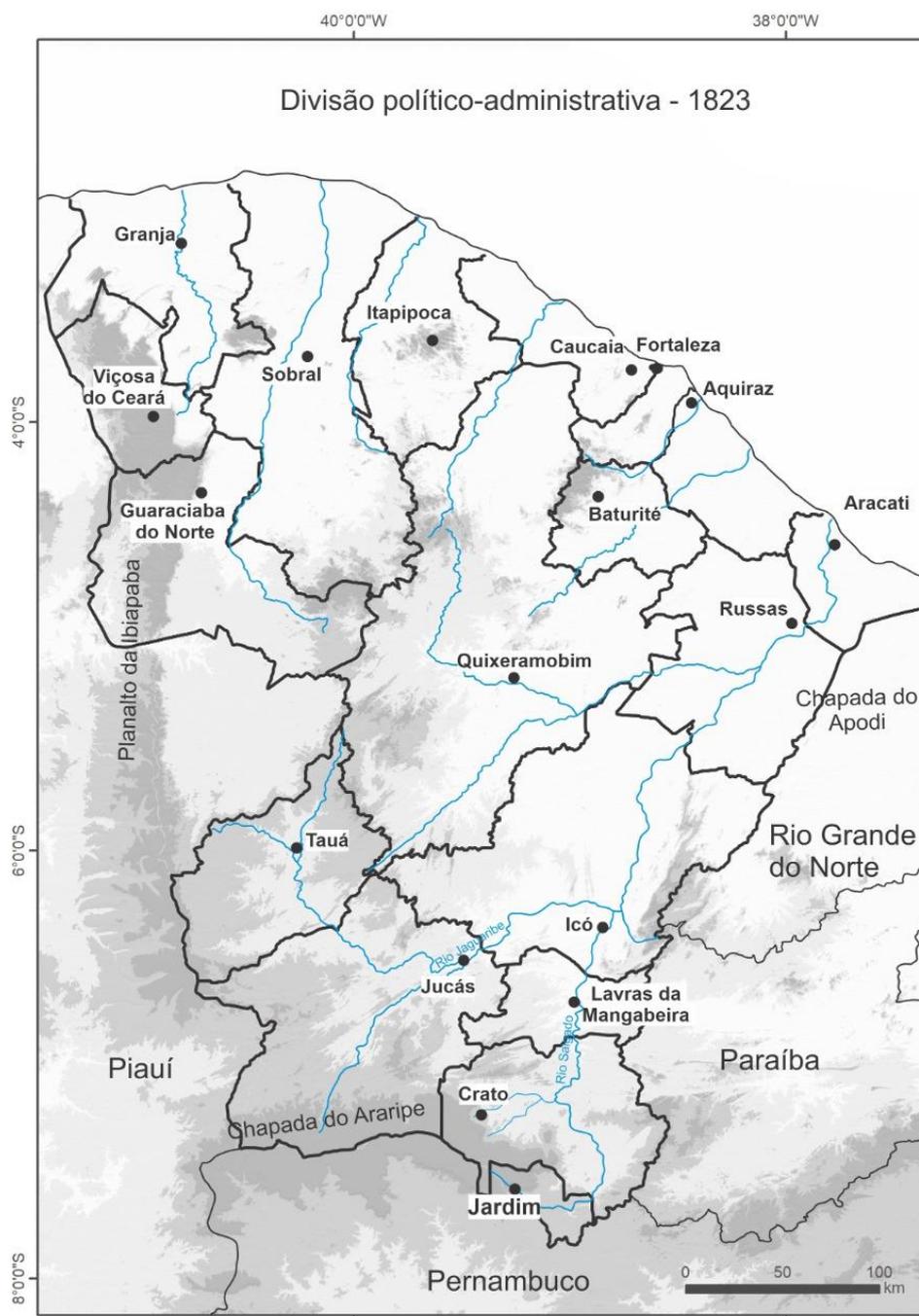
## **4.2 Transformações territoriais no Jaguaribe: a sociedade senhorial e a diversificação produtiva**

Das comarcas instituídas no Ceará ao longo de todo o século XIX, sete estavam dispostas na abrangência da bacia do Rio Jaguaribe, cada qual cumprindo papel fundamental na territorialização do Estado Colonial. Pompeu Brasil, em 1864, elaborou um Ensaio Estatístico da Província do Ceará, e a partir da análise desse documento, em diálogo com as pesquisas referidas ao longo desse capítulo, poderemos mensurar com exemplos concretos como essa geografia econômica conseguiu impor um conjunto de intervenções técnicas na dinâmica dos rios que, somadas as telhas d'água mencionadas no capítulo 02, promoveram a diversificação produtiva manejando os fundamentos territoriais do confinamento do rio como forma de gestão territorial da dinâmica do trabalho.

A regionalização da atividade produtiva fez com que as decisões políticas quedassem concentradas nas primeiras vilas instituídas ao longo do rio e referidas no capítulo 02 (mapa 06), funcionando como matrizes ou polos irradiadores do poder colonial. À medida que outras regiões angariavam mobilização de poder econômico e político para solicitar a instituição de uma comarca, essas estavam intermediando a mediação fiscal e jurídica. São essas Aracati e Crato, instituídas como Comarcas em 1816, ambas situadas nos extremos da formação da bacia. Crato com fortes relações econômicas e políticas estabelecidas com o sertão do São Francisco e do Piranhas-açu, e Aracati na desembocadura do rio, nas proximidades com a fronteira com o Rio Grande do Norte.

O desmembramento das Comarcas de Icó, em 1833, de Aracati, e Quixeramobim no mesmo ano, da Comarca de Crato, diz respeito à dinamização dos fluxos de renda no médio curso do rio. A criação da Comarca de Inhamuns, em 1836, e de Saboeiro, em 1859, denota a territorialização da malha jurídica do Estado colonial na direção do Oeste para as proximidades com a fronteira com o Piauí. Desta feita, a criação da comarca de Jardim, em 1859, denota que o Estado colonial abrangia juridicamente toda a extensão da Chapada do Araripe, que possuía as principais fontes de aporte ao Jaguaribe já em meados do século XIX, perfazendo um domínio de Leste a Oeste.

**Mapa 08:** Comarcas: divisão administrativa do Ceará (1823).



Mapa 8: Divisão político-administrativa. Comarcas em 1823. Fonte: Construído com a base de dados do IPECE com informações de BRASIL (1869; 2007).

No mapa 08 estão representadas as Comarcas que perfaziam a regionalização da administração colonial na Província do Ceará no ano de 1823. As comarcas analisadas de Jardim, Crato, Jucás, Tauá, Lavras, Icó, Quixeramobim, Russas e Aracati perfazem uma geografia de controle territorial do Rio Jaguaribe em aspectos econômicos e militares.

Isso nos indica que o sistema-mundo colonial conseguiu erigir uma geografia do poder hierarquicamente articulada, envolvendo toda a abrangência da bacia onde há um século instituíam-se as primeiras sesmarias após a finalização da guerra dos bárbaros. Cabe ressaltar que a marcha de instituição jurídica do Estado colonial no Ceará não segue de maneira mecânica no esteio da constituição de circuitos econômicos consolidados. Como vimos no capítulo 02, as fazendas de criação de criação de gado se consolidaram muito antes no médio curso do rio que no alto ou baixo curso. No entanto, a capacidade de diversificação produtiva e de fortalecimento financeiro da elite senhorial no extremo sul da província conseguiu imobilizar recursos políticos e econômicos para lograr tal feito, assegurados pela exponente ampliação dos engenhos de açúcar na transição do século XVIII para o XIX.

No plano funcional, a tendência da evolução do sistema judiciário foi para a crescente complexificação, por meio da instituição de um modelo hierarquizado com a subordinação dos ouvidores senhoriais aos ouvidores da coroa e destes aos desembargadores das Relações da Bahia e do Rio de Janeiro, e de todos eles aos tribunais superiores de Lisboa e ao rei. O processo revelou-se demorado e conflituoso, uma vez que enfrentava resistências na base do sistema com a esfera de atuação dos municípios e no topo com os governadores ou capitães-mores das capitanias (neles se incluindo os donatários) e com o governador-geral. O resultado foram múltiplos conflitos de jurisdição que, como está bem estabelecido pela historiografia, eram endêmicos da cultura política dominante (CUNHA e NUNES, 2016 p. 08).

Esse fato está ligado à centralidade geopolítica exercida pela Chapada do Araripe no âmbito do Nordeste setentrional, que possibilitou uma capacidade de escoamento da produção de maneira mais integrada e rápida. Bem como ao fato de a dinâmica de circulação das águas superficiais nessa região apresentar volumes mais elevados. Nas encostas do altiplano as propriedades privadas desfrutaram da possibilidade de mover processos produtivos com os latifúndios regados permanentemente por água advinda de fontes naturais.

A instituição de cada uma dessas comarcas se fazia a partir da realização de aportes de recursos realizados com a diversificação produtiva. A primeira metade do século XIX foi um momento de intensificação dos fluxos econômicos entre essas comarcas e de instituição de estruturas de centralização das decisões políticas que formaram as bases do Estado colonial. Passemos a refletir, a partir de agora, sobre como se imbricam essas duas premissas, e quais as implicações territoriais da materialização e objetos de controle do rio como (re)produtores da dinâmica de expansão da sociedade senhorial.

#### 4.2.1 O baixo curso do Jaguaribe: o rio das grandes secas e enchentes e os projetos de controle territorial das águas

A Comarca de Aracati, no Baixo Jaguaribe, compreendia os termos de Aracati e Russas, já no limite com o médio curso do rio. A utilização das águas para agricultura dava-se com mais intensidade em Russas, quando em 1854 dispunha de 218 fazendas de criação, 16 engenhos para cana e muitas lavras de exploração de farinha de mandioca. Na dominância do termo de Russas, que hoje abrange municípios do baixo curso do Rio como Limoeiro (do Norte), Jaguaruana e Tabuleiro do Norte, a extração de cera de carnaúba foi uma notável atividade econômica que, pelas suas condições de cultivo constituíram a diversificação produtiva que logrou produzir renda para autonomização da propriedade privada no vale do Jaguaribe. “Limoeiro é uma povoação nova junto à margem direita do Jaguaribe, que em [18]42 alagou, tem 40 casas de telha, com 140 a 150 habitantes, e em roda nas palhoças haverá ainda uns 100 habitantes; de escravos talvez haverá 20”. (ALEMÃO, 2006 p. 118).

Como nos alude Guimarães Duque (2004), a carnaubeira, que é uma árvore não desgastante do solo pela lentidão do seu crescimento, foi para os proprietários de terra uma grande vantagem por não competir, na exploração da força de trabalho, com as outras atividades da fazenda. Uma vez enraizada a lavoura, os cortes das folhas e o beneficiamento são feitos de setembro a dezembro, no verão, época em que não há plantios na terra seca, nem cultivos, e as safras já foram terminadas. Dado o fato de demandar atividade lenta e artesanal, a coleta de um quilo de cera era preciso a dedicação de 09 horas de trabalho. No ano de 1854, como nos alude Sousa Brasil (1864), foram exportadas 50.000 arrobas (ou 750.000 kg) do porto de Aracati.

Esse cultivo demonstra a diversificação da exploração da força de trabalho que se fixou no vale do Jaguaribe obedecendo à dinâmica econômica que aludimos anteriormente, permitindo para o proprietário de terras uma alternância de rendimentos e uma possibilidade de exploração do trabalho continuada, mesmo em meses sem chuva.

Aracati, a primeira vila da província criada por motivações econômicas ainda no século XVIII, era um local que tinha em meados do século XIX, casas comerciais de importação e exportação. Os produtos advindos de outras províncias ou do interior adentravam o continente até Icó ou Crato onde eram adquiridos nessas vilas e comercializados com as províncias do entorno.

A comarca de Aracati recebeu a visita da Comissão Científica do Império que, entre 1859 e 1861, percorreu realizando estudos etnográficos, biológicos, historiográficos e

geográficos, a Província desde Fortaleza até Aracati, e adentrando o continente, sempre acompanhando o curso do Jaguaribe, chegou em Crato. Feito que legou interessantes estudos sobre a província, que já era nesse momento notada pela problemática envolvendo as secas. A produção de uma expedição científica estava coadunada, contudo, muito mais com as intenções da Coroa em promover a diversificação produtiva em expansão pelo seu interior e a busca por metais preciosos.

O Ceará foi definido como primeiro destino da expedição por causa de suas promessas de riqueza. Desde a colônia havia relatos sobre indícios de minerais nas serras cearenses, e duas lendas muito difundidas falavam de jazidas escamoteadas por holandeses e tesouros abandonados pelos jesuítas com a expulsão da Companhia de Jesus. O problema da seca não teve relevância, pois era visto como um questão regional, sem a dramaticidade que assumiu em poucos anos. E um atrativo extra pesou na escolha pelo Ceará. Havia alguns meses, o governo estudava com cientistas franceses um projeto de aclimação de camelos ao Nordeste brasileiro. O IHGB poderia, assim, assumir também a responsabilidade de testar os dromedários como alternativa ao jégue no transporte de lonas distancias desérticas. (MOREIRA, 2021 p. 12).

A referida Comissão repercutia a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro que, com a corroboração o imperador Pedro II. Uma comissão composta por naturalistas e pesquisadores brasileiros estava incumbida de apresentar em detalhes os recursos naturais e a diversidade de populações espalhadas pelo vasto território continental. A ideia do imperador era que, para além de fornecedor de peças para coleções naturalistas, o Brasil pudesse produzir um conjunto de conhecimentos científicos em um momento de efervescência das ciências naturais.

Escolhidos a partir de uma consulta realizada no IHGB os intelectuais estavam divididos em cinco seções sob as quais foi estruturada a comissão. Francisco Freire Alemão, incumbido de realizar investigações Botânicas, legou para os estudos científicos que o sucederam, além de relatórios e descobertas, identificações e catalogação de novas espécies de plantas, um diário de viagem que traz interessantes apontamentos sobre as formas de trabalho e os costumes dos locais por onde passou a comissão.

A partir da análise desse documento, percebemos que Aracati vivenciava, no momento da sua visita, a repercussão da crise da pecuária provocada pelo conjunto de secas ao longo do século XVIII (1721-1725; 1736-1737; 1745-1746; 1777-1778; 1791-1793) e uma gradual transição para a inserção no circuito produtivo do algodão, que significou uma redução do exercício de sua influência regional, provocada pela transferência do comércio de carne de charque para o Rio Grande do Sul.

Freire Alemão descreveu Aracati como um lugar que exercia uma centralidade comercial, atribuindo essa característica ao fato de localizar-se às margens do Jaguaribe, e mencionou que o comércio realizado com Crato, Icó e Quixeramobim se fez no âmbito do leito do Rio<sup>54</sup>. O naturalista escreveu suas impressões sobre o comércio da seguinte maneira “não vejo esse movimento que se viu dizer. Vejo a rua quase sempre quieta e deserta – portas e janelas sem gente ou fechadas, de vez em quando passam pelas ruas grandes carros com fardos de algodão puxados por seis e oito juntas de boi”. (ALEMÃO, 2006 p. 58).

Fortaleza assumia gradualmente esse posto de centralidade dos cultivos do algodão e consolidará essa posição no final do século XIX, a partir da centralização das atividades de comercialização do algodão. Nesse momento, Fortaleza dispunha de uma população de 42.458 habitantes, enquanto Aracati dispunha de 38.840 (BRASIL, 1864), dados imprecisos tendo em vista o contexto censitário da época, mas que denotam um processo de transição hegemônica em curso que viria a se consolidar nas décadas seguintes.

Essas duas cidades lidavam com a problemática das águas nesse momento no sentido de promover um sistema de abastecimento urbano e do controle da vazão das cheias dos rios Pajeú, em Fortaleza, e Jaguaribe, em Aracati. Essa justificativa será utilizada no século seguinte como fiadora da necessidade de construção de grandes açudes e barragens no médio curso do Jaguaribe.

Em roda da cidade há grande número de palhoças, mas não arruadas. Nas grandes cheias do Jaguaribe, como uma de [18]39 e [outra] de [18]42, toda a cidade fica embaixo d'água, há casas que ficam com água pelas vergas das juntas e pelas e pelas ruas andam canoas e lanchas, e de circunstância mui forte. Nessas ocasiões quase toda a gente sai da cidade tirando seus móveis e os que têm sobrado os passam para cima, como fazem as vendas, armazéns e lojas, muitas casas se arruïnám e o espetáculo deve ser medonho, porque toda a grande vargem fica submersa, formando um vasto lagamar, do meio do qual surgem as casas ou antes os sobrados e as igrejas. Esse Estado dura alguns dias, as vezes 15 ou mais. (ALEMÃO, 2006 p. 68).

As enchentes são comuns em períodos de chuvas, quando o rio corria livre pelas vastas áreas da depressão sertaneja, em virtude de seu caráter intermitente impossibilitar a formação de profundos canais de contínuas durações. É muito comum, mesmo em Aracati, a presença de grandes extensões alagadas e uma profundidade reduzida. “O Rio Jaguaribe tem de largura por onde temos andado, e pelo que posso conjeturar, uma, uma e meia a duas léguas, e tudo fica

---

<sup>54</sup> Pompeu Sobrinho em seu Ensaio Estatístico registra que as casas importadoras despacham suas fazendas no Rio Grande ou na Fortaleza. Exporta em algodão para cima de 50.000 arrobas; mais de 30.000 calçados, muita cera de carnaúba, obras de palha, etc. Sua importação direta é por cabotagem, excede a três mil contos. Em 1857 entravam em seu porto 67 embarcações da companhia pernambucana.

embaixo d'água nas grandes enchentes, dando vau ou nado e na extensão por ele acima". (ALEMÃO, 2006 p. 106).

Por isso, foi por longo tempo tido como indisciplinado o rio que avança com rapidez no período de chuvas até atingir lugares onde foram estabelecidos os sítios das principais vilas coloniais. Nesse leito de paisagem variante os camponeses utilizam para realizar agricultura de vazante ou o plantio de culturas que demandem uma quantidade maior de água. Essa dinâmica fugidia e "indisciplinada" do rio não estaria associada à condição de mobilidade de alguns povos lidos como nômades que viveram nos séculos anteriores ao processo de colonialidade? Fica evidente que a fixação de estruturas de comportamento foi disciplinando o rio ao novo contorno de seus leitos ensejados com a colonização.

A divisão do trabalho para o abastecimento de água urbana, desde os mananciais até os receptores de água potável, era composta por carregadores que circulavam pelo interior da vila. Essa atividade profissional estava regulamentada no código de posturas de Aracati, de 1837 (DINIZ, 2013).

Além das cacimbas públicas e dos "Chafarizes de Aracati", o uso de bicas, geralmente feitas de carnaúba nos telhados das casas serviam para complementar a quantidade de água necessária ao consumo doméstico durante a quadra chuvosa. A técnica garantia importância maior nos períodos de cheias quando o Jaguaribe inundava toda a extensão da vila, cobrindo cacimbas, principais fontes de água potável, e, em 1839 quase por completo o "Chafariz do Aracati". (DINIZ, 2013 p. 162).

Advinda dos Caponga, palavra que Freire Alemão indica serem chamados os poços rasos para conseguir água; lagoas ou açudes,

(...) a água que se bebe na cidade é vendida por todas as manhãs pela cidade em barris, carregados em carros, trazendo cada carro 40 barris, e os vendem a 40 réis. Os barris (...) tanto os dos carros como os são carregados ao ombro". (ALEMÃO, 2006 p. 73).

Nos chama atenção em pesquisa feita por Diniz (2013), a realização de uma obra hídrica, de proporções consideráveis para a época, que trazia água de uma fonte que se distanciava 12 quilômetros do perímetro urbano e foi descrita com entusiasmo por outro viajante naturalista, o inglês George Gardner, como um feito importante para o suprimento de água de qualidade para a cidade. "A lei nº 33 de 05 de outubro de 1837, aprovada pelo presidente da província José Martiniano de Alencar, concedeu a José Maria o privilégio de construir um chafariz que traria água da Beirada, região distante da urbe na qual se localizava um notável olho d'água". (p. 161).

O empreendimento instaurava uma nova relação com a água, abrindo um novo campo de possibilidades à exploração do recurso. Até então o líquido era gratuito, ficando a cargo de cada um como obtê-lo. (...). Surgia uma nova relação de poder com essa configuração de acessibilidade à água. Diferente da coleta em fontes privadas, (...) onde o proprietário arrogava para si diversas prerrogativas, inclusive de interesses políticos, (...) o novo acesso ao líquido era pautada por uma relação impessoal, pois a obrigação do concessionário era fornecer água para toda a vila, melhor dizendo, para todos que pudessem pagar por ela. (DINIZ, 2013 p. 161).

Concomitante a esse processo, Fortaleza também enfrentava um conjunto de questões que levaram à realização de um planejamento para controle da circulação dos corpos hídricos. A presença de lagoas nas proximidades do centro, e de rios que conectavam esses corpos hídricos, era alimentada por índices pluviométricos 50% mais elevados que a média do Estado. Maia Neto (2013), em pesquisa sobre esse contexto, nos alude que um conjunto de intervenções emergenciais realizadas entre os anos de 1847 e 1850 modificou a circulação das águas. A construção de duas barragens, uma em uma lagoa ligada ao rio Pajeú e outra contendo as águas desse mesmo rio, e o aterro dos pântanos da Prainha, sob a justificativa de resolver o problema da febre, foram possíveis a partir da introdução de ferro fundido nas construções, e da contratação de um corpo de científico composto por engenheiros advindos de Recife.

Esse conjunto de transformações primárias na dinâmica de realização dos rios em Fortaleza nos sugere que a transição hegemônica em curso que consolidaria essa cidade como capital do Estado, local sede das principais empresas de comercialização do algodão, significava também uma ampliação de sua capacidade de transformar a dinâmica de realização dos rios e lagoas no contexto da expansão urbana.

Muito embora Fortaleza não faça parte, originalmente, da bacia hidrográfica do Jaguaribe, esses exemplos analisados pelas autoras nos são úteis para pensar a história da destruição dos mananciais hídricos da região que hoje está enredada na Região Metropolitana de Fortaleza. O acentuado crescimento populacional no século XX, fez com que essa região demandasse o seu lugar na bacia do Jaguaribe, mesmo que para isso fossem necessárias modificações radicais no curso original do rio<sup>55</sup>.

Importa nesse momento perceber, a partir desses exemplos empíricos o quão as relações com as águas estão inscritas no fazer ontológico do espaço geográfico. A autonomização do Estado territorial, a individualização da propriedade privada, a diversificação produtiva e a ampliação da exploração da força de trabalho, que impuseram uma urbanização e asseguraram

---

<sup>55</sup> Como nos referimos anteriormente, um conjunto de transposições hídricas que conformam os sistemas do Canal do Trabalhador, contruído na década de 1990, e o Eixão das Águas conduzem águas do Jaguaribe para abastecer o Açude Gavião, que abastece a Região Metropolitana de Fortaleza.

rendas para constituição de uma elite burocrática e intelectual, atenuada com os avanços tecnológicos no século XIX, não poderiam se realizar sem promover alterações drásticas na circulação dos corpos hídricos.

A marcha de autonomização do Estado territorial que estamos analisando vai desenhando, a partir de objetos isolados e dispersos, técnicas de controle do rio que modificam as relações das pessoas com as águas. Estimulam ainda a apropriação privada da água e o controle de acesso a esta, estando subjugada ao condicionamento das relações de poder estabelecidas em uma sociedade latifundiária e escravocrata. Com essas intervenções, entram em curso ações territoriais que automatizam e estimulam a comercialização da água como instrumento de reprodução capitalista do espaço.

Essas intervenções podem ser analisadas de maneira cumulativa ao conjunto de modificações mencionadas no capítulo anterior com a instituição das telhas d'água, compondo um conjunto disperso de intervenções nos locais de nascedouro e desembocadura do rio, ambos com aportes que acumulam volumes elevados de água superficial. Um onde as águas brotam da terra e são dispostas em pequenos veios que formam os afluentes principais do rio (latifúndios irrigados), outro em forma de um canal largo que converge todo o movimento do rio (utilizado para o comércio, abastecimento urbano e navegação). Contexto que demonstra que a autonomização o Estado territorial significou no Ceará um progressivo controle do rio, ascendendo pelas beiradas da bacia, partindo dos entroncamentos principais das entradas coloniais.

Movimento de ascensão e descimento a partir das principais vilas, centros de circulação do poder econômico. Marchas de constituição de objetos de controle do rio como materializações das relações de controle do trabalho à montante e à jusante, partindo de Aracati e Crato. Essas dinâmicas territoriais de controle do rio, por enquanto compostas por ações isoladas e descontínuas, forjam o médio curso da bacia como local por excelência de concentração de grande investimento de captação, armazenamento, local de origem e chegada de transposições de hídricas. Por ser o médio curso um local para onde convergem muitos caminhos das águas, sendo uma depressão que se torna um lugar no sistema-mundo com a expansão comercial de cultivos agrícolas, utilizada como base propícia para estruturar grandes objetos de concentração e (re)produção dos rios como instrumentos de controle territorial.

Esses movimentos territoriais de constituição de objetos de poder sobre o rio demonstra a consolidação de uma elite senhorial e são a base da organização das políticas hídricas no Ceará da forma como conhecemos hoje. À medida que a economia se insere com mais vigor no sistema-mundo colonial, a produção do espaço vai adaptando a dinâmica de circulação das

águas, convertendo o rio ao mesmo tempo em instrumento de gestão de pessoas e concentração de poder.

Todo esse conjunto de equipamentos, nesse momento dispersos pelo amplo território, consegue materializar, a partir da exploração do trabalho, esse conjunto de transformações territoriais enredados com o desenvolvimento do capitalismo em intervenções que se convertem em imagens do progresso. Objetos-síntese que carregam consigo as técnicas de confinamento e comportamento gestadas nos séculos anteriores e legam para as próximas décadas um alicerce de feitos sobre o qual será erigido um sistema de controle do rio que tem uma larga história.

#### 4.2.2 O médio curso do Jaguaribe: “tudo era movido pela água que vinha do açude”

No médio curso da bacia do Jaguaribe, a Comarca de Icó compreendia os termos de Pereiro, nas proximidades com Pau dos Ferros, a fronteira com Rio Grande do Norte; Lavras, já à beira do rio Salgado e Telha, atual Quixelô. Observando os dados da tabela 02, podemos verificar a predominância da ocorrência de unidades produtivas de criação de gado, se comparada com as outras comarcas, e também uma crescente variação da quantidade de engenhos, que muito embora em menor número que os visto no Cariri, apresentam significativa presença.

Em Pereiro, como nos alude Funes (2000), há fortes indícios da presença de pessoas escravizadas fugidas das províncias Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte, assim como também na Serra Grande. Essa geografia econômica estava permeada por intensos e contínuos conflitos territoriais que, a seu modo, disputavam a hegemonia regional promovida pela colonialidade. Então essas centralidades apropriadas pelos circuitos econômicos se fizeram sobre um conjunto de caminhos abertos pelos povos originários e também tecidas nas resistências quilombolas. Não por acaso, se refugiaram em Pereiro, a centralidade e a proximidade com outras províncias que deve ter sido um aspecto geográfico muito significativo para a produção desse lugar como espacialidade da resistência negra.

**Tabela 02:** Dados de produção econômica (1854)

Comarca	Fazendas de criar	Cabeças de gado e Cavalos		Engenhos
<b>Aracati</b>	218	5.700	1170	16
<b>Icó</b>	569	9.506	1.218	50
<b>Saboeiro</b>	365	6.700	970	Sem dados
<b>Crato</b>	146	1.980	55	277
<b>Jardim</b>	210	8.400	150	70
<b>Inhamuns</b>	612	12.000	6.500	40
<b>Quixeramobim</b>	400	10.000	1.300	Sem dados

Tabela 2: Fonte: Souza Brasil (1864) organização do autor.

A despeito de ser um notável interposto comercial entre o sul do Ceará e as províncias da Paraíba e Rio Grande do Norte, exercendo notáveis transações comerciais, essa comarca apresenta as primeiras e mais exitosas experiências de cultivo de algodão no termo de Pereiro. Também no termo de Telha, às margens do Jaguaribe, cultivos comerciais de mandioca e criação de gado. Nesse termo, o referido Ensaio Estatístico identifica a presença de lagoas interconectadas por ribeirões, tais como: Fel, Pruçu, Quinqué, Cangaty. Chama-nos a atenção a toponímia originária nas imediações dos locais onde aconteceram as principais batalhas das guerras dos bárbaros cem anos antes.

Sobre o termo de Lavras, confrontando as informações reunidas no Ensaio Estatístico de Pompeu Brasil com o olhar atento de Freire Alemão, registradas no seu diário referido anteriormente, podemos realizar uma análise mais detalhada da dinâmica territorial de controle do trabalho das famílias camponesas que eram moradoras dos grandes proprietários e das imbricadas relações e complementaridades com o processo de controle do rio Jaguaribe. Esse termo apresenta em 1854 uma quantidade de 208 fazendas dedicadas à criação de gado. A sua proximidade com as vilas da Paraíba confere uma possibilidade ampliada de escoamento de um de seus principais produtos, o tabaco e os derivados da cana-de-açúcar.

Freire Alemão relata em seu diário a permanência na propriedade do Sr. Firmino, major da Guarda Nacional, título que denota a importância política e militar do proprietário de terras. Conta-nos que teria o proprietário chegado a essa propriedade em 1844, quando essa era então “um lugar deserto”. Grande parte da sua propriedade, que equivale a um total de 16 léguas quadradas<sup>56</sup> (77,24 quilômetros quadrados ou 7.724 hectares de terra) foi adquirida como dote advindo de sua esposa, tendo comprado o restante, fato que denota alguma dinâmica, mesmo

<sup>56</sup> Todo o termo de Lavras tem 160 léguas. (SOUZA BRASIL, 1864).

que pouco monetizada, do comércio de terras. O limite da propriedade era o Rio Salgado, “todo esse terreno é um sertão, de superfície mais ou menos montanhosa, coberto de caatingas, carrascos e tabuleiros, com boas pastagens, com muitos matos ricos em aroeiras, pau d’arcos, braúna e pereiro”. (ALEMÃO, 2006 p 191).

Um exercício de comparação apenas para que consigamos mensurar a dimensão desse latifúndio para os padrões de apropriação da terra hoje em Lavras da Mangabeira; o módulo fiscal desse município é de 40 hectares. São consideradas grandes propriedades hoje latifúndios com dimensões acima de 15 módulos fiscais, ou seja, com mais de 600 hectares. O senhor Firmino, tinha terras a perder de vista, aproximadamente 7.724 hectares. Se considerarmos que nesse momento o mercado de terras no Brasil era pouco aquecido e que a renda capitalizada estava, prioritariamente, imobilizada no comércio de pessoas escravizadas, nos circuitos produtivos que se constituíram, nas edificações e nos melhoramentos realizados, esse proprietário de terras exercia um domínio territorial que lhe assegurava subjugar uma quantidade considerável de famílias como moradoras. Aliás no seu diário o naturalista nos indica que esse dispunha na extensão de sua propriedade de 300 moradores de condição.

Com esse exemplo empírico percebemos o gradual processo de desagregação do sistema escravagista de controle do trabalho e da imobilização de renda nesse setor da economia colonial. Com o fortalecimento de circuitos comerciais de produtos agrícolas continente adentro, e as pressões para a abolição da escravidão, a dinâmica territorial do latifúndio no interior do Ceará manejava a transferência de valorização da posse de pessoas escravizadas para a terra; as dimensões do latifúndio do Sr. Firmino são demonstrativas desse processo.

A posse concentrada do latifúndio garantia a disponibilidade de trabalho em regimes de contratação compulsórios, dado o fato de membros da família serem obrigadas a trabalhar para o senhor de terra. Alemão nos alude que Firmino não cobrava renda pelos usos da terra em suas atividades de moradia e agricultura, porém “quando precisava de trabalhadores, eles se prestam de graça, dando-lhes só alimentos, reunindo às vezes 200 a 300 homens”. Em ocasião de eleições dá o major Firmino uma carga de 400 votantes no Icó. É do partido Caranguejo.” (ALEMÃO, 2006 p. 191)

A renda era paga pelas famílias de trabalhadores na forma de trabalho e o exercício de coerção física e simbólica por parte do latifundiário garantia a subjugação política desses que compunham o sistema eleitoral do Império. É interessante destacar que a mobilização de 300 trabalhadores denota uma presença significativa de pessoas morando nas áreas rurais das comarcas. A vila de São Bernardo de Russas, por exemplo, em 1860 tinha 171 casas, habitada

por 872 pessoas e uma população total de 19.172 pessoas. Tendo Lavras<sup>57</sup> uma população de 27.815, de um total de 60.800 que moravam na comarca de Icó, e apresentado essa capacidade mobilização de trabalho para apenas uma propriedade, fica evidente que nas 280 propriedades referidas antes eram habitadas por muitos moradores de condição.

**Tabela 03:** Dados populacionais (1860)

	Pessoas livres			Pessoas escravizadas			Totais
	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total	
Aracati	15.822	18.57	33.888	2.737	2.214	4.951	38.840
Icó	28.413	28.318	57.731	2.057	2.012	4.060	60.800
Saboeiro	12.064	12.606	24.670	635	643	1.278	25.948
Crato	20.231	21.317	41.548	1.134	1.163	2.479	44.045
Jardim	17.072	17.278	34.350	402	437	839	35.180
Inhamuns	14.269	15.556	29.825	1.147	1.725	3.101	32.929
Quixeramobim	9.619	10.077	19.696	1.236	1.391	2.627	22.323

Tabela 3: Fonte: Souza Brasil (1864) – organizada pelo autor.

No curso da bacia do Jaguaribe, em meados do século XIX, estava repercutindo a dinâmica da mobilidade populacional a que nos referimos antes, assegurando-se as condições aos proprietários de manejarem a produção de riqueza nesse contexto de desagregação da economia escravagista.

Essa força de trabalho, concentrada e explorada de maneira impositiva, conseguia realizar um aporte de riqueza que produzia uma sociedade com elevado grau de desigualdade. O sr. Firmino, nos alude Alemão, investiu 90 contos na propriedade nos anos que antecederam a visita do naturalista, 60 dos quais na construção de açudes. Então, a exploração do trabalho realizada por esse proprietário legou o acúmulo de uma quantidade de recursos vultosa para construção de equipamentos para controle da circulação das águas que lhe possibilitasse extrair renda e diversificar seu escopo produtivo.

Para entendermos as dimensões desse investimento propalado pelo latifundiário no âmbito do valor naquele momento podemos observar inventários de morte analisados por Reis Jr. (2014) em estudos sobre a constituição da sociedade senhorial no Cariri cearense. No

<sup>57</sup> Na sua visita a Lavras, Freire Alemão a representou da seguinte maneira, “pelas dez horas da manhã entramos nessa vila, que está assentada numa quase planície à margem não longe da margem esquerda do Salgado, de cujo leito arenoso se tira excelente água. Conta de uma grande praça, aberta de um lado, tendo do lado oposto a igreja isolada e, por detrás desta e aos dois lados, filas de casas térreas, e algumas – como em que estamos aposentados – têm na frente calçada de tijolo mui alta e com três degraus para a praça. Além dessa casa, há ainda por fora ou em roda algumas formando pequenas ruas”. (p. 194).

patrimônio da senhora Anna Silveira estavam identificados a posse de cinco pessoas escravizadas alocadas em trabalho doméstico sinalizadas no inventário realizado em 1857, que totalizavam um valor de 2:620\$000. Se de fato ocorreu esse vultuoso investimento por parte do Sr. Firmino, podemos inferir algumas constatações dessa lógica territorial de imobilização de valor.

Uma, que a exploração do trabalho às margens do Jaguaribe estava sendo uma vantajosa empresa em meados do século XIX, a ponto de as relações sociais que asseguravam o exercício da propriedade concentrada assegurarem a seu proprietário a realização de um investimento 60 contos somente para construção de açudes. Considerando que esse valor equivale a dois terços do investido, fica evidente a premente necessidade da construção de açudes para conseguir enredar esse conjunto de famílias em um sistema de trabalho impositivo. Ainda sobre o estudo realizado por Reis Jr. (2014), esse classifica os proprietários com rendimentos entre dois e dez contos de réis declarados em inventários como de posses intermediárias, podendo ser consideradas pessoas com significativos bens econômicos acumulados, dado que nos elucida as dimensões do valor de investimento propalado pelo Sr. Firmino.

Esse considerável investimento na imobilização de renda capitalizada, que possibilita a reprodução ampliada nos anos seguintes realizada pelo campesinato subjugado à lógica de moradia, sinaliza a desagregação do sistema escravagista, uma vez que essa riqueza estava sendo realizada, principalmente a partir da exploração do trabalho “livre”.

Essa constatação está evidentemente ligada ao fato de a expansão territorial só ter se consolidado de maneira comercialmente rentável nas imediações do Jaguaribe no século XVIII e ter avançado e se territorializado à medida que logrou a realização de enormes extermínios. Em meados do século XIX, a escravidão estava comercialmente sendo contestada, ao ponto de repercutir em uma guerra de caráter federalista nos Estados Unidos décadas depois. Esse conjunto de acontecimentos estimulou o Império nos trópicos, pressionado pela Inglaterra, a ensaiar transições mediadas e conservadoras para outras formas de exploração compulsória do trabalho. Contexto que desencadeou na realização da lei do Ventre Livre, pouco mais de uma década após a visita de Freire Alemão à propriedade do Sr. Firmino.

Alemão descreve o principal açude da propriedade como

(...) uma grande represa que quando cheia forma uma vasta lagoa, que se estende por entre os montes e com tal grandeza que, com a moagem de um ano e com outros usos só baixa cinco palmos. O seu grande fundo é de 70 palmos; hoje tem apenas 30 porque o esgotou para assentar uma nova porta de bronze, que mandou fundir em Pernambuco, por modelo feito por ele. Cria este açude uma quantidade de peixe, e de baixas pode dar 200 a 300\$ na feira

do Icó. Os principais peixes são curimatã, traíra, bagres, branquinho etc. torna-se ávido à mesa com fartura de peixe. (ALEMÃO, 2006 p. 191).

Realizando uma conversão aproximada sobre as medidas do açude principal, indicadas por Alemão, esse teria 16 metros de profundidade, 68 de comprimento e 30 metros de largura, com uma parede de bronze fundido chamada de “baldo”, estrutura suposta, dada a conversão a imprecisão das conversões de medidas, que teria uma capacidade aproximada de aporte de 36.480 m<sup>3</sup> de água. Para os padrões de hoje seria um pequeno açude, mas se considerarmos que o documento indica a presença de cinco na propriedade, e que as formas de usos eram para fins econômicos e concentradas, o trabalho socialmente confinado no latifúndio logrou a realização de um patrimônio material considerável para o Sr. Firmino.

“Além desta represa, ele está fazendo outras, de modo que espera ter mais de légua de terras regadas para a lavoura, pelas vargens por entre os montes” (ALEMÃO, 2006 p. 191). A consecução da lógica senhorial de reprodução do espaço significou, nesse sentido, realizar investimentos e ampliar as condições de exploração do trabalho de modo a modificar a dinâmica da natureza na tentativa de estender as porções úmidas e regadas que caracterizam o vale do Cariri, nascedouro do rio, para o curso médio do Jaguaribe. “É admirável ver-se no meio de um país cuja vegetação está torrada e sem folhas, vargens cobertas de plantas cultivadas ou espontâneas, do verde o mais vivo e do mais portentoso vigor” (p. 192).

O entusiasmo de Freire Alemão, ao descrever para o Imperador a riqueza imobilizada e a capacidade de alteração da dinâmica da natureza ao ponto de lograr a realização de agricultura irrigada no meio do sertão cearense no século XIX, é revelador do lugar social da produção do conhecimento científico em gênese no Brasil no século XIX, onde podemos perceber, embutida em suas observações, a noção de progresso e desenvolvimento cultivada à época. O Sr. Firmino, apresentado por Alemão como “homem inteligente (ele é o mestre das suas obras), industrioso, perseverante” o recebeu com indicação de um familiar seu, outro latifundiário que havia recebido a Comissão Científica do Império no termo de Icó.

À medida que a Comissão Científica adentrou até atingir a região do baixo Jaguaribe, o fez com indicações manuscritas endereçadas a parentes próximos recomendando garantias aos naturalistas. Esse fato denota uma rede de poder constituída ao longo do rio, conectando as grandes propriedades rurais aos nós urbanos, permeada pelo trânsito constante de informações, mercadorias, impostos, funções e afazeres religiosos. Também expressa que a ordem de fixação de sesmarias e depois das comarcas, que seguiram o curso de montante à jusante da bacia, pode indicar que a expansão territorial tenha seguido a lógica de uma sucessão geracional das famílias que receberam as primeiras sesmarias.

Logo que entramos na cidade [Crato] vimos o Guilhermino, ordenança de Lagos (o qual já estava de véspera), que nos conduziu para casa do senhor Tenente-Coronel Antônio Luiz Alves Pequeno Júnior, irmão do Teixeira do Icó, a quem fomos por este recomendado. Veio nos receber à escada e nos conduzir logo para sala de jantar e sentou-se a uma mesa farta e delicada (Já iam começando a almoçar porque só contavam conosco depois das 11 horas e só um pouco mais de nove)". (ALEMÃO, [1859]2006 p. 234).

Nos “vales desiguais”, expressão utilizada por Alemão para descrever a variação de umidade e vegetação na paisagem, o cultivo principal é cana, mas também mandioca, milho, feijão, arroz, frutas e hortaliças. A desigualdade de ocorrência de plantações que vestiam a terra com uma intensa cor verde era marcada pela diferença promovida pela irrigação nos plantios de cana.

A paisagem da área central da fazenda era composta pela casa de morada do proprietário que é descrita como grande<sup>58</sup> e bem feita, de uma arquitetura imponente, de altura elevada pelo grande alicerce; ladeada pelo engenho, composto por uma moenda de ferro de 30 palmos (aproximadamente 7 metros<sup>59</sup>), grande e forte, assim como todas as peças do mecanismo, movido por uma roda d'água. Uma cisterna de tachos, que armazenava água advinda do açude, ladeava a caldeira, na sequência uma casa de aguardente grande, cômodas, alambique moderno com excelentes aparelhos e utensílios.

A água que move o engenho corre em grande parte por canos escondidos, vai à casa da caldeira e do aguardente servindo a diferentes usos. A casa do engenho é quadrada tendo os lados 119 palmos [27 metros]. O corpo do engenho é grande. É uma das maiores fábricas de açúcar visto no Ceará. (ALEMÃO, [1859]2006 p. 193).

Uma propriedade que reunia naquele momento um bom demonstrativo do processo de diversificação produtiva, que estava focada no plantio e processamento da cana-de-açúcar para produção de aguardentes, rapadura e açúcar, a serem comercializados no circuito regional entre as províncias próximas. A materialização de uma riqueza produzida pela exploração do trabalho de famílias camponesas que moravam de condição nas terras do sr. Firmino. “**Tudo é movido por água que vem do açude**, que está a 100 braças [180 m] distante do engenho”, nos alude Freire Alemão em seu diário.

<sup>58</sup> Freire Alemão descreve o madeiramento utilizado na construção da casa como sendo de aroeira e pau-d'arco, principalmente tirantes, frechões, vigas de grandes dimensões (tudo lavrado a enxó), caibros de pereiro serrados, ripões de cedro igualmente serrados, denotando a realização do trabalho de mestres carpinteiros e pedreiros utilizados na construção dessas edificações.

<sup>59</sup> Essas medidas foram convertidas considerando o palmo equivalendo a 22.86 cm, como indicado pelo site [convet-me \(https://www.convert-me.com/pt/\)](https://www.convert-me.com/pt/)

Essa pequena frase termina reunindo uma potente síntese do processo de constituição do latifúndio às margens do Jaguaribe e dos rios que o alimentam. O “tudo”, sujeito paciente da oração que compõe a narrativa de Alemão, parece inundar as relações sociais para além da dimensão produtiva. Nos sugere a possibilidade de que, com a imobilização da quantidade referida de água, o proprietário de terras logra exercer formas de domínio em todas as relações hidrossociais estabelecidas na paisagem. Essa dinâmica territorial ensejada no contexto de decadência do Antigo Regime, caracterizado por transições de formas de exploração do trabalho, forjam o pequeno açude, antecessor das faraônicas barragens contemporâneas, como um objeto geográfico de controle territorial, um acontecimento na paisagem, um indicativo de distinção social e a materialização da dinâmica do trabalho do morador de condição.

A capacidade técnica de realizar intervenções na natureza e controlar o fluxo dos rios, mediante a exploração do trabalho, constitui nesse curso da bacia um verdadeiro hidrofúndio. Uma grande propriedade de terra onde a dinâmica de exploração do trabalho é assegurada pela imobilização de capital físico na contenção do rio.

O senhor de terra, a gênese do que foi constituído nas décadas seguintes como o Estado de direito, reunia em sua personalidade a autoridade policial, por ser membro da Guarda Nacional; eleitoral, por arregimentar votos; legislativa, por influir nas eleições da câmara municipal; e administrativa, na medida em que realizava mediações com o Estado Colonial para construção de benfeitorias. O açude era um objeto de poder por excelência de constituição desse sujeito. Com o monopólio da violência constituído em seu nome, esse detinha a capacidade de subjugar o trabalho do campesinato pelo confinamento realizado pela relação territorial que era o latifúndio. Atributos que lhes conferem a competência de manipular as bases sociais do que os intelectuais do século XX viriam a chamar de solução hidráulica para os problemas do Nordeste.

As obras hídricas contemporâneas, objetos geográficos descendentes diretos dessas relações sociais, são executadas em uma lógica pública de desapropriação de terras. O controle do beneficiamento, provocado pelo deslocamento vigiado desse bem, é um objeto de uso em lugares distantes pelo grande capital, como acontece com os perímetros irrigados. Naquele momento, o senhor de terras era o representante de direito do Estado que se nacionalizava e o beneficiário principal dessa imobilização de trabalho social.

O açude erigia-se na paisagem como materialização dessa relação desigual de poder. Essa geografia de controle do trabalho, que tinha parte da renda drenada pelo sistema fiscal da colônia, assegurava possibilidades territoriais para a nacionalização do Estado Territorial.

O conjunto de transformações sociais, que ocorreram na primeira metade do século XIX, convertem a bacia do Jaguaribe em permanente laboratório de elaboração de técnicas de controle do trabalho e gestão de pessoas. A produção da dominância desse rio como um lugar social no sistema-mundo moderno colonial exige a elaboração de arquétipos renovados que traduzem as experiências pretéritas dos confinamentos experimentadas pelos aldeamentos católicos, manipulando a utilização do ferro fundido e conseguindo participar da transição produtiva ensejada pelo capital industrial e comercial, que transitava do caráter mecânico para o termodinâmico. Nesse caso, a elaboração de próteses físicas na natureza possibilitou a conversão desta em uma força reprodutora de energia e valor concentrados, amplificando a referida dinâmica territorial.

O estado de exceção que se constitui com a colonialidade ganha um estatuto ecológico com as possibilidades de transformações alcançadas pelas intervenções que conduzem a colonialidade da natureza para um patamar de realização mais elevado, logrando a reprodução do espaço em “vales desiguais”. Esse conjunto de relações sociais lograva, em certo sentido, realizar os sonhos dos padres católicos, que estranharam a rudeza da intratável natureza inacabada, assim percebida por eles, e erigir circuitos produtivos contínuos em lugares áridos, como os descritos por Alemão. A condição cíclica de secas posicionou essa dinâmica territorial renovada diante de um permanente estado de desagregação, restando a tragédia humanitária como produto social direto da colonialidade da natureza.

Veremos mais a diante detalhes mais precisos desse dinâmica territorial de uma sociedade marcada por sistemas econômicos que realizam reprodução de valor a partir de uma busca incessante pela superação da condição ecológica, e no fundo produzem e lucram com a tragédia. Mas é importante nesse momento relacionar o caráter genealógico dos objetos de controle do rio com a análise territorial da geografia do poder colonial que instituiu a comarca como figura política de controle do rio para governo das pessoas.

Se observarmos em perspectiva, perceberemos que os presídios, as fortalezas e os aldeamentos reconfiguraram, mediante a guerra, a dinâmica territorial de usos dos rios no século anterior e serviram de objeto de controle populacional. Nesse momento em análise, os açudes, as obras de contenção de enchentes e as drenagens para comercialização de água, assumem a forma-política de objetos de dominação, erguidos por essas relações desiguais de trabalho e instrumentos de indução e comportamento social. Os fundamentos da colonialidade foram traduzidos ou reelaborados e colocados diante de um Estado em formação que flertava com as bases epistêmicas do positivismo, mas que manipulava o cotidiano social com a matriz de poder herdada das entradas.

Talvez por isso a elite se reproduz em ações percebidas como confusas vistas de hoje, por serem alinhadas com suas heranças genealógicas bem próximas. São, por vezes, republicanos e escravocratas, monarquistas e positivistas. Quando abolicionistas, lograram rendas que lhes asseguraram inserção nos circuitos burocráticos intelectuais de sua época com a exploração escravagista. Em suma, produzem um estado nacional manipulando uma consciência eivada de técnicas cotidianas de confinamento que tem a forma-política síntese transfigurada no açude.

O Estado nas décadas seguintes, como veremos, passou a reproduzir esse modelo de imobilização de capital físico nos sertões como estratégia de controle populacional, e para isso lançou mão da utilização de campos de concentração, do extermínio de comunidades, mediante o fortalecimento do exército, tendo assegurada a legitimidade política pelo monopólio da violência.

Por mais que percebamos uma dinâmica mobilização técnica e transformações mais radicais na paisagem, expressas pelos engenhos e açudes, essa dinâmica territorial reproduz a gênese das entradas coloniais nos séculos anteriores que instituíram o confinamento como forma de controle populacional e a dinâmica dos rios como estrutura material para produção de riqueza para financiar as guerras e mover a territorialização da colonialidade.

As obras de infraestruturas de saneamento realizadas nesse mesmo período, em Aracati e Fortaleza, e as telhas d'água, instituídas como código de gestão e uso das águas no Crato nas décadas anteriores, vão construindo um inventário de técnicas de confinamento e comportamento que aos poucos disciplinam o rio para a reprodução da lógica de mercado e o controle do trabalho.

No caso do médio curso, essa lógica se realiza muito mais no armazenamento de água do que na gestão da distribuição, como percebemos nas experiências referidas anteriormente em Crato e Aracati. Esse é o padrão de realização percebido ainda hoje nesse trecho da bacia, na medida em que ali concentram os maiores reservatórios de água, e é um dos destinos de uma transposição de bacias que mobiliza água advinda de outros biomas, como o cerrado, e parte do médio curso duas obras de transposições hídricas que alargam o exercício de influência da bacia do Rio Jaguaribe, fazendo com que essa atinja o litoral oeste, como verificamos em estudos anteriores (BRITO, 2016).

Isso fica evidente no dados trazido por Souza Brasil (1864) no seu Ensaio Estatístico, ao nos dizer que havia, na comarca de Icó, 50 açudes já na segunda metade do século XIX. Vamos percebendo com isso que a regionalização impetrada pela geografia econômica no contexto da crise da desagregação da economia escravagista e na transição hegemônica, com o

vertiginoso crescimento da Inglaterra, ensejam um projeto de controle do Jaguaribe e da utilização deste como instrumento de reprodução da sociedade colonial.

**Tabela 04:** Dados políticos e fiscais das comarcas da bacia do Jaguaribe (1854)

Comarca	Renda pública	Quantidade de eleitores/ Colégios eleitorais		Funcionários públicos
<b>Aracati</b>	4.569\$000	115	2	246
<b>Icó</b>	5.882\$000	320	4	220
<b>Saboeiro</b>	1.113\$000	67	3	115
<b>Crato</b>	4.600\$000	150	2	108
<b>Jardim</b>	960\$000	72	2	153
<b>Inhamuns</b>	1.627\$000	79	2	181
<b>Quixeramobim</b>	820\$000	76	2	211

Tabela 4: Fonte: Souza Brasil (1864) – organizada pelo autor.

É importante ressaltar a dimensão política dessas transformações territoriais decorridas dos processos de territorialização do Estado e da autonomização da propriedade privada da terra nas dominâncias do Jaguaribe. Por mais que as técnicas de confinamento dos rios tenham se constituído em riquezas forjadas pela exploração trabalho camponês e capturadas pela figura do proprietário de terras, que se constituíam como uma classe social nos sertões, os feitos de relevantes significados são produtos de uma época, repercutem e aprofundam as desigualdades sociais.

Esse conjunto acumulado de riquezas e a estrutura social que reproduziu integram o movimento geral de transição para a república. E, por mais que do ponto de vista documental, o debate sobre a chamada solução hidráulica para os problemas das secas tenha realizado muita observância para a República Velha (a partir da criação da IOCS), nós vemos que os avós dos chamados coronéis, dos camponeses, indígenas, quilombolas, cangaceiros, romeiros e beatas, realizaram essa dinâmica de açudagem e controle do trabalho com outras dimensões e escalas.

A dinâmica política da geografia colonial pode ser analisada a partir da observância dos dados da tabela 04, onde percebemos a centralidade regional exercida pela comarca de Icó, por apresentar considerável número de eleitores e funcionários públicos. Com as reformas ensejadas na constituição de 1824, os eleitores, obrigatoriamente letrados, poderiam escolher um colégio provincial de eleitores em pleitos indiretos que só poderia ser constituída por pessoas com rendas comprovadas superiores a 100:000\$000. Esse conjunto reduzido de pessoas elegíveis, de acordo com sua renda, poderia pleitear cargos público como governador ou senador. Os eleitores que não possuíssem essa renda votariam também nos integrantes das

câmaras municipais, eleições nas quais, como vimos no relato de Freire Alemão (2006 [1859]), os latifundiários exerciam forte poder na escolha dos representantes.

Esses mesmos proprietários de terras, por vezes membros do corpo da Guarda Nacional, uma patente concedida pelo Estado Territorial, exerciam forte influência nas decisões das pessoas que ocupavam os cargos públicos da burocracia urbana. Por isso, podemos falar que essa dinâmica elabora uma sociedade senhorial, na medida em que essa estrutura hierárquica da burocracia do Estado legitimava, do ponto de vista jurídico e também burocrático, as atitudes territoriais dessa classe social.

A acumulação de riquezas, que se fez a partir do controle do rio e da utilização de sua força comportada no controle da dinâmica populacional, foi a base econômica da constituição dessa burocracia, vide o fato de coincidirem nesse momento a centralização de recursos acumulados, a configuração de uma política comercial concorrencial e a estruturação de instâncias de legitimação, mediação e imposição da ordem centralizadora. Estão postos, nesse sentido, os fundamentos do Estado de Direito, sob o controle da dinâmica do rio, o controle territorial do trabalho, o estímulo ao mercado de terras e a transição de formas compulsórias de exploração do trabalho.

Ademais os rendimentos adquiridos pelo Estado Territorial em impostos indicam uma concentração de riqueza acumulada nas comarcas de Crato, Aracati e Icó; o que sinaliza a transição para um modelo produtivo calcado no comércio do algodão e pelos acúmulos espaciais promovidos pela diversificação produtiva que, como vimos, foi planejada pela coroa. Por outro lado, percebemos a perpetuação do exercício de influência da pecuária e da comarca que sediou com mais proeminência esse circuito econômico desde o final do século XVII, Icó.

Por mais que os cultivos de algodão e açúcar passassem a compor prioritariamente os salões das exposições comerciais de Chicago, a economia realizada pela criação de gado figurou como um importante aporte de renda, porém não mais como agregadora da noção de progresso. Conseguiu financiar as bases fundamentais para consolidação dessa sociedade, se consolidando como parte constitutiva da Guerra dos Bárbaros e como um circuito econômico de transição. Quais sejam: a expansão continente adentro e o acúmulo de riqueza para imobilização de capital fixo para o controle territorial do trabalho. Porém, tal atividade, transpunha agora as fronteiras para se realizar como lucrativa porque os “vales desiguais” estavam tomados pela agricultura, com cultivos de cana-de-açúcar, fumo, café, mandioca, algodão, legumes, fruteiras, arroz, etc.

Esse contexto da pecuária é muito significativo para pensar a inserção das comarcas de Saboeiro, Inhamuns e Quixeramobim na dinâmica de territorialização do Estado Colonial. Essas compreendiam os termos de Saboeiro, Assaré e São Matheus dos Inhamuns (atual Jucás);

São José do Príncipe (atual Tauá) e Maria- Pereira (atual Mombaça); Quixeramobim e Cachoeira (atual Solonópole e Jaguaretama), respectivamente. Nas dependências da Comarca de Quixeramobim ocorreu no final do século XVII o massacre dos Paiacús, batalha mais decisiva da chamada Guerra dos Bárbaros, mais especificamente no Riacho do Sangue, no termo de Cachoeira, que analisamos anteriormente.

#### 4.2.3 À montante do Rio Jaguaribe: a conversão da chapara das “horrorosas travessias” em nova fronteira colonial

As Comarcas de Saboeiro e Inhamuns foram os locais para onde se dirigiram entre o final do século XVII e meados do XVIII, as cavalarias de expulsão, a que nos referimos no capítulo 01. Após os sangrentos massacres que deram nome ao córrego que despeja água no Jaguaribe (Riacho do Sangue), muitos indígenas se refugiaram nessas proximidades entre a Chapada do Araripe e a fronteira com o Piauí. Essa fase do extermínio foi significativa para consumação de um estado de exceção instaurado para os povos indígenas que se tornou permanente até hoje.

Podemos compreender com esse raciocínio que essas comarcas, que tiveram suas instituições derivadas da cisão de comarcas mais antigas e repercutiram as expansões partindo dos locais consolidados, se constituem fronteiras do Estado territorial conseguindo estabelecer uma rede mais ampla de domínio nos sentidos oeste, atingindo a fronteira com o Piauí e a Serra Grande (Ibiapaba), tornando contínuo o exercício de influência da Guarda Nacional na vastidão que envolve as Chapadas do Apodi, Araripe e Ibiapaba; e no sentido Norte até atingir a Serra do Estevam, consolidando caminhos até Santa Quitéria, Sobral e litoral norte.

Essas comarcas juntas perfaziam as áreas originais de nascimento do Jaguaribe e acumulavam em 1854 um total de 54,54% das fazendas de gado registradas no Ensaio Estatístico realizado por Souza Brasil (1864). Muito embora concilie plantios de tabaco, mandioca, cana-de-açúcar, a predominância da atividade da pecuária qualifica a região como uma área de produção de fronteira.

Os vastos sertões que abrangiam as comarcas de Saboeiro e Inhamuns são os locais de menores aportes pluviométricos do Ceará. A dinâmica de circulação das águas superficiais estava subjugada, em meados do século XIX, à uma atividade econômica que subsidiava as

comarcas maiores de gado e servia de trânsito para o Piauí e Maranhão. Na comarca de Inhamuns os principais rios que formam o Jaguaribe estavam enredados na expansão de cultivos de autoconsumo e currais de gado. São esses: Tricy, que forma a lagoa Santiago e é um divisor de águas entre as bacias do Jaguaribe e Parnaíba; Puyu, nasce na Serra Grande e é um dos formadores do Jaguaribe; Jucá, pela freguesia de Arneiroz; Caidú e Favela.

A Comarca de Saboeiro estava localizada no intermédio entre os rios nascedouros do Jaguaribe e a Chapada do Araripe, nesse sentido os rios principais, Cariús, Bastiões, que desaguam no Jaguaribe, têm formação na então comarca dos Inhamuns. Porém notáveis riachos e lagoas são formadas na disposição montanhosa do relevo entre a Chapada do Araripe e os morros que fazem uma transição entre o vale e a depressão sertaneja, tais como: Caganty, Defuntos, Bravo, Fortuna, Roça, Riachão, Areré, Balthazar, Mutuca, Felipe e Urucu. “Há várias lagoas como a do Piripiry, Canto, Lobato, Mutuca, Barro-Alto e Bahú. (...) Todos os rios secam, porém, deixam portos permanentes, e quase em seu leito, perfurando-se, encontra-se água subterrânea e segura”. (BRASIL 1864, p. 88 – 100).

A Comarca de Quixadá abrangia as dominâncias da depressão sertaneja em uma região identificada como médio curso do rio, chegando a margear o curso principal, como é o caso da freguesia de Cachoeira, até locais mais distantes como Serra do Estevam, onde hoje fica Quixadá. Amplo domínio de território onde nas áreas montanhosas e com menor ocorrência de água superficiais predominavam as fazendas de criar, um total de 400. Nessa comarca, como em Lavras, há no Ensaio Estatístico o registro de açudes, como o de Cachoeira que, circundado por uma comunidade homônima reunia mais de 100 casas e na extensão da vazante dessas águas concentradas predominava plantação de fumo, cana e mandioca.

Nesse veio de expansão da autonomização do Estado Territorial e da propriedade privada da terra há um aporte de riqueza muito significativo expresso pela capacidade de realizar reservas de valores na concentração de pessoas escravizadas e com essas impulsionar atividades produtivas. Fato que denota a permanência do exercício de influência da pecuária como importante setor da economia colonial, mesmo com grandes cultivos comerciais irrigados por águas advindas dos açudes construídos nas grandes propriedades “vales desiguais”.

É o que demonstram os dados da tabela 03, onde podemos perceber que 7.006 ou 36,23% das pessoas escravizadas em toda abrangência da regionalização colonial do Jaguaribe estavam situados nessas comarcas, que são as três comarcas menos populosas, porém se considerarmos esse serviço colonial como um instrumento de reprodução e reserva de valor, mais de um terço desse estava concentrado nas dominâncias dessas Comarcas.

Então essa atividade econômica primeira permaneceu dotando importantes aportes financeiros para a realização das transformações mais profundas ensejadas pela agricultura comercial irrigada que conseguia se inserir no circuito mundializado do comércio colonial, mesmo com a transferência das oficinas de charqueadas para o Rio Grande do Sul. Por mais que não representassem o progresso aos olhos dos naturalistas e intelectuais senhoriais e não entrassem nos estandes das exposições internacionais, permaneciam dotando a geografia econômica de capacidade de investimentos e drenando recursos fiscais oriundos da exploração compulsória do trabalho para o fortalecimento do Estado Colonial.

É notável também o peso econômico da escravidão na formação da riqueza desses proprietários, o que denota que, por mais que o tráfico de pessoas escravizadas não tenha tido no Ceará proporções similares ao ocorrido em províncias como Pernambuco ou Bahia, cumpria um papel fundamental na composição da renda. É interessante perceber que parte significativa da renda dos proprietários nas comarcas supracitadas está composto majoritariamente pela posse de pessoas escravizadas e pela atividade pecuária.

Nesse momento essa vertente oeste, nas proximidades com a fronteira com o Piauí, conformava uma fronteira de expansão do domínio colonial. O fato de a renda concentrar-se nessas atividades econômicas reforça a noção de que a escravidão teve uma centralidade na produção territorial na forma da composição, acúmulo e especulação da renda, sendo a atividade da pecuária mobilizada como subsídio às ações bélicas de expansão.

Outro aspecto a se considerar é a continuidade de registro de açudes no médio curso do rio, como o que vimos na comarca de Quixeramobim, constatação que reitera nossa reflexão realizada anteriormente de que a predominância desses objetos de comportamento do rio e controle do trabalho estão associados aos cultivos comerciais incipientes e tiveram (e têm) *locus* privilegiado no médio curso do rio<sup>60</sup>.

Essa divisão territorial das formas de controle das águas do Rio Jaguaribe acontece pelo fato de, no alto curso do rio Jaguaribe e seus afluentes, o controle da circulação das águas advindas das nascentes proporcionava, a partir trabalho do levadeiro, a consecução do latifúndio regado<sup>61</sup>, isso sobretudo na vertente central e leste da Chapada do Araripe. Na porção oeste, como vimos, nas dominâncias das comarcas de Saboeiro e Inhamuns (já no contato com a Serra Grande), havia predominância de pecuária extensiva.

---

<sup>60</sup> A Comarca de Quixeramobim abrangia as dominâncias do médio e baixo curso do Rio Jaguaribe, dada sua abrangência territorial. Nessa análise que realizamos do estudo de Brasil (1864), percebemos a persistência da ocorrência de açudes no médio curso do rio.

<sup>61</sup> Expressão contida na distinção feita nas propriedades em seu regime de distribuição em sesmarias, como vimos no capítulo 01.

A geografia econômica senhorial vai fixando estratégias distintas de apropriação da força do rio e da circulação das águas superficiais que compõem esse amplo laboratório de instrumentos biotecnológicos de indução de comportamento dos rios e realização de uma geografia do trabalho subjugada à lógica territorial concentrada da propriedade privada da terra. Um conjunto de ferramentas que passa a compor os códigos de costumes das vilas, freguesias e comarcas e que repercutiu na eclosão de conflitos territoriais ao longo das primeiras décadas do século XX que foram enfrentados pelo Estado com a construção de campos de concentração e extermínio de comunidades inteiras, tais como Canudos, Cadeirão da Santa Cruz do Deserto, Pau de Colher.

As Comarcas que abrangem da parte central, toda extensão leste da Chapada do Araripe até atingir a fronteira da Paraíba são Crato e Jardim, sobre as quais já trouxemos algumas informações ao longo desse texto. Contudo, uma análise mais aproximada de registros sobre a dinâmica política e dos contextos produtivos pode nos trazer elementos que nos ajudem a pensar a dinâmica territorial dessa geografia senhorial que fazia da apropriação do Jaguaribe seu instrumento de reprodução de riqueza.

Ambas integradas de maneira indireta ao Jaguaribe, seus córregos concebem um dos principais rios formadores deste: o Salgado. A diversidade de pequenos veios d'água que brotam dos sinuosos anfiteatros côncavos e convexos de altimetrias variadas entre o topo e o sopé da chapada e escorregam para o vale do Cariri, vão se avolumando em corpos mais robustos formando os rios Granjeiro, Batateiras, Saco Lobo, Salamanca, Missão, Salgadinho, Porteiras, Riacho Seco, dentre outros, que vão se congregando, servindo de aporte para o aquífero inferior e formando o Rio Salgado já no limite entre o médio e baixo curso da Bacia.

A Comarca de Crato compreendia duas Vilas, Crato e Barbalha. A primeira com cinco distritos e a segunda com um, sendo: Crato, Joaseiro, Brejo-grande, Limoeiro e Serra de São Pedro; a segunda tinha Missão Velha como vila. A quantidade de engenhos na dominância dessa comarca é maior do que a soma de todas as outras que perfazem o controle territorial do Jaguaribe, 277, quando dos demais totalizam 176, como verificamos na tabela 01. Essa Comarca também apresenta a menor quantidade de fazendas de criar em 1854, 146.

Fato que denota uma progressiva substituição da pecuária extensiva, atividade que predominou no século XVIII, pelo cultivo comercial de cana-de-açúcar associado ao processamento dessa mercadoria para fabricação de rapadura, melaço, aguardente e açúcar a serem comercializados com outras comarcas do Ceará e províncias vizinhas. Em 1765, como nos alude Figueiredo Filho (2010), havia no Crato 37 engenhos.

O caminho que do Juazeiro conduz ao Crato é de três léguas – [de] estrada plana, arenosa, tortuosa – e bordado de vigorosa vegetação; era uma estrada nas vargens do Rio de Janeiro. Ao lado direito nos ficava uma vargem fresca, por onde passa um rio, e toda plantada de cana-de-açúcar, havendo à beira do caminho 13 engenhos, às vezes quase juntos. (ALEMÃO, 2006 p. 233).

A contiguidade da ocorrência sucessiva de engenhos no percurso descrito pelo naturalista em um deslocamento de menos de 20 km, o crescimento elevado da ocorrência dessas estruturas de reprodução de riqueza em menos de cem anos (de 37 para 277) e a quantidade considerável de pessoas escravizadas na comarca denotam um dinamismo econômico que fez com que Souza Brasil (1854) a descrevesse com tanto entusiasmo e lamento. O fato de o Estado Colonial, para o autor, não conseguir reger de maneira incisiva a celebração de acordos entre os proprietários de modo a cessar o estado de “ebulição constante desse povo” em meados do século XIX era apontado pelo autor como uma limitação ao desenvolvimento da agricultura comercial.

Apenas no ano de 1854 sobre o termo de Crato, o Ensaio Estatístico do referido autor nos indica a comercialização de 30.000 rapaduras equivalendo a um ganho de 180:000\$000, de 300 pipas de aguardente com o valor acumulado de 24:000\$000 e 30 arrobas de açúcar, com rendimento de 40:000\$000. Se considerarmos que o próprio Souza Brasil indica que os dados econômicos estão subestimados no ensaio, dado o fato de colher informações das transações comerciais, essa produção e de todas as outras comarcas seria muito maior. Muitos proprietários reduziam os registros de comércio para pagarem menos impostos ao Estado Colonial.

O sistema de circulação das águas superficiais no vale do Cariri e as condições dos solos, constituídos por camadas de matéria orgânica e minerais diversos depositados nas áreas planas, conformavam condições propícias para esses cultivos. Esse conjunto de atributos, lido pelos intelectuais senhoriais como uma vocação agrícola a ser aproveitada da região, é constituído por um sistema de recarga que conforma um aquífero subterrâneo com três níveis de dominância. Aquífero que é formador do rio Jaguaribe e também é recarregado pela circulação do rio.

A dinâmica territorial da sociedade senhorial no Cariri na segunda metade do século XIX se faz a partir da constituição de uma geografia de apropriação das águas em observância aos modos de realização dos ciclos hidrossociais das águas superficiais e subterrâneas. A nossa análise das disposições das áreas de cultivo e das formas de uso dos mananciais hídricos encontrou essa geografia da exploração econômica dispostas em três domínios dessa apropriação do vale da Chapada do Araripe.

O primeiro, formado em uma camada intermediária (formação Santana) do pacote sedimentar disposta em uma posição inclinada para o sentido norte, composta de rochas sedimentares de elevada compactação que impermeabilizam a circulação promovendo a formação de fontes de água de boa qualidade, as quais adentram ao sistema do aquífero em recargas pluviais no topo da chapada e são filtradas por uma vasta camada sedimentar. Os latifúndios regados são, principalmente, os constituídos no sopé da chapada e asseguraram umidade e condições de regadio apropriadas para o de cana-de-açúcar.

Eram engenhos pequenos onde trabalhavam as famílias dos proprietários, dos agregados e uma pequena quantidade de escravos. Mesmo assim, o açúcar contribuiu para aumentar as diferenças de classe em proporções maiores do que a pecuária ou o algodão, pois para implantar um engenho era necessário dispor de algum capital (ANDRADE, 1994 p. 116).

Essa dinâmica produtiva do espaço anterior as intensas mobilidades populacionais percebidas no início do século XX, motivadas por questões religiosas, estimularam a formação de comunidades camponesas e tradicionais ainda hoje envolvidas em intensos conflitos territoriais relacionados à posse das terras e águas.

Em uma posição intermediária estão dispostas as águas em profundidade um pouco maior. Em uma distância de até cinco quilômetros do sopé da chapada, poços rasos abastecem comunidades camponesas em Crato ainda hoje, como Baixio das Palmeiras, Oitis e Cordas, por exemplo. Entre essas duas variações da dinâmica de circulação das águas foi construído o regulamento ou pacto de usos denominado Telhas D'água, mediado pela coroa, que nos referimos no capítulo anterior.

Essa dinâmica de circulação da água é o meio pelo qual o aquífero inferior da Bacia Sedimentar do Araripe recebe recargas e se constitui como a principal fonte de abastecimento das cidades hoje. Os desníveis de relevo à jusante das nascentes dos rios que formam o Salgado provocam acúmulo de água no vale do Cariri. O longo anfiteatro entre Campo Alegre, em Crato na subida em direção ao Exu; e Jamacaru, em Missão Velha, com altitudes que chegam a mais de 900 metros em uma disposição côncava e com íngremes perdas de elevação, conforma as principais nascentes e córregos da porção leste da Chapada do Araripe que realizam consideráveis aportes de água no rio Jaguaribe, a partir do Salgado.

Dada a acentuada oscilação de cota de altitude e presença de água na superfície, essa região apresenta uma volumosa diversidade paisagística tendo distintos perfis de vegetação que variam desde mata úmida com aspectos identificados com a mata atlântica, passando por

cerradões, matas de transição até a caatinga que predomina na vasta depressão sertaneja que adentra na sequência do vale.

O terceiro estágio de disposição das águas superficiais na vertente leste dos nascedouros de um dos principais afluentes do Rio Jaguaribe, o Salgado, está disposta em um aquífero subterrâneo de imprecisa quantidade de água. Os aportes de chuvas realizados nas áreas planas e arenosas do vale, eram caracterizadas pela presença de lagoas e mananciais intermitentes interligados por pequenos córregos ao curso principal do rio. A vegetação típica é uma transição entre cerrado e caatinga, justamente um indicativo de variação do aporte de águas superficiais, se comparada a área de encosta e do topo da Chapada do Araripe.

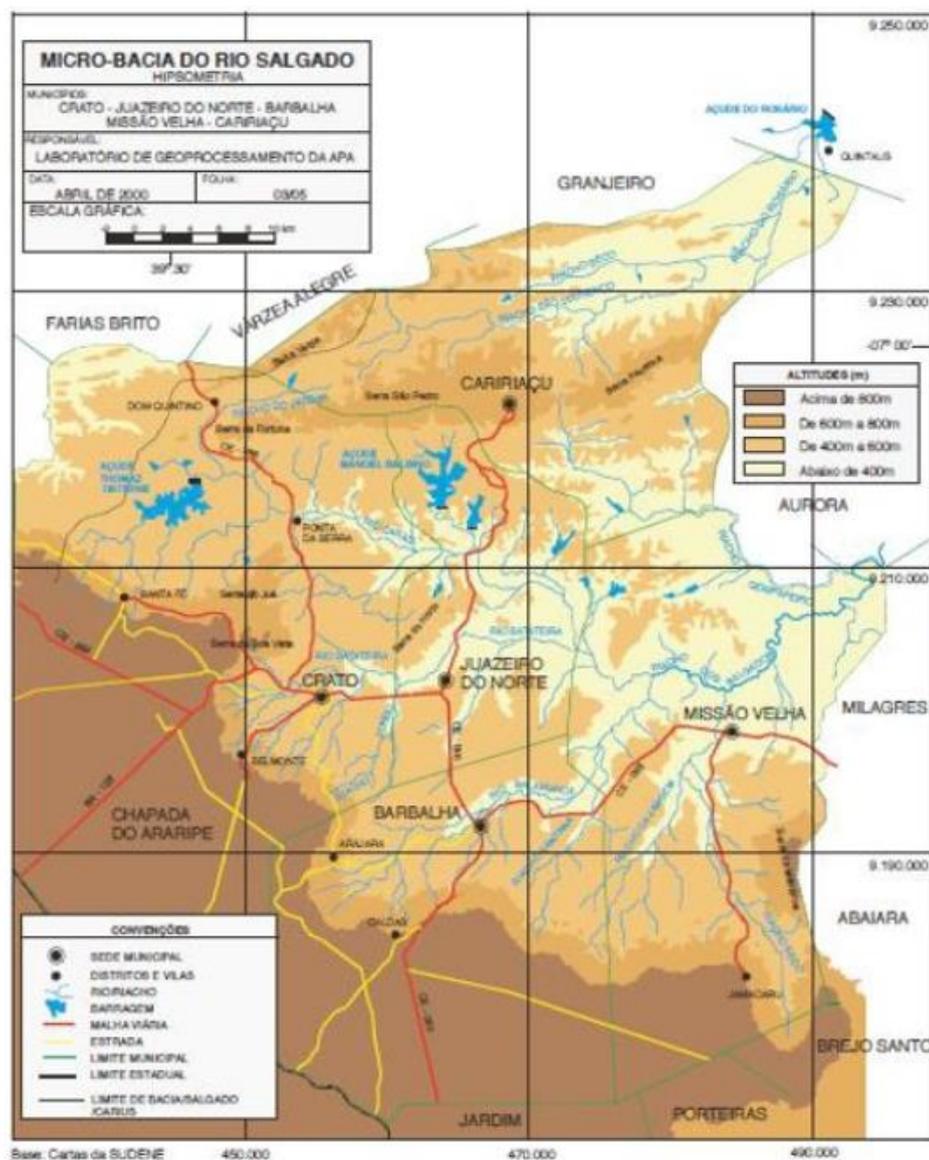
Essa dinâmica escalonada caracterizada por variações intensas de circulação de águas superficiais influenciou decisivamente na disposição de atividades econômicas no século XIX. Sobretudo pelo fato de naquele momento ser possível estruturar largos plantios de cultivos comerciais no sopé da Chapada sem a necessidade de realizar grandes reservatórios para irrigação, como em Lavras, por exemplo. Nesse sentido, as áreas mais a norte do pacote sedimentar eram utilizadas sobretudo para a criação de gado. Não fazia sentido imobilizar uma quantidade vultuosa de recurso econômico para dotar de açude para armazenamento de água, sendo o sopé da chapada um local de circulação permanente. Nesse sentido, as atividades de pecuária ou tiveram que cruzar a chapada na direção de Pernambuco ou desceram mais o vale para termos como Missão Velha que possuía 50 fazendas de criar, enquanto Barbalha, mais no sopé dispunha somente de 11<sup>62</sup>.

Não queremos dizer com isso que a referida dinâmica de circulação de águas impôs uma conformação das atividades econômicas de modo a haver predominância de engenhos nas proximidades da Chapada. Estamos afirmando que a sociedade senhorial elaborou uma estrutura produtiva que conseguiu se aproveitar de maneira mais rentável nas distintas disposições das águas superficiais no vale. Aliás, como nos alude Andrade (2010), os regimes de propriedade, a estrutura fundiária e os circuitos de produção e apropriação do trabalho estão interligados à dinâmica de realização da natureza, não podendo esses últimos serem desconsiderados na análise sobre a dinâmica territorial da apropriação privada da terra e estruturação de circuitos produtivos.

---

<sup>62</sup> Nesse caso os dados do Ensaio Estatístico sobre o Crato poderiam ser uma contradição ao raciocínio elaborado para entender a dinâmica de apropriação da circulação das águas superficiais pelos latifúndios, uma vez que nesse termo há a indicação de presença de 83 fazendas de criação. Porém se considerarmos que o referido termo é formado por cinco distritos, alguns dos quais em altimetria e dinâmica de circulação as águas superficiais semelhantes às apresentadas em Missão Velha, podemos inferir que a presença maior de fazendas nesses distritos, como Joaseiro, Serra de São Pedro (atual Caririaçu) e Brejo Grande.

Mapa 09: Rio Salgado



Mapa 9: Micro-Bacia do Rio Salgado. Fonte: EIA-RIMA do CAC (2016).

No mapa 09 podemos perceber a circulação dessas águas que culminam no Rio Salgado que é um rio formador do Jaguaribe. A Chapada do Araripe, formação de relevo com elevadas altitudes pode ser percebida no mapa como local de nascimento de muitos rio. Esse local imediatamente próximo à elevação de relevo conformam os latifúndios irrigados, a dominância do aquífero superior. Essa dominância intermediária representada no mapa conforma a porção média do aquífero, caracterizada pela ocorrência de férteis baixios que eram amplamente utilizados em cultivos temporários e permanentes. As porções indicadas no mapa com menores cotas de altitude indicam as áreas utilizadas também para a pecuária.

Um bom demonstrativo da dinâmica territorial dessa geografia econômica nos locais de nascedouro dos rios formadores do Jaguaribe é uma análise realizada por Reis Jr. (2014) da riqueza acumulada pelas distintas estratificações sociais das famílias proprietárias ou não de terras que declaravam seus bens em espólios com a finalidade de procedimentos de herança. O referido historiador analisou 401 inventários realizados entre os anos de 1850 e 1884, ano que foi declarada extinta o trabalho escravizado na província do Ceará.

Podemos perceber que a geografia das águas que estamos analisando é um dos fundamentos de realização de riqueza nas áreas de abrangência dos nascedouros do Jaguaribe. O referido autor, dividiu os inventários analisados em quatro escalas de rendimento, a saber: família que possuíam entre um e cinco contos de réis, entre cinco e dez, entre dez e vinte, e, por fim, rendimentos maiores que 20 contos. Alguns casos são bem demonstrativos das distintas formas de apropriação dos rios para o controle do trabalho, vejamos.

Confrontando esses dados com a ideia que vimos trabalhando que as relações com as águas estão imiscuídas no fazer ontológico do espaço geográfico, podemos verificar que a dinâmica territorial da riqueza na região do Cariri está fortemente atrelada à construção de uma hierarquia que elabora uma genealogia de objetos biotecnológicos de controle da circulação dos corpos hídricos como técnica ou fundamento de governo das pessoas. E que a forma de produção originária dessa distinção social foi estabelecida nas formas de envolvimento na Guerra dos Bárbaros.

O inventário anteriormente referido de Dona Anna Isabel, realizado em 1851, não apresentava a posse de terras, mas indicava a existência de uma casa de farinha feita em taipa, pouca mobília, alguns anéis e vinte duas cabeças de gado. Acumulava um montante naquele momento de 1:040\$000 (um conto e quarenta mil réis), o que pode ser considerada uma família com significativas posses para os padrões da época, moravam no sítio Burity (situado no aquífero médio da bacia), hoje compreendendo parte do percurso entre Crato e Juazeiro do Norte. A análise do espólio realizada por Reis (2014) indica que a principal atividade econômica que conformava no patrimônio inventariado era a advinda da criação de gado.

A despeito de essa região fazer parte da paisagem descrita em seu diário no percurso realizado por Freire Alemão nos meses finais do ano de 1859, no qual o excursionista relata a ocorrência de mais de vinte engenhos, a mobilização de força de trabalho para estabelecer engenhos exigia que a propriedade estivesse na beira de rio ou que o lograsse a construção de reservatórios que tornasse a empresa possível. A renda da família de Dona Anna Isabel apresentava um alcance intermediário. As propriedades apresentadas no inventário eram utilizadas para a criação de gado.

Manoel Cabral Junior, morador do sítio Carás, em inventário realizado no mesmo ano, não detinha a posse de pessoas escravizadas, seus bens não chegavam a 500\$000 (meio conto de réis), sendo considerado um pequeno proprietário com atividade dedicada a criação de gado. Antonia da Anunciação Aguiar em inventário apresentado em 1855 apresentava um rendimento total de menos de setecentos mil réis e dívidas ativas no valor de 342 mil réis. “O bem principal era a [escravizada] de nome Secundina, de vinte anos de idade, avaliada em quinhentos e cinquenta mil réis. Nenhuma posse de terra ou bem de raiz identificado” (REIS JR. 2014 p. 121). Francisca das Chagas de Jesus em espólio realizado em 1875, totalizando um conto de trinta e quatro mil réis, onde mais da metade, 58,02% ou 600\$000 estava imobilizado na posse de pessoas escravizadas.

Os inventários até aqui mencionados se incluem no primeiro estágio patrimonial, com até um conto de réis. Os dados indicam a utilização generalizada de pessoas escravizadas como estratégias de reserva de renda capitalizada e estrutura produtiva de realização do trabalho. Percebemos casos em que famílias apresentavam rendimentos menores, dentro da estratificação apresentada e com dívidas ativas, não obstante exerciam a posse de pessoas escravizadas.

Fica patente que esse circuito econômico esteve ativo ao longo de décadas do século XIX nas dominâncias da bacia do Jaguaribe e que repercutia mais que as posses de terras ou os bens de raiz<sup>63</sup> na totalidade da riqueza de muitas famílias. Então o mercado da escravidão se fazia presente de maneira bastante significativa, sobretudo na dimensão financeira do circuito, como reserva de valor e aporte para investimentos futuros, como uma base social para do da acumulação financeira.

Podemos inferir que para esses proprietários de terra investir seus recursos no comércio de pessoas poderia ser percebido como uma atitude de tentar a sorte em uma atividade comercial que poderia se converter em lucros ampliados. Esses dados demonstram também que possuir pessoas escravizadas entre seus bens em uma sociedade marcadamente racista, era um qualificativo de ascensão social.

Cortez (2018) em uma análise realizada em duzentos e setenta inventários no Cariri no mesmo período analisado por Reis Jr. (2014), indica a presença de 467 pessoas escravizadas, em 70% dos inventários estudados pela autora, demonstra a predominância de pessoas jovens, onde 83,9% desses tinham entre 1 e 15 anos de idade. Fica evidente que, por mais que em outros termos que não os do litoral açucareiro, a cultura do trabalho escravagista enquanto de forma de (re)produção de renda produtiva e comercial esteve posta de maneira bastante enraizada nas

---

<sup>63</sup> Terrenos urbanos, habitações, engenhos de açúcar, aviamentos de fazer farinha.

relações sociais nas fazendas de criar ou nas plantações comerciais em geral ao longo da bacia do Jaguaribe.

(...) ocorrência da escravidão disseminada entre os diversos grupos sociais no Cariri. Ocorrência que não se traduzia pelo que é possível encontrar nos inventários, mas que neles é também possível reconhecer (...). Encontrei nos inventários diversas situações semelhantes. Pequenos posseiros que em algum momento de suas vidas reuniram recursos e adquiriram escravos. Já outros que, apenas possuíam uma pequena parcela de terra e trabalhavam-na com sua família. (REIS JR. p. 118 – 121).

A atividade econômica desenvolvida por essas famílias de pequenas posses nos indica a reprodução da prevalência de atividades agropecuárias e plantios sazonais aproveitando os regimes de chuvas nas áreas de dominância do aquífero inferior da Bacia Sedimentar do Araripe e a ocorrência de exploração prioritária de cultivos irrigados nos latifúndios molhados. Essa referência de apropriação se amplifica quando observamos estratificações mais abastadas de renda capitalizada.

Nos inventários de proprietários de rendimentos medianos, entre cinco e dez contos de réis, no decorrer das décadas seguintes podemos perceber uma transição entre a centralidade da posse de pessoas escravizadas como importante instrumento de imobilização e especulação de rendimentos para a posse de terras.

No inventário de Dona Candida Senhorinha de Aguiar percebemos a utilização da força de trabalho das sete pessoas escravizadas para a agropecuária. O montante de recursos imobilizado por essas pessoas perfazia no inventário um valor de um conto e oitocentos e cinquenta réis. No entanto, a família possuía um sítio de “terra molhada”, equipado com uma casa de morar, um engenho para moer cana e tarefas plantadas de cana-de-açúcar. Esse bem totalizava um valor de um conto e duzentos mil réis, inferior ao montante acumulado com a posse a posse de pessoas escravizadas. Ainda concernente com o padrão percebido nos inventários anteriores.

No mesmo espólio, realizado em 1855, o montante financeiro acumulado com os bens imobiliários e terras só se equipara à renda capitalizada imobilizada na posse de pessoas escravizadas quando somadas às posses que a família apresentava na sede da cidade de Crato. O documento apresenta a posse de casas edificadas na vila no quadro da igreja São Vicente de tijolo coberta de telha por acabar, avaliadas em seiscentos mil réis. Nesse caso, o total de rendimento de 5:261\$960 o aporte maior de rendimento imobilizado com vistas a especulação se encontra na posse de pessoas escravizadas.

Contexto que difere do inventário referente ao patrimônio da família de Francisco Lobo de Macedo, realizado em 1881. Esse proprietário que apresenta um rendimento de 9:135\$230 dos quais 500\$000, ou 5,47%, estão representados pela posse de duas pessoas escravizadas, enquanto que 5:191\$000, 58,82%, estão imobilizados nas dez posses de terras registradas em várias localidades da região.

Os dados analisados por Reis Jr. (2014), demonstram um vertiginoso declínio da imobilização de renda na posse concentrada de pessoas escravizadas em um período de menos de 40 anos. Fato associado ao movimento mais amplo de pressão econômica pela abolição da escravidão, já tendo ocorrido nesse período legislações conservadoras que ensaiavam uma transição para outras formas compulsórias de exploração do trabalho. Nesse sentido, a escravidão vai perdendo força enquanto uma atividade econômica, no entanto os fundamentos raciais e compulsórios da exploração do trabalho são traduzidos em outras formas impositivas de relações.

Em outro inventário registrado no ano de 1881 que reunia o patrimônio da família de Antonia Luiza de Melo, contava um terreno entre a nascente do rio Batateiras e a Ponta da Serra, com engenho coberto de palha e engenho de ferro, que estava avaliado em um valor de 9:266\$000. Em outro inventário de 1890 de Luiz Alves da Silva, as terras já estão sinalizadas como valendo 69,76% de todo o espólio.

Confrontando os dados desses dois inventários com geografia do poder colonial analisada no capítulo 2, podemos perceber a elevada valorização dessas terras e águas que foram concedidas na forma de sesmarias nas proximidades dos nascedouros dos rios (Batateiras, Granjeiro, etc.) no início do século. A exploração do trabalho e a intensificação de circuitos produtivos nessas proximidades das área central da Chapada do Araripe permitiu a realização de investimentos produtivos, logrando a acumulação de aportes de valorização muito considerável em menos de cem anos.

A velocidade da valorização promovida por essa dinâmica territorial com a sucessão de, no máximo, três gerações, é um potente demonstrativo do conjunto de transformações territoriais ensejados na região do Cariri e em toda a dominância do Jaguaribe no decorrer do longo séculos XIX. A reduzida sucessão geracional fica evidente na dimensão das terras apresentadas no inventário da família de Luíza de Melo em 1881, denotando que fora pouco particionada em heranças pretéritas.

A enorme propriedade em questão disposta de maneira retangular desde a chapada do Araripe até o médio curso do aquífero, demonstra que a velocidade da valorização está contrabalanceada pela lentidão da fragmentação da propriedade da terra, uma dialética desigual

que só se completa com o exercício da violência. Pressuposto ou fundamento de valorização territorial que assegura a possibilidade de realização de uma transição conservadora para o padrão republicano de reprodução do Estado Territorial, logrando calcar essas transformações subsequentes na exploração compulsória do trabalho do morador de condição.

É um momento interessante para entender a dinâmica cumulativa da geografia do poder e a formação territorial do Estado nacional no Brasil, na medida em que a elite econômica e política vai convertendo seus predicados e mantendo a concentração de riqueza. Deixando de ser-rico-porque-tem-escravo para ser-rico-porque-tem-terra-e-água.

A primeira condição está calcada na possibilidade de ser inscrito nos documentos do Rei de Portugal. Uma posição social no interior da reconfiguração identitária e geo-história do sistema-mundo em formação de que fala Quijano (2010). A dinâmica territorial da sociedade senhorial está fundamentada na colonialidade do ser a partir da instituição do poder ser, uma dialética movida por uma produção da raça como elemento forte de distinção social produz o poder ser proprietário.

O fundamento político para o extermínio das pessoas que viviam nesses lugares originariamente foi a condição de não ser, a despeito de ter distintas formas de inserção nas lutas que conformaram a Guerra dos Bárbaros, as populações originárias tiveram negado o direito de propriedade. A dinâmica econômica e cultural do tráfico de pessoas escravizadas moviam um circuito financeiro de pessoas e que não alcançaram a condição de ser nessa reconfiguração em formação, na medida em que era produzida uma justificativa para a escravidão que associava a sua realização a uma forma superior de raça.

A segunda condição acumula os fundamentos da primeira em uma geografia territorial de transição, instituindo a reprodução da natureza como fundamento de valorização no mercado mundializado, tendo a dinâmica de realização das águas um papel fundamental. Acumula e reproduz a colonialidade, porque não fragmentou a posse concentrada da terra e só o fará mediada por um mercado excludente onde os descendentes de pessoas escravizadas e povos originários serão subjugados a esse circuito comercial baseado na exploração do trabalho familiar camponês.

Esse momento é significativo porque começa a alavancar a autonomização do Estado colonial e da propriedade privada da terra para outro patamar de realização. A marcha de territorialização culmina na estruturação de instituições burocráticas de legitimação da posse concentrada e na formação de políticas de drenagem fiscal, resultantes da ampliação da concorrência comercial entre os proprietários de terra que passa a estimular e ser alimentada pelo comércio de terras.

A apropriação da natureza ao longo do Jaguaribe estará regida a partir da transição do século XIX para o XX por um pacto de poder rígido baseado na posse da terra mediante a lei de mercado. Todas as bases da formação territorial de uma sociedade escravagista e de uma produção espacial que impunha um estado de exceção permanente para os povos originários, serão amplificadas em um contexto onde a posse concentrada da terra (e das águas) conseguirá subjugar uma quantidade enorme de pessoas a uma rede de trabalho compulsório.

O proprietário de terras acumula agora as funções de intermediário comercial da dinâmica produtiva do campesinato subjugado às relações de dominação promovidas pela estrutura fundiária; investidor financeiro, na medida em que consegue ampliar seus rendimentos investindo em capacidade técnica para produção e gestor político da dinâmica territorial.

Conjunto de atributos que preparam a bacia do Jaguaribe para a explosão do cultivo do algodão e a inserção desse lugar no contexto mundializado de produção de mercadorias, mediado pela acumulação primitiva. Em um contexto de intensa industrialização na Europa, a dinâmica geopolítica internacional vai demandar de países como Brasil, Egito e Índia a estruturação de um circuito produtivo para exportação dessa matéria prima.

À medida que maiores aportes de recursos são registrados nos inventários das famílias pertencentes à elite senhorial, percebe-se uma diversificação da atividade produtiva, a presença marcante de comerciantes urbanos com propriedades e atividades rurais, mas com parcela significativa de seus rendimentos fundamentados no comércio.

Esse fato denota a força econômica do capital comercial. Por mais que a materialidade da produção de riqueza esteja ligada a exploração do trabalho e da natureza, a circulação econômica entre as comarcas forja novos ricos com posses predominantemente ligadas à movimentação especulativa do solo urbano e à prática financeira de empréstimos em níveis locais e regionais. Esse contexto de imobilização de riqueza concentrada se fortalece bastante com o circuito comercial do algodão e vai pautar importantes transformações na dinâmica política da territorialização do Estado territorial no século XX.

Em uma posição ainda intermediária de renda, o espólio de Manoel Lopes Abath, apresenta parte considerável do recurso comprometido com dívidas passivas, resultado de empréstimos realizados. Fato que é analisado por Reis Jr. (2014) como um fator de distinção social, na medida em que é necessário um aporte de recurso para alcançar a possibilidade de endividamento.

Parte considerável dos empréstimos registrados no referido espólio fora concedido por um proprietário de terras de Icó, fato que denota a capacidade de investimento à jusante da bacia, aportadas com os recursos oriundos dos circuitos econômicos da pecuária e agricultura.

Esse trânsito financeiro fortalece o entendimento referido anteriormente dessa conexão fiscal, geracional e financeira entre os proprietários de terra nas comarcas do Jaguaribe.

Esses membros da elite senhorial se constituem como agentes financeiros, dada inexistência de agências bancárias na comarca de Crato, estimulam a circulação de valores e lucram com a aplicação de juros. A exemplo da família de Maria Gonçalves de Santa Ana que fazia empréstimos na região. Residente em Crato o seu inventário apresentava um patrimônio que acumulava um montante de mais de catorze contos de réis, dos quais 4:260\$000 estavam representados por casas na sede de Crato, 2:000\$000 em pessoas escravizadas e 7:941\$480 em dívidas ativas. Sendo credoras de cifras variadas, a família desempenhava esse papel de agente de reprodução, circulação e acumulação de renda.

Alliez e Lazzarato (2021), nos apresentam a circulação de crédito e a produção de uma dívida pública como elementos centrais da mobilização de um estado permanente de guerra no contexto de acumulação primitiva. Para esses autores o sistema colonial com o comércio marítimo e as guerras comerciais se tornaram incubadoras de formas de extração e circulação de riqueza que se disseminaram com muita velocidade pela Europa. “Os fluxos de crédito e da dívida pública (que operam como alavanca mais poderosa da acumulação primitiva), aliado a guerra de conquista, alimentam-se e reforçam-se mutuamente em um processo de desterritorialização imediatamente mundial.” (p. 50).

A circulação de riqueza na forma de crédito coloca a marcha da acumulação nas dominâncias do rio Jaguaribe em uma outra ordem de reprodução e concentração. Por um lado percebemos a consolidação dos núcleos de valorização estabelecidos (Aracati, Icó e Crato), agora intermediados por uma pujante circulação comercial que produz uma camada média da riqueza urbana que consegue investir por meio da produção de dívidas e ser um intermediador entre a extração da renda da terra e a consolidação de circuitos mundializado de algodão, por exemplo.

Atuando como agentes bancários informais ou mediando a instalação de descaroçadeiras de algodão, forjam uma riqueza com lastro de apropriação e acúmulo no âmbito das cidades. A ampliação das circulação de mercadorias faziam dessas cidades primárias da formação de uma rede urbana colonial potenciais concentradoras de mercadorias advindas de circuitos locais, regionais e mundiais.

A análise de espólios que apresentam valores muito mais elevados de recursos acumulados indicam que esses concentram parte significativa desses recursos em investimentos comerciais ou dívidas ativas. Caracterizam-se por ser políticos influentes da região, possuírem patente militar e posses em distintas comarcas, desde Icó até Jardim.

A exemplo do capitão Henrique Fernandes Lopes, que detinha o patrimônio de uma das famílias mais ricas do Cariri. Seus rendimentos estavam concentrados em cerca de 60% em mercadorias, 5,24% em pessoas escravizadas (com a posse de 11 pessoas escravizadas) e 2,03% em terras, 13,81% e 16,97% em bens de raiz e dívidas ativas, respectivamente, o que caracteriza um patrimônio construído a partir do comércio e investimentos financeiros rentáveis na região. O referido capitão foi o comerciante que financiou os estudos do Cícero Romão Batista para Padre em Fortaleza e manteve-se aliado desse até o fim da sua vida, fazendo com que seu exercício de influência de sua família se fortalecesse ao longo do século seguinte.

Esse inventário e o do Coronel Antonio Luiz Alves Pequeno, que apresentava um espólio de 212:593\$172, são representativos da riqueza existente nesse grupo social, alguns dos mais representativos membros da classe senhorial do Cariri. “A associação de riqueza, poder político, cargos militares, representação na imprensa local como exemplos de moralidade a ser seguidas pelos demais grupos sociais, formou um padrão entre os “ilustres da sociedade”. (REIS JR., 2014 p. 149).

Eis as grandes linhas que sustentam a separação entre as classes durante a segunda metade do século XIX, no Cariri – controle dos recursos naturais mais valorizados, concentração de riquezas, ocupação dos cargos públicos, núcleos familiares que compartilhavam as terras, exploração de mão-de-obra de escravizados e livres pobres. (REIS JR., 2014 p. 153).

Quando antes nos referimos sobre a centralidade exercida pelas comarcas de Crato, Icó e Aracati e a derivação a partir dessas da constituição de novas fronteiras de expansão para sentidos variados, fica mais mensurável a partir dos argumentos apresentados. A dinâmica de captação e armazenamento de água realizada em Lavras, termo de Icó; o complexo sistema de usos e privações da natureza realizados pelas elites senhoriais em Crato e os sistemas de abastecimento e contenção de enchentes erigidos em Aracati, nos dão a dimensão concreta de que a riqueza concentrada e imobilizada por essas elites se fazia a partir da utilização da dinâmica do rio como instrumento de comportamento da força de trabalho.

A comarca de Jardim, que perfazia o domínio entre a região central do vale e a fronteira com a Paraíba, estava composta pelos municípios de Jardim e Milagres e suas freguesias. Elevado a situação de comarca a partir da separação do Termo de Crato em 1859 o comando da Guarda Nacional continuava sendo subordinado a essa comarca.

A lógica territorial dos usos econômicos também está realizada em uma concentração de engenhos nas proximidades com a Chapada e, à medida que se distancia das fontes como Gravatá e Pintos, a ocorrência prioritariamente de criação de gado e cultivos sazonais diversos.

De modo que no termo de Jardim estão registrados no Ensaio Estatístico 70 engenhos e 100 fazendas de criar e no termo de Milagres não há registro de engenhos, mas vigorosa agricultura sazonal e 150 fazendas de criação.

A extensão do latifúndio regado nessa comarca está identificada no Ensaio Estatístico referido como em uma extensão de 18 Km de exercício de influência dessas fontes no aporte permanente de água para o vale. Formam riachos menores como o Bom-sucesso, São Domingos e Saco, já em Porteiras, que culminam na formação do Riacho dos Porcos. Córrego referido nos capítulos 01 e 02 como local de decisivos enfrentamentos com povos originários, e, já no século XVIII, se constitui como um importante caminho de entrada advindo do São Francisco e hoje é o canal de ligação que faz com que as águas desse referido rio adentrem no Salgado e em seguida no Jaguaribe com o avanço do Eixo Norte da transposição. Esse entroncamento de acontecimentos em tempos que foram se sobrepondo nos indicam que o controle dos rios permanecem sendo um dos instrumentos por excelência de autonomização do Estado, exploração do trabalho e extração de riquezas.

Essa sobreposição de acontecimentos muito significativos nas dominâncias do Riacho dos Porcos (porção leste da Chapada do Araripe), denota que a dinâmica territorial da Geografia Histórica do capitalismo fez desse lugar fronteira em momentos distinto de realização, uma fronteira marcada pelo exercício de controle do regime de circulação das águas. No século XVIII sendo local de realização de batalhas decisivas para a expansão territorial da colonialidade (como analisamos no capítulo 02), no século XIX como área fundamental da expansão de cultivos e criação de gado e no século XXI como local de entrada das águas do São Francisco para estruturação de condições para expansão de cultivos agrícolas mundializados. Um córrego intermediário, com aporte intermitente, mas que carrega em sua realização hidrossocial sínteses potentes da Geografia de da colonialidade da natureza de longa duração.

A dinâmica política do poder colonial estruturado em províncias e comarcas compunham o que a pesquisadora Gouvêa (2008) chamou de rede governativa, estava, como vimos, estruturada nas dominâncias do Rio Jaguaribe em meados do século XIX. Disposta em uma organização hierárquica muito influenciada pela política de gestão territorial imposta pela igreja em Freguesias, mas com uma rede própria de gestão do território. Uma das principais instituições que compunham esse sistema de governo era a Guarda Nacional, criada no contexto de desagregação do sistema escravagista, no ano de 1831, estava subordinada ao Ministério da Justiça, aos Governadores das províncias e aos Juizes de Paz. Era composta por eleitores com

renda comprovada superior a duzentos mil réis nas capitais e cidades maiores e cem mil réis nos interiores.

Na dominância do Jaguaribe haviam quatro comandos superiores da Guarda Nacional situadas em Aracati, Icó, Inhamuns e Crato. Perfazendo a bacia em um sentido de cobrir as suas fronteiras e reproduzindo o sistema de centralidade ensejado pelos processos econômicos anteriormente referidos. As demais províncias apresentavam batalhões de infantarias inferiores de serviço ativo ou de reserva, além de delegacias e subdelegacias.

Os dados do Ensaio Estatístico demonstram que, a Comarca de Aracati, além do comando superior da Guarda Nacional dispunha dois batalhões dessa mesma guarda, uma delegacia e seis subdelegacias, espalhadas pelos termos e freguesias de Aracati e Russas. Icó, também sede do comando superior dispunha de quatro delegacias e oito subdelegacias em seus termos e freguesias. A Comarca de Saboeiro, subjugada judicialmente à Icó apresentava um batalhão de Infantaria da Guarda Nacional na ativa e um na reserva e cinco distritos policiais. A comarca de Crato, além do Comando Superior anteriormente referido, um batalhão da cavalaria no Crato e um batalhão da Guarda Nacional em cada um dos municípios, Crato, Barbalha e Missão Velha. Jardim, que estava judicialmente subjugada ao Crato apresentava 7 distritos policiais distribuídos entre os distritos de Jardim e Milagres. Inhamuns e Quixeramobim apresentavam, além do comando superior na primeira comarca, três batalhões de infantaria da Guarda Nacional, duas delegacias e nove distritos policiais.

Por toda a extensão do rio, a elite senhorial que apresentava um contexto de rendimentos muito superior às demais camadas sociais, detinha o monopólio da violência e membros de suas famílias integrando o corpo do juizado de Paz, rede de governo que logrou erigir um exercício de controle do trabalho a partir do combate à vadiagem. Desde inspetores dos quarteirões até ações vigilância sobre os pobres instrumentalizadas pelos códigos de posturas municipais realizavam ostensivas ações de violência contra as “classes perigosas”.

Um aparato integrado militar que se constituía como uma herança direta da Guerra dos Bárbaros e fortalecia a produção de fronteiras em um âmbito de amplo da bacia, produzindo uma narrativa centralizadora de uma Província que vinha sendo produzida em uma dimensão militar. Em um âmbito da realização miúda das relações sociais significava a realização dos cercamentos com a formação da propriedade privada da terra e das águas, mas também o cercamento costumes com vista a produzir uma disciplina social.

Nesse sentido, como nos alude Federici (2017), os cercamentos significavam também um ataque lançado contra as formas de sociabilidade e sexualidade coletivas. O que a autora chama de cercamento social, nas dominâncias do Jaguaribe conformava a bacia desse rio como

um campo de controle do deslocamento das pessoas e indução de disciplina para o trabalho que estava sendo mobilizado pela consolidação da propriedade privada utilizando o açude como um instrumento territorial de controle do trabalho e do Rio. A um só tempo foram forjados códigos de comportamento social e arregimentação para o trabalho nas frentes de combate às secas e um código de comportamento para o Rio, tanto com as obras hídricas que o induziam a uma outra performance, como nas restrições de uso e acesso.

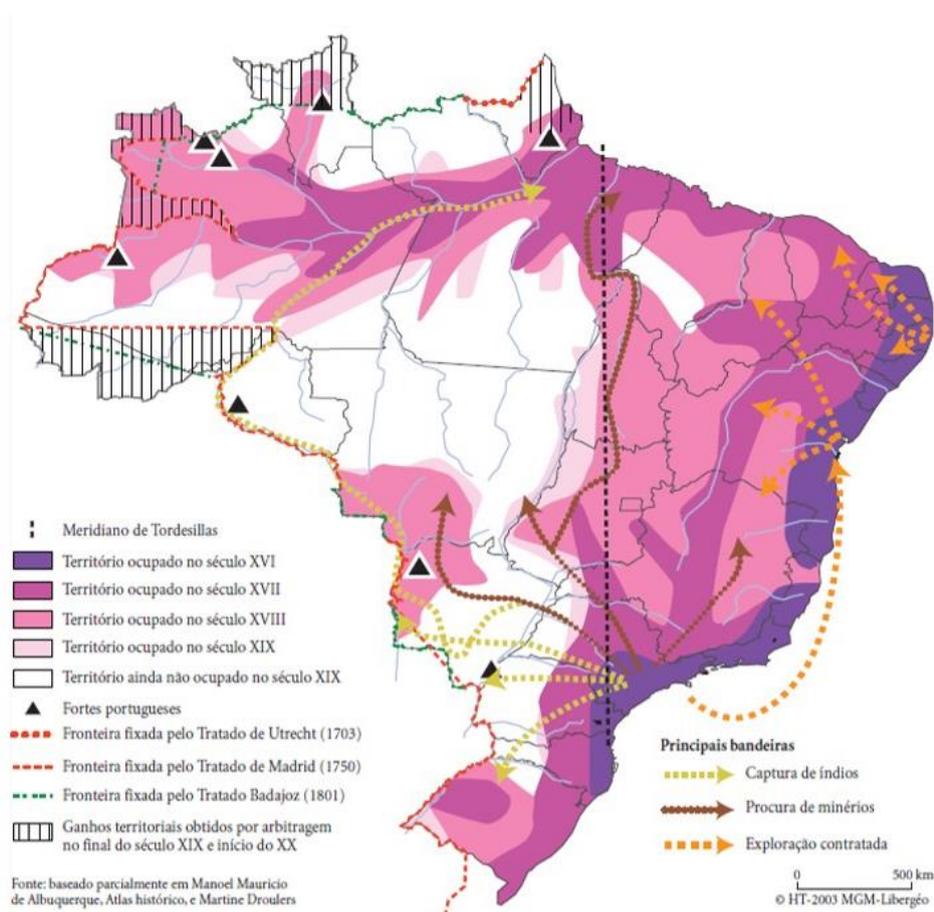
A gestão do rio instituída a partir das comarcas mencionadas perpetuava uma dimensão militar integrada como uma das principais expressões políticas da territorialização do Estado. Foi diversificando seu escopo de atuação exploração da natureza e do trabalho e estimulando uma composição hierárquica do Estado Territorial que a paz social do latifúndio se converteu em um verdadeiro estado permanente de exceção, onde o controle estava diluído em todas as ações de intervenção do Estado.

## 5 O AÇUDE COMO FORMA-POLÍTICA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO COLONIAL

“A guerra agora tinha ficado enorme”.  
(ROSA, Guimarães, 2015 p. 478)

O processo de consolidação de uma elite senhorial nos sertões do Jaguaribe é parte constitutiva fundamental da formação da propriedade privada da terra no Ceará e no Brasil. A dinâmica de mobilidade populacional e a desestruturação da economia escravagista estava em curso com o processo de produção da independência do Brasil, promovendo um contexto de continuidades e rupturas no âmbito dos eventos e das estruturas, como nos alude Novais (2020).

O estabelecimento de circuitos produtivos com rudimentares níveis de integração no interior do continente, a pressão exercida pelas revoltas populares contrárias à escravidão, a vacância de um regime jurídico fundiário com a independência e a circulação de uma força de trabalho “livre”, exerciam forte pressão nos marcos jurídicos de regulamentação da posse das terras. Uma ampla política de alianças entre os proprietários de terras e o Estado territorial em formação asseguraram a produção de um regime jurídico que passou a regulamentar a propriedade privada da terra como um direito individual e inviolável entre os anos de 1824 e 1850, como nos alude Prieto (2016).

**Mapa 10:** Expansão territorial da colonização**Mapa 10:** Expansão territorial da colonização. Théry (2010).

O mapa 08, elaborado por Théry (2010) demonstra o movimento de interiorização do projeto colonial. Nele podemos perceber que o controle territorial do Rio Jaguaribe pelo processo de colonização estava estabelecido no século XVII. Como vimos nos capítulos 01 e 02, esse avanço territorial foi consolidado com a Guerra dos Bárbaros como uma dinâmica de expansão que possuía dimensões econômicas e políticas, influenciando decisivamente no processo de formação territorial.

É especialmente importante atentar para as fronteiras entre os territórios atualmente estabelecidos como Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Bahia, dominância da rede de rios que mencionamos anteriormente entre os rios São Francisco, Jaguaribe, Parnaíba, Apodi e Piancó-Pinhas-Açu. A persistência das ações de entradas advindas de Pernambuco e da Bahia em direção a essas fronteiras, um movimento constituído pela captura de indígenas sinalizado no mapa por uma seta amarela, demonstra uma escalada da dominação territorial constituída de rio em rio.

Até o século o final do século XVI na abrangência daqueles rios nominados pelos “tapuias” por um nome e pelos indígenas do litoral por outra designação<sup>64</sup>, que abrangiam a faixa litorânea e imediatamente interiorana entre a fronteira da Paraíba com o Rio Grande e a chapada do Apodi, estavam estabelecidas fazendas de criar ameaçadas a todo tempo por ações de retomada conduzidas por nações confederadas que provocaram perdas, mortes e expulsões. O resultado desses embates foi o estabelecimento de uma “guerra justa” pelo Conselho Ultramarino, analisada no capítulo 02, que fez com que o estabelecimento de sesmarias no Jaguaribe iniciasse já nos primeiros anos do século XVIII, após a batalha do Riacho do Sangue. Uma dinâmica de concessão territorial ainda ameaçada por ações de retomada que foram enfrentadas com as cavalarias de expulsão, em meados do século XVIII, consolidando o controle territorial da Chapada do Araripe, local de nascedouro de rios formadores do Jaguaribe em suas porções leste e oeste (como podemos verificar no mapa 03).

O mapa 08 sintetiza graficamente os movimentos da produção de uma dominação territorial que, para nós, demonstra a centralidade dos rios na expansão da empresa colonial. Centralidade esta exercida não apenas na forma de indicadores de caminhos, mas na reprodução de suas dinâmicas de usos e apropriações como campos de batalhas, locais de redução e extermínio, uma marcha totalitária de imposição de uma ordem territorial dos maiores para os menores cursos.

Após consolidada a dominação territorial dos rios Jaguaribe e São Francisco, o controle territorial do Paraíba e para além do São Francisco se fizeram a partir de dois movimentos simultâneos: da reconfiguração da centralidade política exercida pela Chapada do Araripe por meio do movimento da colonização, tomando-a como um entremeio entre o Cerrado, a Amazônia e o Litoral; bem como pela consolidação de circuitos religiosos, econômicos e políticos em um formato triangular entre o Jaguaribe, o São Francisco e o Piancó-Piranhas-Açu.

### **5.1 Dinâmica territorial de instituição da propriedade privada da terra**

A montagem de um circuito econômico de produção deu-se mediante o estabelecimento de um regime de sesmarias, onde o senhor de terras estabelecia relação de posse mediante concessão territorial expedida pela Coroa. O regime de posse absoluto da terra é posterior ao ano de 1824, como nos alude Prieto (2016), o que possibilitou a produção de um incipiente

---

<sup>64</sup> Que analisamos no capítulo 01.

mercado de terras, a exemplo das terras supostamente compradas pelo Sr. Firmino, em Lavras em 1844, como analisado no capítulo 03. É impreciso afirmar que a compra tenha sido o instrumento direto de apropriação de extensas áreas por proprietários porque, como nos alude o referido autor, no período anterior à Lei de Terras, estabelecida em 1850, o proprietário era instituído como dono da terra mediante a apresentação de documentos de concessão de sesmarias, confirmados por um vigário ou apresentado o documento original a um tabelião.

Como vimos anteriormente, a formação de jovens advindo das dominâncias do Jaguaribe para sacerdotes ou juristas<sup>65</sup> era realizada, majoritariamente, em Recife e financiada por padrinhos ou pela família. Relações que denotam um exercício de influência política por parte desses proprietários de terras, elevando sua capacidade de coerção ou suborno diante de um corpo burocrático em formação.

Prieto (2016), a partir da análise dessas relações de poder, nos sugere que a grilagem é um aspecto fundante da dinâmica territorial da formação da propriedade da terras no Brasil, pois muitos senhores de terras eram membros da Guarda Nacional ou logravam a eleição de representantes seus para o legislativo, mobilizando uma quantidade considerável de pessoas aptas a votar no período eleitoral, como vimos no capítulo 02.

(...) a partir da combinação entre a Constituição Federal de 1824 e da Lei de Terras em 1850 foram estruturados os processos de legalização e legitimação da grilagem de terras realizadas no período colonial, instituindo um novo conjunto de aparentes “confusões jurídicas” que propiciaram novas estratégias de apropriação ilegal da terra, conseqüentemente reproduzindo uma “coexistência estabilizada”, mediada pelo Estado imperial, entre a formação da propriedade privada e a grilagem de terra. Os efeitos desse processo foram a violência contra os camponeses-possesores, indígenas e as constantes tentativas de expropriação. (PRIETO, 2016 p. 486).

Desse modo, nos elucidada o autor, aspectos políticos e econômicos influíram decisivamente na articulação de um regime legal de regularização de terras griladas. O aspecto político mais relevante identificado por ele é o processo de independência do Brasil, que, acompanhado pelas leis que instituíram um regime de propriedade mediante a compra ou comprovação de posse anterior, criou uma quantidade de pessoas não aptas a exercerem posse e propriedade, fazendo da elite fundiária, branca, uma classe social rentista.

A forma como se imbricam as leis de controle compulsório da força de trabalho e a produção deu um regime de legalidade para a concentração da terra em uma forma monopolista, demonstram que a formação do Estado territorial estava mobilizada no intento de compatibilizar

---

<sup>65</sup> Ou nas duas formações, como foi o caso de Thomaz Pompeu de Souza Brasil.

os imperativos globais da acumulação com suas necessidades de legitimação, como nos alude Bursztyns (2008). Desse modo, a proliferação de instrumentos de ação do Estado será conduzida de forma autoritária, fundamento que irá mover um conjunto de ações no processo de territorialização do Estado<sup>66</sup>.

É revelador como se imbricam a legislação que mobiliza um conjunto de ações conservadoras para a transição do regime de trabalho com a instituição do monopólio sobre a terra, demonstrando que foram constituídas a partir da imposição de uma conciliação das elites agrárias como ação formadora do Estado territorial. Como nos alude Prieto (2016), a Lei de Terras (nº 601 de 18/09/1850) foi promulgada 14 dias após a promulgação da Lei Eusébio de Queirós, que abolia o tráfico de pessoas escravizadas. Desse modo, a permissividade da grilagem como formadora de grandes latifúndios amplia-se com a instituição da Lei de Terras. Segundo o referido autor, a legislação anterior de 1843 previa algum limite à legalização de terras griladas ao restringir o reconhecimento às propriedades regulamentadas antes de 1822. A Lei de Terras de 1850, além de não mencionar a possibilidade de instituição de qualquer imposto territorial, instituiu que poderiam ser legalizadas propriedades griladas sem limite de extensão e sem restrição de data de ocupação.

No âmbito econômico, os auspícios liberais do governo imperial do Brasil não promoveram esforços para reformar a estrutura colonial de exploração, uma vez que se manteve o regime de trabalho escravizado como possibilidade legal de exploração até o final do século XIX. Não se tratava, portanto, de uma ação política que tendia a promover modificações na estrutura social, mas sim, modificar quem se apropriou do Estado e seu aparato. Desse modo, a conservação da propriedade privada do trabalho escravizado, a instituição de propriedade privada da terra e sua posterior regulamentação nos termos anteriormente mencionados, são aspectos que fizeram da reprodução social do valor, a partir da exploração do trabalho, uma longa marcha de fortalecimento das permanências dos aspectos fundamentais da formação da sociedade colonial.

Três argumentos mobilizados por Prieto (2016) no processo de constituição da terra como uma propriedade privada tiveram repercussão no âmbito da consecução desse processo nas dominâncias do Rio Jaguaribe. Um primeiro foi o conjunto de proibições de circulação dos povos indígenas por regiões onde não estavam constituídos aldeamentos. O autor menciona pronunciamentos de políticos no legislativo incitando as forças militares a combaterem a

---

<sup>66</sup> O referido autor sugere que o conjunto de políticas de enfrentamentos às secas nas primeiras décadas do século XX, imbricaram a realização de obras hídricas com uma cultura militar autoritária e que reforça as desigualdades por meio do exercício da violência.

entrada dos, assim chamados “índios errantes”, nas regiões onde o regime de propriedade já estavam consolidados, como no litoral.

No Ceará, como analisamos no capítulo 02, o processo de aldeamento aliava a imposição de tempos rígidos de trabalho com rituais religiosos católicos e impunha a unicidade da língua portuguesa na comunicação a partir do uso de idiomas gerais de mediação; os indígenas precisavam apresentar um passaporte que identificavam seu trânsito entre aldeamentos como autorizado. Descumprida essa prerrogativa o indígena que fosse apreendido sem dispor desse documento seria detido pela Guarda Nacional.

Desse modo, a imposição de um regime de propriedade absoluta da terra no Brasil, que age como um reguladora central da ordem social e política baseada na economia colonial, na dependência externa e nos interesses dos grandes proprietários, como nos alude Martins (2015), se realizou promovendo uma transição do regime de apropriação da força de trabalho, mobilizando a renda capitalizada do trabalhador escravizado para a terra. O monopólio da renda capitalizada foi assegurado para a elite senhorial a partir da instituição do monopólio do acesso à terra, uma vez que os povos originários e pessoas escravizadas não possuíam requisitos suficientes para adquirir uma propriedade.

Nesse sentido, o monopólio do controle das propriedades fundiárias, que foi realizado a partir da formação de uma indústria da grilagem envolvendo toda a burocracia do Estado territorial, como nos alude Prieto (2016), constituiu-se como uma estratégia de perpetuar a concentração do monopólio da renda da terra. Podemos perceber, por conseguinte, como a instituição da propriedade privada da terra no Brasil se constitui como uma política de controle territorial da dinâmica de mobilidade da força de trabalho. No âmbito do Jaguaribe, a territorialização dessas políticas de instituição de latifúndios aconteceu com a produção de um regime de trabalho conhecido como “morador de condição”, como analisamos no capítulo 03 e passou a produzir o açude como uma síntese desse conjunto de transformações territoriais.

Um segundo aspecto identificado por Prieto (2016) como um processo que fez parte dessa transição de controle e exploração da força de trabalho, mediada pela instituição do monopólio da propriedade privada da terra, lançando mão da grilagem como *modus operandi*, foi a realização de intrusões e pressões sobre territórios indígenas. Essas pressões ocorriam na forma de recomendações de políticos em pronunciamentos ou partindo de órgãos do Estado territorial, estimulando a atração de soldados que servissem em estamentos militares para “pacificação” de indígenas. Para tanto, era realizada a concessão de terras para esses militares como forma de estímulo para suas instalações.

Esse argumento coaduna-se com a ideia que apresentamos no capítulo 02 de que a guerra exerce centralidade no processo de formação territorial na abrangência do Rio Jaguaribe. Muitas das sesmarias concedidas para os primeiros donatários foram distinguidas de acordo com sua inserção no regime de circulação das águas do referido rio. A distinção de benefício respeitava o grau de envolvimento nas batalhas que conformaram a Guerra dos Bárbaros.

Esse padrão de imposição de um regime de posse e, posteriormente, propriedade das terras e águas, perpetua-se na medida em que muitos dos grandes proprietários que tiveram inventários analisados no capítulo anterior estavam de algum modo imiscuídos nas ações de expansão da dominação territorial, seja consolidando o circuito da pecuária no sentido norte atingindo os afluentes do São Francisco na província de Pernambuco, ou no sentido oeste, consolidando o domínio nas áreas de circulação dos rios formadores do Parnaíba.

O terceiro aspecto do processo de instituição de um regime absoluto de propriedade que vemos estabelecido no âmbito do Rio Jaguaribe constitui-se pelos interesses nas terras que compreendiam os aldeamentos indígenas. Exercer controle sobre essas terras e as converter em propriedade privada ampliava as possibilidades de aferir renda a partir da especulação fundiária, na medida em que esses aldeamentos estavam localizados nas proximidades de vilas importantes. Outro aspecto relevante para consecução desse intento era a possibilidade do controle territorial da força de trabalho, uma vez que parte significativa dos produtos alimentícios comercializados nas vilas próximas advinha desses aldeamentos.

As vilas de índios localizadas nas proximidades de Fortaleza, que deram origem à formação de Caucaia, se constituíram como um local de exploração do trabalho indígena no processo de expansão dos cultivos de algodão, como nos alude Maia (2010). Inicialmente suas produções eram comercializadas nas vilas próximas, em seguida foram alvo de investidas no controle do trabalho e na imposição do regime de moradia de condição.

Vamos percebendo que a imposição do monopólio da propriedade da terra se realiza como uma transição ampla que institui um regime jurídico excludente. Esse regime, ao mesmo tempo em que foi definidor de quem passaria a não ser proprietário de terra, influiu de maneira decisiva no processo de consolidação da terra como bem privado usurpável, instalando e estimulando a especulação como formadora da riqueza concentrada de uma classe social e ampliando a capacidade de exploração do trabalho.

Desse modo, como nos alude Seabra (2019), a formação da propriedade se faz mediante a constituição de uma forma jurídica, realizando-se como uma expressão da sociedade do capitalismo, na medida em que também estrutura a sociedade, espalhando valor e extraindo renda, promovendo o mercado de terras como uma necessidade sistêmica. A propriedade, dessa

maneira, institui um regime que promove desigualdade nas formas de uso e apropriação das terras, tornando essas um bem especulável que precisa ser suficientemente dinâmico, circulando de proprietário, reproduzindo renda concentrada.

A referida autora analisa a consolidação das áreas de várzeas dos rios urbanizados em São Paulo como força produtiva social essencial para o processo urbano-industrial. O processo de expulsão e especulação promoveu uma redefinição das possibilidades de uso desses terrenos, mediante a elevação das rendas fundiárias, com vistas a obtenção de rendimentos econômicos. Para Seabra (2019), a valorização dos rios ocorre reproduzindo o processo que transformou a propriedade fundiária numa forma social de riqueza e implicou numa redefinição do significado da instituição jurídica da propriedade privada.

Nesse processo de transição da terra como forma fundamental de riqueza, onde a posse representava parte constitutiva do patrimônio total do proprietário a partir dos bens realizados, para a terra como equivalente de riqueza, a propriedade capta pelo mecanismo do preço da terra, frações de trabalho excedente. A concentração da renda da terra vai se conformando como um elemento definidor da produção de uma sociedade desigual onde todas as pessoas estão de algum modo enredadas em uma questão fundiária, na medida em que a produção de alimento está subjugada a essa lógica monopolista de apropriação.

A formação do Estado territorial vai criando condições que viabilizam o processo de aproveitamento dessas propriedades instituídas no processo de expansão da produção de algodão para a exportação. Ao mesmo tempo em que os açudes são construídos mobilizando a reprodução social do campesinato como morador de condição, como mecanismos de limites concretos do acesso à terra, vão conformando o rio como um reprodutor de renda, elevando as possibilidades de intervenção e controle de seu curso para uma escala mais ampla.

Não constitui exagero afirmar que os fluxos de inserção do Ceará no âmbito da produção econômica do algodão ocorreram pelas margens do Jaguaribe e seus rio formadores, reconfigurando seus aspectos viários e produtivos. A diversificação produtiva ensejada no âmbito da ampliação da circulação de mercadoria entre essa rede triangular de rios referida anteriormente vai produzindo uma dinâmica regional, ampliando e consolidando um processo de redefinição do rio Jaguaribe.

A formação do Estado territorial que institui o Ceará como uma província se vê na necessidade de enfrentar o Rio, lido naquele momento como estando em um estado natural, atrasado com relação a formas de integração e uso. Crescem os discursos racionais sobre o Jaguaribe e as justificativas para as incorporações e modificações de sua dinâmica. A montagem de um circuito de produção e comercialização de mercadorias passa a ser o elo entre esse

processo e a instituição da propriedade privada da terra, favorecendo formas de circulação e concentração da renda da terra em uma escala mundializada, eleva a composição orgânica do capital na forma de crédito, trabalho pago e não pago, trabalho compulsório, investimentos internacionais, obras hídricas, estradas etc.

A consolidação de um circuito interno de acumulação para além das trocas com a Europa reproduz o rio Jaguaribe como campo de valorização e força motora da diversificação produtiva. A circulação do crédito entre as vilas constituídas, o fatiamento das terras no movimento de herança, principalmente em locais onde a dinâmica das águas é mais intenso, dinamiza o mercado de terras. O que nós vemos na segunda metade do século XIX é um avançado processo de exploração do trabalho que não é amplamente monetarizado, mas que consegue fazer consolidar formas de apropriação das renda gerada pelo trabalho explorado no circuito mundial de produção e circulação de mercadorias. Em suma, vemos montada uma dinâmica territorial pronta para realizar um salto qualitativo de internacionalização que a um só tempo vai acelerar as transformações territoriais postas e intensificar a realização do valor em uma escala de hecatombe, como veremos no tópico seguinte.

No contexto consolidado da crise do mercado do açúcar e tendo a Coroa realizado estudos sobre formas de aproveitamento econômico das áreas das províncias que formavam os sertões, um arbóreo originário cultivado nas dominâncias do Jaguaribe ancestralmente se sobressai como uma opção econômica. O fato de os cultivos do algodão conviverem com a estiagem certa de todos os anos, se desfolhar completamente na estiagem e reascender tingindo de branco os vales desiguais; associado aos problemas internacionais provocados pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos (1861 – 1865) no comércio de algodão e a progressiva ampliação da demanda dessa matéria-prima pelas transformações geradas pela Revolução Industrial; recolocaram os termos da inserção internacional do Rio Jaguaribe no âmbito do comércio Atlântico.

**Tabela 05:** Exportação de Algodão no Porto de Fortaleza, 1845 a 1856.

Ano	Quantidade em Toneladas	Valor em Mil Reis
1845-6	124	39.981,0
1848-9	511,3	131.397,0
1850-1	717,3	270.596,0
1852-3	991,6	340.991,1
1854-5	703,3	237.163,2
1856-7	904,3	369.468,0
1858-9	1.191,40	524.658,6
1860-1	863,5	419.810,0
1862-3	646,1	659.235,0
1864-5	1.403,3	1.415.096,3
1866-7	2.380,0	2.249.267
1868-9	4.686,3	3.684.815,0
1870-1	7.253,9	4.033.040
1872-3	4.970,0	3.070.278,0
1874-5	5.738,1	2.599.072,0

**Tabela 5:** Exportações de algodão no Porto de Fortaleza (1845-1875). Elaboração própria Fonte: Cunha (2018).

Um dado que nos coloca diante das dimensões desse conjunto de transformações que ocorreram com a instituição da propriedade privada da terra e a expansão dos cultivos de algodão, são as informações contidas no Ensaio Estatístico construído por Thomaz Pompeu de Souza Brasil em 1864, que analisa informações sobre cultivos agrícolas nas décadas anteriores a sua publicação. Nesse estudo percebemos uma produção de algodão muito incipiente, concentrada em algumas comarcas do médio curso do Rio Jaguaribe, tais como Lavras e Icó, destinada à circulação local para produção de tecidos rústicos.

No período posterior a década de 1860 podemos perceber um sustentado aumento dos valores praticados no comércio de algodão, como podemos verificar na tabela 05, momento de grande crescimento dos preços pagos pelo produto levando a uma expansão volumosa das áreas de cultivo. As exportações nesse período também experimentaram elevados crescimento.

Observando os dados da tabela 05, elaborados a partir de estudos realizados por Cunha (2018), podemos verificar um crescimento 860% das exportações de algodão em um período de 13 anos, se compararmos os dados das exportações saídas de Fortaleza dos anos de 1845 e

1858. Comparando os dados de 1845 e 1870, década de intensas transformações territoriais nas dominâncias do Vale do Jaguaribe, percebemos um aumento de 5.749% das exportações de algodão saídas do Ceará. As exportações do Brasil para a Grã-Bretanha passaram de 103 mil arrobas em 1860 para 498 mil arrobas em 1876 (CUNHA, 2018), ano que antecedeu a grande seca compreendida entre os anos de 1877 e 1889, que analisaremos em mais detalhe a diante.

Como nos alude Santos (2018) um conjunto de transformações na legislação da Província foram agilmente mobilizadas para legitimar esse amplo crescimento dos cultivos. A incorporação veloz do Vale do Rio Jaguaribe na produção de algodão, ainda segundo Santos (2018), opôs dois importantes intelectuais coetâneos sobre os locais mais propícios para a realização dos cultivos. Manuel Arruda Câmara, médico bastante ativo nos circuitos de produção de literatura científica e entusiasta da agricultura comercial, estimulava a alocação desses cultivos nos leitos dos rios como uma forma de ampliar sua capacidade produtiva. Thomaz Pompeu de Souza Brasil, que elaborou um conjunto de propostas para o desenvolvimento de uma agricultura mais rentável com vistas a promover alterações na dinâmica de realização dos rios, como veremos no tópico seguinte, se opunha a proposta de Câmara afirmando que cultivados nesses locais esse arbóreo estava provocando degradação das áreas de várzea.

Os índices elevados de exportações na segunda metade do século XIX denotam a redução de culturas alimentícia e uma modificação estrutural no conjunto das relações econômicas na rede urbana constituída entre esses rios. Como consequência podemos inferir que as graves crises de fome que se agravaram nas três últimas décadas do século XIX estão relacionadas a essa mudança substancial do perfil produtivo.

Outro aspecto a ser considerado é o enriquecimento dos senhores de terras que estavam envolvidos nesses circuitos produtivos, tanto pelo adensamento de capital que possibilitou um impulso no comércio de bens de consumo importados, como na ampliação da capacidade de oferta de crédito, expandindo os cultivos para vastas áreas do vale do Jaguaribe.

A produção de algodão nessas proporções consolidou o estabelecimento do regime de trabalho caracterizado pela moradia de condição, na medida em que estruturou um regime de propriedade onde os descendentes dos derrotados na Guerra dos Bárbaros não conseguiam estabelecer propriedade fundiária sobre as terras que trabalhavam. A agricultura praticada por essas famílias no espaço entre as fileiras dos arbóreos assegurava a alimentação e alguma renda com a comercialização de excedentes. A renda pelo cultivo da terra em benefício de sua família e da moradia era paga na forma de trabalho nas lavouras de algodão ou repassando uma parte da produção familiar (BRITO, 2016; NOBRE, 2017).

A montagem desse circuito produtivo impulsiona substancialmente a dinâmica territorial do poder, consolida um regime territorial de apropriação monopolista da renda da terra e reconfigura a função social dentro do vale do rio Jaguaribe no circuito produtivo mundializado. Ao mesmo tempo em que consolida Fortaleza como sede urbana desse capital, na medida em que essa cidade concentra o processamento e exportação da produção, um plano de expansão ferroviária, com destino final para Fortaleza, é traçado como forma de fortalecimento do exercício de influência do capital industrial na produção algodoeira.

Intermedido por tragédias humanitárias que elevam a realização dessa produção econômica a reprodução de imagens de uma guerra de classes e pelo controle territorial da dinâmica de realização natureza, a produção de algodão atravessa um século nas dominâncias do Jaguaribe, produzindo uma elite senhorial urbana, militar e financeira, mas com o substrato essencial de valorização de seus investimentos alocados no espaço agrário. Os, assim chamados coronéis, exercem forte influência política no âmbito regional e nacional até a década de 80 do século XX (BRITO, 2016).

A dinâmica do trabalho camponês conformada no sistema da moradia de condição ampliou as formas de apropriação e concentração da renda da terra concomitante a uma inserção cada vez mais dinâmica na produção mundializada de mercadorias. Processo que fez com que as intensas mudanças nas formas de usos e apropriação da natureza acompanhassem de algum modo a velocidade das transformações da produção capitalista urbano-industrial. Estão dadas as condições para a produção de um desastre humanitário que marcará decisivamente os rumos do desenvolvimento capitalista nesse lugar e os planos de comportamento e usos do Rio Jaguaribe.

## **5.2 O açude como instrumento territorial de uma guerra de classes**

“Tudo que é estúrdio comparece em tempo de guerra.”  
(ROSA, Guimarães 2015 p. 207).

Além do controle do tempo de realização da vida cotidiana por parte dos latifundiários que impunham a exploração do trabalho de famílias camponesas na imobilização de recursos para comportamento dos corpos hídricos, de desempenhar papel de financiador de novas

extensões de plantio, de intermediador comercial, a elite senhorial dispunha de mecanismos de coerção tanto pelo convencimento como pela imposição da violência.

Não por acaso o século XX foi marcado por enormes ebulições sociais nos sertões, tragédias gestadas nas gerações anteriores em um contexto de constrangimentos permanentes das camadas populares que precisavam se comportar a um sistema de geração de renda concentrada.

A respeito desse contexto de controle, arregimentação e vigilância sobre os trabalhadores “livres”, Reis Jr. (2014) analisa a utilização dessas formas de trabalho de maneira compulsória, sendo institucionalizada através de leis que regulavam a exploração do trabalho, a circulação de pessoas na província no contexto de produção de obras hídricas.

A justificativa para impor o trabalho foi variada. O combate à ociosidade dos pobres, a prevenção da violência, a diminuição da criminalidade, as necessidades da lavoura, a diminuição da mão de obra escrava, a realização de obras públicas, a urgência em diminuir os problemas causados pelas secas e demais calamidades, entre outras. (REIS JR., 2014 p. 173).

É emblemática, nesse contexto, a Lei nº 12 de 24 de maio de 1835, que constrói uma espécie de alistamento militar para a formação de um patrimônio de comportamento dos corpos hídricos pertencentes ao Estado, alocados em propriedades de senhores de terras. Estratégias traçadas para imobilização de valor a partir do uso compulsório do trabalho que apresentava tempo obrigatório de permanência nas frentes de trabalho, prescrição de um gestual e vestimentas para realização das atividades e punição para os desertores das ordens. Esse contexto muito bem analisado por Reis Jr. (2014), pode ser considerado um ensaio para as grandes frentes de trabalho que culminaram na constituição da IOCS no começo do século XX.

**Lei n. 12 de 24 de maio de 1835.**

Sanccionada pelo presidente José Martiniano de Alencar

12.

Art. 1. O presidente da provincia fica autorizado a assalariar cincoenta trabalhadores para serem effectivamente empregados na abertura das estradas e mais obras publicas, que se houverem de fazer na provincia por administração, vencendo cada um trezentos e vinte réis diarios pelo seu trabalho, e não havendo serviço de obras publicas, o presidente da provincia os licenciará pelo tempo, que achar necessario, sem vencimento de ordenado (2).

Art. 2. O presidente preferirá sempre assalariar aquelles que voluntariamente se quizerem engajar, e a estes se darão mais quarenta réis diarios de gratificação, e servindo seis mezes não serão mais obrigados a servir (3).

Art. 3. Não havendo voluntarios o presidente chamará ao serviço pessoas, que costumem trabalhar pelo seu braço, estando na idade entre dezoito e trinta e seis annos, e sendo solteiros, exceptuando sempre os alistados na guarda nacional, e os filhos unicos, que servem de companhia a suas mãis viuvias. [...]

Art. 5. **A deserção será punida com dous mezes de prisão, e na reincidência além da prisão seguir-se-ha a demissão (2).**

Art. 6. **A omissão, insubordinação, e qualquer outra falta cometida no serviço será punida com prisão até um mez, e demissão conforme a gravidade da falta.** A prisão não privará ao trabalhador de comparecer no serviço. [...]

Art. 8. Os trabalhadores se empregarão no serviço todos os dias, que não forem domingos, de festa nacional, e dias santo de guarda, com exclusão dos dispensados, e vencerão o seu salario em todos os dias do anno. (PROVÍNCIA DO CEARÁ. Lei N. 12 de 24 de maio de 1835 *apud* REIS JR., 2014 p. 174 – grifos nossos).

Salta aos olhos o fundo militar da forma de arregimentação da força de trabalho instituída pela Lei em questão, não somente na linguagem da construção de uma unidade de ação para vencer uma condição climática, mas nas técnicas empregadas para o controle do trabalho. A guerra aparece nessa formação social como o pano de fundo da manutenção das formas de poder da classe senhorial, a força de trabalho intimada em forma de alistamento militar faz com que a guerra permanente seja o fundamento da organização social apropriada pelo Estado Territorial, mas também seja redefinida no âmbito da luta de classes.

Sobre essa mobilização permanente da guerra para a formação do Estado Territorial é interessante a interpretação produzida por Alliez e Lazzarato (2021) sobre a apropriação da máquina de guerra pelo Estado, sobretudo a partir do século XIX. Os autores constroem essa interpretação discordando da formulação clássica construída por Clausewitz sobre Guerra para pensar a formação do Estado moderno, para esse autor a guerra acaba quando a política não tem mais eficácia. Segundo essa noção, a formação do Estado acontece com o processo de apropriação da máquina de guerra, via profissionalização dos exércitos, a institucionalização da guerra enquanto uma instância controlada, fazendo com que o Estado use a guerra como um instrumento de imposição de uma ordem social.

A guerra, nesse forma de entendimento, é o que está fora da fronteira, distante na história, é o que marca o começo e o final da política. A própria diplomacia como uma forma de organização internacionalista do Estado é um argumento que fortalece a tese do autor. Essa premissa de Clausewitz é uma interpretação muito presente nos circuitos de estudos sobre a formação do Estado, a relação com a guerra, tendo sido esse autor um importante agente da guerra na Alemanha.

A interpretação de Alliez e Lazzarato (2021) sobre a mobilização da guerra na formação do Estado territorial recupera o princípio do entendimento da luta de classes como síntese da realização da História. Em diálogo com os últimos estudos de Foucault, sugerem a necessidade

de uma ênfase na luta para além do entendimento da formação das classes sociais, sobretudo para pensar o contexto de guerras no século XIX e XX nas antigas colônias de exploração.

Entender a luta como central na formulação social confere, para os autores, outra compreensão sobre a guerra, a percebendo não como algo que está fora, depois do território ou contido pela realização do Estado, mas algo permanente, uma guerra surda que sobrevive dentro das estruturas de funcionamento do Estado, da burocracia, da violência institucionalizada, da profissionalização do exército, reproduzida na luta de classes como uma guerra de classes.

A partir do século XIX, o capital não se restringe mais a assumir a forma do Estado e de sua máquina de guerra para realizar as necessidades intrínsecas de seu desenvolvimento. Ele se engaja em um processo de captura ao qual é indispensável a construção de uma máquina de guerra própria, da qual o Estado e a guerra são meros componentes. É um processo que se acelera com a primeira guerra mundial e que representa uma ruptura radical na história da guerra, na medida em que o capital incorpora à guerra um novo componente, o infinito, isto é, o movimento ilimitado característico da acumulação, instaurando, com isso, uma “espécie de contradição” entre o objetivo da guerra e a finalidade do Estado (ALLIES E LAZZARATO, 2021 p. 309).

O conceito de máquina de guerra é, nesse sentido, reelaborado levando em consideração a interpretação de Foucault sobre o processo de disciplinamento promovido pela incorporação do exército como parte constitutiva fundamental do Estado e a produção de uma sociedade disciplinar, mas também em diálogo com estudos de Deleuze e Guatarri no processo de elaboração do livro *Mil Platôs*. Nesse momento a interlocução novamente com Marx acontece na redefinição do conceito de modo de produção, no processo de entendimento da formação do Estado Territorial e a apropriação da máquina de guerra.

Para os autores as origens sociais do Estado e da máquina de guerra não se confundem. Não habitam o mesmo solo da identidade pátria na produção da nacionalidade. A máquina de guerra pertence aos nômades que circundam e irrompem a fixidez do Estado, a apropriação dessa pelo Estado faz com que a realização desse seja perpetrada pelo exercício da profissionalização militar, por isso a apropriação não é linear nem definitiva e a guerra não é algo que está exterior à política. Para os autores referidos, o Estado é a própria guerra e isso é muito mais verificável nas áreas periféricas. Faz todo sentido, desse modo, (re)produzir a monopolização do controle da terra mediante ações de alistamento militar, na medida em que a luta de classes se realiza no âmbito da guerra como forma de territorialização do Estado.

Desse modo, podemos entender a forma de territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe a partir da incorporação e institucionalização de elementos volantes e instáveis das guerras coloniais. Se nos capítulos anteriores utilizamos a expressão de Puntoni (2002) para

nos referirmos a guerra como fundamento da formação de uma rede urbana colonial, as vilas e aldeamentos como sendo a realização das entradas estacionadas, fixadas à beira dos rios, nesse momento a formação do Estado acontece com a institucionalização dessas estruturas militares a partir da indução e comportamento das formas de controle social do trabalho e da circulação de pessoas.

Estamos, por conseguinte, analisando o açúcar, produto dessa relação social, como um instrumento que sintetiza o processo de transição da consolidação da pecuária como um circuito econômico primário para a diversificação produtiva da agricultura de exploração, que se consolida mediante a instituição do monopólio do acesso à terra<sup>67</sup>. A um só tempo a produção do açúcar como um instrumento, forma de exploração e controle da força de trabalho faz parte da transição do regime de exploração da economia escravagista e do fortalecimento do latifúndio como forma eficaz de distinção social, racial e patriarcal.

A construção da noção de máquina de guerra como constituinte da formação do Estado territorial é feita por Alliez e Lazzarato (2021) a partir do entendimento dos limites do capitalismo analisados por Marx no *Capital*. Para Marx (2013), existe uma queda tendencial da taxa de lucro que é própria do desenvolvimento do capitalismo, isso ocorre em decorrência da valorização inevitável do capital constante de maneira superior ao capital variável, na medida em que a mais-valia depende da atividade produtiva da força de trabalho. É um movimento de realização em direção a um limite que o capitalismo propõe e repõe indefinidamente. O capital se movimenta de maneira indeterminada a partir de uma acumulação indeterminada, produzir por produzir, um processo sem fim que se dá em nome do lucro. E esse movimento ilimitado é submetido a uma condição que o torna limitado. Essa premissa se encontra na origem das crises periódicas como uma forma de realização mundializada do capitalismo.

A própria inserção do vale do Jaguaribe como fornecedor de produtos primários do processo de produção industrial inglesa, comercializando algodão, expressa a ampla movimentação da crise como condição fundamental de realização do capitalismo. A incorporação de maquinário para preparos primários de commodities, para que não chegue em estado tão bruto ao destino final, como descaroçadeiras; a incorporação do capital financeiro na forma de crédito e dívidas; e, a (re)produção da elite senhorial como um intermediadora que

---

<sup>67</sup> A guerra dos Bárbaros nesse contexto se constitui como o fundamento territorial e a economia-política da territorialização da colonização nos sertões do Jaguaribe, a pecuária é uma atividade econômica primária na medida em que subsidia a guerra em primeira instância e consegue estruturar uma forma de produzir renda de forma imediatamente posterior a instituição das sesmarias.

concentra lucros nesses circuito produtivo, refletem essa fricção original produtora de crise da desvalorização tendencial do capital variável.

A mobilidade de maquinários que entrou em desuso na Europa, como descaroçadeiras e locomotivas, mobilizam com seu deslocamento o crédito em âmbito internacional como indutor da expansão dessa produção, são expressões concretas desse contexto do imperativo da expansão movimentado pela crise de crescimento do capital variável. Na medida em que essas máquinas perderam valor, reduzem sua eficiência no controle do trabalho. Como nos alude Marx (2013), “a produtividade da máquina é inversamente proporcional à grandeza da parcela de valor por ela transferida ao produto” (p. 478). Desse modo, à medida que a máquina perde valor (ou transfere), ela tem reduzida sua capacidade de prolongamento da jornada de trabalho do operário, que é, segundo o autor, sua medida de eficiência.

Essas máquinas perderam a capacidade de, localizada onde estão, promover a reprodução do capital em escala progressiva, o deslocamento das mesmas atende a um só tempo o imperativo do deslocamento das relações capitalistas, podendo dotar de maior capacidade de prolongamento da jornada de trabalho um lugar distante e especializado na extração. Impor um ritmo veloz de reprodução é o objetivo da incorporação desses equipamentos, e, mobilizadas pelo crédito (através de empréstimos e acordos), como são, impõem outro ritmo a extração e concentração de renda da terra nas dominâncias do Jaguaribe. Não por acaso os primeiros donos de descaroçadeiras de algodão são também os primeiros donos de bancos no sul do Ceará, em Juazeiro do Norte, a família Bezerra<sup>68</sup>.

Essa necessidade intrínseca da produção capitalista mundializada provoca uma nova rodada de redefinição das formas de exercício de poder nas dominância do Jaguaribe, nas maneiras de instituição da propriedade privada, de indução do comportamento social para o trabalho e da gestão das contradições a partir da guerra.

A construção do conceito de máquina de guerra é uma resposta a esse renovação da expansão capitalista a partir do século XIX e demonstra as formas de apropriação dos elementos das guerras coloniais pelo capital. Por isso que Alliez e Lazzarato (2021) se remetem a Clausewitz para inverter sua máxima. A discordância com a interpretação do autor alemão acontece porque ele analisa um contexto em que a máquina de guerra estava inteiramente dominada pelo Estado, em um momento anterior à Revolução Francesa e às Guerras Napoleônicas.

---

<sup>68</sup> De La Cava (2014) analisando o movimento religioso que teve como líder o Padre Cícero analisa o protagonismo dessa família de novos ricos que fizeram fortuna no começo do século XX.

Desse modo percebemos uma reedição ou aprofundamentos de políticas de estímulo a mobilização da força de trabalho e confinamento elaboradas no contexto de últimas batalhas da Guerra do Bárbaro. A política do passaporte, onde os indígenas precisavam apresentar uma autorização por escrito para circularem entre os aldeamentos evidencia esse estado de exceção característico de tempos de guerra. Ou mesmo estratégias lançadas mão para o confinamento e exploração do trabalho de indígena que foram forjando uma geografia do trabalho que logrou a passagem econômica da pecuária, como economia de transição, para a agricultura de exploração como economia da crise permanente de realização, fundada no monopólio da propriedade privada da terra e na instituição do moradia de condição.

A lei nº 12 de 25 de maio de 1835, referida anteriormente, utiliza um vocabulário militar de guerra porque é por meio da guerra que o Estado se territorializa nas dominância do Jaguaribe. Não por acaso, após dissipada a coerência territorial do sistema pluriétnico e pluriterritorial originário com a Guerra dos Bárbaros, essas etnias foram extintas por decreto, fato que sintetiza em um ato jurídico o processo de produção do Ceará como Província independente.

Outras duas leis são identificadoras por Reis Jr. (2014) como demonstrativos que a instituição do “trabalho livre” acontece como uma forma de perpetuar o trabalho forçado em frentes de operações emergenciais para a construção de açudes públicos em propriedades dos senhores de terra. A Lei nº 1, de 26 de maio de 1835, que prescreve o tipo de vestimenta que os trabalhadores precisavam utilizar e estabelece punições para os trabalhadores que destruíssem ferramentas de trabalho. Aos que não tivessem bom comportamento, essa Lei determinava a punição com uma reclusão em uma espécie de quartel e com o impedimento de visitar seus familiares em momentos de folga.

Ainda nesse contexto, a Lei nº 37 de 5 de Setembro de 1836, sancionada pelo presidente José Martiniano de Alencar, institui no art. 1º a produção de um recenseamento de toda a província. No art. 2º obriga todos os chefes de família a informar a relação de todas as pessoas que morem consigo, sob pena de multa de um a dez mil réis para os cofres do município aos que descumprirem a decisão. Mais concernente ao controle da dinâmica social do trabalho, a referida lei versa no seu Artigo 5º sobre o regulamento dos trabalhadores que ficarão isentos de compor as frentes de trabalho na produção de açudes pelo Estado Territorial.

§ 1. Ser menor de 18 anos ou maior de 50, ou sofrer molestia ou aleijão que o inhabilite para o trabalho.

§ 2. Ter propriedade, emprego ou industria de que tire meios de decente Subsistencia.

§ 3. Ser mestre, official, ou aprendiz de qualquer officio mecanico.

§ 4. Ser patrão, mestre, ou remeiro de canôa, ou embarcação de qualquer especie.

§ 5. Ser feitor de estabelecimento agrícola, ou de fazenda de gado.

§ 6. Ser pescador encorporado a alguma companhia, ou associação de pescaria.

§ 7. Achar-se engajado por contracto escripto como famulo, ou para qualquer outro serviço util. (LEI N. 37 DE 5 DE SETEMBRO DE 1836 *apud* REIS JR. 2014, p. 180).

Os trabalhadores jovens “livres” que não possuíam terras eram, nesse sentido, o perfil convocado pelo Estado para essas frentes de produção. Tendo sido incorporados jovens maiores de 14 anos a partir de 1858 em uma disposição que revisava a Lei nº 37. “O artigo quinto é explícito sobre quem deveria ser recrutado nas companhias auxiliaadoras. Homens sem propriedade, sem emprego definido, numa idade com capacidade de trabalho produtivo economicamente viável”. (REIS JR. 2014, p. 179).

Nesse ambiente de generalizada guerra social pelo controle territorial da natureza, as distinções entre guerra e paz, guerra regular e guerra irregular, entre militar e civil são imiscuídas no processo de formação da propriedade privada como nova forma de organização social do trabalho. Nesse âmbito, foi necessário que o próprio Estado se transformasse em uma máquina de guerra econômica e que o comando militar fosse transferido para as mãos dos senhores de terra, os agora integrantes da Guarda Nacional.

Dessa maneira, o englobamento capitalista da terra, consolidado com a instituição do monopólio fundiário como um equivalente de valor, é um produto direto da acumulação primitiva. A formação territorial do Estado se realiza mediante a institucionalização das estratégias de extermínio e confinamento gestadas nas guerras coloniais, preparando o caminho para o progresso da agricultura de exploração nos sertões do Jaguaribe na forma de um amplo desastre ecológico.

A acumulação primitiva, que nos países que estavam deixando de ser colônia ganha contorno de transformações radicais, favorece o entrecruzamento de todas as funções mobilizadas para instituição da guerra, como nos alude Allies e Lazzarato (2021), tais como:

- A introdução de dispositivos disciplinares: a territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe acontece a partir da instituição da produção de obras hídricas como estratégia de consolidação e fortalecimento da propriedade privada como inviolável e produtora de distinção social. O conjunto de leis que alistam os trabalhadores como para um confronto recoloca a luta de classes no âmbito de uma guerra;

- Racionalização e aceleração da produção: é notório como o resultado concomitante e subsequente da instituição da propriedade privada da terra é a expansão da agricultura de exploração nos sertões em patamares muito elevados na segunda metade do século XIX, atraindo investimento externos por meio da ampliação da mobilidade do crédito e da instalação de equipamentos e maquinários que induziram um tempo mais veloz da exploração da força de trabalho;
- Criação de um terreno de experimentação: as vilas de índio se constituíram como um laboratório de experimentação de práticas de controle territorial do trabalho para a montagem de uma geografia do trabalho apta a mover esforços para a reprodução ampliada do capital industrial, a partir do fornecimento de matéria-prima. A rigidez da disciplina imposta nesses espaços e o contexto de agudizados conflitos produziram condições para que a instituição da propriedade privada da terra significasse a incorporação de uma força de trabalho aldeada como moradores/as de condição;
- Gestão biopolítica da própria força produtiva: o sistema disciplinar instituído com a limitação de circulação, a produção de extinção da população indígena via decreto e a intensificação do controle nas formas de conduta indicam uma origem na formação militar, com vista a produção de um sujeito universal apto ao desenvolvimento da sociedade da mercadoria.

O que podemos perceber com essa análise é que acontece um curioso e revelador entroncamento entre os códigos de gestão e comportamento das águas, os procedimentos de constituição da moradia de condição com as legislações de controle e arregimentação das camadas populares como forma de “conter a vadiagem”. São produtos sobrepostos dessa sucessão de tempos calcados na base da formação colonial do sistema-mundo que forjam a territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe como uma estrutura que tem no exercício militar do poder uma de suas ações centrais de realização.

A instituição de leis para o controle e disciplinamento do trabalho adensam a propriedade da terra como uma prerrogativa inviolável do estabelecimento da luta de classes. A família camponesa, que tem sua dinâmica de realização territorial, tanto familiar como comunitária, subjugada ao traço marcante da concentração fundiária se vê diante da necessidade de realizar a comercialização da sua produção nas condições de valor e acumulação impostas pelo intermediário comercial, o proprietário fundiário.

O controle do rio como instrumento de gestão das pessoas vai possibilitando uma saída para a elite senhorial conservar uma dinâmica trabalhista impositiva, que revisava as condições de cativeiro imposta no trabalho escravizado, mas que reproduzia um cotidiano de controle do tempo de forma compulsória. Como a terra, o rio agora, progressivamente, se mantinha cativo à medida que os açudes se materializam como a síntese dessas relações na paisagem dos sertões.

Os latifúndios podem ser considerados o produto jurídico legítimo desse conjunto de relações e as comunidades camponesas e tradicionais como legado territorial dessa sucessão sobreposta de constrangimentos que se reproduziram mediante a construção de práticas de negociações e resistências em um cotidiano de permanente violência. A dialética do conflito entre essas duas unidades territoriais indissociáveis é o que vai mover a dinâmica produtiva da reprodução do valor nos sertões e gerar saldos drenados para a autonomização do Estado territorial, mediante a consolidação do capital financeiro que faz circular essa renda para o outro lado do Atlântico. As vilas vão se adensando com essa dinâmica de circulação e confinamento dos deslocamentos populacionais, não mais formadas por pontos dispersos ao longo das enormes dominâncias de terras apropriadas. Paulatinamente esses núcleos populacionais passaram a ser formados por aglomerações mais robustas devido a dinâmica mobilidade no começo do século XX incitada por fenômenos religiosos e secas consecutivas.

Nos aproximamos nesse momento, novamente, da análise da dimensão reprodutiva da força de trabalho que é mobilizada no capitalismo como uma mercadoria. À medida que avança a transição de regime de exploração do trabalho e a reprodução da família camponesa passa a se realizar como moradora de condição e se estabelece como uma instância reprodutora dessa dinâmica social. Nesse intento, são produzidos papéis distintos para homens e mulheres no âmbito da família camponesa e também da família senhorial.

No seu diário Freire Alemão narra um dia em que foi convidado para uma festa de batizado em uma das casas dos moradores de condição. Relata o evento como uma grande reunião que envolvia muitas famílias que viviam na propriedade do Sr. Firmino. Não relata nenhum diálogo ou aproximação com camponeses, mas é uma imagem que nos suscita a refletir sobre essa dimensão reprodutiva da família camponesa como produtora dessa dinâmica territorial.

São convocados para as frentes de trabalho homens a partir de 14 anos de idade que recebem pagamento por esse trabalho, justamente por não estarem dedicados aos trabalhos das instalações de seus senhores de terras ou de seus cultivos para autoconsumo. A despeito de ser uma remuneração fortemente caracterizada por uma sobre-exploração do trabalho, há alguma

circulação monetária circunscrita nas mãos dos homens, muitas vezes intermediada pelo Estado que aparece também na forma de uma figura masculina, o Imperador.

As mulheres camponesas vão sendo (re)produzidas nesse âmbito da Geografia do Trabalho como as responsáveis pelas dinâmicas de casa e da cozinha. Em dada altura da narração de Freire Alemão sobre o evento sagrado e profano ao qual foi convidado, ele descreve a cozinha como cheia de mulheres que conversam sobre a produção da comida servida, e o terreiro lotado de homens bebendo e conversando das jornadas de trabalho, demonstrando em sua narração que estavam postos funções sociais e formas de socialização distintas para homens e mulheres.

Ocorre também na mesma década em que Freire Alemão excursiona pelo Rio Jaguaribe, o registro de uma pessoa detida na Comarca de Icó por ter realizado um aborto, contida no Ensaio Estatístico escrito por Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Os escassos dados sobre a vida das mulheres nesse período, do cotidiano da reprodução social dos/as trabalhadores/as, camponeses/as, moradores/as de condição, indicam a prevalência da tese de Federici (2017), que nos instrui que os cercamentos como instância fundamental da acumulação primitiva elaboram a construção de um novo patriarcado, onde a monetarização do trabalho masculino faz com que as violências contra as mulheres se modifiquem e se amplifiquem.

O trabalho da mulher camponesa foi consolidado nessa dinâmica territorial como a pessoa incumbida de reproduzir a família que tem o seu trabalho subjugado à lógica monopolista de concentração da terra, bem como estruturar um conjunto de atividades econômicas não pagas de dentro da casa, do terreiro e das áreas de cultivo. A comercialização passou a ser medida, mesmo que primariamente, pelo dinheiro e as primeiras vilas passaram a concentrar as principais feiras, lugar da negociação exercida, prioritariamente, por homens. A produção de uma ordem social da propriedade privada é também a formação de uma dinâmica de costumes que redefine o papel social do trabalho feminino em uma primeira instância, mas também a noção do que é ser mulher e homem e tudo mais que há entre e após esses marcos normativos de gênero, uma vez que predominava nas dominância do Jaguaribe antes do processo de colonização relações sociais e de gênero que conhecemos pouquíssimo.

A redefinição ontológica e funcional do trabalho feminino e do ser feminino é parte constitutiva fundamental dessa dinâmica de produção mediante instrumentos de guerra (como alistamento compulsório) que produz o açude como um ato máximo do trabalho coletivo e convergência da dominação territorial dos rios e da força de trabalho.

O açude ganha lugar na paisagem do sertão da província como forma-política material que congrega em seu corpo a cristalização desse conjunto de relações, se forma como um

instrumento biotecnológico de controle do trabalho. Assegura a permanência da reprodução dessas relações desiguais e exploratórias, na medida em que garante suficiência hídrica por alguns meses, e é um produto desse conjunto de constrangimentos territoriais que conformam uma geografia de controle do trabalho.

É o que vimos na análise das descrições da propriedade do Sr. Firmino em Lavras realizadas por Freire Alemão em 1859, aliás um ano após o Estado ter concedido o direito ao alistamento de jovens maiores de 14 anos de idade. Teria o Sr. Firmino sido beneficiário dessas políticas de institucionalização do trabalho compulsório?

O açude passa a ser a forma decisiva da organização produtiva e territorial do latifúndio, um conjunto de água acumulada como uma cerca simbólica, que como um magnetismo próprio da relação de classe congrega um conjunto de pessoas em seu entorno. A convocação para esse feito magnânimo lido com entusiasmo pela imprensa, igreja e pelos intelectuais senhoriais, na forma de arregimentação como se convoca para uma guerra, faz desse produto um símbolo de vigor e potência de uma dada região, município ou latifúndio. O açude é erguido como um agregador de valor e virilidade, como um pai que provém força de permanência e o castigo do trabalho exploratório, um símbolo de potência e um modelo de gestão de pessoas.

O vasto espelho d'água, comum no sertão chuvoso, tem, evidentemente, como técnica de acúmulo de água uma história muito longa, porém erige desse conjunto de relações como o arquétipo de um tempo, o legado de uma geração. Como uma conquista para muitas pessoas de distintas faixas etárias que se imiscuíram em produzir na paisagem a imagem da subjugação do seu trabalho às relações do latifúndio. E como ele é, recorrentemente, cercado reproduz a lógica do latifúndio e amplia o poder de mando do proprietário.

O açude do Estado vai se tornando a imagem ufanista da nacionalidade, isso muito mais no século XX, mas na segunda metade do século XIX estão postos os fundamentos das ideologias espaciais que passaram a assumir a dianteira da formação regional, a solução hidráulica e a vocação para agricultura, na forma de ensaios e idealizações. O grande açude é tomado como forma de realização do progresso, motivo de orgulho e exaltação de uma localidade. Não por acaso os grandes investimentos que se sucederam no século XX foram propalados como um dos maiores reservatórios do mundo, Poço de Paus, Orós, Banabuiú, Castanhão.

Então a seca vai se constituindo como um grande problema nacional, por mais que os sucessivos anos de estiagem ao longo do século XIX tenham sido enfrentados como uma questão para província, esse problema só viria a ser um grave entrave humanitário ao progresso quando os latifúndios se constituíram como uma empresa rentável nos sertões, mediante a

exploração da agricultura comercial, com a diversificação produtiva, a instituição da propriedade privada e o estabelecimento de um regime mais rígido de exploração do trabalho.

A concentração fundiária reduziu a quantidade de refúgios nos brejos úmidos que se reproduziam como locais de fuga em estiagens mais longas. Desde a concessão de sesmarias, no século XVIII, esses locais (latifúndios regados) foram amplamente explorados pela agricultura de exploração. A lógica de apropriação, fixação e concentração territorial do trabalho gestado pelo comportamento dos rios era insustentável do ponto de vista hídrico, na medida em que esgotava as possibilidades de persistência de atividades produtivas que asseguraram até então a dinâmica de confinamento do trabalho do campesinato em períodos de estiagem. A diversificação produtiva conduziu o vale do Jaguaribe a uma crise total de realização.

Em fins do século XIX estavam postas as bases sociais e ecológicas do progresso e da formação do Estado territorial, sustentadas em pés de barro, produtoras de crises permanentes de realização, que esgotam as possibilidades de gestão da (i)racionalidade espacial com a realização dos tempos e movimentos dos ciclos hidrossociais.

Esgotam não somente no sentido de provocar um esvaziamento típico em latifúndios improdutivos. A degradação e crise ambiental já estão postas no final do século XIX enquanto dinâmica de realização do capitalismo nas dominâncias do Jaguaribe. Fato que fez com que Souza Brasil realizar duras críticas à produção de cultivos comerciais de algodão e cana-de-açúcar em leitos de rios já em 1859. Para esse professor de geografia, a expansão do cultivo comercial do arbóreo comprometia as matas primárias podendo interferir na dinâmica da atmosfera desencadeando aprofundamento dos problemas das secas, locais esses justamente indicados para o cultivo.

Quando falamos anteriormente que a autonomização do Estado e a instituição da propriedade privada, de formas coercitivas estavam alçando a dominância territorial do controle do trabalho nas dominâncias do Jaguaribe para outro estágio de realização do espaço, estamos dizendo que a consecução dessas imbricadas e sobrepostas dinâmicas produziram consigo um problema de solução interminável, a seca. E também uma solução interminável para esse problema, a construção de reservatórios hídricos, a propalada solução hidráulica.

A seca erige como um produto social do latifúndio. É evidente que a estiagem é milenar nesses espaços e, como vimos, a dinâmica de mobilidade populacional dos povos originários, lidos como seminômades, poderia estar ligada ao fato de a dinâmica hidrossocial de muitos mananciais de águas superficiais não coincidirem com os padrões de aportes experimentados

em outras regiões. Essa mobilidade entre as serras, as depressões sertanejas e o mar produziram formas milenares de usos que produziram dinâmicas de circulação permanente.

Como o latifúndio se constituiu a partir de uma estrutura de regulação da propriedade por excelência a partir de meados do século XIX, a concentração da população nas fazendas colocou um contingente considerável de pessoas em uma posição de fragilidade diante das condições climáticas do sertão.

Com a falência da possibilidade de confinamento, com a água que estava aprisionada para reproduzir os circuitos produtivos que subsumia essa população sendo sugada pelo sol, as cercas simbólicas e materiais se rompiam e os sertões se convertia novamente em uma terra de volantes errantes “oferecendo seus braços”, como descreveu Raquel de Queiroz no livro João Miguel (1978).

Kênia Rios (2002), identifica o ano de 1877 como um momento de virada para o entendimento sobre as secas no sertão do Ceará. À despeito de ter dizimado parte considerável dos rebanhos e ter colocado em falência muitas fazendas em todo o Estado, integrando a transição para uma ecologia política do algodão, a imagem da seca como um castigo, flagelo, problema, correu o mundo chamando atenção do vaticano que mobilizou a doação de recurso.

Passou a ser questão de honra e sobrevivência para o Império enfrentar esse problema como o outro, a natureza diferente a ser civilizada. Não revisando a lógica da concentração da propriedade privada, como percebemos nos Estados Unidos que enfrentava problemática parecida<sup>69</sup>, mas dotando de capacidade técnica do latifúndio acumular mais água, mediante a militarização do trabalho. Fazendo da propriedade concentrada da terra uma instância social com mais potência gerir a dinâmica populacional, mediando o controle das águas, mas também ainda mais fragilizada diante da realidade impetrada pela Geografia do capitalismo<sup>70</sup>.

A década de 1870 foi um momento decisivo onde a impossibilidade de manter a expansão progressiva dos cultivos de algodão era resultado acumulado não somente dos ciclos de estiagem, mas da retomada do cultivo do arbóreo nos Estados Unidos com a redução dos

---

<sup>69</sup> Como podemos perceber em pesquisas realizadas por Queiroz (2020) e Shiva (2006).

<sup>70</sup> Essa verdadeira obsessão pela militarização da sociedade nos sertões como uma estratégia de fixação e rigidez da propriedade privada está colocada em um completo oposto de um sertão de volantes, seja de trânsitos intensos e confusamente percebido dos povos originários ou das volantes voltas dos cangaceiros, uma guerra errante, a serviço da ordem, mas impondo a lei do jagunço. O sertão como imaginado e narrado por Guimarães Rosa em Grande sertão: veredas, é o sertão a ser combatido, de um conjunto de guerras que saltava de rio em rio e que a derrota do inimigo significava a expulsão para um sertão mais profundo e a vitória do Riobaldo significou o exercício do poder voraz do último jagunço, de alguma forma era uma guerra de fim de mundo. Esse conjunto de guerras são formadoras do sertão da territorialização do Estado, mas uma outra lógica da guerra se impunha agora, uma guerra unidirecional, a guerra pela rigidez e inviolabilidade da propriedade privada e não somente a terra como propriedade privada, mas todas as relações precisavam repercutir um gesto de expressão mundializado, a reprodução do valor, uma guerra de imposição totalitária do capitalismo, uma guerra de classes.

conflitos no contexto de guerra de secessão. Muito embora a exploração econômica do algodão tenha se mantido, mesmo que de forma oscilatória, por parte considerável do século XX, esse momento em que as fazendas estavam consolidadas a partir das reservas de valores acumulados pela exploração do trabalho em uma estrutura frágil, concentrando uma população considerável, essa estrutura de poder foi colocada à prova.

A impossibilidade da reprodução de cultivos de autoconsumo, a escassez de águas superficiais, que foram confinadas nos açudes dos latifúndios e consumidas pela diversificação produtiva e pela atmosfera seca, provocou um encadeamento de falências das fazendas e a impossibilidade de manutenção dos trabalhadores subjugados à lógica de confinamento do latifúndio.

O conjunto de transformações territoriais que culminou na autonomização da propriedade privada e territorialização do Estado colonial, conformando uma geografia do trabalho caracterizada pela moradia de condição como resposta à desagregação do sistema econômico escravagista passou a se reproduzir como produtor de uma crise climática. O resultado dessa conjunção de fatores foi uma sucessão de tragédias que foram montadas pelo conjunto de acontecimentos ocorrido nas décadas anteriores que culminaram nessa nova/velha dinâmica territorial na Província.

Não somente uma sucessão de tragédias, se observarmos em perspectiva, mas uma modificação da forma política de realização das reduções e extermínios promovida pelas transformações territoriais impetradas pela colonialidade da natureza. Se o confinamento nos séculos XVII e XVIII promovia redução da condição de ser e extermínio com guerras de caráter bélicas e biológicas, esse conjunto de transformações que culmina na instituição do latifúndio como uma relação social, atualizou as cifras de realização dessas práticas de controle territorial da força de trabalho, colocando em curso a marcha geográfica de perpetuação da colonialidade.

Reiteramos nesse sentido duas premissas fundamentais da construção dessa tese, a colonialidade da natureza como aspecto fundamental da Geografia Histórica do capitalismo e a atualização dos fundamentos da colonialidade como instrumento e gestão territorial da reprodução capitalista do espaço.

Multidões errantes passaram transitar pelas estradas consolidadas à beira dos leitos secos dos rios, mirando as grandes concentrações urbanas. A incipiente construção da Estrada de Ferro de Baturité não conseguiu absorver toda essa força de trabalho e “a proteção oferecida pelos proprietários não chegava sequer a amenizar as dificuldades, pois muitos donos de terras também se empobreceram e buscaram em Fortaleza uma forma de atravessar os tempos difíceis”. (NEVES, 2000 p. 81).

Estima-se que 100 mil pessoas adentraram na crescente e recentemente instituída capital, Fortaleza, que revirava seu casco urbano para reproduzir em benesses arquitetônicas as rendas geradas pelos saldos com o comércio do algodão tentando aparentar-se com a capital expoente do século XIX, Paris. Desde que se estabeleceu como porto principal de exportação passou a concentrar um maior aporte de rendimentos. Nesse momento tinha uma população que não chegava a 50 mil pessoas como vimos referido nos dados anteriormente.

Apensar das iniciativas governamentais e privadas, a situação em Fortaleza era caótica. Os serviços públicos foram paralisados, os equipamentos urbanos foram danificados, as ruas e praças ocupadas por “abarracamentos” fétidos onde as epidemias se alastravam com maior facilidade. A varíola hemorrágica provocava uma grande mortalidade entre os retirantes e habitantes da cidade. O farmacêutico Rodolfo Teófilo calculou que, em dezembro de 1878, estavam acometidos pela doença cerca de 80.000 pessoas; o dia 10 desse mês ficou conhecido como o “dia dos mortos”, pois 1004 cadáveres foram encaminhados para o cemitério, sendo que 230 ficaram insepultos devido à sobrecarga de trabalho para os coveiros. (NEVES, 2000 p. 83).

Esse momento de radicais transformações, resultado de um acúmulo de todos esses constrangimentos territoriais, retorcia na paisagem imagens de grandeza social das elites política e econômicas. A crise climática fez com que as elites agrárias vissem seus objetos de sujeição e imposição de forma cíclica ruírem logo que a dissipação da água confinada com o uso extrativo e a evaporação lhes fizesse falta para imposição de uma ordem econômica que passou a ser o padrão de realização da territorialização do Estado.

A imposição de uma lógica monopolista de extração de renda terra a partir do trabalho compulsório como uma forma de autonomização do latifúndio em um contexto de semiárido, local onde as precipitações instáveis são uma certeza, reproduzia-se mediante crises que viriam a forjar um outro instrumento de drenagem fiscal para centralização do poder político, que recebeu vários epítetos nas diferentes paragens: frentes de emergência ou açudes do governo. Estruturas de controle territorial do trabalho que barravam os deslocamentos das pessoas e perdurou por quase todo o século XX. Essa força de trabalho abandonada pela proteção impositiva do senhor de terras e confinada em um regime de trabalho de orientação militar, passa a oferecer seus braços para os corpos de engenharia que sediaram canteiros de obras nas áreas urbanas e rurais.

Em pesquisas nos arquivos do Estado sobre as secas de 1877, 1915 e 1932, Rios (2014) encontrou dados que indicam como o momento máximo de utilização dessa força de trabalho na capital na década de 1930. No entanto, como ressalta a referida autora, na seca de 1877 essa prática ganha impulso, justamente por se ver consolidado nos sertões uma estrutura produtiva

baseada no latifúndio que impunha a moradia de condição como forma de exploração do trabalho da família camponesa. A seca que passou a partir desse momento a ser lida como o grande entrave para o desenvolvimento do Estado, a causa de todos os males enfrentados pelo Ceará, foi monetizada como um momento de significativa possibilidade de mobilização de força de trabalho de forma gratuita e seguindo uma lógica de alistamento militar para restauração de calçadas, calçamentos, casas, entre outras obras de melhoramentos urbanos; bem como na construção de açudes pelo interior da Província<sup>71</sup>.

Esse conjunto de profundas transformações territoriais e imposição de uma veloz extração de renda da terra e inserção na produção de commodities para a revolução industrial conformou a produção de duas estruturas espaciais de gestão das pessoas como forma de produzir, mediante autoritarismo, riqueza concentrada, o açude e o campo de concentração<sup>72</sup>. Fazem parte da formação territorial dos sertões do Jaguaribe, integrando uma genealogia dessas estruturas de poder. E, muito embora sejam as marcas fundamentais da formação territorial no início do século XX é possível enxergar uma coerência, complementaridade ou sucessão geracional entre essas intervenções e os aldeamentos indígenas dos séculos XVII e XVIII. Realizar descimento, confinar, impor uma dinâmica de trabalho e reduzir a condição do ser a um comportamento enquadrado na dinâmica de realização da sociedade senhorial, desse modo a formação do Estado territorial requeira os instrumentos de mobilização, deslocamento, confinamento, redução e extermínio que constituíram as guerras coloniais.

No momento em que verificamos uma marcha consolidada do capital industrial e financeiro, quando estão elaborados planos de integração do território e de maiores reservatórios hídricos, uma estiagem que se manteve por três anos consecutivos colocou em colapso o funcionamento de estruturas produtivas demonstrando que um dos aspectos da integração produtiva mundializada do capital é a produção de um risco permanente de fome e miséria.

---

<sup>71</sup> Como vimos anteriormente a despeito de a seca ter uma ocorrência cíclica e recorrente nos sertões do Ceará somente no final do século XIX ela é retratada pelo Estado territorial como um problema que interfere o desenvolvimento de atividades produtivas na Província. Ela não estava na centralidade das questões que fizeram com que o segundo reinado estruturasse uma Comissão de Exploração Científica. A despeito de ter provocado perda significativa de produção agrícola e pecuária em anos anteriores a privatização das áreas comuns de encostas de chapadas e vales que conformavam refúgios em períodos de seca e a imposição de um regime de produção em larga escala que esgotou as reservas hídricas fez (re)produziu a seca como uma problema de proporções muito maiores.

<sup>72</sup> Por vezes um decorrido do outro.

**Figura 04:** Gráfico das precipitações em Fortaleza: 1849 a 1890 (em milímetros)

Figura 4: Precipitações em Fortaleza: 1849 a 1890. Fonte: CUNHA (2018)

Podemos verificar no gráfico construído por Cunha (2018) em observância aos dados registrados por Rodolfo Theophilo, uma queda substancial de chuvas registradas entre os anos de 1877 e 1879. Se considerarmos que a média anual de chuvas na capital costuma ser mais elevada que na depressão sertaneja, em decorrência da maritimidade, a tendência é que as chuvas tenham sido ainda menores no interior da província.

O conjunto de atividades produtivas ligadas ao espaço agrário que haviam se expandido intensamente nas últimas décadas estavam adaptadas a um regime de produção sazonal em casos de culturas alimentícias que eram cultivadas em períodos chuvosos, ou contínuas com culturas longas que resistiam a meses de estiagem, como o algodão. Os meses de estiagem, certos todos os anos, estavam compensados por reservatórios esparsos construídos pelo trabalho camponês em regime de alistamento ou como pagamento da renda da terra, como vimos no caso da propriedade do Sr. Firmino. A recorrência de três anos consecutivos de estiagem colocou em convergência as primeiras repercussões amplas dos cercamentos e instituições das terras e águas nos vales úmidos que serviam de refúgio em períodos de seca, o crescimento populacional, sobretudo concentrada nas propriedades como moradores de condição com uma produção agrária comercial intermediada pelo crédito provocando um encadeamento de dívidas e uma extração da renda da terra em escala mundializada.

**Tabela 06:** Exportações de algodão no Porto de Fortaleza (1875 – 1886)

Ano	Quantidade em Toneladas	Valor em Mil Reis	Preço Médio em Reis	Preço Médio (1865/6 = 100)
1875-6	3.505,6	1.456.224,0	415,4	46,8
1876-7	3.082,4	1.163.314,0	377,4	42,5
1877-8	1.214,6	444.485,3	366,0	41,2
1878-9	628,9	283.214,0	450,3	50,8
1879-0	683,9	354.695,0	518,6	58,5
1880-1	2.071,6	945.553,0	456,4	51,4
1881-2	5.270,3	2.262.849,5	429,4	48,4
1882-3	4.345,7	1.911.286,0	439,8	49,6
1883-4	4.433,7	1.830.552,2	412,9	46,5
1884-5	3.072,2	1.300.005,7	423,2	47,7
1885-6	3.159,5	1.342.360,1	424,9	47,9

Tabela 6: Exportação de algodão no Porto de Fortaleza (1875 - 1886). Fonte: CUNHA (2018).

A tabela 06 demonstra uma redução significativa nas exportações de algodão saídas de Fortaleza no período da seca compreendida entre os anos de 1877 e 1879. Como analisou Cunha (2018), podemos verificar uma redução nas exportações que atinge um percentual de 82% nos anos de 1878 e 1879 se comparado com os dados do ano de 1876. De toda forma em anos de significativas tragédias ligadas a fome e epidemias na Província, as exportações mantiveram patamares considerável, demonstrando que nas propriedades localizadas em vales úmidos como nas chapadas e serras, a produção continuou à despeito da generalizada crise. Nesses lugares temos os latifúndios regados, expressão utilizada nos documentos de concessão de sesmarias no século XVIII.

Esse estágio elevado de integração da produção de algodão, conduzido por uma organização territorial monopolista da terra colocava em marcha uma catástrofe que tinha dimensões mundiais. É o que defende Davis (2022), quando analisa um conjunto de secas sincronizadas resultante de deslocamentos maciços na localização dos principais sistemas climáticos tropicais que afetou fortemente o regime de chuvas em lugares onde a circulação do crédito internacional, sobretudo britânico, haviam consolidado circuitos econômicos subsidiários de commodities envolvidas com a produção industrial.

Um fenômeno climático de ampla magnitude que só veio a ser interpretado sistematicamente na década de 1960 fez com que o regime de chuvas reduzisse no período compreendido entre os anos de 1876 a 1879 no norte da China, sul de Java e Bornéu, das Vysayas, Egito, Argélia, Marrocos, Angola, África do Sul e nordeste do Brasil. Segundo Davis (2022), houve a mistura de acontecimentos extremos entre o sistema climático mundial e a economia mundial vitoriana tardia. Até a seca de 1870 e a criação de uma rede internacional

rudimentar de informações climáticas, havia poucas informações científicas que embasassem a apreensão de que uma seca em grande escala planetária fosse possível.

As secas sincronizadas (...) foram um dos maiores mistérios científicos do século XIX. A descoberta teórica essencial só viria no final dos anos de 1960, quando Jacob Bjerknes, na UCLA, demonstrou pela primeira vez como o Pacífico equatorial, agindo como um aquecedor planetário acoplado aos ventos alísios, era capaz de afetar os padrões das chuvas em todos os trópicos e até nas latitudes temperadas. Aquecimento rápido do Pacífico tropical ocidental (fenômeno chamado de El Niño), por exemplo, são associados a monções fracas e secas sincronizadas em vastas porções da Ásia, África e no nordeste da América do Sul. Quando o Pacífico oriental fica estranhamente frio (fenômeno chamado de La Niña), e ocorrem chuvas e inundações anormais nas mesmas regiões “conectadas”. Toda essa vasta gangorra de massas de ar e temperaturas oceânicas, que se estende também ao oceano Índico, é fortemente conhecida como Oscilação Sul do El Niño (ENSO). (DAVIS, 2022 p. 108).

O sistema de aquecimento e resfriamento do Pacífico, que afeta decisivamente a circulação das monções, produziu nas últimas décadas do século XIX três ciclos de intensa escassez de chuvas nas regiões mencionadas, entre os anos de 1876 e 1879, 1889 e 1891 e 1886 e 1902. A um só tempo o desastre que Davis (2022) nomina como maior holocausto do século XIX, que causou 30 milhões de mortes por fome e epidemias, podendo 50 milhões de mortos não ser um dado irrealista, responde ao conjunto de transformações provocadas pela instituição da propriedade privada e pela integração a circuitos ligados a revolução industrial. O autor analisa esse conjunto de tragédias como uma produção de reservas de terras necessária para a montagem de um sistema mundial de comercialização de grãos, que passou a vigorar nas últimas décadas do século XIX, sobretudo a partir da comercialização de trigo.

Evidente que essa conjunção de fatores climático já tinha posto os índices de chuvas dessas regiões outras vezes em níveis muito baixos, provocando secas, crises alimentares e perdas de lavouras, porém os pequenos comércios locais conseguiram assegurar níveis de armazenamento e abastecimento de alimentos impedindo tragédias dessa magnitude. Nesse momento muitos comércios locais estavam subsumidos à circulação do valor na velocidade da ferrovia e dos telégrafos, e, no caso do Ceará o senhor de terras concentrava uma capacidade de exercer monopólio sobre a realização do comércio à medida em que detinha parte considerável da renda produzida pelo trabalho dos moradores de condição, pagos em forma de renda, bem como realizava empréstimos, adquirindo capacidade de realizar a comercialização em seus termos.

A capacidade de produzir estoque foi reduzida, uma vez que a produção do algodão impunha um regime de trabalho mais intenso, fazendo com que o excedente produzido pelas

famílias camponesas fosse consumido no período de estiagem imediatamente posterior e a seca que durou três anos. A conversão do alimento em mercadoria, quando comercializado com o dono da propriedade, precisava circular com alguma rapidez, assegurando a capacidade de concentrar lucro e provocando um esvaziamento rápido do comércio local.

Diante da diversidade de consequências que essa conjunção de fatores reverberaram em tragédias, mortes e revoltas nas regiões afetadas, Davis (2022), enxerga similaridades dos desdobramentos dessas radicais transformações no Brasil e na Índia. Como nos alude o referido autor, ambos países tinham uma economia tão dependentemente integrada a Inglaterra que poderiam ser consideradas colônias informais do capital britânico. No caso do Brasil o refreamento da formação de capital doméstico em larga escala e a capacidade de acumulação e circulação estavam fortemente ligados ao exercício de influência que a Inglaterra exercia na centralidade da comercialização da produção realizada no país. Esse fato reverberou em uma estagnação estruturada da economia brasileira se comparada a outros países que enfrentavam transições de contextos de exploração colonial, como o México, Estados Unidos e Argentina (DAVIS, 2022).

Essa hegemonia comercial britânica tem raízes, segundo o autor, no processo de colonização e se consolida com a transferência da família real para o Brasil que, melindrada pelos belicosos trânsitos no Atlântico contou com a defesa da Inglaterra e em troca ofereceu primazia comercial nas relações com o Brasil, favorecendo importação e exportação entre Brasil e Inglaterra superiores até que as comercializações realizadas com Portugal.

Essas trocas hegemônicas com a Inglaterra ficam expostas em dados apresentados pelo autor que indicam a primazia do comércio de café com e a entrada do capital financeiro na forma de crédito de empréstimos concedidos para construção de ferrovias inicialmente no sudeste, promovendo velocidade ao comércio de café, e em seguida no Nordeste. Essas relações de dependência financeira e intensas relações de exploração limitava o comércio com outros países, até com os Estados Unidos, que veio a se intensificar somente no século XX. Expressava também o esforço fiscal e financeiro que o império fez para manter o regime de trabalho escravizado como reconhecido pela Inglaterra. Para tanto, o imperador Pedro Primeiro,

(...) codificou a dependência em um dos mais desiguais acordos econômicos da História: um tratado não recíproco que limitava a taxa dos produtos importados ingleses a 15% *ad valorem*, enquanto permitia que os ingleses impusessem uma tarifa de 300% sobre o café brasileiro. (DAVES, 2022 p. 346).

Nos anos que antecedem imediatamente o conjunto de desastre que foram a culminância do avançado controle monopolista da produção da renda da terra no âmbito do rio Jaguaribe, no contexto do *boom* do algodão, a “Inglaterra fornecia 51% das importações do Brasil e consumia 37% das exportações” (*op. cit.* p. 346).

Na Índia essa relação de profunda dependência além de responder a consolidadas circulação do crédito advindo da Inglaterra estava posto em uma estágio mais avançado de integração produtiva. No Alto Ganges um longo sistema ferroviário fazia o transporte de arroz e trigo para o litoral que era exportado para Inglaterra.

Na Índia morreram entre 5,5 e 12 milhões de pessoas, apesar das ferrovias modernas e milhões de toneladas de grãos em circulação comercial. (...). As estatísticas da comissão da fome de 1878-1880 revelam uma relação surpreendentemente perversa entre a modernização e a mortandade que desafiou a crença britânica na “salvação” pelas ferrovias e pelos mercados. No Decão de Bombai e Madras a (...) a população diminuiu mais depressa (23%) onde os distritos eram servidos pro ferrovias do que onde não havia ferrovias (21%). (DAVIS, 2022 p. 106).

Segundo Davis (2022), as consequências da crise mundial de abastecimento foram intensificadas na região do Decão, parte central do país. Nas décadas anteriores os avançados dos cercamentos para a produção de algodão ocasionou um deslocamento da produção de grãos impondo uma severa insegurança alimentar. A despeito de nos três anos anteriores à seca o país ter registrado elevados índices de produção de arroz, todo o excedente foi consumido pelas exportações para a Inglaterra, assim como os avançados dos campos de plantação de trigo que tinham uma produção igualmente destinada à exportação para a Europa. A mundialização da exportação de commodities agrícolas fazia com que os produtores preferissem exportar inéditos 6,4 milhões de quintais de trigo para a Europa em 1877. Estrutura-se uma crise de fome muito intensa no contexto de secas (*op. cit.*).

O resultado dessa combinação de fatores foi a disparada dos preços dos alimentos além do alcance da capacidade de compra dos trabalhadores marginalizados, tecelões migrantes e camponeses pobres. Davis (2022), nos alude que eventuais benefícios financeiros transferidos pela construção de ferrovias, através de *royts*, foram consumidos pelo endividamento do país que foi estimulado a buscar o crédito internacional como um horizonte para o progresso, bem como pela desvalorização cambial da moeda nacional no contexto da crise frente ao padrão-ouro internacional.

Na região litorânea posterior ao planalto do Decão, segundo Davis (2022), as condições eram igualmente desesperadoras. Mais da metade da safra fora perdida em nove Distritos de Haharashtra, afetando 8 milhões de pessoas com a perda quase total das safras. “Um desastre

se abateu sobre um campesinato já derrubado pela taxaço exorbitante e pelas dívidas extorsivas”. (DAVIS, 2022 p. 34). A situação de crise generalizada afetou mesmo regiões que não foram acometidas pelas secas ponto o país em uma intensa crise de insegurança alimentar.

As formas de auxílio chegavam na organização dos famélicos em campos de trabalho regidos por uma governabilidade militar. “Aqueles que conseguiram efetivamente chegar aos campo de concentração encontraram lugares fétidos, verdadeiramente cemitérios arrasados por doenças, onde a maioria dos refugiados morria rapidamente” (DAVIS, 2022 p. 45). Famílias que detinham poder aquisitivo medianos ou elevados, nesse contexto de internacionalização da extração da renda da terra, territorialização do Estado e imposição de um trabalho camponês compulsório, perderam seus patrimônios, migraram antecipadamente para regiões distantes ou seguiram o curso dos errantes camponeses em busca das frentes de trabalho.

A militarização do auxílio (...) Exatamente como os oficiais médicos haviam alertado, o “salário Temple” combinado com o trabalho físico pesado e condições sanitárias pavorosas converteram os campos de trabalho em campos de extermínio. Ao final de maio, oficiais do serviço de auxílio, horrorizados, vinham relatando que metade dos trabalhadores dos campos estavam debilitados demais para exercer qualquer trabalho físico. A maior parte deles estaria morta no início do terrível verão de 1877. (...) Os exames post-mortem, além disso, mostravam que a principal causa das mortes – “extremo desgaste do tecido e destruição da membrana de revestimento da porção final do tubo digestivo” – era o quadro clássico da inanição. A mortandade era similar nos campos em todo o Decão de Bombaim, onde o cólera, disseminado pela água poluída e pela sujeita, acelerou a disseminação. Um oficial escreveu que um projeto emergencial de construção de estradas “tinha a aparência de uma campo de batalha”, com corpos espalhados pelas margens, com moribundos e outros recém contagiados” (DAVIS, 2022 p. 39-40).

Além de um paralelo nos aspectos do mercado internacional e na produção de uma sustentada dependência econômica em relação à Inglaterra, é notória a convergência nesse momento no Brasil e Índia em suas ações militares como condutoras da crise humanitária. A reelaboração dos fundamentos das guerras coloniais em um momento em que o capitalismo estava atingindo a capacidade de produzir guerras totais faz desses lugares um campo de experimentação e criação de técnicas de controle e extermínio que serão lançadas mão nas décadas seguintes nas guerras mundiais.

Curioso e revelador como a própria terminologia campos de concentração, que viria a designar o local de concentração de pessoas para a realização do trabalho capitalista como forma de execução em massa, já estava em uso ordinário nas políticas de contenção, governo e extermínio da força de trabalho como forma de realização do capitalismo.

Aqui novamente nos aproximamos de uma das premissas fundamentais desse trabalho que, inspirado nas conclusões a que chegaram Alliez e Lazzarato (2021), podemos perceber que a guerra não é um momento de excepcionalidade no curso de formação do Estado territorial, é a forma por excelência e realização do capitalismo em âmbito mundializado. Uma guerra permanente que quando impõe as imagens do horror diante da História concreta de realização de países centrais da Europa ganha contorno de lamento, espanto e profundo pesar.

Os campos de concentração foram operacionalizados de maneira muito mais integrada como modelo de organização produtiva para a construção de açudes e ferrovias no Ceará ao longo das primeiras décadas do século XX. No entanto, nesse momento temos a integração da produção agrícola no Ceará com as demandas de consumo da Europa, governado por um regime de circulação de crédito que subjuga a renda da terra a uma escala mundializada, momento em que o avanço do capitalismo atingia um ponto de não retorno.

A produção de uma rede de campos de concentração no Ceará a partir da seca de 1877, intensificado nas primeiras décadas do século XX, não só de maneira coordenada, mas integrada entre Crato, Cariús, Senador Pompeu, Ipu e Fortaleza, como nos alude Rios (2014), foi muito significativo para a produção de reservatório e ferrovias. Contexto que teve, evidentemente, um processo de integração mais lento do que na Índia e só se consumou no vale do Jaguaribe décadas depois, mas tem na década de 1870 o momento onde uma estrutura de controle territorial e uma forma de produção do espaço foram completamente redefinidas por uma crise produzida pela produção do capitalismo em âmbito mundializado.

É analisando essas geografias do mundo periférico que Césaire (2020) nos elucida que a despeito de ter propalado a produção de uma derrota ética e moral do nazismo na segunda guerra mundial, a burguesia vive a todo momento regurgitando o vômito de Hitler, por estar cada vez mais condenada a ser hostil, mais abertamente feroz, mais desprovida de vergonha e mais sumariamente bárbara. É muito revelador o fato de antes de mostrar o mundo a vileza humana os campos de concentração tenham sido elaborados e amplamente utilizados no processo de montagem de um mercado mundial agrícola.

O desmonte sistêmico de setores produtivos tradicionais e a grande demanda de consumo gerada pela crise mundial de abastecimento – que nos países que estavam em transição de regime colonial se reverberou como um verdadeiro desastre humanitário, gerou uma grande reserva de terras que, associado à redução da produção agrícola por parte de países que estavam em elevado processo de industrialização. Esse conjunto de transformações territoriais em âmbito mundial culminou na consolidação de um novo mercado globalmente integrado de cereais.

Contexto que Davis (2022) analisa como uma verdadeira bomba hidráulica para a integração e concentração dos mercados de produção de alimentos. Fatores que cooperaram para essa consecução são as extensas áreas produtivas que estavam sofrendo com os efeitos de elevados fluxos migratórios que apresentavam produtores cada vez mais endividados e uma reduzida concentração de força de trabalho, se comparado ao período anterior à crise mundial de fome; a ocorrência de um período chuvoso sustentado, fizeram com que “o rápido aumento da demanda britânica por alimentos importados, grandes quantidades de capitais gerados em Londres fluíram para as ferrovias que abriram as Grandes Planícies norte-americanas, as pradarias canadenses, os pampas argentinos e a planície do Alto Ganges. (DAVIS, 2022 p. 114).

O monopólio da comercialização passou a ser exercido por empresas como Bunge e Dreyfus e a concentrações de operações de commodities agrícolas na Associação Comercial Cerealista de Liverpool e a Câmara do Comércio de Chicago (Bolsa do Trigo), foi possível, como nos alude Davis (2022), a partir de uma ampliação generalizada da produção de trigo. Do mesmo modo, a produção de algodão posterior à seca de 1877-1879 atinge índices maiores que os experimentados nos anos anteriores à seca. Apesar da produção dos Estados Unidos ter voltado a patamares elevados com o final da Guerra de Cessação, a ampliação da demanda de commodities garantiu um crescimento sustentado da produção exportação (ver tabela 08).

A produção literária brasileira retratou esse conjunto de transformações territoriais no calor do momento, legando um conjunto de romances produzidos por escritores que vivenciaram os contextos e narraram, de algum modo, suas experiências pessoais. Muito embora seja muito mais recorrente a retratação desse contexto de acontecimentos no âmbito da literatura ao longo do século XX – o que se percebe pela produção ficcional de autores e autoras integrantes da geração de 30, como Rachel de Queiroz, Graciliano Ramos, Jorge Amado, Fran Martins, Emília Freitas, José Américo de Almeida, João Cabral de Melo Neto, dentre outros – essa é uma dinâmica territorial de controle do trabalho já estabelecida nas últimas décadas do século XIX.

O romance de Domingo Olímpio Luzia-Homem publicado em 1903 retrata bem esse momento de radical transição de uma província que montou uma estrutura produtiva que se fazia como uma promessa de progresso, como vimos nos entusiasmados relatos de Souza Brasil de 1854 e de Freire Alemão de 1859, para um pessimismo narrado com uma prosa poética muito típica de seu estilo literário naturalista.

Ao ponto de a própria protagonista do romance, Luzia, ser advinda de uma família de proprietários de terras que, com a morte do pai e a ausência de irmão, viu seu patrimônio ruir com a seca e se converterem parte da população errante. A melancolia narrativa e o pessimismo

diante da tragédia são elaborados no romance sob a forma de uma tragédia familiar, de um núcleo minúsculo que se apequena em face de uma tragédia social de dimensão ampla e total.

Não era raro aparecer entre os retirantes, famílias abastadas que haviam abandonado os lares, levando o dinheiro e joias sem valor por não terem a que comprar, mesmo a preços exorbitantes. Marcos, depois de inútil resistência viu-se nessa triste situação. De esperança em esperança de mudança de tempo, vira os gados morrerem nos campos devastados; consumira com parcimônia cautelosa, as provisões acumuladas, os surrões de farinha de mandioca, os paióis de milho, arroz em casca e feijão; as matalotagens em salmora ou empedadas se esgotarem por encanto, porque não tivera coragem de recusar esmola aos famintos que passavam pela fazenda. Os vaqueiros agregados e pessoal de fábrica, empregados na labutação de criadores e agricultores, na maioria escravos velhos e crias de casa, não tinham que fazer; eram bocas inúteis. Alforriou-os; deu-lhes liberdade para ganharem a vida. (OLÍMPIO, 1903 p. 151).

O enredo se passa na cidade de Sobral em 1877 que recebia uma quantidade considerável de migrantes da seca e, às margens do Acaraú edificava com essa força de trabalho errante a construção de um presídio público.

A população da cidade triplicava com a extraordinária afluência de retirantes. Casas de taipa, palhoças, latadas, rancho e abarracamentos do subúrbio, estavam repletos a transbordarem. Mesmo sobre os tamarineiros das praças se aboletavam no extremo passo da miséria – resíduos da torrente humana que dia e noite atravessava a rua da vitória, onde entroncavam os caminhos e a estrada real, traçava ao lado esquerdo do rio Acaraú, até o mar. Eram pedaços da multidão varrida pelo flagelo, encalhando no lento percurso da tétrica viagem através do sertão tostado, como terra de maldição ferida pela ira de Deus: esqueléticas criaturas de aspecto horripilante, esqueletos automáticos dentro de fantásticos trajes, rendidos de trapos sórdidos, de uma sujidade nauseante, empapado de sangue purulento das úlceras, que lhes carcomiam a pele, até descobrirem os ossos, nas articulações deformadas. E o céu límpido, sereno de um azul doce de líquida safira, sem uma nuvem mensageira de esperança, vasculhando ela viração aquecida, ou intermitentes redemoinhos a sublevarem bulções de pó, evoluindo como um ninho, a trágica procissão do êxodo. (OLÍMPIO, 1903 p. 16).

É notável o cunho testemunhal da narrativa que transita entre a dramatização do espanto por parte do narrador e a espetacularização da sua passagem pela multidão. Fica evidente a exultação, deleite ou apreço dos quais se lança mão o narrador para compor a paisagem, o que fica expresso pelo uso de uma sequência rebuscada e encadeada de adjetivos. Uma forma de deliciar-se pela descrição do corpo humano decompondo-se ainda vivo à luz do dia; em contraste, a paz do céu azul que não indica esperança. Uma descrição reveladora de um desejo e de uma compulsão que banaliza a morte e a desgraça, entregando-as na forma de uma paisagem desenhada por letras para ser consumida pela sociedade erudita da província. A narrativa do autor elabora um sentido de fascinação sem piedade pelos humanos sem nome.

O exercício intelectual, erudito, poético e trágico do autor, um destacado membro da sociedade senhorial, fez com que ele encontrasse na multidão desgraçada, a seus olhos, o sumo de sua literatura. A conversão dessa multidão percebida como massa amorfa em espetáculo é o instrumento de valoração manipulado na condição de objeto literário. Mesmo na forma desumanizada, aos olhos da elite senhorial, a multidão tipificada por inumeráveis adjetivos permanece útil. Ao longo do romance, as personagens ganham nome, pulsão, vida, histórias e a narrativa é interessante e merece uma leitura atenta, mas nas tomadas em que o autor elabora uma visão de sobrevoos da descrição naturalista da paisagem, esse conjunto complexo de histórias se perdem e a população que se desloca transfigurada é quase que desumanizada.

O exercício intelectual, erudito, poético e trágico de Domingos Olímpio, destacado membro da sociedade senhorial, fez com que ele encontrasse na multidão desgraçada, a seus olhos, o sumo de sua literatura. A conversão dessa multidão, percebida como massa amorfa, em espetáculo é o instrumento de valoração manipulado na condição de objeto literário. Mesmo na forma desumanizada, aos olhos da elite senhorial, a multidão tipificada por inumeráveis adjetivos permanece útil. Pode-se afirmar que ao longo do romance as personagens ganham nome, pulsão e vida, fato que torna interessante a narrativa a qual demanda uma leitura atenta. Contudo, nas tomadas em que o autor se limita a uma visão de sobrevoos a partir da descrição naturalista da paisagem, esse conjunto complexo de histórias se perde, reduzindo-se a população dos deslocados à uma transfiguração limítrofe à desumanização.

O romance como um todo é pródigo de descrições desse espetáculo que parece ser o espanto do percurso do autor pelas ruas de Sobral durante a seca de 1877 a 1879. De tanto deleitar a paisagem de morte, o autor parece convidar as pessoas para verem também o espetáculo de definhamento dos corpos desumanizados à disposição para serem comidos pelos cachorros e urubus. Essa narrativa também está implicada na conjunção política de construção tanto de uma imagem do que é o Ceará e o sertão de modo geral, como das saídas para superação dessa condição.

De tão deprimente e totalizante o penar das personagens que não encontram saídas, o enredo leva a pensar que se configura assim todo o conjunto de relações humanas estabelecidas nesse lugar no qual só uma grande intervenção salvadora poderá livrar os indivíduos da perpetuação desse flagelo. Tendo sido o autor também deputado, advogado e membro desse grupo de burocratas que lograram construir sua erudição com os saldos gerados pelo conjunto de transformações territoriais, fica evidente que esse sujeito se enxerga como parte da solução, sendo os flagelados e o clima – que é um castigo de Deus – os problemas a serem enfrentados.

Em *Luzia-Homem*, o exercício de deslocamento provocado pela visão de cima do narrador, arrancado da realidade causticante para contar a história como legado de coragem e testemunho de verdade, consolidam-se arquétipos analíticos típicos de uma elaboração intelectual de natureza positivista. Nesse sentido, não seria descabido inferir que a descrição da morte expressa na narrativa – e materializada na composição da paisagem – é elaborada com entusiasmo e exultação, afinal, essa geração de autores à qual é intrínseca a condição de intelectual senhorial estava se posicionando como potência para elaborar saídas.

Com nos alude Neves (2000), nesse contexto de intensa crise o “dever de proteção”, parte integrante da reciprocidade desigual das relações paternalistas, passa a ser exercido pelo Estado. Então o senhor de terras, que é um agente do Estado colonial, estava ruído na sua condição de realizar proteção impositiva, parte constituinte do acordo tácito da moradia de condição. O Estado centralizado, bem como suas políticas de salvamento e emergência, colocasse como elemento salvador, beneficiando-se muito da mobilidade dessa força de trabalho para imobilizar valor e estruturas de controle territorial, como no caso da prisão construída no romance de Domingos Olímpio.

O açude é a grande e perpétua resposta e forma-política do Estado a esse caos humanitário instaurado pelo conjunto de transformações impetrados pela imposição da lógica territorial da propriedade privada. Até que se estabeleça a construção de um sistema integrado de lagos artificiais – como percebemos hoje – o qual logra minimizar a mobilidade populacional para as cidades maiores em função da falta de água, outros dispositivos de governo foram utilizados pelo Estado para conter fluxos migratórios que circundavam os latifúndios, dentre os quais destacamos o Campo de Concentração.

Por mais que esses barramentos dos rios apresentem limites estruturais que irrompem nos períodos mais longos de secas, funcionam como reserva fiscal e financeira para os latifundiários e vão ensaiando uma geografia lacustre de controle das águas do Jaguaribe asseguram a inserção da província no sistema-mundo moderno colonial, tornando propícia a ascensão para um novo patamar, marcado pela disseminação do cultivo comercial de algodão.

O controle territorial da natureza, nesse momento, ganha uma dimensão de projeto nacional. A forma de se tornar uma nação forte e independente será a batalha contra a natureza para ver nela reproduzida a imagem do progresso. Os burocratas da virada do século estavam, nesse sentido, cuidando da memória dos padres mortos nos séculos anteriores que legaram um conjunto de escritos, nos quais assomava o estranhamento em relação à essa região, tratando-a como inóspita, indomável, insalubre, a qual carecia de intervenções drásticas e urgentes para ampliar as dominâncias reais.

O açude Cedro em Quixadá pode ser considerado a obra mais emblemática desse momento; uma tentativa frustrada de realizar um amplo reservatório que solucionasse de uma vez por todas o problema das secas no Ceará, assegurando trabalho pelo vasto período que compreendeu os anos de 1884 e 1906, e garantindo também suficiência hídrica para realização de projetos de irrigação. O feito repercute o desejo de grandeza do império, quando se afirma ser esse o maior reservatório das Américas, destinado a combater às secas e que, nas palavras do Imperador Pedro II, asseguraria a permanência dos sertanejos em seus lares “durante as seccas vindouras” (MONTEIRO, 2020).

A construção do reservatório expressa também os auspícios de poder da república instaurada por um golpe militar. Na opinião de Afonso Pena, sexto presidente, em visita à obra pública em 1906 o açude “Está muito bonito, mas isto apenas atesta o desperdício dos dinheiros públicos” (op. cit), divergindo da posição entusiasta de Dom Pedro II.

Essa obra faz parte de um conjunto de intervenções iniciadas no final do século XIX que visavam fixar os trabalhadores nos sertões evitando que atingissem as grandes aglomerações urbanas, como assim fizeram aos montes, entre 1877 e 1879. A obra esteve sob a responsabilidade de um engenheiro Inglês Jules Jean Levy, que visitou a região da Lombardia na Itália com a intenção de buscar inspiração para o desenho do projeto e a contratação de corpo técnico especializado. (MONTEIRO, 2020)

Uma das mais intensas secas do século, a última entre 1888 e 1889, atravessou a realização da obra quando intensos conflitos entre trabalhadores e engenheiros, culminaram na realização de saques e destruição do material de trabalho e de mantimentos nos meses de março e dezembro de 1889.

A escolha do local de instalação se deu pelo fato de se encontrar em uma posição intermediária entre o interior do Estado e a capital, sendo mais próximo, facilitando a logística de transporte de materiais necessários, além do exercício de influência da elite local. O barramento realizado no Rio Sitiá, advindo da Serra do Estevam, integra a bacia do Rio Jaguaribe, esse córrego compõe a formação do rio Banabuiú que encontra com o leito principal do Jaguaribe em seu baixo curso.

Podemos perceber com esse investimento uma ampliação de escala na capacidade de intervenção para a imobilização de valor fixo com o objetivo de conter a dinâmica populacional migratória para as grandes cidades, os cultivos de café em São Paulo e para a Amazônia. Não são mais somente os projetos isolados realizados com financiamento dos latifundiários, como o Sr. Firmino, que propalava ter investido elevado valor financeiro no controle territorial do trabalho para fixação de um objeto de dominação. O que percebemos com essa transmutação

escalar provocada pela ampliação da concorrência comercial e a cooperação de agência territorial, é a consecução de um projeto técnico, pensado por um corpo de engenheiros que mantém um rio bem maior contido para o acúmulo de água.

Fato que simboliza uma produção espacial de alcance ampliado que logra traduzir seus fundamentos territoriais em objeto de amplo alcance de intervenção e realização, que vão tecendo nesse conjunto de relações estabelecidas a territorialização do Estado<sup>73</sup>. O conjunto de ações territoriais nas redes de rios constituídas impõem tempos cronometrados de descimento das águas de todos os córregos até atingir local de acumulação. Processo que carrega consigo uma síntese do acúmulo simbólico do que é concentrar formas de exercício de poder a partir de uma lógica espacial dos cursos maiores para os menores dos rios, convertendo a bacia hidrográfica em um instrumento de controle territorial, um panóptico por rebaixamento. Uma racionalidade espacial já em operação no âmbito do Jaguaribe desde o século XVII.

Percebemos que o conjunto de transformações territoriais ensejados com a territorialização do Estado e a autonomização da propriedade privada, modificaram profundamente a dinâmica de produção espacial nas dominâncias do Jaguaribe. As formas espaciais vão transfigurando cada vez mais as faces do sistema-mundo moderno. A consolidação oscilatória do cultivo de algodão nos mais recônditos lugares fez com que as relações sociais estabelecidas nos miúdos movimentos de construção do cotidiano ressoassem os caminhos mundializados de realização das mercadorias.

A monetarização das relações de trabalho não acompanhou a velocidade da imposição de uma lógica territorial mercantil de produção e circulação de valor. A dinâmica de trabalho não estava mediada de maneira predominante pela circulação de moeda, porém a intermediação financeira e fiscal realizada pelo senhor de terras fez com que a exploração desse trabalho alimentasse os circuitos de acumulação de renda.

A renda da terra era recolhida e concentrada em tempo de trabalho. Na forma de realização de um trabalho para o outro, como vimos no caso em que o proprietário Sr. Firmino chegou a contar com 300 trabalhadores e na circunstância em que a renda é paga na forma de produtos, fruto do trabalho da família camponesa.

---

<sup>73</sup> O rio contido, nesse sentido, demonstra na paisagem a face do poder centralizador e militar do Estado Nacional. Não por acaso um açude foi construído por sobre os escombros da Guerra de Canudos. Afogar as marcas das derrotas da República nos sertões e das execuções realizadas é uma forma de impor na paisagem a condição de realização de um reflexo onde as pessoas consigam temer a face do Estado de Exceção. O açude, enquanto documento de barbárie, é do tamanho da Guerra. Realizando um objeto maior todos os outros que existem na redondeza e nominá-lo se assemelha a empáfia dos palácios erguidos pelos Impérios para que diante de tal grandiosidade o súdito se perceba minúsculo.

É nesse aspecto que podemos dizer que a territorialização do Estado produziu uma questão agrária e no interior dessa uma luta de classes que não reproduz a formulação clássica do antagonismo complementar entre operário e possuidor dos meios de produção, como nos alude (OLIVEIRA, 2010, PRADO JR. 2010). As contradições no interior da formação da propriedade concentrada da terra nesse âmbito, mobilizava a reprodução de uma sociedade que se realizava marcadamente manipulando uma racionalidade que perpetua e aprofunda a colonialidade.

Não queremos dizer com isso que em outros âmbitos as contradições sociais não ressoam esse conjunto de heranças e marcas da formação territorial nas Américas. Como esses fundamentos constituem a formação da Geografia do que veio a se construir como Brasil a realização cotidiana do poder grafam na paisagem essas contradições.

Estamos com esse estudo colocando em diálogo essa formulação analítica realizada para pensar a Questão Agrária<sup>74</sup>, ou a realidade a partir da questão agrária, com a ideia de que o controle territorial das águas é uma aspecto fundamental para entender a realidade. Então estamos afirmando que a produção espacial ensejada no contexto das relações hidrossociais constituem um lugar ou posição metodológica onde se pode analisar a Geografia. Não só que as relações com as águas estão ensejadas no processo de produção do espaço, mas que a produção de objetos de comportamento e indução de controle social sobre o tempo de realização do Rio Jaguaribe, são ações (re)produtoras da questão agrária e da colonialidade do poder.

À medida em que a territorialização do Estado se realiza a partir do comportamento do Rio, as relações sociais estabelecidas no âmbito dessa forma de controle territorial do trabalho constituem as bases técnicas, hidrossociais e ideológicas que movem a dinâmica social manejando os fundamentos da colonialidade.

O trabalho social cristalizado nos equipamentos de contenção dos rios vai impondo uma outra dinâmica de realização dos ciclos hidrossociais. Cada vez mais a circulação atmosférica das águas superficiais vai sendo intermediada por estruturas de poder que mimetizam as arquiteturas de confinamento e comportamento social. As águas vão ganhando a depressão sertaneja cumprindo as ordens do latifúndio.

---

<sup>74</sup> Nesse momento uso a expressão Questão Agrária em maiúsculo para destacar no texto a sua condição substantivo no âmbito metodológico, uma forma ou conjunto de fundamentos analíticos para pensar a realidade. Há quem defenda a ideia que seja um paradigma para pensar a realização do capitalismo.

### 5.3 A Ciência como produto e produtora do sertão como um problema nacional

As tentativas de controle social do rio Jaguaribe são sempre insuficientes e produtoras ávidas da necessidade de maiores estruturas. Existem enquanto uma ideologia geográfica ou uma valorização subjetiva do espaço, que, mediante a imposição de uma nomeação e uma pré-ideação do futuro, promovem uma apropriação intelectual dos lugares, criando uma narrativa conciliatória sobre o passado, onde saberes locais perdem validade de se autonear e as classificações científicas caminham juntas da segmentação e nomeação do espaço como dominância do Estado Nacional.

Os açudes e depois as barragens se constituem como marcações da territorialização do Estado Nacional. Não à toa são sempre carregados de um discurso salvacionista, um ufanismo produtor de progresso. Vide a recente construção da Barragem de Belo Monte na Volta Grande do Xingu que concatena a noção do Brasil como potência do capitalismo, capaz de realizar uma intervenção pontual decisiva na Amazônia, maior bacia hidrográfica do mundo, prometendo salvar o país de um colapso energético; com a estruturação de uma tragédia ecológica e social instaurada no Xingu, muito bem documentada em estudos recentes (FLEURY, 2016; MALHEIRO E CRUZ, 2019; BRUM, 2020).

A barragem foi imaginada e imposta a partir de um sentido territorial que a projetou como imagem do progresso e realizada na condição de uma ação destrutiva e questionável do ponto de vista técnico e gerencial-energético, um documento de barbárie. Fato que nos leva a pensar que a Barragem é também um momento ou uma forma social da condição destrutiva do capital como lógica de produção espacial do valor.

Fica patente que a fronteira do capitalismo, do conhecimento científico e da territorialização do Estado Nacional se imbricam na realização de uma obra hídrica. Dessa forma podendo essas serem lidas como extratos, grafias ou marcas do tempo presente, materializações ou cristalizações das relações de poder e da colonialidade da natureza. Esse conjunto de transformações impõe a realização de uma geografia das águas a sua imagem e semelhança e as contradições e reações a esse processo constituem o conjunto das lutas sociais.

A ciência, como um espaço de poder, tem um lugar de atuação e produção de significado nesse conjunto de transformações que impõem elemento da guerra no processo de produção territorial. Produzida e exercida como um lugar de legitimação e tradução conciliatória das imagens dos desastres à linguagens e métodos produzidos nos contextos das revoluções

científicas, se constitui como um lugar de reprodução amplificada desse nova realidade que se impunha nas dominâncias do Jaguaribe.

Esse conjunto de radicais transformações ensejadas com a instituição do monopólio da propriedade privada e a produção de estruturas velozes de extração, circulação, concentração de renda da terra, foi também o tempo de produção de uma rede consistente de produção intelectual em seus aspectos literários e científicos. Considerando a imposição da ciência como detentora da verdades à medida que a produção de renda logrou alcançar um nível de organização monopolista e oligárquica logrou-se a implementação de instituições científicas formadoras de uma elite intelectual local. A instalação dos primeiros seminário de formação de padres em Fortaleza e das faculdades de Direito e Medicina, como lugares definitivos de produção de ideias válidas sobre Deus, a moral e o corpo demandou desse lugar o exercício de uma função produtiva no mundo da mercadoria para que ele atingisse essa capacidade de concentrar poder ao nível de impor uma elite intelectual. Por isso que podemos tomar essa produção científica como uma produção intelectual senhorial.

O enfrentamento às secas, materializado nos objetos de controle social do Rio Jaguaribe traduzem a ideologia do progresso, na medida em que a realidade local, sob essa ótica, precisa realizar a superação da sua condição de atrasada no tempo. A fluência do seu estado de ser precisa se adiantar para acompanhar a locomotiva do progresso que está várias estações à frente. As realizações dos ciclos hidrossociais não fluem na velocidade esperada para alcançar o tempo do progresso. Quando a forma de territorializado do Estado acontece por essa via, o faz mediante uma imposição de uma conciliação entre o passado e a ideia de futuro, impondo o presente como justificativa dos extermínios realizados e a construção de um futuro de progresso como ideia de justiça a ser alcançada com a superação da condição de atraso.

Se realizam, no cotidiano dos canteiros de obras, enquanto uma destruição ecológica dos mananciais hídricos, mediante a imposição de uma ordem territorial da escassez. O caráter fugitivo e transitório das águas impõem secas aos brejos artificiais e desnuda de poder ciclicamente o dono das águas que articulam o enraizamento do Estado como apaziguador das fraturas ecológicas da inserção da dinâmica de realização das águas do Jaguaribe no circuito da produção de mercadoria.

Percebemos uma atualização do arquivo colonial que instituiu um regime de ser para esse lugar. O sertão no projeto nacional é novamente o lugar de natureza inacabada, desajustada, indomável, bruta, lugar de afastamento das autoridades, como uma condição de ser de sua ecologia causticante. Por conseguinte, uma “válvula de escapamento para todos os elementos

inadaptáveis ou inadaptados que procuram fugir à vida organizada dos grandes centros de povoamento da colônia” (PRADO JR. 2010).

O sertão continua a ser encarado no projeto de territorialização do Estado, como o lugar da desordem, o outro. A antítese entre sedes da colônia e sertão não estava dada da forma como percebemos hoje, como um interior identificado, segmentado e alocado em dominâncias cognitivas de entendimento político e científico bem definidas. Em suma, não estavam suficientemente cartografados nem recenseados. Não refletiam a imagem que o Estado Nacional queria enxergar de si ao observar esse, assim chamado, “Brasil profundo”.

O sertão ainda não era, necessariamente, sinônimo de seca cíclica, lugar-problema-climático que se identifique como local da escassez. Mas o interior profundo da consciência nacional, indomável, distante e difícil de percorrer. Lugar do bizarro, pitoresco, que, não por acaso, foi objeto de investigação e pesquisa de comissões científicas. Era preciso ser tipificado, qualificado, dominado.

As bases de formação do pensamento sobre nacionalidade no Brasil, que caminhavam ao lado da instituição de uma burocracia urbana escolástica oriunda da sociedade senhorial, constituíram parte importante da reconfiguração geohistórica do mundo que não foi superada com o fim formal da colonização ou a derrocada econômica do Antigo Regime.

O entendimento da formação do Brasil como a celebração de raças que se encontravam em diferentes estágios de desenvolvimento social e tecnológico e do feito lusitano como uma obra heroica que manipulou a escravidão e a monocultura nos trópicos como formas possíveis de civilizar a América, fora sistematizado somente no início do século XX, mas já estava dado como projeto de sociedade. Produzir o Estado nacional significava alcançar a montagem de uma História e uma Geografia oficiais que tivesse a competência de apagar os vestígios das outras totalidades e filosofias, por assim dizer, realizadas por sociedades que aqui existiam, para que no fundo restasse a nacionalidade como tautologia ontológica e sentido territorial de realização da ciência moderna.

Tentando entender a mecânica do pensamento de Gilberto Freyre para pensar o lugar do sertão nesse movimento de transição caracterizado pela inserção produtiva da agricultura nos sertões do Jaguaribe como uma dinâmica produtora do Estado nacional, percebemos que o sertão é entendido como o lugar onde o controle social escapa as rédeas.

O autor supracitado constrói um raciocínio que revisa as bases epistemológicas da Antropogeografia Alemã e constitui em seus estudos sínteses ou instruções da territorialização do Estado Nacional. Alude-nos Freyre (2013), que a predominância Moura na península Ibérica teria disseminado uma intoxicação sexual entre os lusitanos e hispânicos, na medida em que a

poligamia, a aptidão jovial ao sexo e a menstruação precoce são características de lugares predominantemente tropicais, sendo esse o conjunto que perfaz uma tipologia humana comum entre os Mouros e os povos nativos do que veio a se constituir como América.

O papel heroico dos portugueses, nesse entendimento, fora disciplinar essa desordem sexual e civilizatória herdada por um fenótipo que não era seu e conduzida com as grandes navegações pelo Atlântico junto com os piores sujeitos punidos por crimes cometidos na Península tendo encontrado nesse novo continente a confluência da entrada de outros africanos e de uma considerável população de nativos. O sertão se insere nessa reconfiguração geohistórica do mundo moderno como produto de uma subalternidade herdada e transplantada de continente. A restauração dessa condição sobrevive ao tempo como narrativa heroica predestinada a construir uma nação voltada para o futuro, na qual tanto a violência da escravidão como a imensidão do latifúndio poderiam ser auxiliares ao soerguimento de um projeto de nação.

As instituições de educação instauradas pelo Jesuítas, muito mais estabelecidas no litoral e uma rede de competências jurídicas disseminados pela sociedade, para o autor, estavam muito mais elaborados nas cidades principais da colônia. Nesse sentido, podemos pensar que o sertão era concebido dentro dessa racionalidade como o fundo territorial a ser vencido, convertido, arrastado para o caminho moral do progresso. A posição política do sertão nessa reconfiguração identitária moderna era o lugar-acúmulo de experiências humanas desajustadas que se reproduziam velozmente dada as agruras propícias do clima. A territorialização desejada das formas de poder do Estado nacional moderno significava a territorialização de formas de autocontrole sexual, não por acaso se sucedem exemplos de padres que constituíram famílias nos sertões como qualificativo dessa realidade social que precisa ser enquadrada, ajustada.

Mesmo no âmbito da produção de ideias há a necessidade de uma guerra pela condução moral a uma salvação pelo caminho do progresso. A forma como o autor analisa os sertões, não nominando nenhum dos povos originários que constituíam essa Geografia anterior às invasões coloniais, reverbera de algum modo a extinção dos povos indígenas por meio de um decreto.

Estavam dadas as bases ideológicas que fizeram do sertão esse lugar que demanda a realização de permanente guerra para superação de sua condição de desajustado, um lugar de exceção. As guerras contra os costumes e contra a forma de realização da natureza constituíam, pois, um conjunto de ações que visava suplantar a realização desse lugar como o outro para que estivesse integrado a partir de uma ideologia higienista rumo aos caminhos do progresso.

Fica patente que a arregimentação de trabalhadores na forma de uma guerra para enfrentar os problemas da seca tem ancoragem nessa ideologia militar a qual se compunha como

fundamento do Estado nação. Exemplo disso é o alistamento militar para disciplinamento dos corpos humanos e hídricos, arredios, volantes, transitórios e indisciplinados. Cabia, desse modo, ao Estado moderno continuar a obra civilizatória do projeto colonial e superar a condição de natureza desajustada.

O sertão, para deixar de sê-lo, precisava ser conhecido, identificado, tipificado; daí o papel fundamental da ciência nacional. Estava posto um argumento ou questão fundamental sobre o qual os intelectuais e burocratas, de modo geral, deveriam se debruçar em busca de uma resolução. A materialização de objetos de comportamento das águas pulula no decorrer do século XX como decorrência dessa ideologia militar nacionalista e da incumbência da ciência como lugar legítimo de ideação de soluções.

Muito embora a produção da Solução Hidráulica como uma ideologia espacial formadora do Estado territorial ter sua sistematização nas primeiras décadas do século XX, a partir, sobretudo da presidência de Epitácio Pessoa, estão dadas as bases ideológicas da produção do sertão como algo a ser ajustado.

A retórica do antagonismo territorial, inimigo a ser vencido, para fundação da nação vai se configurando como uma ideologia de caráter militar que visa superar sua condição endógena de realização, lida como arcaica, para alcançar uma etapa de desenvolvimento superior. Fortuitamente as principais guerras que produziram a ufanía enfurecida da ideologia de vencer pela Pátria foram enfrentadas dentro do território que se constituía como unitário, configurando a nacionalidade como forma-política autodestrutiva de realização de si mesma.

A ideia de que existe um tipo humano sertanejo como antítese embrutecida do ser cordial do litoral, caracterizado em minúcias na obra de Euclides da Cunha (2016) é talvez uma elaboração síntese desse projeto progressivo de fazer adentrar a sociedade senhorial para os sertões.

O humano que resiste ao “martírio da terra”, nessa “ossatura partida das montanhas desse” (...) sertão adusto”, onde, em “regime brutal”, “anormalíssimo”, de “quase deserto” as “águas selvagens (...) na planície rugada, mal lobrigavam os pequenos cursos d’água, divagando serpente” era a síntese Antropogeográfica da imagem de sertão que precisava ser superada. Euclides fala desse “ignoto sertão” em seu livro, considerando-o como um conhecimento sem afluentes, pelo fato de nenhum pioneiro da ciência ter “suportado ainda em prazo suficiente para o definir”, restando, por isso, “até hoje desconhecido”.

O tom classificatório, descritivo e narrativo com que Euclides trata a paisagem entrega para o Estado em formação o estatuto de nascimento científico do sertão enquanto uma realidade a ser restaurada, salva de sua condição de desgraça. Esse indivíduo que, em sua

trajetória arranhou um conjunto de papéis políticos bastante significativo – de jornalista a engenheiro e militar, que transitou entre o Centro-Sul, Amazônia e Sertão – sintetiza um receituário epistêmico que justifica do ponto de vista científico as ações de comportamento das águas como estratégia salvacionista.

É muito significativo o pensamento de Euclides ao dizer que o conhecimento escrito em suas páginas eram sobre uma terra ignota, sobre a qual não existia um regime de cognição capaz de entender sua dinâmica. Ele está entendendo que as práticas sociais aí desempenhadas não logram a realização de saberes sobre o mundo, e que é preciso, a partir de princípios universais de uma ciência positivista, desencadear um estatuto de saber legítimo sobre esse lugar.

Com isso vamos entendendo que as categorias analíticas da ciência não são construídas em um lugar onde as relações desiguais de poder estão suspensas. Vamos vendo formas de identificação e complementaridade entre a consolidação de um corpus doutrinário do conhecimento científico que congrega a territorialização do Estado e a solução hidráulica (ou a construção de obras hídricas integradas) como um produto ideológico das relações imbricadas entre essas duas instâncias de poder.

Até interpretações críticas como a de Prado Jr. (2010), eivadas de um tempo e uma episteme produtora da racialidade como lugar político para a leitura da realidade, entenderam as, “adversas condições naturais”, como uma das circunstâncias de um meio que impõe cruzamentos em larga escala que dão origem a um tipo social de fácil identificação psicológica e étnica. A conformação de um tipo social oriundo de uma região no país caracterizada pela pouca presença de brancos, que, por conseguinte, instaura uma condição de lugar de refúgio para os negos fugidos do litoral que se instauram nas localidades e logo se passam por pessoas desse meio social pelo seu tom de pele.

É o que percebemos a partir das pesquisas sobre a historiografia do conhecimento geográfico realizadas por Sousa Neto. Para esse autor, fazer uma análise do pensamento geográfico com o fim de discutir a história de uma ciência sem existência antes de 1930 implica o mesmo que negar a existência de uma história da ciência nessa área (*op. cit.* 2001). A Geografia, por constituir sua narrativa como parte inextricável da constituição do mundo sob a sociabilidade do capital não pode ser compreendida fora do contexto de territorialização dessas relações sociais (*op. cit.* 2020). É nesse sentido que o autor sugere que as bases do pensamento da ciência geográfica se constituíram no Brasil a partir de uma cultura política escolástica e burocrata senhorial, não necessariamente atrelada à instituição da universidade como centro de poder epistêmico. (*op. cit.* 2018)

Para Sousa Neto, a fundamentação teórica elaborada pela Geografia para a formulação de uma unidade territorial nacional, faz do território enquanto conceito fundante desse pensamento o seu primeiro documento de barbárie.

A palavra território associada desde o início a noção de domínio, quiçá ausente da linguagem de muitas comunidades humanas originárias, passa a ter na Geografia uma existência categorial que, (...) não pode ser compreendido fora da própria sociabilidade do capital. A final de contas, as palavras não surgem do nada. (...) O território é a base de uma lógica que pressupõe atos de dominação e processos de apropriação que explicam como formações sociais singulares em meio à lógica de universalização, como aquela fundada na forma mercadoria, a própria constituição das sociedades que territorializam o valor. (SOUSA NETO, 2020 p. 131-133).

Percebemos que a interpretação do autor transita entre uma busca de entender a condição de negação da historiografia da Geografia, que tem na década de 1930 seu marco discursivo de fundação, para uma historiografia negativa como forma de encarar o método em seu viés político e participante da dinâmica social do exercício de poder. Ao encontrar o lugar do pensamento geográfico na formulação de saberes legítimos que fortaleceram a centralização territorial do Estado, nos sugere refletir a sobre utilidade da Geografia na constituição da barbárie em seus aspetos epistêmicos e cognitivos. Superar a condição de denúncia como forma de desnudar o encadeamento de fatos expostos, seria alcançado, para Sousa Neto (2020), com uma análise historiográfica concomitante da autonomização do capitalismo e da Geografia como ciência no Brasil.

O conhecimento geográfico exerceu papel decisivo no conjunto de transformações territoriais ensejado no processo de territorialização do Estado e da propriedade privada nas dominâncias do Jaguaribe em meados do século XIX. Isso fica expresso na atuação política e profissional de Thomaz Pompeu de Souza Brasil, um sujeito político que, como nos alude Souza Neto (1999), carregou em sua atuação várias características históricas de seu tempo. Pompeu acumulou funções significativas dentro dessa dinâmica territorial de poder. Foi padre, jornalista, professor, Senador do Império, proprietário de terras e advogado.

Advindo de uma família de Santa Quitéria com extensas propriedades de terras, mas empobrecida, por ter sido punida em decorrência de sua participação nos levantes republicanos nas primeiras décadas do século XIX, fez os primeiros estudos em Sobral e morou por mais de uma década em Recife, onde estudou para jurista e padre.

Parte considerável dos livros publicados por Pompeu Brasil estão inscritos em análises geográficas, em treze de seus dezenove livros, o autor utilizou referências e conceitos de pensadores como Humboldt, tais como o conceito de dissecação, fato que fez com que Nogueira

(2018) identificasse a Geografia como uma opção realizada pelo intelectual. Em suas análises, o autor participa dos debates sobre a dinâmica climática do mundo e afirma que o estágio de desenvolvimento em que se encontra o Ceará advinha da conjunção dos fatores ligados a defeitos da natureza e do estágio deteriorado dos humanos com pouca capacidade de intervirem nessa condição natural, com vistas a evitar que a produção econômica fique à mercê das oscilações pluviométricas, como nos alude Oliveira (2018).

Como vimos, o autor construiu um Ensaio Estatístico da Província do Ceará que reuniu em dois volumes dados gerais sobre todas as comarcas relacionando informações populacionais e econômicas com os domínios de natureza. A análise dos dados contidos no estudo de natureza descritiva oferece informações importantes e organizadas em uma escala ampla sobre a dinâmica territorial das atividades econômicas no momento de transição entre a diversificação produtiva alcançada a partir dos saldos gerados pela pecuária e a expansão do cultivo de algodão como principal produto comercial agrícola.

Com uma crítica ao crescimento desordenado dos cultivos nos vales úmidos, Pompeu (1864, 1997) afirmava que a derrubada da mata estaria agravando a seca e tornando o estágio defeituoso da natureza uma condição geral para a Província, na medida em que corroía a distinção de temperatura e umidade presentes nos vales úmidos, nas serras e chapadas. Ao invés de preservar essas condições e com elas participar da solução encontrada pelo Estado Colonial de agregar imigrantes advindos de uma “raça superior” ao Ceará, a Província estria, para Pompeu, perdendo as poucas porções de clima “ameno”.

Esse argumento do autor nos coloca defronte da afirmação que fizemos anteriormente de que a manipulação de categorias raciais para projetar planos territoriais para a gestão da natureza e para a formação da nação, que foram densamente sistematizados por Gilberto Freyre (2006) no século XX, estavam postos, mesmo que manifestos em estudos de caso na produção intelectual geográfica em meados do século XIX. Imaginando a lógica social do pensamento de Souza Brasil, atrair pessoas de raças civilizadas e alocar em pontos de exceção onde a natureza se caracteriza por condições de umidade e pluviometria superiores, poderia potencializar um processo de civilização desse sertão desajustado habitado por humanos incapazes de converter essas paisagens na mecânica de extração da sociedade industrial.

Estão dadas no pensamento de Brasil (1864; 1997), as bases ideológicas para a produção da fronteira pelo viés do domínio epistemológico do pioneiro. Expandir a fronteira, significa nesse contexto a supressão do domínio racial estabelecido, lido como inapto a promover as transformações necessárias para superação da condição de atraso. Elementos eugenistas que produzem uma conciliação justificadora para as imagens do horror reproduzidas no contexto da

instalação de campos de concentração. Pensando que a produção teórica de Pompeu de Souza Brasil foi feita antes da produção desse instrumento efetivo de confinamento e extermínio a partir da realização do trabalho, já estavam postas as justificativas para tamanha desumanidades, calcadas na fragilidade das pessoas exterminadas.

O sertão vai perdendo a sua condição difusa de local distante do disciplinamento das instâncias centrais e vai ganhando uma narrativa geográfica densa na qual a natureza vai sendo entendida como um atributo por excelência do Estado, e a variação dos ciclos hidrossociais como um fenômeno climático passível de solução técnica.

A solução para superação dessas práticas arcaicas de cultivo, para Pompeu, seria provocar uma transição de uma agricultura “imprevidente” para uma agricultura “científica”. Estimular a incorporação de arado, máquinas de despolpar, ventiladores e a concessão de créditos especiais para a agricultura, bem como a construção de escolas agrícolas (BASTOS, 2018). Ademais, a construção de açudes para concentração de água e integração via canais entre bacias hidrográficas, seria fundamental para reduzir esse anacronismo hídrico. Ações que, para Pompeu, estimulariam o reflorestamento promovendo mudança de clima e de práticas agrícolas.

A dinâmica de realização das ações do Estado nesse momento era fortemente influenciada pelos sentidos territoriais das ações econômicas dos grandes proprietários, como vimos anteriormente. Nesse sentido, esses intelectuais eram um interposto, uma voz com dupla legitimação. Da ciência, por alcançar uma posição social e política que lhes asseguravam a possibilidade de utilizar o método moderno e universal e em decorrência de sua origem social.

Os intelectuais das elites formulavam suas ideias a partir das reivindicações de suas províncias e de seus pares políticos – fossem estes interesses regionais, familiares ou de amizade – voltados, então a pensar o nacional a partir do local e, só depois, como a política nacional podia beneficiar as oligarquias que representavam localmente. (SOUSA NETO, 1999 p.38)

Pensando sobre a formação intelectual nesse momento histórico em que Pompeu Brasil realizava suas pesquisas, Araújo (2001) nos alude que tal período fora predominantemente marcado pela imaginação da máquina como equipamento social de ponta do desenvolvimento tecnológico da sociedade, fato que muito influenciou na reprodução dos princípios filosóficos da termodinâmica na construção de um pensamento social e político sobre o mundo.

A ideiação da imposição de uma nova ordem cronológica a partir da possibilidade de, não somente armazenar energia, mas produzi-la em grande aporte, aloca a noção de potência de criação na esfera de ação humana. A revolução tecnológica ensejada nesse contexto de

transformações na produção de mercadorias, realizada agora em grande quantidade, desloca a imagem da história social da humanidade e da geografia natural do planeta como estruturas imutáveis para uma temporalidade evolutiva, nas quais o poder ampliado de intervenção da ciência poderia lograr transformações profundas na gestão das relações sociais e na dinâmica da natureza.

Essa transição epistêmica entre a mecânica natural e o motor industrial, concomitante a uma renovação do racionalismo moderno como horizonte de expectativa para a produção do progresso, analisado por Araújo (2001), exerce uma considerável influência na formação política e científica da geração de burocratas brasileiros a partir de meados do século XIX, momento em que Pompeu Sobrinho dedicou mais tempo para produção de seus livros, tendo escrito onze de seus 19 estudos na década de 1850, como nos alude Nogueira (2018).

Muito embora esse processo de renovação do pensamento cultural tenha vindo acompanhado da ampliação de uma ideologia reformista, de uma contestação à Monarquia e da centralidade da indústria como locus privilegiado da produção de riqueza, no Brasil, como nos alude Araújo (2001), reforçou uma transição conciliatória com a Monarquia, o recrudescimento das relações entre raça e natureza como metodologia de análise científica<sup>75</sup>, bem como, o entendimento da natureza como lugar social de produção do progresso para a nação.

Não por acaso percebemos essa recorrente questão no pensamento de Pompeu. Ao acreditar que a ação humana, conduzida pelo pensamento científico, pode provocar mudanças no conteúdo da realização da natureza mediante a introdução de uma gestão industrial da circulação das águas, está esse autor a nos falar sobre esse lugar de potência da humanidade diante da natureza. A concentração das águas em açudes foi uma das principais premissas ou soluções para o desenvolvimento apontadas por Pompeu para que a província acompanhasse o caminho do progresso, juntamente com a realização de uma agricultura científica.

Uma tradução (ou reprodução) possível da mecânica produtora de energia que erguia parques industriais na Europa seria um controle social generalizado sobre a realização dos rios que formam o Jaguaribe. Tal planejamento territorial da natureza entrega para as gerações vindouras bases filosóficas e políticas para a construção de dois pensamentos enraizados na formação territorial do Estado brasileiro que se imbricam até hoje na formulação de projetos de desenvolvimento, a saber: a solução hidráulica para os problemas do Nordeste e a vocação agrícola ou agricultura científica como indústria produtora do Brasil.

---

<sup>75</sup> Não que na Europa esse princípio filosófico tenha desaparecido das paragens científicas e políticas, vide a tragédia generalizada que fez da segunda Guerra Mundial um momento político conduzido por essa ideologia territorialista.

Estão postos os ensaios ou rascunhos arquitetônicos de uma outra geografia das águas que se constituiu ao longo do século XX e suplantou a realização da ecologia política originária do Jaguaribe. A ciência por ser esse anteposto entre os palácios e os costumes do cotidiano consegue sintetizar o sentimento de uma época sobre o sertão e também antever, sugerir e adiantar um prognóstico de progresso a ser desenhado e erguido nas gerações seguintes.

A paisagem renovada e restaurada dos sertões do Jaguaribe, com o rio entrecortado por enormes círculos concentradores de água acumulada, erguidos ao longo dos últimos cem anos, e a agricultura científica de ampla produção de frutas tropicais no semiárido podem ser percebidas como uma institucionalização dessas ideias. A territorialização do Estado Nacional no Jaguaribe se constituiu de um processo em que a defesa do legado da colonialidade e a tradução dos arquétipos de controle populacional foram levados às últimas consequências ao ponto de o Rio hoje ter sua cadência controlada por uma rede integrada de próteses de concreto que ditam o seu tempo e percurso de realização.

## 6 CONCLUSÕES

“Viagem boa, Riobaldo, e boa sorte (...) Despedir dá febre. (...) Mas os caminhos não se acabam. (...) O sertão é do tamanho do mundo”.  
(ROSA, Guimarães, 2015 págs. 64, 70, 71).

Iniciamos as pesquisas para a construção da tese de doutoramento buscando entender a formação territorial do capitalismo, sua Geografia Histórica, a partir do controle do Rio Jaguaribe. Em pesquisas construídas anteriormente verificamos que o referido rio exerce centralidade política e territorial no conjunto de transformações que ocorreram no Ceará nas últimas quatro décadas (1980 – 2020). A modificação do perfil produtivo, a metropolização, a consolidação de uma economia agrário-minero exportadora e a definitiva integração viária, financeira, política e territorial, aconteceram produzindo um amplo conjunto de transformações no curso do rio.

Todos os grandes projetos que modificaram radicalmente a paisagem foram realizados reconfigurando os cursos e impondo um regime de comportamentos ao rio Jaguaribe. Transformações essas que conferiram outra dinâmica de regionalização das atividades produtivas e reorganizaram as centralidades econômicas e financeiras, dando condições para outro impulso de expansão e produção de fronteira do capitalismo no tempo presente. O fluxo do rio, o regime de gestão imposto cada vez mais eficiente e remotamente controlada tem sido permanentemente oferecida como ativo e contrapartida para consolidação de atividades extrativas. A vazão, o aporte hídrico nos açudes e a eficiência desse sistema lacustre artificial montado nas últimas quatro décadas estampam recorrentemente as primeiras páginas dos principais jornais do Estado. Em suma, verificamos em pesquisas realizadas anteriormente que o controle territorial do rio Jaguaribe exerce uma centralidade no projeto de poder de formação do Estado territorial e da montagem de uma Geografia do capitalismo.

O que verificamos com esse estudo de doutoramento é que essa Geografia de controle territorial do Jaguaribe e sua reelaboração como um motor simbólico e material de reprodução do capitalismo tem uma realização muito longa. Ao analisarmos a dinâmica de realização dos

rios na constituição de Geografias originárias, percebemos que a montagem de uma guerra contínua foi mobilizada como um imperativo espacial para a produção e expansão territorial da sociedade colonial.

Verificamos que entre os rios que foram convertidos em mecânica das entradas existiu um sistema territorial originário que envolvia existências pactuadas e conflitivas de distintas etnias, uma geopolítica originária que realizava uma cognição da natureza. Essas sociabilidades eram produtoras de éticas e artes da guerra, em suma, uma economia desenhada em intercâmbios, uma produção espacial.

Essa constatação se tornou possível quando colocamos em diálogo estudos antropológicos que têm defendido a ideia que os povos originários produziam uma metafísica de entendimento da realidade – conformando as bases do perspectivismo como um pensamento e uma ideia sobre o mundo – com estudos e relatos das dinâmicas de circulação e mobilização dos povos originários no contexto das entradas realizadas pelos portugueses e holandeses.

Verificamos que a dinâmica de cheias e secas dos rios que transitam entre os platôs e o litoral nas fronteiras hoje constituídas entre os Estados do Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba influenciava decisivamente na circulação e permanência dos tarairiús, povos originários que de distintas maneiras mobilizaram ações decisivas no processo de formação territorial da economia colonial. Seus rituais fúnebres, sua arte da guerra e sua ampla dominância constituída de várias nações do interior ao litoral do continente, são mobilizados como argumentos que nos fazem entender que os rios exerciam centralidade nos seus cotidianos produtivos e nas suas dinâmicas de produção espacial.

O fato de os rios serem nominados de distintas maneiras por etnias que viviam no litoral e circulavam pela faixa litorânea dessa dominância, que foi produzida como tríplice fronteira, denota para o nosso estudo três conclusões que são centrais na pesquisa. Uma primeira é que os regimes de produção, apropriação e usos dos rios estavam em permanentes disputas e perfaziam uma centralidade na produção de geografias originárias. Acordos diplomáticos, ações de tradução, pactos de usos e a produção de um regime de nomeação foram manipulados no processo de permanente reconfiguração territorial em uma dinâmica de produção do espaço que não produzia marcações e uma simbologia a partir da noção de um contínuo territorial, dado trânsito e circulação serem características fundamentais da formação dessas etnias.

Uma segunda constatação é que os rios no processo de expansão territorial da colonização não foram mobilizados apenas como caminhos de entradas, aberturas secas ou encharcadas que indicavam os veios de ligação aos platôs centrais da abrangência que vinha sendo produzida como sertão. A imposição de uma cognição da dinâmica dos rios pela Coroa

foi fundamental para produzir uma sociedade colonial nos sertões. Para ocupar, sinalizar e ordenar o território, fundar na sequência vilas de índios, as primeiras vilas coloniais e consolidar extrações econômicas utilizando a força dos rios dominados, foi necessário instituir um novo regime de origem e criação desses rios fazendo com que suas águas movessem a expansão de uma outra razão de entendimento da natureza.

Tomar o acesso ao rio e suplantando a ordem de relações originárias por outra razão de (re)produção social da natureza é um processo de conversão desses povos em outros, a partir do confinamento dos corpos e da criação, registro e batismo de suas almas. Todos os mundos que existiam foram subjugados à essa nova razão civilizatória e à produção totalitária de uma hierarquia colonial. Se todos esses seres se auto implicavam em cosmovisões em que todas as agências eram tidas como portadoras de consciência e produtoras de relações sociais, a produção de um regime de usos econômicos da natureza impõe outra ordem societária à dinâmica de realização do rio.

A colonialidade, nesse sentido, tem dimensões ecológicas, econômicas e territoriais muito marcantes, na medida em que mobilizou a pecuária como atividade econômica de transição, a escravidão como forma de organização social do trabalho e a guerra permanente como instrumento de construção de uma nova ordem a partir de imposição de um regime social de uso e exploração da natureza.

Desse modo, o comportamento dos corpos de língua travada, os tapuias, tendo como fim a regulação de seus cotidianos, foi concomitante ao regramento e à disciplina impostos ao comportamento dos corpos hídricos. Primeiro em um regime de imposição de formas de acesso e uso, e, concomitantemente e após, a partir da produção do sertão como um local a ser vencido para se fazer contínua a sociedade estabelecida no litoral. O rio é narrado e imaginado como um corpo a ser controlado, dosando-se o seu fluxo de modo a facilitar as instalações coloniais. O rio também é tomado como um corpo insubordinado, arredio em suas cheias e cruel em suas secas; um instrumento de reprodução a ser domado, comportado e controlado.

Não por acaso os aldeamentos são instalados às margens dos cursos principais dos rios. As ações de captura e transporte dos indígenas para os aldeamentos receberam o epíteto de descimento (seguindo o curso das águas dos rios formadores) e a catequese e imposição da língua portuguesa, a partir de uma língua geral, é definida pela palavra redução. Nessa marcha totalitária de imposição de uma razão colonial dos maiores até os menores cursos, o rio principal é convertido em um panóptico por rebaixamento e a bacia hidrográfica é mobilizada como um campo de extermínio e redução, para em seguida servir de marcação da extensão das sesmarias, vilas e comarcas.

De maneira primaz e originária na produção da sociedade capitalista, a partir da acumulação primitiva que se realiza no âmbito do Jaguaribe como uma guerra permanente, o regime de circulação das águas é manipulado como um instrumento de gestão, controle, extermínio e redução da condição de ser.

Nos aproximamos com esse entendimento de uma conclusão fundamental dessa tese, qual seja: a solução hidráulica, historicamente reproduzida como uma estratégia territorial de controle do trabalho e da produção de uma drenagem fiscal para formação do Estado territorial a partir do e comportamento dos rios e da força de trabalho, tem também uma Geografia e História longas.

A solução hidráulica é uma formulação teórica, política e prática que ascende como um argumento fundamental da formação territorial do Estado nos sertões. É reproduzida enquanto uma ideologia espacial amplamente analisada como tendo sido uma produção da Primeira República, fruto de um momento em que as secas nos sertões ascenderam à condição de um problema nacional. Percebemos, no entanto, que a produção de normativas de gestão e controle territorial da reprodução social da força de trabalho são produzidas concomitantemente às ações de controle e comportamento dos corpos hídricos, em um estágio de idealização, inicialmente, e em seguida na produção de obras hídricas que imbricam as duas formas sociais de produção do latifúndio nos sertões, a moradia de condição e a construção de açudes em frentes de trabalho.

O controle territorial dos corpos hídricos e a reprodução da bacia hidrográfica como um instrumento de gestão, controle, redução e extermínio da força de trabalho são utilizados de maneira primaz e originariamente no processo de formação territorial da sociedade colonial que produz os sertões como uma fronteira, lugar do sacrifício e da permanente demanda de modificação e ajustamento.

Desse modo, a centralidade do rio Jaguaribe, que percebemos logo no começo das nossas pesquisas ao analisar a dinâmica de reprodução do capitalismo contemporâneo e o conjunto de transformações impostas ao curso do rio, é uma condição originária e primaz da produção colonial como um instrumento de acumulação primitiva. Por conseguinte, os rios não podem ser tomados somente como um caminho de entrada, pois a despeito de seus cursos não terem possibilitado grandes navegações para o interior e suntuosas transferências financeiras entre o interior e o litoral, a imposição totalitária de um regime de cognição e formas extrativas de uso e apropriação cumprem centralidade na empresa colonial.

Uma terceira conclusão à qual chegamos a partir da análise do regime de distintas nomeações dos rios pelos povos originários e da centralidade daqueles, tanto na produção das

geografias originárias como das ações de expansão da colonização, é que a dinâmica de resistências e acordos que conformaram a Guerra dos Bárbaros como ação econômica de expansão agiu como definidora da formação territorial da colonialidade nos sertões.

Chegamos a essa conclusão primeiro entendendo que a guerra não é algo que está fora ou anterior à dinâmica de formação do Estado territorial. A lógica competitiva da produção capitalista faz com que a apropriação da máquina de guerra volante e transitória se torne a forma de ser da sociedade produtora de valor. Isso é feito, evidentemente, tornando mais requintadas as táticas produzidas no âmbito das guerras coloniais, tendo em vista que as ações de expansão, o extermínio e a redução são permanentemente reproduzidas e agudizadas em momentos de crise. A militarização das ações políticas, a profissionalização do exército e a eleição do elemento interno como o outro a ser combatido impuseram uma dinâmica de guerra permanente à formação territorial do Estado no contexto da acumulação primitiva no âmbito do rio Jaguaribe.

Outro aspecto que nos fez chegar a essa conclusão é o fato de a consolidação de um circuito econômico da produção escravagista e açucareira no litoral só ter sido possível a partir da produção de um estado de guerra permanente. A produção de uma cultura política da guerra não foi mobilizada somente a partir da montagem de uma estrutura de defesa e reprodução do sistema escravagista, mas como um produtor prioritário de riquezas no novo mundo, como aporte de reinvestimento de circuitos produtivos que realizam a valorização da mercadoria no estágio da circulação. A expansão da colonização pelo interior do continente coloca a guerra em um lugar de uma potente catalisadora de investimentos financeiros com vistas a lograr recompensas que respondam aos níveis de envolvimento financeiros ou militares nas batalhas.

Entendemos a guerra como central nesse processo porque o deslocamento dessa como um agente primaz da produção espacial da colonização produziu elites para governar a paz e distribuir cargos da monarquia. Tais cargos foram de grande valia para o controle dos povos originários, redefinindo a escala local de poder com a instituição de funções administrativas e militares. Percebemos desse modo uma reconfiguração do poder, na qual aos povos aliados era oferecido além da catequese compulsória a condição de representantes ou vassalos do rei.

A natureza passava a ser (re)produzida mediante a consecução de uma ecologia política onde a guerra pelo controle da sua realização assegurava a produção primária de lucros para o reinvestimento em circuitos de extração e valorização de mercadorias. A exploração do trabalho compulsório, o elo econômico vigoroso da circulação de renda capitalizada, fazia erigir um espaço cuja razão de ser era a extração epistêmica, econômica e simbólica desse continente.

É por essa razão que não concordamos com a máxima amplamente reiterada pela produção intelectual sobre a formação territorial do Ceará que atribui à atividade pecuária a ação formadora primaz da sociedade colonial nas dominâncias do Jaguaribe. Como pudemos verificar nas análises que realizamos, a pecuária foi sim uma ação territorial fundamental para a produção de uma rede urbana, para a produção de caminhos e o estímulo à circulação de bens, mercadorias, crédito e drenagem fiscal para o fortalecimento da sociedade colonial, mas somente em um caráter transitório.

A pecuária foi subsidiária e um produto social da guerra. Podemos verificar esse fato na medida em que essa se constituiu como uma atividade econômica extrativa de imediata valorização, dado o seu caráter extensivo e pelo fato de ter alimentado a guerra, tanto em seus aspectos financeiros, por meio do dinheiro do incêndio, como no aspecto material de servir de alimento para as tropas. Tão logo superada a condição de realização da valorização apenas em um caráter imediato e extensivo, com a produção de uma paz colonial (contínua e totalitária), a agricultura de extração foi mobilizada como produtora de riqueza, sobretudo nos vales úmidos, os latifúndios irrigados, sendo a construção de açudes manipulada como produtora de uma transição de regime de controle territorial do trabalho em função da diversificação produtiva.

Desse modo, a guerra e a escravidão são aspectos formadores centrais da formação territorial nas dominâncias do Jaguaribe, evidentemente em proporções muito distintas das cifras financeiras produzidas e acumuladas no litoral com esses circuitos. Não teria sido possível mover a monumental produção colonial para os sertões sem reproduzir essas atividades como catalizadoras de investimentos, por um lado, e produtoras de reserva e especulação financeira, por outro.

A montagem de uma sociedade senhorial nos sertões do Jaguaribe, desde a abrangência da Chapada do Araripe até seu baixo curso, logrou na produção de um vasto patrimônio amplamente constituído por pessoas escravizadas na primeira metade do século XIX. A consolidação dessa rede de poder entre os rios Jaguaribe, Piancó-Piranhas-Açu, Apodi, Parnaíba e São Francisco foi assegurada com novas expansões produtoras de fronteiras que mobilizaram a pecuária como atividade imediata de valorização, e a guerra, extermínio e redução como formas de investimentos da expansão territorial para além da Chapada do Araripe.

A guerra foi a produtora primordial de um circuito de valorização, produção e circulação de crédito nos sertões do Jaguaribe, na medida em que funcionou como um bolsa de investimentos futuros; como um elemento de convergência entre as ações religiosas e da Coroa que se faziam indissociáveis nas entradas. A expansão territorial, para tanto, mobilizou os

bandeirantes como refúgio de todos os significados das missões, homens-fronteiras, mas também homens-sínteses da formação de uma sociedade moderna, fundamentais para produzir o sertão como um lugar da guerra no sistema-mundo

Chegamos ao entendimento que a pecuária é subsídio e produto social da guerra concebendo o conflito como referência científica da nossa análise, como alude Martins (2021). Para isso analisamos a fronteira como uma situação territorial onde o conflito sai de seus ocultamentos e se realiza em uma dinâmica de sacrifícios. O entendimento da expansão da pecuária como ação primaz da formação territorial nas dominâncias do Jaguaribe produz uma leitura conciliatória que não inclui as ações originárias como produtoras de uma dinâmica territorial.

Ao mesmo tempo em que a Guerra do Bárbaros erige-se na análise como fundamento da produção da expansão e consolidação de uma sociedade que produz os sertões como um lugar da guerra no sistema-mundo, é mobilizada como uma atitude epistemológica que visa aceitar a radicalidade do confronto com vistas a problematizar a visão do pioneiro. Desconsiderar a ação originária como produtora de uma instabilidade e irregularidade da expansão colonial para os sertões fez a produção intelectual entender essas dominâncias como fundos territoriais de reserva mobilizados pela valorização tão logo houvesse interesses econômicos viáveis.

A visão do pioneiro não consegue nos oferecer um entendimento de fim de era como o que de fato ocorria com a produção das guerras coloniais como um agente catalizador de crédito e investimentos futuros. Esse entendimento vai compondo o sertão como uma paisagem arredia, de “língua travada”, que teve a terra amansada pela consolidação da atividade pecuária. A guerra foi produtora das grandes marcações territoriais nos espaços que estavam sendo construídos como sertões, e a dificuldade de reconhecer esses enfrentamentos como guerras passa pela dificuldade de reconhecer as pessoas vencidas como possuidoras e produtoras de Histórias e Geografias.

Desse modo a formação territorial tem um aspecto negativo intrínseco, na medida em que se reproduz como uma máquina de guerra. O trabalho é mobilizado como forma de extermínio em todas as suas dimensões e esse princípio formador negativo sobrevive às revoluções do pensamento e desemboca na elaboração dos campos de concentração como um legado da acumulação primitiva, entregando para o capitalismo uma forma de gestão de multidões através do extermínio amplamente utilizado nas guerras totais no século XX.

À medida em que as guerras coloniais vão estabelecendo os aldeamentos indígenas como lugares onde as entradas são estacionadas, a formação de uma rede de ações religiosas

nos cursos principais dos rios vai configurando o rio como lugar de subjugação da existência originária e proteção da empresa colonial. Constatamos, desse modo, que os aldeamentos de catequese integram a guerra dos bárbaros em sua dimensão subjetiva.

A destituição da dimensão subjetiva da metafísica originária faz-se impondo a individualidade da propriedade privada e a circulação de mercadorias como elos totalizantes das relações sociais. A reclassificação da paisagem e a imposição de um tratado de origem do universo impõem uma visão da natureza como uma plataforma externa apropriável de uso e extração. À medida que se imbricam as noções de valor e propriedade, a força de trabalho vai se configurando como uma mercadoria, por vezes, descartável.

A produção de um novo sujeito em um contexto de guerra lançou mão da linguagem como um elemento de mediação religiosa. A utilização de um idioma geral como plataforma de catequização e letramento, na medida em que conservou a racionalidade católica como matriz motivacional das ações educativas, provocou um esvaziamento dos significados das palavras originárias, fazendo restar um par de palavras ocas, herdadas das línguas travadas, mas que definem os atributos da sociedade da mercadoria.

Constatamos em nossa análise que a catequização funcionou como a base social para a produção de uma Geografia do trabalho que ofereceu para os latifúndios em formação condições objetivas para realizar a transição do regime de controle compulsório da força de trabalho. À medida que o mercado escravagista foi paulatinamente desmontado, o confinamento, a redução e a reconfiguração cognitiva contribuíram para forjar a família nuclear e individualizada, organizada em comunidades e reprodutora do regime de exploração da moradia de condição.

Desse modo, podemos perceber nas nossas pesquisas que esse conjunto de transformações territoriais teve no aldeamento uma unidade de confinamento para a conversão das pessoas, e nas sesmarias uma unidade individualizada de confinamento e conversão dos rios em reprodutores da colonialidade. O trabalho compulsório é o elemento articulador da montagem dessa nova sociedade; a propriedade privada da terra e a produção de mercadoria, ensejada no contexto da diversificação produtiva, são os produtos mais elaborados dessa dinâmica de acumulação primitiva.

A distribuição de sesmarias nos fez entender que a dinâmica de realização dos rios formadores do Jaguaribe cumpriram centralidade nesse regime desigual de instituição de posse, bem como a guerra foi o elemento fundamental de distinção social. Em um primeiro momento às margens do curso principal do Jaguaribe foram concedidos usos de vastas dimensões de

terras, para ordens religiosas, famílias ou sertanistas que se imiscuíram financeiramente ou militarmente nos conflitos coloniais.

No alto curso essa distinção social foi mais detalhadamente analisada na tese. Pudemos perceber que as terras concedidas eram distinguidas de acordo com as descrições dos regimes de circulação e acúmulo de águas em suas abrangências, se possuíam lagoas, rios formadores ou nascentes e assim entregues para usos de pessoas com patentes militares com distinção das suas formas de envolvimento nos conflitos.

À medida que a Chapada do Araripe foi reproduzida como uma centralidade da expansão colonial nos sertões, reconfigurando a dinâmica territorial originária, percebemos um fatiamento das terras de maneira mais minuciosos, destacando-se com mais ênfase os mananciais hídricos, conformando as, assim chamadas, terras irrigadas como lugares de distinção e privilégio.

Pudemos verificar com essa interpretação que esse momento foi fundamental na expansão colonial nos sertões por que consolidou a Chapada do Araripe como a nova fronteira de encontro das entradas advindas da Bahia e de Pernambuco. O fim da Guerra do Bárbaros, ou a incapacidade de os povos originários de impor irregularidade às entradas, promoveu um trânsito livre entre o São Francisco, o Jaguaribe, o Piacó-Piranhas-Açu, o Apodi e o Parnaíba. A instituição de sesmarias no norte da Chapada do Araripe, onde hoje é o município de Exu (para a família Alencar, por exemplo) e as cavalarias de expulsão no sentido oeste, liberando passagem da guerra e do gado para o Parnaíba e no sentido leste para a Paraíba são ações bélicas que simbolizam o completo domínio da Chapada do Araripe.

Para mensurarmos a centralidade da Guerra dos Bárbaros como limite ou imposição de uma irregularidade à expansão colonial, o seu fim a um só momento consolidou três veios de integração entre o litoral, os sertões, o Cerrado e a Amazônia<sup>76</sup>: o além São Francisco e a capacidade de integração dos caminhos das boiadas para o Piauí e Maranhão; a Chapada do Araripe e a possibilidade de uma conexão direta e segura com o São Francisco; e a Chapada da Ibiapaba, abrindo caminhos pelo oeste para as abrangências do que hoje estão reconhecidos como Piauí e Maranhão.

A instituição das posses aconteceu com a utilização da pecuária como argumento justificador. Como pudemos verificar, nas proximidades com as nascentes, os latifúndios irrigados, a transição para agricultura de exploração foi mais rápida, sobretudo no alto curso do

---

<sup>76</sup> Em uma linguagem e entendimento coetâneo a essa expansão poderíamos dizer entre o litoral e os sertões, uma vez que o sertão era visto como o lugar da guerra irregular, distante do litoral. Essas nomenclaturas utilizadas fazem muito mais sentido hoje.

Jaguaribe. Os médio e baixo cursos foram reproduzindo a diversificação produtiva mediante a construção de açudes que foram produzidos como pontos centrais das propriedades.

À despeito de as trocas e o mercado incipiente de terras se realizarem muito em função de relações não monetárias, a circulação do produto final desse conjunto de constrangimentos, confinamentos e exploração compulsória do trabalho vai ao encontro da ordem social produtiva do sistema-mundo que impõe uma estrutura de classes sociais. A posse da terra é o elemento definidor dessa distinção estamental e as diferenças de raças são aprofundadas com a instituição da propriedade privada da terra à medida que se faz tendo como marcos que antecedem e sucedem essa institucionalidade a extinção dos indígenas no Ceará por decreto e a abolição do comércio escravagista, respectivamente.

Nossa análise sobre processo de territorialização do Estado e da sociedade senhorial no âmbito do rio Jaguaribe concluiu que a instituição de sete comarcas na abrangência da bacia do referido rio produziu, juntamente com a circulação do crédito nacional e internacional e a diversificação produtiva, as bases para a formação de um sistema de gestão e usos extrativos das águas do Jaguaribe. Tal sistema integrado de gestão, uso e comportamento do rio conformou no seu baixo curso a produção de obras de abastecimento, transferência de águas e barramento para impedimento das cheias do rio.

No médio curso do rio constatamos que a diversificação produtiva e a perda de centralidade da pecuária como produtora fiscal e financeira foi conduzida com a intensificação da construção de reservatórios de água nas propriedades. O projeto de perenizar os vales desiguais e usar a insolação como potência para a produção agrícola estava em curso já nas ambições dos primeiros proprietários, só na comarca de Icó encontramos o registro de 50 reservatórios em meados do século XIX.

A mobilização de força de trabalho para a produção desses reservatórios foi assegurada pela ampliação dos fluxos migratórios para os sertões, dado contexto de crise da economia açucareira no litoral, e pelo crescimento populacional. À despeito da força de trabalho e da posse de pessoas escravizadas exercerem alguma centralidade na composição da renda capitalizada desses senhores de terras, sobretudo em sua dimensão especulativa, a dinâmica reprodutiva do trabalho a partir dos moradores de condição passou a exercer centralidade em sua dimensão territorial e política.

Territorial à medida em que os grandes latifúndios, como o analisado em Lavras, chagavam a ser habitados por cerca de 300 pessoas que pagavam pela sua permanência ou cultivo na terra com trabalho para o donatário. A construção de açudes passou a ser o feito magnânimo de cada proprietário de terra, sobretudo, no médio curso do rio. Essas relações

sociais foram produtoras da sociedade senhorial em uma dimensão política, na medida em que muitos votantes estavam subjugados às relações trabalhistas compulsórias.

No baixo curso do rio, verificamos que a formação dessa sociedade senhorial ordenou as formas de usos das terras priorizando as atividades de plantio e engenhos nas proximidades da Chapada do Araripe, nas dominâncias dos latifúndios irrigados, interligados pelas telhas d'água, os plantios temporários e permanentes a jusantes nos baixios que concentravam terras férteis e a criação de gado cada vez mais relegada à depressão sertaneja ou às dominâncias do lado pernambucano da fronteira. Uma Geografia econômica que consolida a exploração da natureza e do trabalho compulsório como produtora de uma ampla riqueza concentrada no vale da Chapada do Araripe.

A gestão do rio instituída a partir das comarcas perpetuava uma dimensão militar integrada como uma das principais expressões políticas da territorialização do Estado. Foi-se diversificando o escopo de exploração da natureza e do trabalho e estimulando uma composição hierárquica do Estado Territorial onde a paz social do latifúndio se converteu em um verdadeiro estado permanente de exceção.

Nesse ambiente de generalizada guerra social pelo controle territorial da natureza, as distinções entre guerra e paz, guerra regular e guerra irregular, entre militar e civil são imiscuídas no processo de formação da propriedade privada como nova forma de organização social do trabalho. Nesse âmbito, foi necessário que o próprio Estado se transformasse em uma máquina de guerra econômica e que o comando militar fosse transferido para as mãos dos senhores de terra, os agora integrantes da Guarda Nacional.

O que podemos perceber com essa análise é que acontece um curioso e revelador entroncamento entre os códigos de gestão e comportamento das águas, os procedimentos de constituição da moradia de condição com as legislações de controle e arregimentação das camadas populares como forma de “conter a vadiagem”. São produtos sobrepostos dessa sucessão de tempos calcados na base da formação colonial do sistema-mundo que forjam a territorialização do Estado nas dominâncias do Jaguaribe como uma estrutura que tem no exercício militar do poder uma de suas ações centrais de realização.

Concluimos com a tese que a formação da propriedade privada da terra, que converteu o rio em um agente de valorização e reprodução ampliada de riqueza concentrada, o fez mobilizando o trabalho compulsório a partir de um alistamento militar, fez com que o Jaguaribe ocupasse um lugar de destaque na primeira grande crise climática mundial entre os anos de 1877 e 1879. A um só tempo os feitos devastadores do *El Niño* produziram uma volumosa reserva de terras, consumada pela ampla mortalidade humana em vários lugares do planeta

simultaneamente e consolidou o mercado mundial de commodities regido pelos centros financeiros na Europa e nos Estados Unidos.

As secas cíclicas foram uma constante em todo do processo de avanço da colonização nas dominâncias do que vinha se constituindo como sertões, seus efeitos eram amortizados pela existências de vales úmidos que foram tomados como latifúndios irrigados e se converteram em lugares por excelência da expansão dos cultivos de algodão e dos derivados da agricultura de exploração. Os vales desiguais nucleados por açudes cada vez maiores tiveram, com a estiagem permanente por três anos, seu argumento territorial central esvaziado de valor e capacidade de controle e concentração da força de trabalho.

As águas consumidas pela atmosfera seca recolocaram a circulação como o elemento central da dinâmica territorial de extermínio, agora uma condição errante. A gestão dessa desordem produtiva reelaborou o caráter negativo da formação territorial instituindo as frentes de emergência como forma imediata de uso dessa força de trabalho descartada e o campo de concentração como herdeiro direto das guerras coloniais como um lugar de extermínio.

À despeito de essas duas estruturas territoriais de controle, conversão e redução da força de trabalho terem sido amplamente utilizadas e representadas na produção literária nas primeiras décadas do século XX, a consolidação da dinâmica de mundialização da produção de mercadoria nas décadas finais do século XIX se converteu como um laboratório de reinvenção das táticas de guerra coloniais.

A sociedade senhorial representou a si mesma nesse contexto de ampla desagregação das estruturas sociais de poder, a partir de um exercício narcísico utilizando a ciência e a literatura, como uma potência salvadora de um caos social entendido pelos intelectuais senhoriais como produto das condições da natureza de uma terra bruta, sequiosa de intervenções de engenharia, e composta por uma raça mal formada por elementos inferiores originários ou migrantes. Ofereceu para tanto, como forma de salvação os elementos formadores da solução hidráulica e da vocação agrícola como ideologias espaciais totalitárias a serem perseguidas ao longo do século XX.

Das entradas aos açudes a produção territorial do capitalismo nas dominâncias do rio Jaguaribe produziu o confinamento, o extermínio e a redução como fundamentos da produção de um Estado territorial, mobilizando a reprodução do trabalho compulsório como um instrumento de comportamento do rio e a guerra como uma condição espacial contínua.

No nosso entendimento, caro leitor, a pesquisa que realizamos apresentou algumas limitações, a mais latente foi ter ido ao encontro de uma tema que os amplos registros oficiais que existem contribuíram muito mais para produzir um amplo esquecimento, a dinâmica

territorial dos povos originários no contexto de expansão territorial da sociedade colonial produtora dos sertões como um lugar da guerra no sistema-mundo. Como pudemos analisar os registros tanto escritos como gráficos agiram de foram persistentes em não documentarem os povos originários, sobretudo os que mais se opuseram às suas investidas territoriais.

Outro aspecto limitante da pesquisa é o variado escopo de recursos metodológicos lançados mão para construir as análises. Colocamos em diálogo fundamentos epistêmicos e teóricos que se antagonizam no horizonte das macro interpretações da realidade. Por exemplo, considerar a um só tempo a dinâmica de acumulação primitiva como uma reelaboração dos fundamentos das guerras coloniais se utilizando de elementos interpretativos constitutivos da formação do pensamento sobre o poder disciplinar colocam a análise em um lugar de perigo. Esse malabarismo de facas, que é o caminho de pensar e usar o método, fica evidente quando confrontamos princípios formadores da História de longa duração com as radicais transformações das sociedades industriais, disciplinares.

Outro aspecto limitante da pesquisa foi não concentrar-se de maneira incisiva no conjunto de conceitos produzidos no âmbito do materialismo histórico e dialético como um método científico, na medida em que nos utilizamos de conceitos como colonialidade do poder, colonialidade da natureza, que questionam os fundamentos da ideia de colonização como um momento da produção capitalista.

É importante pensar a pouca familiaridade com técnicas de tratamento de dados históricos e a análise de fontes como um aspecto limitante no contexto de produção dessa pesquisa. No contexto da nossa formação e no âmbito geral dos estudos de Geografia no Brasil temos pouco acesso a esse universo do estudo documental, de modo que muitas das fontes consultadas foram feitas de forma indireta, quando analisamos documentos inseridos em anexos de livros e teses ou mesmo dialogamos com interpretações feitas por pesquisadores e pesquisadoras de documentos consultados por esses. Em alguns momentos nos utilizamos dessa fonte e interpretação par observar outros aspectos não considerados pelos estudos analisados, em outros, colocamos em diálogo com outras conclusões de outros autores acerca de contextos coetâneos ou convergentes.

O pouco acesso à acervos públicos no momento mais crucial de realização da pesquisa e a impossibilidade de realizar atividades de campo em virtude da pandemia contribuíram fortemente para essa limitação, mas o que sentimos de forma premente é uma necessidade de aprofundar estudos sobre fontes, buscando diálogo com as técnicas historiográficas.

Reconhecemos no processo de realização da pesquisa algumas contribuições ao debate sobre o tema. Uma primeira que destacamos é ter provocado um diálogo entre os estudos

geográficos sobre a formação territorial dos sertões com estudos recentes que conformam a nova historiografia indígena. Como fruto desse diálogo consideramos relevante a análise das ações originárias como produtoras da dinâmica territorial dos sertões, tema, no nosso entendimento, pouco analisado no âmbito das pesquisas geográficas.

Isso foi possível invertendo o olhar da formação territorial e tentando exercer o raciocínio geográfico pensando a dinâmica de reprodução dos rios como motor material e simbólico da colonização não somente da jusante à montante, mas refletindo sobre o sentido inverso, pensando a produção da fronteira considerando as ações originárias como produtoras de uma dinâmica territorial. Nesse intento é que foi frutuoso, no nosso entendimento, o diálogo com ferramentas metodológicas distintas conduzidas pela investigação a partir do materialismo histórico e dialético.

Entendemos que a principal contribuição da tese que foi pensar a centralidade da guerra como produtora de uma dinâmica territorial dos sertões, pensando pecuária como uma atividade subsidiária e a guerra como uma dinâmica econômica primaz, colocando a formação em um lugar de continua destruição. Tanto refletindo sobre o confronto de distintas artes da guerra como a guerra como um agente catalizador de crédito e investimentos futuros que é reelaborado no processo de formação do Estado, da diversificação produtiva e da sociedade senhorial. É por isso que entendemos que os elementos da acumulação primitiva não se dissolvem com a imposição do poder disciplinar e que enxergar dessa maneira leva a uma desconsideração da guerra como elemento contínuo, como nos alude Alliez e Lazzarato (2021) ou a produção de uma economia mundializada de commodities como a produção de verdadeiros holocaustos coloniais, como nos instrui Davis (2021). Pensar a dimensão reprodutiva da acumulação primitiva nos leva a entender que os cercamentos incidiram também na reprodução de papéis de gênero, que tiveram uma dimensão de radicalidade nos espaços coloniais, como analisou Federici (2017).

Desse modo, caro leitor, concluímos a tese com questões que nos acompanharão nas próximas empreitadas de raciocinar a partir da geografia o mundo em que vivemos, tais como: a dinâmica territorial de obras hídricas instaladas hoje no Rio Jaguaribe que priorizam o médio curso como centralidade de acumulação de água e o baixo e alto curso como usos e transferências reproduz elementos das dinâmicas originárias de formação territorial? A guerra pela água que antagonizou povos originário, camponeses, Estado e empresas capitalistas no litoral oeste do Ceará no contexto de instalação do Porto do Pecém, local de trânsito artificial do Jaguaribe tem reproduz os fundamentos que analisamos na pesquisa? A grande seca do século que aconteceu entre 2011 e 2017 teve também um lugar central na reconfiguração

produtiva dos espaços agrário mundiais fazendo rumar o capital especulativo para a China? Que complementariedades e sobreposições podemos analisar dos efeitos do El Niño hoje decorridos cem anos de guerra contra as secas nas periferias do capitalismo?

## REFERÊNCIAS

- AB'SABER, Aziz. **Os domínios de natureza no Brasil**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2012.
- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo. Duas faces da mesma maldição. *In*: DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.
- ACSELRAD, Henri e SILVA, M. das G. Conflito social e mudança ambiental na barragem de Tucuruí. *In*: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- \_\_\_\_\_. Ambientalização das lutas sociais – o caso do movimento por justiça ambiental. *In*: Revista Estudos Avançados, 24 (68) p. 108-119, 2010.
- ACSELRAD, Henri. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. *In*: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- AGAMBEN, Giorgio. **Estado de exceção**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- ALBANO, Gleydson. P. e SÁ, Alcindo. J. Globalização da agricultura: multinacionais no campo brasileiro. Em: **Revista Terra Livre**, São Paulo: Ano 27, v. 01, nº 36 p. 126-151, jun. 2011.
- ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval. M. **A invenção do Nordeste**. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- ALBUQUERQUE, Manuel C. Seara indígena: Recriando Terras Pe(r)didas. Em: SANTOS, Carlos B.; SILVA, Edson H.; OLIVEIRA, Edivania G. da S. (Orgs.). **História Ambiental, História Indígena e Relações socioambientais**. Paulo Afonso: SABEH, 2018.
- ALBUQUERQUE, Marcos; LUCENA, Veleda. Agricultura Tropical Pré-Histórica (um sistema de floresta úmida ou que integra o semi-árido?). **Ciência e Trópico**, v. 19, nº. 1, p. 7-33. 1991.
- ALEIXO, Bernardo et al. Direito humano em perspectiva: desigualdades no acesso à água em uma comunidade rural do Nordeste brasileiro. **Ambient. soc.** [online]. 2016, vol.19, n.1. <https://doi.org/10.1590/1809-4422asoc150125r1v1912016>.
- ALEMÃO, Freire. **Diário de viagem de Francisco Freire Alemão. Fortaleza – Crato, 1859**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.
- ALENCAR, Francisco A. G. de. **Segredos íntimos – a gestão nos assentamentos de Reforma Agrária**. Editora da UFC: Fortaleza, 2000.
- ALENCAR, José de. **Iracema**. Ateliê Editorial: São Paulo, 2012.

ALFRED, Anselmo. Modernização crítica, crítica social e a naturalização no capitalismo contemporâneo. *In*: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

ALLIEZ, Eric; LAZZARATO, Maurizio. **Guerras e Capital**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

ALMEIDA, Alfredo W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. *In*: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

ALMEIDA, Maria R. C. de. Catequese, aldeamento e miscigenação. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

ALVES, Fabiano. J. L. O discurso da escassez e a crise na região metropolitana de São Paulo (2013 – 2015). *In*: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

ALY JR. Osvaldo. Água e agronegócio: uma relação a ser mais bem examinada. *In*: Le Monde Diplomatique Brasil, edição de julho de 2017.

ANDRADE, Manoel C. **Modernização e pobreza. A expansão da agroindústria canavieira e seu impacto ecológico e social**. São Paulo: Editora da UNESP, 1994.

\_\_\_\_\_. **Geografia econômica do Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, Hermetes R de. Da mecânica ao motor: A ideia de natureza no Brasil no final do século XIX. **Revista Proj. História**, São Paulo. Vol. 23, 2001.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo século XX**. São Paulo: Editora da UNESP, 1996.

ARGUEDAS, José M. **Os rios profundos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

BARBOSA, Altair S. Peregrinos do cerrado. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, [S. l.], n. 5, p. 145-193, 1995. DOI: 10.11606/issn.2448-1750.revmae.1995.109234. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/109234>. Acesso em: 4 maio. 2022.

BARBOSA, Altair S.; MARTINS DE ARAÚJO, Luciane M. Pré-História do Cerrado. **Élisée - Revista de Geografia da UEG**, v. 9, n. 2, p. e922007, 1 set. 2020.

BARRETO, Gilberto T. de S. **Protofonia do Jaguaribe. Problemas fundamentais do Ceará, Rio Grande do Norte e do Nordeste**. Fortaleza: GRACEL, 1980.

BARROS, Joana. Desenvolvimento e narrativas do atraso: a campanha contra Canudos e as veredas da resistência. BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo e MARINHO, Caio. **Sertão, sertões. Repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.

BARROS, Luitigarde O. C. **Juazeiro do Padre Cícero. A Terra da Mãe de Deus**. Fortaleza: IMEPH Editora, 2014.

BARROSO, Oswald. **Tristão Gonçalves. Alma afoita da Revolução**. Fortaleza: Museu do Ceará – Secretaria de Cultura do Estado, 2006.

BARTRA, Armando. **El hombre de hierro**. 2ª Edição. Cidade do México: UNAM, 2014.

BASTOS, José R. R. Natureza em Thomaz Pompeu de Souza Brasil. Ceará, século XIX. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, vol. 132, 2018.

\_\_\_\_\_. “Basta olhar no mapa”: cartografia histórica, ambiental nas disputas pelo rio São Francisco em meados do século XIX. **Revista de História Ambiental da América Latinoamericana y Caribeña (HALAC)**, México, vol. 1, setembro de 2015.

BATISTA, Iane M. da S.; MIRANDA, Leila M. Os “hidronegócios” nos rios da Amazônia. **Revista Brasileira de História. Dossiê Rios e Sociedade**. Vol. 39, n. 18, 2019. <https://doi.org/10.1590/1806-93472019v39n81-06>

BENJAMIN, Walter. **O anjo da História**. Belo Horizonte: Autêntica, 2016.

BERNARDES, Julia. A. Circuitos espaciais da produção na fronteira agrícola moderna: BR 163 mato-grossense. In: BERNARDES, J. A. e FREIRE FILHO, O. de L. **Geografias da Soja. BR 163 fronteiras em mutação**. Rio de Janeiro: Arquimedes Edições, 2010.

BRASIL, Thomaz P. de S. **Ensaio estatístico da Província do Ceará**. Tomo II. Fortaleza: Typ. De B. de Mattos, 1864.

\_\_\_\_\_. Memória sobre a conservação das matas, e arboricultura como meio de melhorar o clima da **Província do Ceará**. [1859] Fortaleza: Fundação Waldemar Alcântara, 1997.

BRITO, Anderson C. R. **Águas para que(m): Grandes obras hídricas e conflitos territoriais no Ceará**. Curitiba: Editora CRV, 2016.

\_\_\_\_\_. Pensar o espaço geográfico a partir das Águas. Em: GONÇALVES, Claudio U. **Ensaio de Geografia agrária**. Aracaju: ArtNer Comunicação, 2021.

BRITO, Anderson C. R. B.; GONÇALVES, Claudio U. O cinturão das águas do Ceará e a (re)construção do modelo de desenvolvimento liberal-periférico. In: GONÇALVES, Adelaide; BRITO, Liana; VICENTE, Lourdes. (Org.). **Resistência Camponesa. História de teimosia e esperança**. Fortaleza: Editor da UECE, 2020.

BRITO, Ronaldo C. de. **Livro dos Homens**. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

BRITTO, Ana L.; REZENDE, Sonaly C. A política pública para os serviços urbanos de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Brasil: financeirização, mercantilização e perspectivas de resistência. **Cad. Metrop.** [online]. 2017, vol.19, n.39. <https://doi.org/10.1590/2236-9996.2017-3909>.

BRUM, Eliane. **Brasil, construtor de ruínas**. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

BURSZTYN, Marcel. **O poder dos donos. Planejamento e clientelismo no Nordeste**. Rio de Janeiro: Garamond, Fortaleza: BNB, 2008.

CABRAL, Diogo. de C. **Na presença da floresta, Mata Atlântica e História Colonial**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

\_\_\_\_\_. Palavra & Território: Escrita alfabética e a colonização portuguesa da Mata Atlântica. *Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science*, 4(1), 207. 2015 <https://doi.org/10.21664/2238-8869.2015v4i1.p207-223>

CAMINHA, Adolfo. **A Normalista**. Fortaleza: ABC Editorial, 1999.

CANDIDO, Antonio. Martírio e redenção. Em: BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo e MARINHO, Caio. **Sertão, sertões. Repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.

CARDIM, Pedro; MIRANDA, Suzana M. A expansão da Coroa portuguesa e o estatuto político dos territórios. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 2. 1580-1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARIRY, Alemberg. **Cariri, a nação das utopias**. Fortaleza: Mimeo, 2001.

CARVALHO, A. M. de; MILANEZ, B. e GUERRA, E. C. Rentismo e neoextrativismo: a inserção dependente do Brasil nos percursos do capitalismo mundializado (1990 – 2017). In: RIGOTTO, R. M.; AGUIAR, A. C. e RIBEIRO, L. A. D. **Tramas para a justiça ambiental: diálogos de saberes e práxis emancipatórias**. Fortaleza: Edições UFC, 2018.

CASTRO, Eduardo V. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo Ameríndio. **Revista Mana**, Rio de Janeiro, Vol. 2 n. 02, 1996.

\_\_\_\_\_. **Metafísicas canibais**. São Paulo: UBU Editora, 2018.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Gráfica Urupês, 1967.

\_\_\_\_\_. **Geografia da Fome**. O dilema brasileiro: pão ou aço. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

CAVALCANTI, Leandro V. **As firmas tomaram conta de tudo**. Curitiba: Editora CRV, 2020.

CEARÁ, Assembleia Legislativa do. **Caderno regional da sub-bacia do Alto Jaguaribe**. Fortaleza: INESP, 2009.

CÉSAIRE, Aimé. **Discurso Sobre o Colonialismo**. São Paulo: Veneta, 2015.

CHACON, Suely. S. **O sertanejo e o caminho das águas**: políticas públicas, modernidade e sustentabilidade no semi-árido. Recife: Banco do Nordeste do Brasil, 2007.

CORDEIRO, Celeste. O Ceará na segunda metade do século XIX. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

CORNETTA, A. Um ensaio sobre a reprodução social da natureza e a produção como universal concreto: elementos para um debate de geografia crítica. In: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

CORTEZ, Ana I. R. P. Em torno da Estrada de Ferro de Baturité: A construção de um novo Ceará. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

COSME, Claudemir M. **A expulsão dos camponeses assentados como uma das faces da contrarreforma agrária no Brasil: um estudo de evasão dos assentamento rurais do Ceará**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2015.

COSTA, A., COSTA, A. T. da, CARNEIRO NETO, J. A., CLAUDINO-SALES, V., & Morais, J. S. D. de. Expedição científica ao alto curso do Rio Jaguaribe, Estado do Ceará: identificação da exata nascente do possivelmente maior rio efêmero do mundo. **Caderno de Geografia**, 30(63), 956, 2020. <https://doi.org/10.5752/P.2318-2962.2020v30n63p956>

COSTA, João P. P. **Na lei e na guerra: políticas indígenas e indigenistas no Ceará (1798-1845)**. Tese de Doutorado, Campinas – Doutorado em História, UNICAMP, 2016.

\_\_\_\_\_. Não deixam de suspirar pela sua liberdade: Motins de Índios no Ceará e a formação do Estado no Brasil. **Almanack**, 21, 484–528, 2019. <https://doi.org/10.1590/2236-463320192111>

\_\_\_\_\_. Independência e cidadania: povos indígenas e o advento do liberalismo no Ceará. Acervo - **Revista do Arquivo Nacional**, v. 34, n. 2, p. 1-21, 2021. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/161306>. Acesso em: 10 jan. 2022.

CRUZ, Valter. do C. Geografia e pensamento descolonial: notas sobre um diálogo necessário para a renovação do pensamento crítico. In: CRUZ, V do C. e OLIVEIRA, D. A. **Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

\_\_\_\_\_. Da produção do espaço ao governo do espaço. Deslocamentos metodológicos para uma abordagem territorial. Em: LIMONAD, Ester; BARBOSA, Jorge L. (orgs.). **Geografias, Reflexões Conceituais, Leituras da Ciência Geográfica, Estudos Geográfico**. São Paulo: Editora Max Limonad, 2020.

CUNHA, G. H. de M. Ensaio sobre a economia da província do Ceará durante do século XIX. **REVISTA ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO**, 9(21), 98–111, 2019 <https://doi.org/10.28998/repd.v9i21.8746>

CUNHA, Mafalda D.; NUNES, Antonio C. Territorialização e poder na América portuguesa. A criação de comarcas, século XVI-XVIII. **Revista Tempo** (Online). Niterói, Vol. 22, n. 39, Jan-abr. 2016.

CUNHA, Mafalda S. A Europa que atravessa o Atlântico. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DAHER, Andrea. Narrativas quinhentistas sobre o Brasil os Brasis. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

DANTAS, B. G. Contribuição ao estudo dos índios em Sergipe: depoimento sobre pesquisa e ação. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe*. Nº 47, 2017.

DARDROT, Pierre. e LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo. Ensaio sobre a sociedade neoliberal.** São Paulo: BOITEMPO, 2016.

DAVIS, Mike. **Holocaustos coloniais.** São Paulo: Veneta, 2022.

DELLA CAVA, Ralph. **Milagre em Joazeiro.** São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

DESCOLA, Felipe. **Outras culturas, outras naturezas.** São Paulo: Editora 34, 2016.

DINIZ, José N. B. No curso das águas: Natureza e cultura nos usos das águas em Aracati (1830 – 1860). In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social.** Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

DUQUE, Guimarães. **Solo e água no Polígono das secas.** Fortaleza: BNB, 2004.

DUSSEL, Enrique. **A produção teórica de Marx.** Um comentário aos *Grundrisse* São Paulo: Expressão Popular, 2012.

ELIAS, Denise. Ensaio sobre os espaços agrícolas de exclusão. **Revista NERA**, [S. l.], n. 8, p. 29–51, 2012. DOI: 10.47946/rnera.v0i8.1442. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1442>.

Elias, Denise, & Leitão, Felipe R. Agronegócio e relações campo-cidade no Ceará. **Revista de Geografia**, 37(2), 110. <https://doi.org/10.51359/2238-6211.2020.247393> 2020.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. (Re)estruturação Urbana e Desigualdades Socioespaciais em Região e Cidade do Agronegócio. **GEOgraphia**, v. 17, n. 35, p. 10-39, 31 jan. 2016.

ELIAS, Denise; PEQUENO, Renato. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator**, Fortaleza, v. 12, n. 28, p. 95 a 112, aug. 2013.

ELIAS, Denise; MUNIZ, A. M. V. ; BEZERRA, Juscelino E. Agronegócio e reorganização das relações de trabalho agrícola no Baixo Jaguaribe (CE). *Revista Econômica do Nordeste*, v. 38, p. 32-47, 2007.

ESCOBAR, Arturo. Territórios de diferença: a ontologia política dos “direitos ao território”. In: **CLIMACOM** Cultura científica – pesquisa, jornalismo e arte. Ano2 vol. 02, 2018.

FANON, Frantz. **Peles Negras. Máscaras Brancas.** Salvador: EDUFBA, 2008.

FARIA, W. R. e HADDAD, E. A. Modelagem do uso da terra e efeitos de mudanças na produtividade agrícola entre 2008 e 2015. In: **Estudos Econômico. São Paulo**, vol. 49, nº 1, p. 65-103, jan. – mar., 2019.

FAUSTO, Boris. **História geral da civilização brasileira.** Vol. 09. Rio de Janeiro: Record, 1997.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a caça às Bruxas.** São Paulo: Editora Elefante, 2017.

FERDINAND, Malcom. **Uma ecologia decolonial. Pensar a partir do mundo catibenho.** São Paulo: UBU, 2022.

FERRAZ, Maria do S. A sociedade colonial em Pernambuco. A conquista dos sertões de dentro e de fora. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 2. 1580-1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FIGUEIREDO FILHO, José de. **Histórias do Cariri III**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

\_\_\_\_\_. **História do Cariri IV**. Fortaleza: Coedições SECULT/Edições URCA/Edições UFC, 2010.

FIOVARANTI, Carlos. Com os pés na terra. Os chamados padres matemáticos fizeram mapas detalhados sobre o Sertão do Brasil. **Revista Pesquisa FAPESP**, 226, 2014.

FLEURY, Lorena C. “A gente não sabe o que é barragem, mas sabe o que é o Xingu”: cosmopolítica e conflito ambiental na construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte na Amazônia brasileira. In: ALMEIDA, Jalcione. **Conflitos ambientais e controvérsias e, ciência e tecnologia**. Porto Alegre: UFRGS Editora, 2016.

FLORENTINO, Manolo. Aspectos do tráfico negreiro na África Ocidental (c. 1500-c.1800). Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx. Materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2010.

FRAGOSO, João. *La guerre est finie*: notas para investigação em História Social na América lusa entre os séculos XVI e XVIII. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. 1443-1580**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

FREITAS, Bernardete M. C. Marcas do agronegócio no território da Chapada do Apodi. In: In: RIOGOTTO, R (Org.). **Agrotóxico, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Coedição com a Expressão Popular e Edições UFC, 2011.

FREITAS, Emília. **A Rainha do Ignoto**. São Paulo: 106 Editora, 2019.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande e senzala**. São Paulo: Global, 2006.

FUNES, Eurípedes A. Mocambeiros, Nordestinos e Seringueiros: Histórias e Memórias. Em: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

\_\_\_\_\_. Negros no Ceará. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

GARDEL, Stênio. **A palavra que resta**. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.

GÓMES, Jorge R. M. **Desenvolvimento em (des)construção. Narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural**. Tese (Doutorado em Geografia). UNESP, Presidente Prudente, 2006.

GONÇALVES, Ana M. **Um defeito de cor**. Rio de Janeiro: Record, 2006

GONÇALVES, Claudio U. e MALVEZI, R. Opará cansado de guerra: de rio de todos os povos à política do progresso seletivo dos desenvolvimentistas. In: Revista Terra Livre. Nº 37 (2) p. 157 – 166, 2001.

GONÇALVES, Claudio U. **Geografias comunitárias no Cariri cearense. Ética, Capitalismo e Trabalho.** Vitória: Cousa, 2021.

GONÇALVES, José Yarley de Brito [et. al]. Um sistema local de gerenciamento e alocação de água – o caso da fonte da batateira Ceará – Cariri – Brasil. Em: **Anais do XI Congresso Brasileiro de Recursos Hídricos**, 2005.

GOUVÊA, Maria de F. S. Redes Governativas e Centralidades Régias no Mundo Português, c.a. 1680 a 1730. Em GOUVÊA, Maria de F. S e FRAGOSO, J. L. R. (Orgs.). **Na Trama das Redes.** Política e Negócios no Império Português sécs. XVI-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2010.

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. **GEOgraphia**, 8 (16), 2010. <https://doi.org/10.22409/GEOgraphia2006.v8i16.a13520>

GROSSI, M. Questão ambiental e a construção de outro metabolismo social: contribuições e desafios aos movimentos indígenas e camponeses. Argumetum, vol. 05, num. 1, jan. - jun., 2013, pp. 32-45. UFES, Vitória.

HAESBAERTH, Rogério. **O mito da desterritorialização.** Do fim do território à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

\_\_\_\_\_ **Regional-global.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

\_\_\_\_\_ As armadilhas do território. In: SILVA, J. B.; SILVA, C. N. M. da; DANTAS, E. C. **Território. Modo de pensar e usar.** Fortaleza: Edições UFC, 2016.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Anablume, 2006.

\_\_\_\_\_ **A condição pós-moderna.** São Paulo: Edições Loyola, 2013.

\_\_\_\_\_ **O neoliberalismo. História e implicações.** São Paulo: Edições Loyola, 2014.

JUCÁ NETO, Clovis R. **A urbanização do Ceará setecentista.** Tese de doutorado. Salvador: Faculdade de Arquitetura – UFBA, 2007.

\_\_\_\_\_ Os primórdios da organização do espaço territorial e da vila cearense - algumas notas. **Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material.** Vol. 20, n. 01. São Paulo, 2012.

KLUCK, Erick G. J. **Quando o planejamento vai para o Brejo: a mobilidade do trabalho e o planejamento territorial na modernização do Velho Chico.** São Paulo: Humanitas FFLCH, 2019.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu.** São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** Casa da Cultura: Recife – PE, 1978.

LIMA, Luiz C.; VASCONCELOS Tereza S. L.; BERNADETE, Maria C. F. **Os novos espaços seletivos no campo**. Fortaleza: EDUECE, 2011.

LIMA, Marcos G. **O governo das almas: expansão colonial no país dos Tapuias – 1651-1798**. Tese de doutorado, Leiden (Bélgica), Universidade de Leiden, 2004.

LIMA, Luiz C. Redes de integração do território cearense: dos caminhos da pecuária às estradas virtuais. Em: BORZACCHIELLO, José da S.; CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

LIMAVERDE, Rosiane. **Arqueologia social inclusiva. A Fundação Casa Grande e a gestão do patrimônio cultural da Chapada do Araripe, Nova Olinda/CE**. Tese (Doutorado). Arqueologia, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015.

LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: aviso de incêndio**. São Paulo: Boitempo, 2005.

MAIA NETO, Emy F. A teima das águas: chuvas, riachos e obras públicas em Fortaleza. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

MAIA, Lígio J. de **O. Serras de Ibiapaba. De aldeia à vila de índios: vassalagem e identidade no Ceará colonial (Século XVIII)**. Tese de Doutorado, Niterói, Universidade Federal Fluminense – UFF, 2010.

\_\_\_\_\_ Honras, mercês e prestígio social: a inserção da família indígena Sousa e Castro nas redes de poder do Antigo Regime na capitania do Ceará. *Revista de Ciências Sociais (UFC)*, v. 43, p. 9-23, 2012.

\_\_\_\_\_ Aldeias e missões nas capitanias do Ceará e Rio Grande: catequese, violência e rivalidades. **Tempo**, 19(35), 7–22. 2013 <https://doi.org/10.5533/TEM-1980-542X-2013173502>

\_\_\_\_\_ Povos indígenas no crepúsculo setecentista na capitania do Ceará: “invisibilidade”, agência indígena e reelaboração cultural. *Mneme (Caicó. Online)*, v. 15, p. 111-136, 2015.

\_\_\_\_\_ Convertendo pedras, colhendo almas: ideário missionário, espaço e cultura entre os índios na Serra da Ibiapaba (Século XVII). Em: SANTOS, Carlos B.; SILVA, Edson H.; OLIVEIRA, Edivania G. da S. (Orgs.). **História Ambiental, História Indígena e Relações socioambientais**. Paulo Afonso: SABEH, 2018.

MAIA, Renata C. C. **“Como se fosse o nosso sangue correndo nas veias”**: a dimensão camponesa do direito à água a partir do conflito ambiental entre agronegócio e agricultura camponesa em Apodi (RN). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Ambiental), Fortaleza: PRODEMA UFC.

MALHEIRO, Bruno C. P.; CRUZ, Valter C. . Geo-grafias dos grandes projetos de desenvolvimento: territorialização de exceção e governo bio/necropolítico do território. **Revista GEOGRAPHIA (UFF)Niterói**, v. 21, p. 18-31, 2019.

MARQUES, Marta I. M. Relação sociedade e natureza e a relação sujeito e objeto: retomando a contenda. In: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

MARTINS, Fran. **Mundo perdido**. São Paulo: Love Books, 2014.

\_\_\_\_\_ **Poço de Paus**. São Paulo: Love Books, 2014.

MARTINS, José de S. **Fronteira**. A degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: Editora Contexto, 2021.

\_\_\_\_\_ **O poder do atraso**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MARX, Karl. **O capital Vol. 1**. São Paulo: BOITEMPO, 2013.

\_\_\_\_\_ **Grundrisse**. São Paulo: BOITEMPO, 2011.

MELLO, Evaldo C. de. **Olinda Restaurada. Guerras e açúcar no Nordeste**. 1630 – 1654. São Paulo: Editora 34, 2007.

MELO NETO, João C. **Poesia Completa**. Rio de Janeiro: Aufaguara, 2020.

MELO, João Alfredo T. **A tríplice dimensão da natureza da água como condição para a justiça hídrica**: um estudo ecológico, social e jurídico a partir de conflitos socioambientais no território do Pecém, no Ceará. Tese (Doutorado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021

MENDES, Alberto R. R. **Pecuária semi-selvagem**: ciência, natureza e tempo no Ceará do século XIX. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em História, Fortaleza, 2017.

MENEZES, Edith. O Cariri Cearense. In: SILVA, José Borzachiello & [et. al.] (org). **Ceará: Um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

MÉSZÁROS, Istvan. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MITIDIERO JR. Marcos A. Crise do capital global, natureza e agronegócio. In: RAMOS FILHO, Eraldo da S.; MITIDIERO JR. Marcos A. & SANTOS, Layany R. S. (Org.) **Questão agrária e conflitos territoriais**. São Paulo, Outras Expressões, 2016.

MIGNOLO, A colonialidade de cabo a rabo: o Hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Em: Edgardo Lander (org). **Colección Sur Sur**, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. setembro 2005.

MONTEIRO, Renata F. Um monumento ao sertão? Expectativas diversas em torno da construção do açude Cedro, em Quixadá-CE (1884-1906). **Revista Mundos do Trabalho**, Florianópolis – Vol. 12, 2020.

MONTENEGRO, J. e ROCHA, O. G. A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais. In: CRUZ, V do C. e OLIVEIRA, D. A. **Geografia e giro descolonial**: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2017.

MORAES, Antonio. C. R. de. **Ideologias geográficas**. São Paulo: HUCITEC, 1988.

\_\_\_\_\_. **Geografia histórica do Brasil. Capitalismo, território e periferia.** São Paulo: ANNABLUME, 2011.

\_\_\_\_\_. **Bases da formação territorial do Brasil. O território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: ANNABLUME, 2011.

MOREIRA, Delmo. **Catorze camelos para o Ceará. A história da primeira expedição científica brasileira.** São Paulo: Todavia, 2021.

MOREIRA, Ruy. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil.** São Paulo: Editora Contexto, 2011.

NASCIMENTO, Francisco J. da S. PRESENÇA, SILENCIAMENTO E APARECIMENTO POLÍTICO DOS POVOS INDÍGENAS NO CEARÁ. **Revista Tamoios**, 18(2), 2022 <https://doi.org/10.12957/tamoios.2022.56263>

NASCIMENTO, João L. J. Processos educativos: as lutas das mulheres pescadoras do mangue do Cumbe contra o racismo ambiental. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Educação Brasileira, Fortaleza (CE), 2014.

NETO, J. F. e GUIVANT, J. Conflitos ambientais na piscicultura: definindo quem representa o meio ambiente e a sustentabilidade. *In*: ACSELRAD, H. **Conflitos ambientais no Brasil.** Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

NEVES, Frederico de C. A seca na história do Ceará. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará.** Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

NOBRE, Edianne dos S. “Eu te darei um coração capaz de me amar”: Maria de Araújo e o ensaio de uma mística feminina (Juazeiro, Ceará. 1889-1898) . **Anais Do Simpósio Nacional de História** – ANPUH. Fortaleza, 2009.

NOBRE, Francisco W. **Baixio das Palmeiras:** apontamentos geográfico, culturais e historiográficos. Juazeiro do Norte: BSG, 2015.

\_\_\_\_\_. **A redefinição dos Caminhos das Águas pelo Estado e os conflitos hidroterritoriais no Cariri cearense.** Tese de Doutorado, João Pessoa. Doutorado em Geografia: UFPB, 2021.

\_\_\_\_\_. **O efeitos do Cinturão das Águas do Ceará – CAC no distrito de baixio das palmeiras, Crato – CE.** Dissertação de Mestrado, Juazeiro do Norte. Desenvolvimento Regional: UFCA, 2017.

NOGUEIRA, Berna C. V. O bicentenário de Thomaz Pompeu de Souza Brasil. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, vol. 132, 2018.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial. (1777 – 1808).** São Paulo: Editora 34, 2019.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-Homem.** Fortaleza: ABC Editora, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **A mundialização da agricultura brasileira.** São Paulo: Iandê Editorial, 2016.

OLIVEIRA, Antônio J. de. **Os Kariri-resistências à ocupação dos sertões dos Cariris Novos nos século XVIII**. Tese de Doutorado (Doutorado em História) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza: 2017.

\_\_\_\_\_ Engenheiros de rapadura no Cariri: trabalho e cotidiano – 1790-1850. In: **Anais do V Encontro Nordestino de História e V Encontro Estadual de História**. Recife, 2004.

OLIVEIRA, Claudia A. [et. al.] Os grupos pré-históricos ceramistas da Chapada do Araripe: prospecções arqueológicas no município de Araripina-PE, **Revista Clio Série Arqueológica**, vol. 1, nº 7, p. 143-205, 2006.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião. Sudene, Nordeste e Conflitos de classes**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

\_\_\_\_\_ **Crítica a razão dualista – Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

OLIVEIRA, Gabriel P. de. A questão climática no pensamento de Thomaz Pompeu. **Revista do Instituto Histórico do Ceará**, Fortaleza, vol. 132, 2018.

OLIVEIRA, João P. de. Os indígenas da fundação da colônia: uma abordagem crítica. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 1. (1443-1580)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

OLIVEIRA, Marcos V. P. et. al. Sertão/Açudes no Imaginário Social e as Políticas de Desenvolvimento Recente no Nordeste. *Rev. FSA, Teresina*, v. 14, n. 1, art. 6, p. 129-148, jan./fev. 2017. <http://dx.doi.org/10.12819/2017.14.1.6>

OLIVEIRA, Vitor. W N. de. **Nas águas do Prata**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2009.

PANTALENA, Ana F. e MAIA, Luis P. Marcas da ação antrópica na história ambiental do Rio Jaguaribe, Ceará, Brasil. **RGCI** vol.14 no.3 Lisboa set. 2014. <http://dx.doi.org/10.5894/rgci431>

PAULA, Karuna S. de. **Travessia por ‘terceira margem’ de um Rio: Natureza e Cultura no Rio Jaguaribe (século XIX e XX)**. (Dissertação de Mestrado) Programa de Pós-graduação em História – UFPE: Recife, 2011.

PAULANI, Leda. **Brasil Delivery**. Servidão financeira e estado de emergência econômica. São Paulo: BOITEMPO, 2008.

PEREZ, Mercedes S. **Resistências sociais pela vida: Camponesas e camponeses do eu hoje é SUAPE e das Reservas Camponesas (Colômbia)**. Curitiba: Editora CRV, 2017.

PEREZ, P. C. P. A produção da natureza a partir de Neil Smith: Estudos sobre a reserva extrativista Chico Mendes (AC). In: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

PIANCÓ, Ana R. D. **Narrativas orais dos indígenas Kariri de Poço D’anta – Crato**. (Qualificação de Doutorado) – Doutorado em Educação, Natal – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2022.

PIGNATI, W. A.; MACIEL, R. H. e RIGOTTO, R. M. Saúde do trabalhador. *In: ROUQUAYROL, M. Z. e GURGEL, M. (org.). Epistemologia e saúde*. 7 ed. Rio de Janeiro: Medbook, 2013.

PINHEIRO, Francisco J. Mundos em confrontos: povos nativos e europeus na disputa pelo território. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PINHEIRO, Irineu. **O Cariri**. Fortaleza: Coedição Secult, URCA e Edições UFC, 2010

PINTO, Luana E. O. Considerações introdutórias sobre os movimentos de resistência indígena no Ceará (2007 – 2017). No prelo (disponibilizado pela autora), 2018.

POMPA, Cristina. As muitas línguas da conversão: missionários Tupis e “Tapuias” no Brasil colonial. **Revista Tempo**, vol. 06, num. 11, julho, 2001.

\_\_\_\_\_ **Religião como tradução: missionários, Tupi e "Tapuia" no Brasil colonial**. Tese (Doutorado em Antropologia Social), Campinas, 2001.

\_\_\_\_\_ Memórias do fim do mundo: o movimento pau de colher. **REVISTA USP**, São Paulo, n.82, p. 68-87, junho/agosto 2009.

\_\_\_\_\_ Cartas do sertão: a catequese entre os Kariri no século XVIII. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 7, volume 14, 2003.

PONTES, Lana M. V. de. **Formação do território e evolução Político-administrativa do Ceará: A questão dos limites municipais**. Fortaleza: IPECE, 2007.

PONTES, Sebastião R. *A Belle Époque* em Fortaleza: remodelação e controle. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

PORTO, Marcelo F.; ROCHA, Diogo F. & FINAMORE, Renan. Saúde, território e conflitos ambientais: bases para um enfoque socioambiental crítico. *In: Revista Ciência & Saúde Coletiva* 19 (10), 2014.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. O latifúndio genético e a r-existência indígena-campesina. *In: GEOGRAPHIA* v. 04, nº 08, 2002.

\_\_\_\_\_ Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. *In: CECEÑA, A. E. e SADER, E. A guerra infinita*. Hegemonia territorial e terror mundial. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2002.

\_\_\_\_\_ **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

\_\_\_\_\_ Geografia e natureza: entre ciência, saberes e política, a reapropriação social da natureza. *In: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). Perspectivas de Natureza*. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; CHAGAS, Samuel B. das. **Os pivôs da discórdia e a digna raiva: uma análise dos conflitos por terra, água e território em Correntina/BA**. No prelo, 2018.

PRADO JR. C. **Formação do Brasil contemporâneo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

\_\_\_\_\_ **A revolução brasileira**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

PRIETO, Gustavo. **Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra**. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2016.

\_\_\_\_\_ **Coronelismo e campesinato na formação territorial d’Os sertões**. BARROS, Joana; PRIETO, Gustavo e MARINHO, Caio. **Sertão, sertões. Repensando contradições, reconstruindo veredas**. São Paulo: Elefante, 2019.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**. Povos indígenas e a colonização do Sertão do Nordeste do Brasil (1650-1720). São Paulo: Edusp; HUCITEC, 2002.

QUEIROZ, Marcus V. D. **Arquitetura, cidade e território das secas: ações do IFOCS no semiárido do Brasil (1919 – 1945)**. Tese de doutorado – São Paulo. Instituto de Arquitetura e Urbanismo USP. Doutorado em Arquitetura, 2020.

QUEIROZ, Rachel de. **João Miguel**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1978.

\_\_\_\_\_ **Dôra Doralina**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 1984.

\_\_\_\_\_ **O Quinze**. Rio de Janeiro: José Olímpio Editora, 2016.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. Em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_Quijano.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_Quijano.pdf).

RAMALHO, Cristiano 2012. O sentir dos sentidos dos pescadores artesanais. **Revista De Antropologia**, 54(1). <https://doi.org/10.11606/2179-0892.ra.2011.38598>

RAMOS, Francisco R. L. A lição da pedra. O uso da natureza no uso do passado. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

RECLUS, Elisiée. **El Arroyo**. Madrir: Good Press, 2019.

REIS JR. Darlan de O. A “salvação do sertão”: representação da Natureza e a realização do trabalho no Cariri cearense em meados do século XIX. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

\_\_\_\_\_ **Senhores e trabalhadores no Cariri cearense: Terra, trabalho e conflitos na segunda metade do século XIX**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza, 2014.

RIBEIRO, Simone C. **Etnogeomorfologia Sertaneja**. Proposta de classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE com base no conhecimento tradicional sobre relevo e seus processos. Crato: RBS, 2014.

RIBERO, Wagner C. Justiça espacial e justiça socioambiental: uma primeira aproximação. *Estud. av.* vol.31 no.89 São Paulo Jan./Apr. 2017 <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890014>

- RIGOTTO, Raquel. **20 Anos Núcleo Tramas**. Memorial. Fortaleza: UFC, 2016.
- RIGOTTO, Raquel M. e AGUIAR, Ada C. P. Grandes empreendimentos e conflitos ambientais: desocultando os impactos à saúde. 2018, no prelo.
- RIGOTTO, Raquel; AGUIAR, Ada C. P.; RIBEIRO, Lívia A. D. **Tramas para a justiça ambiental**: diálogos de saberes e práxis emancipatórias. Fortaleza: Edições UFC, 2018.
- RIOS, Kenia S. Tempo, ciência e profecia em assuntos de sol e chuva. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.
- \_\_\_\_\_. **Isolamento e poder: Fortaleza e os campos de concentração na seca de 1932**. Fortaleza: Editora da UFC, 2014.
- ROCHA, B. T. G. [et. al.]. Conflitos socioambientais no campo em Apodi/RN: contribuições propositivas da cartografia social. **Revista Geografar**. Curitiba v. 11, n 1, p. 99-112, jul., 2016.
- ROCHA, Carolina. O Sabá do Sertão. Feiticeiras, Demônios e Jesuítas no Piauí Colonial. Judiaí: Paco Editorial, 2015.
- ROSA, João G. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.
- SAMPAIO, Antonio C. J. de. Fluxos e refluxos mercantis: centros, periferias e diversidade regional. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 2. 1580-1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- SAMPAIO, J. L. F.; LIMA, E. F. e FREITAS, M. C. As bases geo-históricas do Baixo Jaguaribe. In: RIGOTTO, R (Org.). **Agrotóxico, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no baixo Jaguaribe/CE**. Fortaleza: Coedição com a Expressão Popular e Edições UFC, 2011.
- SANTOS, Antônio B. dos. **A Terra dá, a Terra quer**. São Paulo: UBU Editora/Pisegrama, 2023.
- SANTOS, Camila D. dos. Difusão do agronegócio e reestruturação urbano-regional no Oeste Baiano. **GeoTextos**, [S. l.], v. 12, n. 1, 2016. DOI: 10.9771/1984-5537geo.v12i1.15381. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/geotextos/article/view/15381>. Acesso em: 5 maio. 2023.
- SANTOS, Jonatas J. S. dos. **Entre a “força da terra” e a “indústria do homem”**: algodão, natureza e cultura no Ceará dos oitocentos. Dissertação (Mestrado em História), Fortaleza: UFC, 2018.
- SANTOS, M. G. A cosmovisão da selva vivente: uma aproximação à proposta de Sarayacu. In: MARQUES, M. I. [et. al.] (Org.). **Perspectivas de Natureza**. Epistemologias, negócios de natureza e América Latina. São Paulo: ANABLUME, 2018.
- SANTOS, Márcio R. A. dos. **Rios e fronteiras. Conquista e ocupação do sertão baiano**. São Paulo: EDUSP, 2017.
- SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2014.

SANTOS, Paulo C. dos. Instruções e intenções: ciência e natureza nas instruções de trabalho da Comissão Científica de 1859 no Ceará. In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

SAQUET, M. A. e BRISKIEVICZ, M. Territorialidade e identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial. In: **Caderno Prudentino de Geografia**, nº 31, vol. 01, 2009.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios e uma antropologia por demanda**. São Paulo: Bazar do tempo, 2022.

SCHWARCZ Lilia M. e STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SCHWARTZ, Stuart. O Nordeste açucareiro no Brasil colonial. Em: FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de F. **O Brasil Colonial vol. 2. 1580-1720**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

SEABRA, Odette C. de L. **Os meandros dos rios nos meandros do poder**. São Paulo: Alameda, 2019.

SHIVA, Vandana. **Guerra por água**. São Paulo: Radical Livres, 2006.

SILVA, Beatriz B. e GONÇALVES, Claudio U. Descolonizar e compreender a questão indígena como aporte aos estudos geográficos. In: **Revista Movimentos sociais e dinâmicas espaciais**. Vol. 6, nº 2, 2017.

SILVA, José B. da. A cidade contemporânea no Ceará. Em: SOUZA, Simone. **Uma nova História do Ceará**. Fortaleza: Demócrito Rocha, 2000.

\_\_\_\_\_. **Nas trilha da cidade**. Fortaleza: Museu do Ceará, 2001.

\_\_\_\_\_. A Região Metropolitana de Fortaleza. Em: SILVA, José B. da; CAVALCANTE, T. e DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SILVA, Judson. J. Piauí: da condição de periferia na periferia do capital à sua incorporação na lógica moderna das políticas territoriais do Estado. In: **Anais do XII ENANPEGE**. Porto Alegre, 2017.

\_\_\_\_\_. Extrativismo e injustiças territoriais em América Latina, Brasil e Piauí. No prelo (disponibilizado pelo autor), 2018.

SILVA, Kalina. V. Agência Indígena na Conquista do Sertão: Estratégias Militares e Tropas Indígenas na ‘Guerra dos Bárbaros’ (1651-1704). **Estudos Ibero-Americanos**, 45(2), 77. (2019) <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2019.2.31722>

SILVA, Kamilo K. R. e. “No meio do caminho”: lugares de abrigo as enchentes do Rio Jaguaribe – CE (1960, 1974 e 1985). In: FUNES, Eurípedes [et. al.] **Natureza e cultura. Capítulos de História social**. Fortaleza: Expressão gráfica e Editora, 2013.

SOARES, Maria S. M. **Formação da rede urbana do Sertão de Piranhas e Piancó da Capitania da Paraíba setecentista**. Dissertação de Mestrado. PPGAU UFPB, 2012.

SOJA, Eduard W. **Geografias pós-modernas. A redefinição do espaço na teoria social crítica**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1993.

SOUSA NETO, Manoel F. Geografia nos trópicos: história dos naufragos de uma jangada de pedra? Revista **Terra Livre**, São Paulo n. 17 p. 119-138, 2001.

\_\_\_\_\_. Os ventos do Norte não movem moinhos. **Boletim Goiano De Geografia**, 28(2), 15-31. (2009). <https://doi.org/10.5216/bgg.v28i2.5707>

\_\_\_\_\_. **Um geógrafo do poder no Império do Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

\_\_\_\_\_. Narrativas em História da Geografia na Geografia Histórica do Capitalismo. In: LIRA, Larissa A.; SOUSA NETO, Manoel F.; DUARTE, Rildo B. **Geografia das ciências, dos saberes e da história da geografia**. São Paulo: Alameda, 2020.

SOUZA, Jesse de. **A ralé brasileira. Quem é e como vive**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

SOUZA, Maria S. de. Ceará: bases de fixação do povoamento e o crescimento das cidades. Em: BORZACCHIELLO, José da S.; CAVALCANTE, Tércia e DANTAS, Eustógio. **Ceará: um novo olhar geográfico**. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007.

SVAMPA, Maristella. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos socis. In: DILGER, G.; LANG, M. & PEREIRA FILHO, J. **Descolonizar o imaginário**. São Paulo: Editora Elefante, 2016.

SWYNGEDOUW, E., KAIKA, M. e CASTRO, E. Agua urbana: una perspectiva ecológico-política. Cuadernos de Trabajo de la Red WATERLAT-GOBACIT. Serie Áreas Temáticas – AT3 SATCUASPE. **El Ciclo Urbano del Agua y los Servicios Públicos Esenciales**. Cuaderno v. 3, n. 7, pp. 11-35, 2016.

TEIXEIRA, Maiana M. **Da recusa ao cativo às (r)existências de agricultores e agricultoras no chão e nos tempos do Apodi**. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ. Rio de Janeiro, 2016.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome**. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1979.

THÉBERGE, Pero. **Esboço histórico sobre a província do Ceará**. 2ª Ed. Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1973.

THÉRY, Hervé; MELLO-THÉRY, Neli A. de. **Atlas do Brasil, Disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: EDUSP, 2018.

THOMAZ JR. Antonio T. O agrohidronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **Revista Campo-Território**. Vol. 05, Agosto de 2010.

VASCONCELOS, Francisca M. T. **“Dá-me dessa água”**: Projetos de desenvolvimento, territórios em disputa e as experiências comunitárias no sertão de alagoas. (Tese de Doutorado) Programa de Pós-graduação em Geografia da UFPE. Recife, 2021.

VASCONCELOS, Tereza S. L. **Tensões territoriais e territórios tensionados pelo agronegócio**. Fortaleza: EDUECE, 2016.

VILLAR, Carolina P. e RIBEIRO, Wagner C. A PERCEPÇÃO DO DIREITO HUMANO À ÁGUA NA ORDEM INTERNACIONAL. *Revista de Direitos Fundamentais e Democracia*, Curitiba, v. 11, n. 11, p. 358-380, jan./jun. 2012.

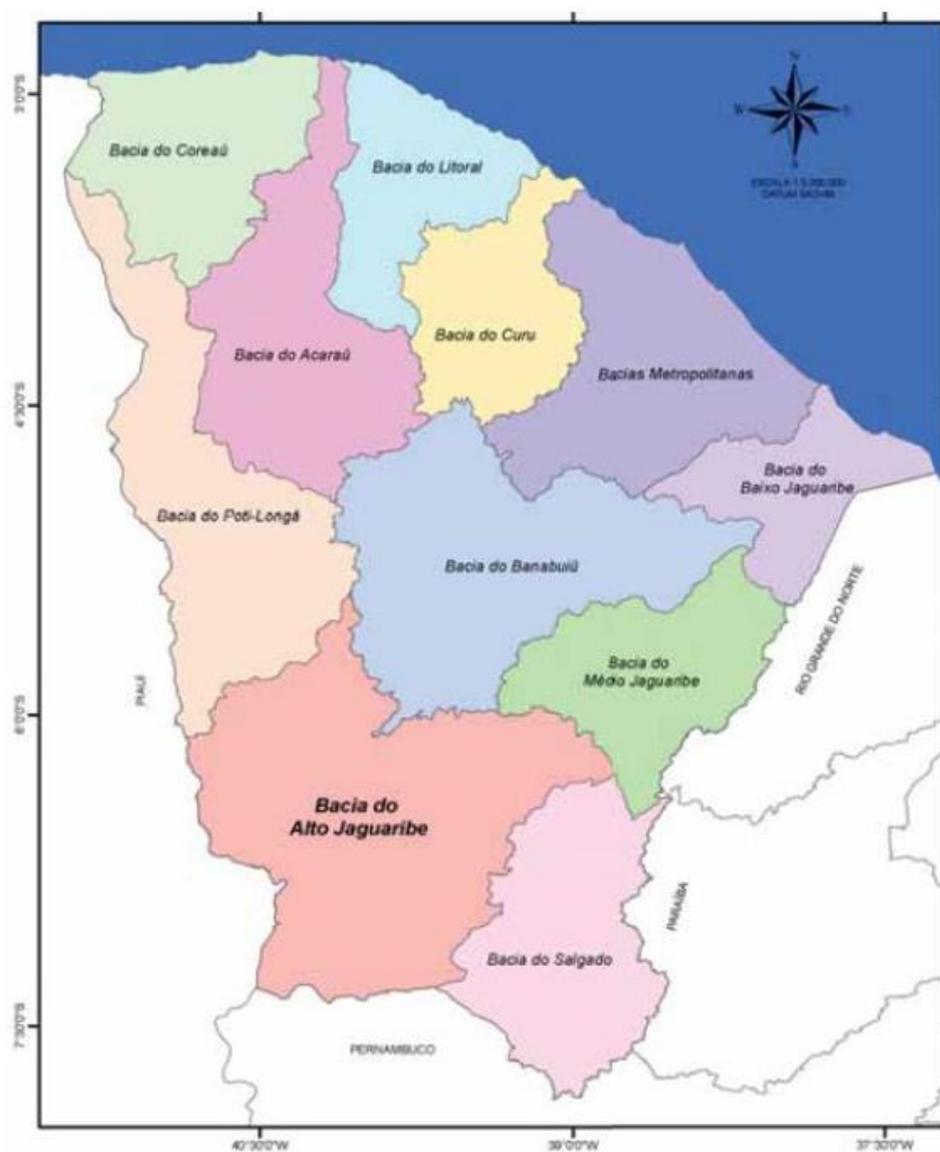
WELLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo Histórico e Civilização Capitalista**. São Paulo: Contraponto, 2007.

ZIBECHI, R. **Brasil Potência. Entre a integração regional e um novo imperialismo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.

## ANEXO A: MAPAS E FOTOGRAFIAS DA BACIA DO RIO JAGUARIBE E BACIAS HIDROGRÁFICAS DO CEARÁ



Mapa 11: Bacia do Rio Jaguaribe. CASTRO et. al, 2020.



Mapa 12: Bacias e sub-bacias hidrográficas do Ceará. CEARÁ, 2009.

**Figuras 04, 05, 06 e 07:** Açude Castanhão (Padre Cícero), localizado no médio curso do Rio Jaguaribe.



Figura 5: Açude Castanhão. Fotografia realizada pelo autor em março de 2019. Podemos perceber o curso originário do Rio Jaguaribe dada evaporação quase completa das águas do reservatório em virtude da seca compreendida entre os anos de 2011 e 2017.



Figura 6: Vista lateral do curso original do Rio Jaguaribe revelado a estiagem prolongada que levou o Castanhão ao volume morto.



Figura 7: Açude Castanhão, fotografia realizada pelo autor em março de 2017.



Figura 8: Açude Castanhão. Março de 2019

**ANEXO B: SESMARIAS DOADAS ENTRE 1703-1710 NAS RIBEIRAS E CABECEIRAS DOS PRINCIPAIS RIOS**

<b>Ano</b>	<b>Vol</b>	<b>Nº</b>	<b>Favorecido</b>	<b>Procedência</b>	<b>Localização</b>
1682	02	30	Luiz Coelho de Souza, Paulo Coelho de Souza, Jozeph Coelho de Souza, Dona Catharina da Fonseca, Dona Sebastiana da Fonseca	Pernambuco e Paraíba	Sertões do Assu até o Rio Salgado
1703	02	79	Manoel Carneiro da Cunha e Manoel Rodrigues Arisosa	<b>Bahia</b>	Cabeceiras do Rio Salgado
1703	02	80	Domingos Pereira Ramos e Domingos Monteiro	<b>Goiana-Pernambuco</b>	Riacho dos Porcos
1703	02	125	<b>Capitão Bento Correa de Lima e Cap. João Dantas Aranha</b>	<b>Goiana</b>	Riacho dos Porcos
1703	02	126	Coronel Simão Góis de Vasconcelos e Antonio de Brito	Não declarada	Riacho dos Porcos
1703	02	127	João de Barros Pereira e Antonio de Barros	Não declarada	Riacho dos Porcos
1703	02	133	Sarg. José da Costa Moreira e o Tenente João da Costa Silva	Não declarada	Riacho dos Porcos
1704	02	83	<b>Bento Correia de Lima e Simão Correia de Lima</b>	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	84	Maria D'Assunção Pacheco e Sebastião Pacheco Pereira	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	85	<b>José Correia Lima e Bento Corria Lima</b>	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho do Porcos

1704	02	86	Frc°. Pereira de Castro e José Pereirade Castro	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	87	Francisca Pereira e Dona Maria Fialho	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	88	João de Barros Pereira e Barbara Fialho	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	89	Cap. João Dantas Aranha e Caetano Dantas Pessoa	<b>Rio São Francisco</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	90	Pedro Dantas Barros e Cap. Manoel da Silva Garcez	<b>Rio São Francisco</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	91	Domingos da Cunha Cerqueira e Cap. Gaspar dos Reis	<b>Paraíba</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	92	<b>Cap. Bento Correia de Lima e Cap. Antonio de Barros Leite</b>	<b>Goiana-Pe</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	94	Joseph de Lara e Maria de Lara	<b>Pernambuco</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	95	Joana de Lara e Maria de Lara	<b>Pernambuco</b>	Riacho dos Porcos
1704	02	96	Cap. Mor Manoel Dias Neto	Ceará	Riacho dos Porcos
1704	02	97	Cap. João da Fonseca Ferreira e Antonio da Fonseca Ferreira	Não declarada	Rio Salgado
1704	02	98	Nicolau Lopes Fiuza e João Lopes Fiuza	<b>Bahia</b>	Rio Salgado
<b>1705</b>	<b>01</b>	<b>56</b>	<b>Religiosos da Congregação Nossa Senhora do Carmo. Frei Miguel da Assunção</b>	<b>Olinda-Pe</b>	<b>Ribeiras do Icó, Rio do Peixe e Rio Salgado</b>
1705	08	603	D. Clara de Sá Cavalcante e Albuquerque		Riacho dos defuntos e Riacho do Sangue

1705	01	57	Antonio José da Cunha e José Bernardo Uchôa	Ceará	Ribeiras do Icó e Rio Salgado
1705	01	58	Davi Gomes e Ignacio de Souza Uchôa	Ceará	Sertões de Icó e Cariris
1706	02	105	Rodrigo do Lago, Coronel João de Barros Braga, e demais companheiros	Não declarada	Sertões dos Cariris-Lagoa Quichesi
1706	03	142	Frei Manoel de São Gonçalo e mais religiosos do Convento do Carmo	Não declarada	Riacho do Sangue
1706	03	158	Antonio da Conceição Rabelo	Não declarada	Riacho Figueiredo
1706	03	159	Cap. Manoel Roiz de Souza	Ceará	Riacho Figueiredo
1706	03	169	Cap. João da Fonseca Ferreira	Ceará	Rio Salgado
1706	03	174	Cap. Francisco de Montes Silva	Ceará	Rio Salgado
1706	04	193	Cap. Manel Rodrigues de Souza e Antonio da Conceição Rabelo	Não declarada	Riacho do Figueiredo
1707	04	216	Frei Manoel de São Gonçalo	Não declarada	Riacho Figueiredo
1707	04	217	Sebastião Lopes de Souza	Não declarada	Rio Salgado
1707	04	218	Cap. Pedro de Souza	Ceará	Riacho Figueiredo
1707	04	219	Sargento Mor João da Costa Silva	Ceará	Rio Salgado
1707	04	224	Anastácio Lopes de Melo	Recife	Rio Salgado

1707	04	231	João do Montes e Mais companheiros	Ceara, Rio Grande do Norte e rio São Francisco	Rio Cariús
<b>1707</b>	<b>05</b>	<b>241</b>	<b>Cap. Antonio Esteves e Coronel Domingos Esteves</b>	<b>Jaguaribe</b>	<b>Ribeira do Icó</b>
<b>1707</b>	<b>05</b>	<b>265</b>	<b>Cap. Lazaro Gomes da Silva e Coron. Leandro Bezerra Cavalcante</b>	<b>Pernambuco</b>	<b>Rio Pilão confrontando com a Borborema, sobre os Cariris e Icó</b>
1708	05	289	Alfere Gaspar de Souza Barbalho	Ceará	Riacho Figueiredo
1708	05	291	Tenente Manoel de Franca Ferrão	<b>Pernambuco</b>	Riacho Figueiredo
1708	05	294	Cap. Bento Correia de Lima	<b>Goiana</b>	Riacho dos Porcos
1708	05	296	Cap. Francisco do Montes Silva	Ceara	Rio Salgado
1708	05	298	Manoel Ferreira da Fonseca	Jaguaribe	Riacho da Tapera
1708	05	331	Manoel Pinheiro e Martinho Leal	Banabuiu	Riacho do Sangue
1710	11	25	Comissario geral Antonio Maciel de Andrade e o Sargento Mor Antonio Dias Pereira, Sargento Cosme Barboza de Andrade, Constantinode Araujo Fereira.	Jaguaribe	Rio Salgado em sima da Caza Forte, sitio ou pertençam, do Coronel Manoel Carneiro da Cunha.

Fonte. Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica\Wave Media, 2006. 2 CD ROM.

## ANEXO C: SESMARIAS DOADAS ENTRE 1717-1752

Ano	Vol.	Nº	Favorecido	Procedência	Localização
1714	10	22	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Ceará	Brejo da Barboza
1714	10	23	João Mendes Lobato e o Tenente Antonio Barreto de Jezus	Ceará	Rio corrente, detrás da Serra do Araripe e entre o rio de São Francisco
1714	10	24	Coronel Antonio Francisco da Piedade e Donna Inocência de Brito Falcão	Ceará e Pernambuco	Três brejos; nascentes do norte para o sul fronteira com a Serra do Cariri, vertente do rio Salgado
1714	10	25	Tenente Coronel Antonio Lopes Teixeira, Donna Viuva Algina Correa da Costa	Não declarada	Hum Olho d'ágoa, chamado Canabrava, confronte a Serra do Cariri da parte do Poente
1716	10	36	Alfere Simão Ferreira, Luciano Cardozo Vargas, e Francisco Gomes Landim	Jaguaribe	Hum Olho d'ágoano Riacho dos Porcos(cabeceiras) chamado Amoréque desagua no riacho Figueiredo
1716	10	38	José Gomes de Moura	Ribeira do Icó	Hum olho d'ágoa entre o riacho dos Porcos
1716	10	39	Tenente Antonio Lopes Teixeirae Tenente Manoel Cabral de Vasconcelos	Não declarada	Hum riacho chama inferno que desagua no rio Salgado
1716	10	40	Antonio Pinto de Andrade e Simão Rodrigues de Veras	Rio Salgado	Hum olho d'ágoa chamado poxi, nasce na serra dos carihu que desagua no rio Salgado
1716	10	41	José Gomes de Moura, Baltazar da Silva Vieira e Germano da Silva Saraiva	Ribeira do Icó	Hum riacho chamado dos Caraz, nasce na Serra dos Cocos das partes do Carihu e dezagua norio Salgado
1717	10	45	Alferes Bernardo DuartePinheiro	Não declarada	Dois olhos d'ágoa que confrotão com o ricaho da Cayçara

1717	10	46	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato e Lyra, Sargento Mor Manoel Coelho de Lemos, Tenente Mateus Pereira Pymental, Sargento Mor Antonio Barreto de Jezus, Tenente João Alves Lima	Não declarada	Terras no rio Salgado para cima, começando nas Ingazeiras com toda largura até o rio corrente vindo pelo cariú
1717	10	47	Felix da Fonseca Jaime, Antonio Medes Lobato e Lyra, Capitão Francisco Mirz. de Matos, Sargento Mor Vancellão do Monte Pereira, Tenente Coronel Jozeph Bernardo Uchôa, Capitão Gregorio do Montes de Souza	Não declarada	<b>Sertão do Cariry, começando nas ilhargas do Rio Salgado pegado da paragem chamada Ingazeiras com toda largura que se achar, buscando o sul até antestar na serra grande chamada serra do Cariri, pela ribeira da Serra, até antestar com os últimos providos do rio Salgado, e nascentes da lagoa Carithe, pela lingoa do gentio.</b>
1717	10	49	Capitão Mor Simçao Rodrigues Ferreira, Cosme Ferreira, Ajudante Francisco Ferreira Pedroza, Capitão Augusto Duarte Pinheiro, Coronel Gaspar Pinto, Alferes Antonio Pita	Não declarada	Rio Cariú
1717	10	50	Capitão Mor Simão Rodrigues	Não declarada	Riacho na Serra dos cocos começando nas cabeceiras do Rio Cariú
1717	10	51	Capitão Augustinho Duarte Pinheiro	Não declarada	Citios de terras e huas lagoas que desagam no rio Salgado, a baixo do boquierão, a qual lagoa se chama por Lingoa do gentio corô, e outra
					Peripery Gyrocom, e hum riacho carunhata, e a lagoa do ampoty.
1717	10	53	Padre cura Domingos Dias da Silveira	Não declarada	Riacho Mota
1717	05	350	Gregório Martins Chaves	Ceará	Rio Cariú

1717	05	352	Gregório Martins Chaves	Ceará	Rio Cariús e Salgado
1717	05	358	Ajudante Fc°. Ferreira Pedroza	Não declarada	Rio Cariús e Bastiões
1717	06	369	José Soares de Souza Galvão	Ceará	<b>Concedidas paraos Jaguaribaras.</b>
1718	06	392	Amaro de Azevedo de Tayde	Ceará	Rio Salgado
1718	06	399	Tenente Jozeph Ferreira Asso	Ceará	Rio Salgado
1718	06	405	Domingos Dias Parente	Ceará	Riacho dos Porcos
1718	06	409	Cap. Francisco Ferreira Pedroza	Não declarada	Riacho dos Bastiões
1718	06	412	Tenente Coronel Antonio Mendes Lobato	Bahia	Riacho Jenipapeiro
1718	06	413	Antonio de Souza Goulart e seus amigos	Não declarada	Lagoa Quichiê, serra dos Cariris
1719	06	424	Venceslau Gomes da Silva	Não declarada	Rio Caius
1719	06	435	Alfere Lurenço Alves feitosa	Não declarada	Riacho dos Porcos
1719	06	438	Caetanao Sequo das Neves	Não declarada	Rio Bastiões
1719	06	439	Manoel Ferreira de Cervero	Não declarada	Rio Cariús
1719	06	440	Alferes Lourença Alves Feitosa		Rio cariuzinho
1719	06	441	Cap. Antonio Lopes Teixeira e Jozeph Lopes Teixeira	Não declarada	Riacho Mangabeira e Salgado athe serrados Carihu
1719	06	442	José Gomes de Moura	Não declarada	Riacho das Antas, barra com o rio Salgado
1719	06	443	José Gomes de Moura		Riacho carihuzinho que desagua no rio Salgado
1719	06	449	Sargento mor. Frc° Ferreira Pedroza	Não declarada	Riacho Bastiões
1719	06	451	Comissario Geral Clemante de Azevedo	Não declarada	Riacho dos Porcos
1719	06	459	Vigario Lopes Ribeiro	Ceará	Rio Bastiões
1720	06	471	Com. Geral Lourenço Alves Feitosa e seus amigos	Ceará	Riacho Corrente
1722	11	22	Belchior de Campos Ribeiro, Manoel Ribeiro Campos	Ceará	Hum olho d'ágoa chamado calabaça,

					nas Ilhargas das datas dos padres do Carmo de Goyana, no riacho ginipapeiro
1722	11	23	Capitão Miguel Ribeiro Campos	Ceará	Riacho carrapicinho, desagua no rio Salgado
1722	11	28	Coronel João da Fonseca Ferreira, Sargento Mor Manoel Cabral de Vasconcelos, Capitão Antonio Lopes Teixeira		Serras dos Cariry, do nascente ao poente da parte do rio San Francisco, e Piauí fazendo piam na lagoa dos hossos
1722	11	31	Capitão João Nunes da Silva e Pedro Ramires Cordeus	Ceará	Rio Carihus, lagoas, olhos d'ágoa e alguns riachos
1722	11	42	Cornel Manoel de Castro Caldas	Não declarada	Huns olhos d'ágoa na ponta da serra, que vem do Icó, serra da Arara no riacho do meio
1722	11	43	Capitão Gregório Figueiredo de Barbalho		Olhos d'ágoa chamdo das Antas
1722	11	45	Capitão Luz Coelho Vidal	Ceará	Uma lagoa chamada da Conceição entre o riacho do Sangue e riacho dos defuntos encostado a uma catinga
1722	11	46	Capitão Antonio Lopes Teixeirae Francisco Lopes Teixeira	Não declarada	Riacho Mangabeira, hum olho d'ágoa e um brejo chamado cana brava lavradio para mandioca e mais lavouras
1722	11	59	Thenente Cornel Joseph Bernardo Uchôa e o Capitão Ignacio de Souza Uchôa	Ceará	Riacho dos defuntos e riacho seco, ribeirados Icó
1723	11	63	Coronel João da Fonseca Ferreira		Sítio lagoa na fraldada Serra de Araripe
1723	11	83	Capitão Bento Correa de Lima, João da Penha e sua Mulher e filhos		Riacho dos Porcos

1723	11	91	Comissário Lourenço Alves Feitoza		Olho d'ágoa no ricahu cariuhu pegando do olho d'ágoa das canas brabas athe fazer nocarihu no arryal dospadres
1724	11	106	Bento Ferreira da Fonseca e BrasFerreira da Fonseca	Ceara	Serra da Mangabeira situada entre os rios Carihu e cariuzinho; hu olho d'ágoa e um riacho
1724	11	111	Comissario Lourenço Alves Feitoza, Coronel Lourenço AlvesPenedo e Rocha, Capitam Francisco de Souza Nogueira	Ceará	Cabeceiras do riacho cariú ecabeceiras da lagoa do Cariry toda terra lavradia
1724	11	113	Capitam Manoel Pinheiro Lago	Ceara	Riacho do Sangue(pede ampliação)
1724	11	118	Comissario Geral Antonio Mendes Lobato de Lyra, CapitamAntonio Mendes Lobato	Sertam dos CaririsNovos	Hum riacho nas Ilhargas das terras do defunto Antonio de Brito entre a Fazenda Rayal do Meyo e Cachoeira
1724	11	119	Comissário Antonio Mendes Lobato e Lyra e Antonio MendesLobato	Sertam dos CaririNovos	Hum riacho nas Ilhargas das terras do defunto Antonio de Brito entre a Fazenda Rayal do Meyo e Cachoeira
1724	11	127	Sargento Francsico Ferreira Pedroza	Jaguaribe	Riacho Bastiam hum olho d'ágoa corretnes e lagoas nas cabeceiras de huns riachos que os gentios chamam Avaram, e quinquilares

1724	11	130	Manoel Alves Mesquita, Domingos Bizerra Monteiro e Bonfácio Ribeiro		Hum brejo que nasce entre o sul e o norte e desagua no riacho Aracujo cujo brejo se chama pelo nome do gentio boriti. Mais dois olhos d' água no riacho chamado pelo gentio Quimcabatê e desagoa para o mesmo riacho a Serra do Araripe buacando as cabeceiras do riacho dos bastioens
1725	11	137	Capitão Antonio Mendes Lobato e Lira e o Padre José Lobato do Espírito Santo, Capitão João Mendes Lobato, Donna Izabel Lobata e Donna Antonia Lobata	Sertões dos Cariris Novos	Pede datas prescritas, pegando das Ingazeiras para cima pelo rio Salgado
1725	11	138	Padre José Lobato do Espírito Santo, Capitão Antonio Mendes Lobato, Capitão João Mendes Lobato,	Sertões dos Cariris Novos	Rio corrente hindopara o rio San Francisco
1725	11	139	Coronel Francisco do Montes, Coronel Manoel do Montes Silva e Vicência do Montes Silva	Jaguaribe	Terras de Plantar na ribeira do Cariu pegando da Serra escarpinada ficando os buritizais em meyo athe os últimos brejos da Laogoa grande da enciada da Serra, a nasença do rio Cariu
1725	11	141	Tenente Coronel Antonio Lopes Teixeira		Cabeceiras do seu riacho, frente as terras dos Carihus da parte do poente buscando o rio chamado Carehús
1725	11	143	Comissário Ayres Francisco de Macedo	Jaguaribe	Riacho dos Juca erriacho do gado

1725	11	144	Capitam Antonio Mendes Lobato, Padre Joseph Lobato do Espirito Santo, Capitam Joam Mendes Lobato e Lira, Dona Izabel Lobato e Lira, Dona Maria Lobata, Dona Ana Lobata.	Sertam dos Cariris Novos	Datas prescritas cortando rumo direito as Serras huaparte, e outra do rio correndo para cima athe atestar com a Serra Grande. Nas cabeceiras do riacho Imbuzeiro para dentro da Serra da parte do rio de San Francisco
1727	11	163	Padre Domingos dias da Silveyra		Cabeceiras do riacho dos Porcos
1727	12	03	Mathias Pereira de Carvalho	Coreahu	Citio de terras no riacho dos Porcos confronta com a Serra do biatú
1731	12	18	Matheus Pinto da Costa		Sobre a Serra do Araripe, campos bravios e sem agua nos Cariris Novos
1733	12	73	Joam Gonçalves Sobreira	Ceara	Riachos dos Porcos, testada com do Capitam Bento Correa
1733	12	74	Coronel Rodrigues da Costa Araújo	Curaayu	Olho d'ágoa e huns matos fronteira com o riacho dos Porcos
1735	12	121	Capitam Domingos Dias Parente	<b>Capitania de Itamaracá</b>	Riacho Figueiredo na Cayssara entre a Serra do Icó da parte do riacho do Figueiredo que confronta o sitio que foi do Padre Andre Luis e que esta o Capitam Domingos Pereira Chaves
1735	12	123	Pedro Rodrigues de Andrada		Dois Olhos d'ágoa no riacho dos Porcos da parte do poente na testada do Capitam Bento Correa
1735	12	130	Domingos Pereira Chaves	<b>Pernambuco</b>	Datas prescritas no Riacho Figueiredo
1735	13	05	Capitam João Lourenço Torres	<b>Sertam dos Cariris Novos</b>	Sitio Santa Ana

1735	13	17	Tenente Lourenço Pereira, Capitam Mathias de Lima Taveira, Manoel da Silva Pereira e Joam Carneiro	<b>Ceara</b>	Serra do Araripe nas testadas do Sitio Brejo, e o da Porteiras
1736	13	35	Tenente Coronel Manoel de Montes Silva, Florentino de Oliveira e João Ribeiro da Silva		Riacho do Jorge desagua no rio Salgado entre o Sitio do Pilar e Arrayal que forão do Caronel Francisco do Montes Sylva
1736	13	40	Tenente Miguel, de MeloFerreira		Vargem do riacho Geinipapeiro
1738	14	103	Antonio Nunes Torres		Riacho do meyoilhargas do rio Salgado dezagoa naLagoa de Luiz de Andrade
1738	14	104	Dama de Azevedo	<b>San João ribeirado Jaguaribe</b>	Riacho Caiçara dezagoa no rio Salgado
1738	14	114	Capitam Francisco Pinto Cruz		Confirma data de terra onde possui propriedade com gado, engenho, cana e mais lavouras
1739	14	124	Thereza Freire de Carvalho	<b>Icó</b>	Sitio Carrapixo ribeira do rio Salgado e riacho Urubu
1739	14	138	Coronel Manoel Carvalho deAbreu	<b>Ceara</b>	Cariri Novo nas ilhargas do sitio Cuyuetê do riacho San Miguel athe as cabeceiras das Imburanas
1739	14	139	Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pelo Reverendo Frey Luis de Sam Virginio procurador do Convento	<b>Olinda</b>	Riacho da Palma fazendo barra com orio Salgado no Citio Telha do dito Convento
1739	14	140	Ordem de Nossa Senhora do Carmo, pelo Reverendo Frey Luis de Sam Virginio procurador do Convento		Riacho da Palma fazendo barra com orio Salgado no Citio Telha do dito Convento
1743	14	157	Jorge Correia Pessoa	<b>Goiana\Itamaraca</b>	Riacho da Antas, Genipapeiro

1743	14	158	Jorge Correa Pessoa	<b>Goiana\Itamaraca</b>	Sítio San Vicnete riacho dos Porcos
1747	07	525	Tenente Cornel Antonio da SilvaCorreia		Riacho Figueiredo
1751	07	557	Tenente Antonio de Oliveira	Ceará	Riacho do Sangue
1751	07	567	Miguel Alves Bezerra	Ceará	Riacho do Sangue e Caiçara
1751	07	569	Bartolomeu da Costa e LeonardoBezerra	Ceará	Riacho Jenipapeiro, Icó/fronteira dos Cariris
1752	07	577	Cap. Antonio de Oliveira Teves	Riacho do Sangue	Riacho Caiçara

Fonte. **Datas de Sesmarias do Ceará e índice das datas de sesmarias**: digitalização dos volumes editados nos anos de 1920 a 1928. Fortaleza: Expressão Gráfica\Wave Media, 2006. 2 CD-ROM.